

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA DA UFMG

**A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte:  
movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação**

André de Sousa Miranda

Belo Horizonte

2007

André de Sousa Miranda

**A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo horizonte:  
movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Área de concentração: Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo

Orientador: Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
2007

Miranda, André de Sousa  
2007 A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação. [manuscrito] / André de Sousa Miranda. – 2007.  
70 f., enc.: il.

Orientador: Leonardo Barci Castriota.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.  
Bibliografia: f.

1.História. 2. Patrimônio Cultural. 3. IAB. 4. Praça da Estação (Belo Horizonte/MG). I. Castriota, Leonardo Barci II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDU:



**Universidade Federal de Minas Gerais**  
**Escola de Arquitetura**  
**Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFMG**

Dissertação intitulada “*A gênese da preservação do patrimônio municipal de Belo horizonte: movimentos sociais e a defesa da Praça da Estação*”, de autoria do mestrando André de Sousa Miranda, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota - Orientador

---

Prof. Dr. Maria da Conceição Alves de Guimaraens

---

Prof. Dr. Flávio de Lemos Carsalade

---

Prof. Dr. Silke Kapp  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da UFMG  
EA/UFMG

Belo Horizonte, setembro de 2007

## DEDICATÓRIA

Ao **Pai**, Divino e Espírito Santo  
“Minha Nossa Senhora!”  
Tó, Tê e Tatá  
Sô Remo...  
E às minhas várias mães:  
Régis, Vó Dulce, Vó Nilza  
Sem esquecer da Luíza  
e famílias:  
Leite com Prado, Miranda  
A Espanha...  
e aos Figueiredo Freire  
que tão bem me acolheram

## AGRADECIMENTOS

A todos os meus entrevistados, sempre dispostos a me atenderem e a colaborarem com um pouco mais de sua rica vivência.

Aos funcionários do APCBH, Biblioteca Estadual, Museu Histórico Abílio Barreto e EA-UFMG, que me auxiliaram na busca pela informação.

Ao pessoal do Centro de Memória e da Secretaria de Cultura de Nova Lima por me apoiarem, alegrarem e suportarem neste processo, mostrando que a vida sempre é mais e maior pra quem está disposto a encará-la de frente com humildade, perseverança e principalmente cumplicidade  
Em especial a Marcos Augusto  
Meu chefe e amigo.

À Nova Lima, cidade que adotei como minha segunda casa e que dá um gosto especial ao dia a dia, possibilitando um exercício de troca e aprendizado constante.

Ao meu pai pelo esforço, dedicação, insistência e seu eterno bom humor  
Ao Tó, por sempre me fazer refletir sobre a maneira em que vivo e convivo  
À Tê por dar novos “ares” à minha vida: - Respira!

À Régis pela dedicação incondicional, paciência, compreensão e imenso carinho. Esta tese também é sua! Meu muito obrigado.

Ao Fá e ao Bubu, por terem o dom de dispersarem o meu estresse e aliviarem meu sorriso, mesmo nos momentos difíceis. Da mesma forma, agradeço o entusiasmo e vivacidade da Tia Tata e do Roger, sempre prontos a me aconselharem e acolherem.

Ao Dino, Tânia, Tio Pico, Tio Rômulo e Vardoca que sempre acreditaram em mim.

Queria agradecer especialmente à Vó Dulce, que marcou a minha vida com sua felicidade e facilidade em viver, me mostrando que para ser feliz nesta vida só temos que ser humildes e reconhecermos nas pequenas coisas a vitória e grandeza de cada dia.

Ao Brou, verdadeiro irmão e colega com quem tive a oportunidade de conviver durante o mestrado, que soube ouvir e dividir os problemas do dia a dia e sempre buscou um lugar para o riso, mesmo que das situações mais inusitadas.

As minhas queridas amigas Calú, Laurita e Carols pelo companheirismo de todas as horas e por me fazerem encontrar novos sentidos na arquitetura.

Aos eternos amigos do QU com quem tive o privilégio de trabalhar e de formar uma equipe. Que a paixão por descobrir e experimentar o urbano sempre nos guie.

Ao arquiteto e professor Frederico Toffani e Beth Salles por acreditarem na minha paixão pelo patrimônio e ao Oscar, por me ajudar a acreditar que eu podia vencer este desafio.

Quero agradecer a todos que de alguma forma colaboraram para que eu chegasse até aqui. Se consegui é que não me faltou apoio nem nas horas mais difíceis. Obrigado!!!

## RESUMO

Este trabalho analisa a eclosão dos movimentos sociais de preservação do patrimônio em Belo Horizonte - divididos entre movimentos estudantil, ambiental e de preservação do patrimônio -, durante as décadas de 1970 e 1980, tendo como referência a mobilização do Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG) na organização do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* (1981). Neste contexto, cabe também investigar o estado da arte do conceito de preservação do patrimônio difundido pelos órgãos oficiais de governo e como que a evolução destes termos acontece uma vez que o IAB-MG conclama a sociedade civil para debater a relevância da Praça Rui Barbosa (popularmente conhecida como Praça da Estação), enquanto espaço de identidade e memória coletiva de Belo Horizonte. Desta forma, este evento emerge em um panorama de reformas urbanas pela democratização do país, momento muito rico e favorável para o debate dos direitos políticos da sociedade civil e para a construção de uma nação democrática; em que a noção dos direitos difusos pela preservação do patrimônio aparece desde então como uma das bandeiras associadas às representações da sociedade civil organizada, em especial ao IAB-MG.

**Palavras-chave:** História, Patrimônio Cultural, IAB, Praça da Estação (Belo Horizonte/ MG)

## ABSTRACT

This work analyzes the rise of social movements of preservation of the historical patrimony of the city of Belo Horizonte in between the decades of 1970 and 1980. We use as a reference the work of the Brazilian Institute of Architects in the State of Minas Gerais (IAB-MG), which organized the First Meeting for the Revitalization of the “Praça da Estação” (Railway Station City Square) in 1981. We first analyze three social movements that occurred in Belo Horizonte in this period: the students movement, the environmental protection movement and the historical heritage preservation movement; to understand the history of the participation of the IAB-MG in the struggle in favor of historical preservation. In this context, we investigate the concept of preservation of government agencies and how the IAB-MG brought out the civil society to debate the relevance of the Railway Station Square, a space of identity and collective memory of Belo Horizonte. This event emerges in a set of urban reforms for the democratization of the country, a very rich and favorable moment for the debate of political rights of the society and for the construction of a democratic nation; where the notion of the diffuse civil rights for the preservation of the patrimony appears as one of the associated flags of the representation of the organized society, in special the IAB-MG.

**Keywords:** History, Cultural Patrimony, IAB, Praça da Estação (Belo Horizonte/ MG)

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABEA - Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura
- AMDA - Associação Mineira de Defesa do Ambiente
- BELOTUR – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A
- BNH - Banco Nacional de Habitação
- CBTU – Companhia Brasileira de Trens Urbanos
- COSU – Conselho Superior
- DA - Diretório Acadêmico
- DCE – Diretório Central dos Estudantes
- DEMETRÔ – Divisão Especial do Metropolitano de Belo Horizonte
- EAUFMG - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais
- EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
- FACE-UFMG - Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG
- FAFICH-MG - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Minas Gerais
- FAMIH – Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix
- FJP - Fundação João Pinheiro
- FRM - Fundação Roberto Marinho
- GEIPOT – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes
- GEPH - Gerência de Patrimônio Histórico Urbano
- IAB – Instituto dos Arquitetos do Brasil
- IAB-MG – Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil
- ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
- IEPHA-MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
- IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
- LUOS - Lei de Uso e Ocupação do Solo

METROBEL - Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PACE - Projeto da Área Central

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

PLAMBEL - Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

PT - Partido dos Trabalhadores

PUC-MG – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

QU - Projeto Qualidade Urbana

RFSA - Rede Ferroviária Federal S.A.

RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte

SMA - Sociedade Mineira de Arquitetos

SMCEL - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

SME - Sociedade Mineira de Engenheiros

SMRU - Secretaria Municipal de Regulação Urbana

SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UIA – União Internacional de Arquitetos

**LISTA DE FIGURAS**

FIGURA 1 – Cartaz do <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i> .....	114
FIGURA 2 – Camisa de mangas compridas do <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i> .....	114
FIGURA 3 – Detalhe da camisa de mangas compridas do <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i> .....	115
FIGURA 4 – Detalhe do cartaz do <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i> (Fonte: acervo particular de Ricardo Samuel de Lana) .....	167
FIGURA 5 – Camiseta do <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i> (Fonte: acervo particular de Liana Valle) .....	167
FIGURA 6 – Detalhe da camiseta do <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i> (Fonte: acervo particular de Liana Valle).....	168

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>METODOLOGIA</b>	<b>22</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>Movimentos Sociais e preservação do patrimônio: a trajetória do IAB-MG</b>	<b>30</b>
<b>1.1 – REFLEXÕES TEÓRICAS</b>	<b>30</b>
<b>1.2 – A TRAJETÓRIA DO IAB/ IAB-MG</b>	<b>38</b>
A história do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)	38
A história do Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil – (IAB-MG)	43
<b>1.3 – A HISTÓRIA DA PRAÇA DA ESTAÇÃO</b>	<b>51</b>
<b>1.4 - MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	<b>69</b>
<b>1.4.1 – Movimentos Sociais em Belo Horizonte</b>	<b>69</b>
<b>1.4.2 – A evolução da preservação do patrimônio na década de 1970/ 80: uma história de resistência e conscientização</b>	<b>73</b>
<b>1.5 – MOVIMENTO ESTUDANTIL</b>	<b>91</b>
<b>1.5.1 – O movimento estudantil em Belo Horizonte e a preservação do patrimônio municipal: década de 1960/ 70</b>	<b>91</b>
<b>1.5.2 – Novas tendências de mobilização: década de 1970</b>	<b>97</b>
<b>1.5.3 – A preservação do patrimônio entra para a academia (EAUFMG): década de 1980</b>	<b>102</b>
<b>1.5.4 – O DCE-UFGM: década de 1980</b>	<b>104</b>
<b>1.6 – MOVIMENTO ESTUDANTIL/ IAB-MG</b>	<b>109</b>
<b>1.6.1 – Movimento estudantil e IAB/MG em Belo Horizonte</b>	<b>109</b>
<b>1.6.2 – Movimentos Sociais que antecederam o <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i></b>	<b>119</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>Estudo de caso: o <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i></b>	<b>124</b>
<b>2.1 – IDENTIDADE E TERRITÓRIO</b>	<b>124</b>
<b>2.2 – A PRAÇA DA ESTAÇÃO EM BELO HORIZONTE</b>	<b>138</b>
<b>2.2.1 – A Praça da Estação segundo o IAB-MG</b>	<b>138</b>
<b>2.2.2 – A Praça da Estação sob o enfoque acadêmico - 1980</b>	<b>157</b>
<b>2.3 – O I ENCONTRO PELA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO</b>	<b>161</b>
<b>2.3.1 – O <i>I Encontro</i>: versão dos entrevistados do IAB-MG</b>	<b>161</b>
<b>2.3.2 – O <i>I Encontro</i>: versão oficial</b>	<b>185</b>
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>228</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>ANEXO I – Roteiro de entrevista</b>	<b>233</b>
<b>ANEXO II – Discurso da professora Suzy de Mello no <i>I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação</i></b>	<b>234</b>
<b>ANEXO III – Revista Pipoca Moderna</b>	<b>239</b>
<b>ANEXO IV – Proposta ilustrativa do projeto do GEIPOT para a instalação da estação do metrô de superfície na Praça da Estação de Belo Horizonte, em 1981</b>	<b>240</b>

## INTRODUÇÃO

Ao final da graduação tive a oportunidade de participar de um projeto de extensão universitária em Nova Lima (MG), denominado *Projeto Qualidade Urbana (QU) - Projeto de Requalificação Urbana do Distrito Sede de Nova Lima*. Este projeto tinha por objetivo identificar espaços públicos degradados e propor melhorias urbanas para a cidade. Para isso fez-se um estudo de campo de todo o território do Distrito Sede de Nova Lima por meio de visitas guiadas por professores (arquitetos e urbanistas) da Faculdades Metodistas Integradas Izabela Hendrix – FAMIH. No entanto, o que ficou patente desde o princípio desta análise urbana foi o quanto os limites entre público e privado manifestam-se de maneira ambígua no espaço urbano, uma vez que a identidade dos lugares está intrinsecamente associada às expressões simbólicas e aos laços de afetividade que um grupo social guarda com o lugar onde vive. Desta forma, a análise teórica do espaço urbano mostrava-se insuficiente e superficial para argumentar e propor intervenções urbanas que fossem assimiladas pela população local. A compreensão do aspecto simbólico dos lugares impunha-se, então, a nosso ver, como pré-requisito para a proposição de intervenções urbanas harmônicas e inseridas na paisagem cultural dos bairros de Nova Lima.

Ao mesmo tempo, esta reflexão significava também a inserção dos “estrangeiros” (alunos de graduação) no contexto local – uma espécie de “patriação”. Assim sendo, a compreensão do simbolismo associado ao espaço público assumia um caráter ambivalente: como pré-requisito para transformá-lo fazia-se necessário deixar-se transformar por ele. Somente depois da inserção individual no contexto simbólico (e, portanto, cultural, coletivo) dos espaços públicos da cidade é que se encontravam meios para avaliar as intervenções necessárias e

condizentes com a paisagem cultural urbana; zelando-se assim por uma assimilação mais harmônica das intervenções propostas por parte dos moradores da cidade. Reconhecia-se desta forma o espaço público como patrimônio material e imaterial pertencente a uma coletividade. Daí que para que as intervenções fossem reconhecidas por esta coletividade, fazia-se necessário reconhecer as bases simbólicas e afetivas que consolidaram o espaço público enquanto imaterialidade.

Uma vez graduado, tive a oportunidade de realizar o dossiê de tombamento da Fazenda Serra Negra em Betim como trabalho voluntário para o IEPHA-MG, sob a supervisão da arquiteta Elisabeth Salles. A elaboração deste trabalho me proporcionou o conhecimento teórico do principal instrumento de proteção do patrimônio regulamentado e utilizado no Brasil desde 1937 – o tombamento, que foi instaurado no país pelo Decreto-Lei 25 ainda em 1937. Concomitantemente, desenvolvi o projeto de revitalização para o respectivo imóvel, no qual pude colocar em prática os conhecimentos teóricos obtidos no dossiê, respeitando a sua unidade potencial (elementos arquitetônicos remanescentes fundamentais para a caracterização do bem cultural) e as diretrizes de intervenção estabelecidas para a preservação da Fazenda - fazendo prevalecer o objeto arquitetônico sobre o novo uso a ser instalado (um restaurante); como recomendável em um projeto de revitalização.

Partindo destas motivações ingressei no curso de Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica da EA-UFMG, tentando aprofundar meus conhecimentos teóricos na área de preservação do patrimônio. Vale ressaltar que este curso ultrapassou esta delimitação motivacional, ampliando meu interesse para estudar as implicações de uma preservação do patrimônio nos centros urbanos.

Coincidentemente, neste mesmo período, fui admitido na Prefeitura de Nova Lima, com a missão de realizar o inventário dos bens arquitetônicos do referido município; trabalho este que me proporcionou um contato direto com a prática e as questões suscitadas a partir dela. Como resultado, comecei a indagar as formas oficiais de preservação do patrimônio difundidas pelo IEPHA-MG aos municípios. Neste mesmo período me abri também para a história de Belo Horizonte, cidade onde moro, e o patrimônio identificador da identidade desta capital, que neste momento se encontrava sob um processo de revitalização. Deparei-me, então, nesta re-descoberta, com a porta de entrada da cidade: a Praça da Estação, que, em processo de revitalização naquele momento, me provocava uma série de indagações: o que representa, de fato, a Praça da Estação para o morador de Belo Horizonte? Por que a Praça da Estação não é o símbolo da cidade de Belo Horizonte? Quais são as políticas de preservação associadas a este espaço? Que uso a população de Belo Horizonte faz deste espaço? Uma vez que estava sendo revitalizada, quais os valores atribuídos ao lugar que se tentavam resgatar?

Perseguindo estas questões através de leituras preliminares, conversas informais, observações assistemáticas, participação em eventos e palestras que discutiam a preservação do patrimônio municipal, tais como o seminário “Área Central: um olhar a partir do Patrimônio Cultural”, 1ª Conferência Estadual de Cultura, I Fórum Estadual de ICMS Cultural, palestra de Michele Arroyo baseada na sua dissertação de mestrado sobre a Praça da Estação, etc; encontrei a história de um movimento importantíssimo no contexto da preservação do patrimônio de Belo Horizonte. Trata-se de um evento organizado pelo IAB-MG em 1981: o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, que foi um marco fundamental das discussões pela preservação do patrimônio cultural municipal. Em decorrência disso, surgiu uma pergunta básica: o que motivou o IAB-MG a participar *do I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*?

Como afirmações provisórias, surgiram quatro possibilidades: (1) o IAB-MG participou da preservação da Praça da Estação para responder às demandas da sociedade civil e outras instituições pela preservação do patrimônio público de Belo Horizonte da década de 1970/ 80; (2) o IAB-MG participou dos movimentos sociais para defender o patrimônio da Praça da Estação enquanto identidade simbólica da cidade de Belo Horizonte; (3) o IAB-MG queria introduzir a questão do patrimônio no planejamento e gestão das políticas públicas municipais e (4) o IAB-MG queria criar em forma de lei constituinte a preservação do patrimônio cultural no Brasil;

Na tentativa de elucidar estas hipóteses surgiu esta investigação, que tem como objetivo geral analisar a motivação do IAB-MG em participar do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* e especificamente: analisar o papel do IAB-MG nos movimentos sociais urbanos da década de 1970/ 80; analisar o espaço da Praça da Estação como referência simbólica da cidade, associado a uma identidade e memória coletiva da população belo-horizontina; analisar a relevância das discussões travadas no *I Encontro* pela Revitalização da Praça da Estação na implantação de uma nova concepção de política pública municipal (local) em Belo Horizonte; analisar a concepção de patrimônio cultural contida na Constituição de 1988;

O fato é que, com a legitimação da autonomia e competências dos municípios, concedida pela Constituição Federal de 1988 (Inciso IV – Dos Municípios, artigos 29,30 e 31), a gestão das políticas públicas municipais de proteção e preservação do patrimônio cultural torna-se conseqüente e gradativamente mais diversificada quanto aos *meios* (Conselhos Municipais do Patrimônio, departamentos municipais de patrimônio, etc), *instrumentos legais* e *administrativos* (planos de inventário, tombamentos municipais, registro cultural, concursos

públicos voltados para a revitalização urbana, planos de revitalização, etc) e *atores sociais* (associações profissionais, de bairro, de classe, etc).

No entanto, até a década de 1980, a política de preservação do patrimônio cultural delegava a fiscalização e manutenção do patrimônio ao Poder Executivo em seus níveis federal (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN) e estadual (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA-MG), mostrando-se por diversas vezes prejudicada pelo fato de não estar atrelada ao processo de planejamento e desenvolvimento urbano municipal. A preservação era relegada a uma condição secundária pelos órgãos de planejamento urbano, federais e estaduais, que priorizavam muitas vezes a “questão metropolitana”, a funcionalidade da cidade.

Este viés em relação ao patrimônio persiste mesmo depois da Constituição de 1988, ampliando-se então para a esfera municipal. A nosso ver, há uma série de outros fatores que contribuem com tal situação tais como a não inclusão de diretrizes de preservação do patrimônio municipal nas Leis de Uso e Ocupação do Solo, fruto de uma mentalidade funcionalista e positivista hegemônica na época. Estas questões, somadas à falta de sensibilização da população pela causa preservacionista, resultam em uma realidade pouco promissora na contemporaneidade.

A Constituição Federal de 1988 determinou que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, deveria promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro<sup>1</sup> Assim, partindo-se deste pressuposto, pode supor que a trajetória da preservação do patrimônio no período pré-constituente foi marcada por uma crescente tomada de consciência e responsabilidade social,

---

<sup>1</sup> Constituição Federal – Seção II – Da Cultura, Artigo 216, Inciso 1º.

resultado não de políticas públicas, mas oriundas de um estágio anterior de organização social – a mobilização social. E, de fato, naquele momento os movimentos sociais lutam por instaurar as reformas políticas, em busca do estado de direito democrático, e urbanas, tão essenciais, e pelo menos parcialmente conseguido pela Constituição Federal de 1988. Tal ímpeto era fruto da conscientização da importância do exercício da cidadania e da liberdade de expressão por parte de setores mobilizados da sociedade civil; visionários que enxergavam sua participação no processo de democratização do país como uma contribuição de enorme valor para a construção de uma nação.

Assim sendo, se a década de 1980 inicia a abertura política do país, com os municípios efetivando sua autonomia político-administrativa frente à natureza centralizadora do Poder Público (em seus mais diversos organismos: GEIPOT, PLAMBEL, METROBEL etc); também oficializa e promove a inclusão de uma série de atores sociais nas políticas públicas locais. Por conseguinte, muitos destes atores mostravam-se ativos na defesa dos direitos coletivos antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 1988.

O município de Belo Horizonte ocupa, neste contexto, lugar de destaque, por congrega diversas associações representativas da sociedade civil, que, insufladas pelo espírito democrático que dominava e fazia-se sentir no país, buscavam oportunidades para demandar e exercer sua função social no espaço público. Por conseguinte, estas representações mobilizam setores estratégicos da sociedade no intuito de expressar e fazer valer suas motivações político-ideológicas frente às antigas formas de governo, caracterizadas pelo autoritarismo político e centralização administrativa. Desta maneira as décadas de 1970/80 caracterizam-se pela ebulição social em torno de uma nova configuração e dimensão política para o país, em que um dos preceitos era o direito à cidade.

Assim sendo, para algumas representações da sociedade, como o IAB-MG, a atuação autoritária e centralizadora que marcava a atuação do Estado nas políticas públicas direcionadas para a Capital não constituía um modelo de gestão pública a seguir; uma vez que a preservação do patrimônio não constava da agenda de ações do governo estadual. Por conseguinte, o IAB-MG questionava o modelo administrativo adotado pelo Poder Público enquanto uma verdade absoluta. Para o Instituto e outros setores da sociedade organizada, a natureza participativa (inclusão social), o reconhecimento e promoção dos direitos e deveres sociais (princípios da cidadania) atrelados às esferas de conhecimento científico deveriam balizar a construção do novo modelo de governo requerido pela sociedade brasileira.

Conseqüentemente, esses grupos entendiam que as políticas públicas num contexto democrático não deviam ser impostas de cima para baixo e alheias à crítica; mas sim construídas a partir de uma prática democrática - pautada na implementação da discussão como instrumento de garantia dos direitos democráticos de liberdade de expressão e de exercício da cidadania.

Ao analisarmos, no entanto, a transformação sofrida pelo sistema político brasileiro na década de 1970/ 80, nota-se que a Ditadura Militar não assumiu imediatamente e de maneira irrestrita o modelo político democrático, havendo sim uma mudança lenta que, na maior parte das vezes, assistiu à manutenção do velho *modus operandi*.

No entanto, uma vez que os movimentos sociais despontam no cenário da ebulição social pela democratização do país, a voz de atores até então suprimida pela Ditadura Militar ganha força no sentido de sugerir alternativas participativas para a implantação de um modelo mais democrático de gestão municipal. Isso significava ter de abdicar de um modelo de

administração pública para embrenhar-se em uma perspectiva a ser conquistada. Os movimentos sociais difundem, então, bandeiras que expressam uma filosofia inovadora de administração pública e exercício da cidadania, centrado no ideal de direito à cidade, entendido como um gesto de responsabilidade e envolvimento nos problemas coletivos. Este era o fundamento da concepção democrática de política pública: a garantia do direito à cidade e à qualidade de vida urbana. Esta foi a maneira como estes grupos se legitimaram enquanto cidadãos, expressando o espírito democrático de poder e dever diante da comunidade e lutando pela preservação dos símbolos de sua identidade e memória.

Dentre essas organizações, o Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG) destaca-se na organização do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, evento voltado para a discussão da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte como pressuposto relevante do Planejamento Urbano empregado pelo Poder Executivo na cidade. Configura-se aí um foco de interesse na década de 1970/80, por constituir, primeiramente, em momento de gênese dos movimentos sociais preservacionistas organizados na Capital; em etapa fundamental para a compreensão das teorias, ideologias e dinâmicas sociais, que marcam a luta do IAB-MG na preservação do patrimônio local; e na construção e desenvolvimento do patrimônio histórico enquanto direito difuso atribuído à sociedade brasileira.

A estratégia empregada pelo IAB-MG naquele episódio (e em outros que o antecederam e sucederam) leva o Instituto a se firmar, na esfera Municipal, como um importante representante social nas discussões sobre política urbana. Não obstante, o objetivo precípua deste trabalho vai ser analisar as *motivações* que levaram o IAB-MG a participar do *I Encontro pela Preservação da Praça da Estação*. Para isso, cabe analisar uma série de

vicissitudes tais como a atuação e a luta pela preservação empenhada pela entidade, as estratégias e instrumentos de mobilização social, os principais parceiros e opositores, as distintas concepções de patrimônio adotadas e defendidas na época, a compreensão do território a ser defendido enquanto Praça da Estação e, por fim, as conquistas no campo da preservação do patrimônio de Belo Horizonte.

*O I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* evidencia-se, neste contexto, como um espaço de discussões que reúne diversas representações da sociedade na “mesa de negociações” e como tal, expõe o confronto político-ideológico entre Poder Público e sociedade civil organizada; sendo também o primeiro testemunho oficial dos esforços do IAB-MG em consolidar um modelo de gestão democrática para a preservação do patrimônio cultural de Belo Horizonte.

Desta forma podemos perceber que a postura do IAB-MG naquele momento expressa os anseios por um modelo alternativo de política urbana, que contivesse e legitimasse o papel dos vários atores sociais em um modelo de governo mais democrático e associado aos valores da identidade e memória de Belo Horizonte. Desta forma, passamos a nos indagar também se os ideais de proteção e preservação do patrimônio cultural, defendidos pelo IAB-MG na década de 1980, seriam os mesmos daqueles constantes e refletidos pela Constituição Federal de 1988. Teria o conceito – amplo – de patrimônio, contido na Constituição, sua gênese em lutas sociais como a que o IAB-MG participa no âmbito municipal? A partir dessas indagações e das pesquisas que empreendemos a seguir, pudemos presumir que, de fato, o conceito de preservação do patrimônio empregado a partir da Constituição tem como antecedente a iniciativa de sensibilização e mobilização social empregada e difundida pelo país por várias iniciativas semelhantes a esta do IAB-MG, onde se pode perceber a presença

da idéia de “patrimônio cultural” enquanto identidade e memória coletiva, ultrapassando-se o viés monumentalista até então vigente.

A relevância do nosso trabalho se dá, portanto, para: as políticas de preservação; resgate da memória histórica de Belo Horizonte; dos movimentos sociais na década de 1970/ 80; para o campo da arquitetura; da sociologia urbana; e para outras pesquisas sobre o assunto - na cidade, no Estado de Minas Gerais e em outros territórios.

## METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa utilizada baseou-se em fontes bibliográficas, documentais e em entrevistas, conforme explicitado a seguir.

Para a elaboração desta pesquisa, tomei como princípio para a elaboração do marco teórico publicações de referência no campo da arquitetura, mais especificamente da preservação do patrimônio, como as “*Cartas Patrimoniais*” publicadas pelo IPHAN, recomendações internacionais concernentes a conceitos e deliberações relativas a intervenção em bens culturais; “*O que é Patrimônio Histórico*” de Carlos A.C. Lemos, compreendida como uma referência básica para os trabalhos na área de preservação do patrimônio; “*As sete lâmpadas da Arquitetura*” de John Ruskin, que debate os valores do patrimônio arquitetônico enquanto bem cultural construído pelo homem; “*Arquitectura Occidental: la arquitectura como historia de formas significativas*” de Christian Norberg-Schulz, que exalta os valores simbólicos da arquitetura; o artigo “*Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo*” de Carlos Nelson Ferreira dos Santos, referência para a discussão do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano; o livro “*A alegoria do patrimônio*” de Françoise Choay, importante discussão sobre o lugar do patrimônio no mundo contemporâneo; “*Belo Horizonte um espaço para a República*” de Beatriz de Almeida Magalhães e Rodrigo Ferreira Andrade, fundamental para se compreender a memória e as ideologias em volta de Belo Horizonte; “*Patrimônio Cultural e Gestão Democrática em Belo Horizonte*” de Flávio Saliba Cunha, artigo que reflete sobre a história e a construção de um modelo de política pública de preservação do patrimônio de Belo Horizonte, atentando para a participação dos movimentos sociais e do IAB-MG neste processo; “*Inventários Urbanos como instrumentos de*

*conservação*” de Leonardo Barci Castriota, resgate das primeiras experiências de preservação do patrimônio instituídas pelo governo municipal em Belo Horizonte que fizeram frente à ampliação do conceito de patrimônio e a compreensão da cultura como processo; *“Algumas considerações sobre o Patrimônio”*, do mesmo autor e que discorre sobre os desafios do patrimônio no Brasil; o *“Guia de Bens Tombados de Belo Horizonte”* editado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, obra de referência para a compreensão da história da política pública municipal na área da preservação do patrimônio em Belo Horizonte; e conseqüentemente o livro *“Praça da Estação: origem e destino”* elaborado pelo IAB-MG e testemunho oficial dos esforços desta entidade pela preservação de um símbolo da cidade de Belo Horizonte; dentre outros títulos.

Como meu estudo ficou centrado na análise do patrimônio da Praça da Estação houve a necessidade de recorrer às bibliotecas e hemerotecas das instituições de ensino e pesquisa da cidade como a PUC-MG, UFMG, Arquivo Público Mineiro, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Biblioteca do Museu Histórico Abílio Barreto, Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa e à Hemeroteca Pública de Belo Horizonte.

Como estratégia para pesquisar o estado da arte da Praça da Estação, na carência de referências mais detalhadas sobre o tema, busquei informações em recortes de jornais do período dessa pesquisa, tais como o Estado de Minas, Jornal da Cidade, Jornal de Casa, Diário da Tarde, Diário do Comércio, Hoje em Dia, O Tempo, Jornal Gazeta Mercantil, Jornal Pampulha e Revista Minas Gerais. Este material apresentava diversas dificuldades para análise como a carência de recortes de jornais de décadas anteriores à de 1990, de material específico sobre o assunto, de interesse do meio em relatar a história da Praça da Estação, informações dispersas, más condições de acondicionamento e conservação dos recortes de

jornais, entraves burocráticos para liberação do material para reprodução e por fim carência de chamadas sobre o assunto nos bancos de dados das instituições de pesquisa e ensino<sup>2</sup>. Apesar das dificuldades elaborei um arquivo pessoal de recortes de jornais sobre a região da Praça da Estação constando de 154 recortes de jornais, situados entre 1980 e 2003, relativos à Praça, à Serraria Souza Pinto, Casa do Conde de Santa Marinha e Centro Cultural da UFMG. Esses artigos me permitiram contextualizar a região da Praça na história da cidade e identificar um dos principais atores sociais envolvidos com a defesa da Praça da Estação: o IAB-MG.

Daí que se observou que não existe nenhum trabalho publicado sobre esse patrimônio, o que existe são livros sobre Belo Horizonte que abordam algumas “passagens” sobre a Praça da Estação. Então parti para a análise da dissertação que encontrei na biblioteca da PUC-MG, de autoria da historiadora Michele Abreu Arroyo<sup>3</sup> intitulada “*Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*”.

A busca de material de jornal aconteceu ao mesmo tempo com o empenho em descobrir alguma bibliografia específica sobre o assunto, encontrando por fim a publicação “*Praça da Estação: origem e destino*”, que consiste da ata oficial do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, evento realizado em agosto de 1981 pelo IAB-MG.

---

2 Concomitantemente com a pesquisa nas hemerotecas da cidade e decorrente da constatação da subutilização do material “científico” presente nas hemerotecas do Município (seja pelas dificuldades de acesso impostas para o público, desconhecimento do potencial científico do suporte ou mesmo pelo avançado estado de degradação em que geralmente se encontram), propôs-se o desenvolvimento de um projeto de pesquisa em parceria com a Biblioteca da Escola de Arquitetura da UFMG. Assim sendo visava-se criar um banco de dados virtual sobre recortes de jornais com o tema patrimônio cultural, fruto da catalogação do material do acervo das hemerotecas de Belo Horizonte. O projeto, no entanto foi abortado em virtude das dificuldades tecnológicas enfrentadas e a não disponibilização de tempo útil e financiamento para elaborá-lo.

3 ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004 236 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Tal descoberta me motivou a estudar o documento e elaborar um artigo científico para a revista discente da EA-UFMG, intitulado “*Praça da Estação: espaço de conflito ideológico na transição democrática brasileira*”, em que discutia a atuação do IAB-MG no *I Encontro pela Revitalização da Praça* como marco do conflito político-ideológico no processo de democratização do país, todavia não publicado. O estudo da bibliografia orientou-se no sentido da análise do discurso, focando em elucidar as ideologias e os posicionamentos político-ideológicos contidos nos discursos das diversas representações presentes no *I Encontro*.

A partir desse momento entendeu-se que era de fundamental importância a reflexão teórica sobre movimentos sociais para construir uma base conceitual que me auxiliasse na pesquisa da defesa da Praça enquanto preservação do patrimônio municipal. Tomei como referência os autores BOBBIO, VAZ DE MELLO, WERNECK e TORO, referendando através dos dois primeiros o conceito de movimentos sociais, e aos últimos, o de mobilização social. Reflito sobre estes termos por compreendê-los como conceitos distintos apesar de fortemente associados e vinculados à pesquisa.

Outro instrumento metodológico utilizado nesta pesquisa foram as entrevistas. Foi compreendido a importância da produção da linguagem cuja realidade fundamental era a interpretação dos fatos históricos ocorridos em torno da preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte. Utilizamos de entrevista aberta ou não estruturada entendendo que seria importante o levantamento de valores e representações sociais e as significações da Praça da Estação para os depoentes. Para a operacionalização das entrevistas foi elaborado um roteiro prévio refletindo as hipóteses explicitadas no conteúdo desta investigação. Tomou-se como cuidado aprofundar a comunicação no processo histórico relatado pelos depoentes,

especialmente visões, juízos e relevância a respeito dos fatores componentes desta dissertação. Apesar do roteiro ter sido concebido como um guia<sup>4</sup>, ele não foi seguido de maneira rígida, mas permitiu que o entrevistador pudesse introduzir novas perguntas, priorizar as temáticas de domínio do entrevistado e ao entrevistado discorrer sobre fatos relevantes para ele e que algumas vezes era de desconhecimento do entrevistador. As entrevistas foram gravadas na totalidade e transcritas literalmente pelo próprio pesquisador, sendo em seguida disponibilizadas aos entrevistados para aprovação do material para utilização nesse trabalho. As entrevistas foram realizadas em local definido pelos entrevistados, como: escritório de trabalho, residência própria, salas de reunião etc. A seleção dos entrevistados seguiu critérios de participação nos movimentos sociais compreendidos no período de 1970/ 80 e representantes do IAB-MG, totalizando 12 entrevistados. São eles: Ana Maria Schmidt, arquiteta participante da diretoria do IAB-MG na gestão 1980/ 81 como 3ª Diretora e com histórico profissional vinculado ao PLAMBEL; Bernardo Novais da Mata-Machado, historiador integrante de movimentos sociais na década de 1980 autor de uma importante pesquisa sobre a Serra do Curral, ainda não publicada; Carlos Henrique Affonseca, arquiteto participante do IAB-MG na década de 1980, ex-funcionário da METROBEL e colaborador na elaboração do livro *“Praça da Estação: origem e destino”*; Gustavo T. Gazzinelli, jornalista ex-presidente do DCE-UFMG na década de 1980 e com histórico de vida vinculado a movimentos estudantis e ambientalistas de cunho local; José Abílio Belo Pereira, arquiteto ex-funcionário do PLAMBEL vinculado à diretoria do IAB-MG na gestão 1980/ 81, exercendo o cargo de tesoureiro; José Ozório Caetano, arquiteto e militante dos movimentos estudantis pela preservação do patrimônio municipal junto à EA-UFMG e membro do IAB-MG em gestões na década de 1980; Liana Valle, arquiteta e militante nos movimentos estudantis da EA-UFMG na década de 1980 e autora do cartaz e das camisetas em prol da

---

<sup>4</sup> Vide roteiro de entrevista no Anexo I.

preservação da Praça da Estação em 1981; Maurício Andrés Ribeiro, arquiteto ex-presidente do IAB-MG na gestão 1982/ 83 e com histórico de vida vinculado à causa ambiental; Ricardo Samuel de Lana, arquiteto muito atuante na área de preservação do patrimônio municipal tendo sido 2º Vice-Presidente do IAB-MG na gestão 1980/ 81, militante em movimentos sociais estudantis e preservacionistas das décadas de 1970 e 1980 e ex-presidente do IAB-MG nas gestões 1988/ 89 e 1990/ 91; Stael de Alvarenga Pereira Costa, arquiteta vinculada ao Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural do IAB-MG e autora de dissertação de mestrado sobre a Praça da Estação nos em 1980; Yara Landre Marques, arquiteta ex-presidente do IAB-MG na gestão 1984/ 85 e historicamente vinculada à participação nas diretorias do IAB-MG desde a década de 1980; e Zenóbia Vanda Grzybowski, arquiteta ex-funcionária do IEPHA-MG, autora do *Processo de avaliação para tombamento do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa - Praça da Estação*<sup>5</sup> na década de 1980, vinculada às diretorias do IAB-MG na década de 1980 e autora de um dos primeiros projetos de graduação no meio acadêmico da EA-UFMG relativo à revitalização da Praça da Estação.

Ademais destes nomes tentou-se entrevistar o arquiteto José Carlos Laender de Castro, arquiteto presidente do IAB-MG na gestão 1980/ 81 e participante do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*; o arquiteto Reinaldo Guedes Machado, presidente do IAB-MG na gestão 1978/ 79, 1º Titular do Conselho Superior do IAB-MG na gestão 1980/ 81 e participante do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*; Hailton Curi, participante do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* como Diretor de Planejamento do PLAMBEL e membro do IAB-MG; Patrício Dutra Monteiro, arquiteto, 2º Diretor do IAB-MG na gestão 1978/ 79 e 1º Diretor da diretoria do IAB-MG na gestão 1980/

---

<sup>5</sup> IEPHA. *Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação - processo de avaliação para tombamento*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984. 185p.

81 e ex-presidente do IAB-MG na gestão 1986/ 87; Reynaldo Luiz Calvo, arquiteto e 1º Suplente da diretoria do IAB-MG na gestão 1980/ 81; e Olavo Pereira da Silva Filho, arquiteto participante da diretoria do IAB-MG na gestão 1982/ 83 e ex-funcionário do PLAMBEL vinculado à questão da preservação do patrimônio municipal desde a década de 1970. No entanto, não se obteve sucesso ou mesmo oportunidade para entrevistar estes arquitetos, tendo muitos destes indicado outros nomes que pudessem discorrer sobre o assunto.

No contato com os entrevistados durante as entrevistas foi inquirido sobre o conhecimento destes de material bibliográfico, documental, ilustrativos e outros que pudessem enriquecer o trabalho. Desta forma, tomamos conhecimento de revistas, panfletos, artigos de jornal, cartazes, camisetas, camisas, cartas e outros materiais relativos ao tema desta dissertação e que muito contribuíram para a elaboração da mesma.

Para o exame desse material foram criadas categorias de análise que refletem as hipóteses formuladas pelo trabalho e tomado como referência a análise do discurso. Compreendendo que o produto lingüístico é uma apropriação daquele que interpreta, que vivencia e que articula.

Optou-se por manter o tom coloquial dos discursos de modo que estes refletissem a opinião e ideologia dos entrevistados, não acautelando quaisquer juízos de valor, reflexões e ênfase dos assuntos pertinentes ao tema; desde que não fossem ofensivos ou comprometedores com os mesmos. Da mesma forma procurou-se distinguir os trechos da entrevista em que o entrevistado pregou maior ênfase ao discurso (do ponto de vista tonal), sublinhando estas palavras e sentenças na transcrição das entrevistas.

A estruturação deste trabalho se dá da seguinte forma: no Capítulo I realiza-se a reflexão teórica sobre Movimentos Sociais e a história política do IAB/ IAB-MG, sobretudo tentando focar a ligação da entidade à causa da preservação do patrimônio. Além disso, retoma-se a história dos movimentos sociais em Belo Horizonte, tentando diferenciá-los segundo sua natureza estudantil, ambientalista e preservacionista como meio de delimitar a gênese do movimento preservacionista em Belo Horizonte e a ligação do IAB-MG a estes.

No Capítulo II discorre-se sobre a identidade da Praça da Estação no contexto urbano de Belo Horizonte, elucidando o panorama político-ideológico que motivou a participação do IAB-MG no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*. Ademais se elabora uma análise profunda sobre a atuação do IAB-MG neste evento.

Em anexo disponibiliza-se o roteiro de entrevista e fontes bibliográficas e ilustrativas complementares.

## CAPÍTULO I

### 1.1 – REFLEXÕES TEÓRICAS

A importância da investigação da noção de movimentos sociais justifica-se para entender a forma de organização do IAB-MG na década 1970 / 1980, uma vez que o sistema político brasileiro desconsiderava todo e qualquer estado de direito atribuído à sociedade civil e esta, para lutar pelos mesmos, recorria à ação coletiva. Desta forma, a mobilização social sobrevive e desponta como revolta social na luta pelos direitos humanos, entendidos como a participação e inclusão nos processos de reformas no país. De modo a ressaltar a compreensão e relevância dos movimentos sociais para o estudo aqui desenvolvido, faz-se a seguir um recorte das noções teóricas sobre movimentos sociais, tentando estabelecer limites entre a atuação de uma entidade de classe (IAB-MG) e o campo social em que está inserida. Com isso, pretende-se avaliar em que medida as noções teóricas sobre movimentos sociais se ajustam ou não ao IAB-MG e ao estudo de caso escolhido: o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*; evento organizado pelo Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil.

As principais teorias sobre movimentos sociais baseiam-se na perspectiva da escolha individual que envolve a criação de um movimento social. Nesse sentido, estuda as motivações da participação individual em constituir uma ação coletiva.

Ao analisar o conceito de movimentos sociais verifica-se a existência de duas correntes teóricas de pesquisa sobre o assunto: a primeira, defendida por estudiosos como Le Bon<sup>6</sup>, Tarde<sup>7</sup> e Ortega y Gasset<sup>8</sup>, discute a ebulição social como ato político e a interpreta como ruptura da ordem existente. Marx<sup>9</sup>, Durkheim<sup>10</sup> e Weber<sup>11</sup> centralizam suas explicações na ação social contida nos movimentos sociais.

Entre as semelhanças nas análises proferidas por esses autores sobre a definição de movimentos sociais encontra-se a percepção da existência de tensões na sociedade, que favorecem ou induzem as transformações sócio-políticas. Daí temos que movimento social é um conceito plural, uma vez que pode ser compreendido como ato político e ação social.

Outro teórico, Neil Smelser<sup>12</sup>, interpreta que os movimentos sociais são um estágio inicial de mudança social, todavia não organizado, para combater as causas ou condições de sua irrupção.

O sociólogo francês Alain Touraine<sup>13</sup> admite outra perspectiva para o termo ao defendê-lo enquanto uma conduta coletiva expressa em um período de tempo - o que pressupõe a

---

<sup>6</sup> LE BON *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, P. 787, v. 2.

<sup>7</sup> TARDE *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, P. 787, v. 2.

<sup>8</sup> ORTEGA Y GASSET *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, P. 787, v. 2.

<sup>9</sup> MARX *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, P. 787, v. 2.

<sup>10</sup> DURKHEIM *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, P. 787, v. 2.

<sup>11</sup> WEBER *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, P. 787, v. 2.

<sup>12</sup> SMELSER, Neil. *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, P. 788, v. 2.

longevidade da ação no processo histórico - e orientada para o conflito de classe e os acordos políticos.

[...] um movimento social não é a expressão de uma contradição; ele faz explodir um conflito. É uma conduta coletiva orientada não para os valores da organização social ou para a participação num sistema de decisões, mas para o objeto dos conflitos de classe que é o sistema de ação histórica. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2004, p. 789).

A noção de movimentos sociais sob o prisma dos conflitos nos é introduzido pelo teórico Melucci (2001) da seguinte forma:

[...] quando se fala de um movimento social, refere-se, geralmente, a um fenômeno coletivo que se apresenta com uma certa unidade externa, mas que, no seu interior, contém significados, formas de ação, modos de organização muito diferenciados e que, freqüentemente, investe uma parte importante das suas energias para manter unidas as diferenças. Assim, tende-se muitas vezes a representar os movimentos como personagens, como uma estrutura definida e homogênea, enquanto, na grande parte dos casos, trata-se de fenômenos heterogêneos e fragmentados, que devem destinar muitos dos seus recursos para gerir a complexidade e a diferenciação que os constitui (MELUCCI, 2001, p.29 *apud* VAZ DE MELO, p. 47)

Dáí pode-se notar que:

O movimento social é para Melucci (2001), um objeto construído pela análise, que não coincide, portanto, com as formas empíricas da ação. Afirma o autor que nenhum fenômeno de ação coletiva pode ser assumido na sua globalidade, porque não expressa nunca uma linguagem unívoca (VAZ DE MELO, 2007, p. 47)

A análise de Melucci sugere que movimento social é um conceito que engloba muitas coerências e contradições, de forma a não se submeter a uma definição teórica rigorosa, mas de ser construído das vontades e incertezas que permeiam a prática coletiva.

---

<sup>13</sup> TOURAINE, Alain *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, P. 789, v. 2.

O teórico Gamson<sup>14</sup> admite ser a organização causa inevitável da institucionalização e burocratização da ação coletiva, mas considera que a realidade empírica dos movimentos sociais está associada a uma realidade mais complexa, que comporta uma série de: “[...] valores, normas, ideologias, cultura e identidade dos grupos sociais estudados. Dessa forma, lança-se um olhar que busca entender a identidade coletiva dos grupos e como essa move a ação coletiva e, conseqüentemente, a participação individual.” (GAMSON, 1992 *apud* VAZ DE MELO, 2007, p. 42).

Assim sendo, Gamson interpreta movimento social como um fenômeno antropológico, baseado no exercício de analisar indivíduo e coletividade conjuntamente e paralelamente e complementa dizendo que: “[...] A identidade coletiva se refere à combinação entre o indivíduo e os sistemas culturais, mais especificamente à questão sobre quem somos ‘nós’.” (GAMSON, 1992 *apud* VAZ DE MELO, 2007, p. 45).

A teoria da Mobilização de Recursos defende que as ações coletivas são motivadas por propósitos políticos, sendo estruturadas quando atingem um grau de auto-suficiência para a conformação de um movimento.

Dessa forma, a filosofia dessa teoria baseia-se:

[...] na lógica racional da interação entre indivíduos, que buscam atingir metas e objetivos, e em estratégias que avaliam os custos e benefícios das ações. [...]... pode-

---

<sup>14</sup> GAMSON, William A. *The social psychology of collective action*. IN: MORRIS, Aldon D. and MUELLER, Carol McClure. *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven and London: Yale University Press, 1992, pp. 53 - 76. *apud* VAZ DE MELO, Andreia Akackauskas *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida*. 2007. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 41, 42, 45.

se sugerir que a razão da participação dos membros está ligada à escolha racional em que o ponto chave é a obtenção de benefícios com tal participação, e não se a pessoa pertence ou não à coletividade certa, ou seja, se tem ou não a identidade requerida para participar da ação coletiva em questão. (VAZ DE MELO, 2007, p. 44).

A teoria dos Novos Movimentos Sociais tem como princípio central a discussão da noção de identidade; da mesma forma que a Teoria da Mobilização Política. Ambas fundamentam-se em uma abordagem cultural dos movimentos sociais e resumem-se na:

[...] utilização de uma determinada interpretação da cultura, em que símbolos, valores, significados, ícones, crenças, códigos culturais em geral passaram a ser destacados. Essas abordagens tratam, portanto, a cultura como um processo. Dessa forma, as análises das ações coletivas privilegiam as representações dos indivíduos sobre o objeto em questão, a partir dos códigos e significados existente; como afirma Gohn (1997): a análise ‘ se move do interior dos indivíduos, de suas representações mentais, para o exterior, para suas práticas sociais’ (p.72). Sendo assim, os descontentamentos, os valores e as ideologias foram resgatados para entender a identidade coletiva dos grupos e a interação com sua cultura (GOHN, 1997 *apud* VAZ DE MELO, 2007, p. 45).

Daí conclui-se que Movimento Social é uma instância de representação coletiva unida pelo ímpeto de satisfação de um objetivo comum, entendido como fruto das vontades e incertezas que permeiam a ação coletiva, que subsiste mediante a prática simultânea de duas concepções ideológicas: a ação social e o ato político. Desta forma, o conflito é prática inerente de sua fundamentação teórica e relaciona-se à diferenças tanto internas quanto externas, devendo o conceito ser tratado como um fenômeno heterogêneo e fragmentado. A compreensão da história enquanto processo (longevidade) consolida a natureza ética do movimento e institui-lhe caráter de representação política, sendo o exercício da comunicação indispensável para a manutenção e perpetuação da união entre as partes.

Não se deve confundir mobilização social com outras formas de união espontânea de pessoas, manifestações, passeatas etc. A mobilização acontece quando um grupo social “[...] decide e

age com um objetivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados por todos.” (TORO; WERNECK, 2005, p. 13).

Os movimentos sociais tratados neste estudo devem ser compreendidos como fruto do processo histórico vivido pelo País, marcado no cenário político pela oposição de grupos sociais ao regime imposto pela Ditadura Militar. Assim sendo, grande parte destes movimentos defendiam a democratização do país e a participação social na gestão urbana enquanto ato político. Por conseguinte, a Democracia surgia como um conceito a ser construído a partir da participação da sociedade civil à igual maneira e concomitantemente à noção de identidade coletiva, uma vez que assumi-la pressupunha reconhecer os deveres e direitos coletivos e individuais do povo brasileiro.

[...] Uma cidade, uma categoria profissional, cada pessoa, todos devem também buscar responder às perguntas básicas: como pretendem se inserir no país, como vão contribuir e participar da resposta do país a estes desafios. [...] Todo processo de mobilização deve ter como meta contribuir para o alcance desses objetivos [...] (TORO; WERNECK, 2005, p. 24).

Segundo o teórico Melucci (1996), o conceito de identidade coletiva relaciona-se ao:

... processo de construção de um sistema de ação, uma vez que a identidade coletiva é uma definição interativa, compartilhada e produzida por um grupo de indivíduos, reativa às ‘orientações’ de suas ações e ao ‘campo’ de oportunidades e constrangimentos nos quais tais ações tomam lugar. Por interativo e compartilhado, o autor quer dizer que esses elementos são construídos e negociados através de um processo repetido de ativação das ligações que ligam os atores. Desse modo, a noção de identidade se refere à continuidade de um sujeito... quanto às suas adaptações ao ambiente; à delimitação desse sujeito com respeito aos outros e à habilidade para reconhecer e ser reconhecido (MELUCCI, 1996, *apud* VAZ DE MELO, 2007, p. 46).

De maneira sucinta pressupõe-se então que:

[...] a identidade coletiva é um processo de aprendizado que conduz à formação e à manutenção do ator empírico unificado, a que Melucci (1996) se refere como sendo o movimento social. Através desse processo, Melucci (1996) afirma que o ator coletivo desenvolve uma habilidade para resolver problemas apresentados pelo ambiente e se torna cada vez mais independente e autônomo em sua capacidade para ação nas redes de relacionamentos nas quais está situado (VAZ DE MELO, 2007, p. 46)

Segundo a autora,

[...] A identidade coletiva pode ser pensada como um instrumento tanto para moldar a vida do movimento social como para estabelecer a participação individual, pois, segundo Friedman e McAdam (1992), a identidade coletiva se refere àquela identidade ou status que liga o indivíduo nas atividades do movimento através do resultado da sua participação. Ao mesmo tempo, identidades coletivas funcionam como incentivos seletivos que motivam a participação (VAZ DE MELO, 2007, p. 47 e 48).

A maior conquista política dos movimentos sociais que lutavam em prol da democratização do país foi a promulgação da Constituição Federal brasileira em 1988. Ela definiu a democracia como sistema político oficial do país, amparado na noção de “Estado Democrático de Direito”, como forma de legitimar o poder emanado do povo. Cabe à população construir e zelar por este Estado de Direito, como premissa básica para o exercício da cidadania. Assim sendo, a democracia é uma construção diária compartilhada por aqueles de dever e direito: o povo e todas as suas formas legítimas de representação; – daí a validade do princípio de equidade englobar as mais diversas esferas da vida humana (política, cultural, econômica etc.). A prosperidade do país é delegada então à população, responsável tanto por sua construção e transformação quanto pelo dever de resgatar a nação do caos.

[...] Na democracia a ordem social se produz a partir da própria sociedade. As leis são criadas, direta ou indiretamente, pelos mesmos que as vão cumprir e proteger. [...] Como a ordem social é criada por nós, o agir ou não agir de cada um contribui para a formação e a consolidação da ordem em que vivemos. Em outras palavras, o

caos que estamos atravessando não surgiu espontaneamente. A desordem que tanto criticamos também foi criada por nós. Portanto,... se fomos capazes de criar o caos, também podemos sair dele. (TORO; WERNECK, 2005, p. 17 e 19).

A legislação federal incorporou na íntegra os preceitos difundidos pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), como forma de: “[...] nos comprometemos com a formulação de um projeto de desenvolvimento... que seja baseado nos Direitos Humanos e que contribua para transformá-los de projeto ético em um projeto público, em uma visão de mundo, um discurso, uma decisão e uma ação.” (TORO; WERNECK, 2005, p. 22).

Por último, cabe atentar também que os movimentos sociais devem ser encarados pela necessidade de superação frente às resistências, oposições e: “[...] adversários que possuem o monopólio dos instrumentos de controle social” (VAZ DE MELO, 2007, p. 50).

A manifestação do descontentamento, por parte de profissionais arquitetos que exerciam a função de técnicos em entidades vinculadas ao Poder Público Estadual, com o *modus operandi* da gestão pública encontrava apoio na representação de classe dos arquitetos mineiros, quando o Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil resolve organizar-se e assumir lugar de destaque na defesa do patrimônio cultural municipal de Belo Horizonte.

A continuação analisa-se a trajetória histórica do IAB e de seu Departamento de Minas Gerais (IAB-MG) de forma a situar historicamente a entidade no contexto das ebulições sociais das décadas de 1970/ 80.

## 1.2 - A TRAJETÓRIA DO IAB/ IAB-MG

### - A história do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB)

O Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) surge no Rio de Janeiro, no ano de 1921:

[...] Reunidos na sala de História e Teoria da Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, vinte e sete engenheiros-arquitetos estabeleceram a fundação do Instituto Brasileiro de Arquitetura, mais precisamente às 16 horas do dia 26 de Janeiro de 1921. O arquiteto Gastão da Cunha Bahiana foi eleito o primeiro presidente (IAB) <sup>15</sup>.

A criação do IAB tem por objetivo dar reconhecimento à profissão<sup>16</sup> de Arquiteto e sintonizá-lo no processo de transformação urbana verificado na cidade do Rio de Janeiro nessa época. Assim sendo, era uma boa oportunidade para a promoção da profissão de arquiteto, tornando-a conhecida do público e das autoridades.

As primeiras causas defendidas pelo IAB referem-se à: “[...] divulgação da arquitetura, através da organização de uma campanha para realização de concursos públicos e de uma tabela de honorários que pudesse servir de parâmetro para a remuneração dos serviços.” (IAB).

---

<sup>15</sup> <http://www.iab.org.br/historia>

<sup>16</sup> Entende-se por reconhecimento à profissão a promoção da atividade e a preocupação com a formação e o exercício da mesma.

Em 1922, parte dos fundadores, motivados por divergências políticas com o grupo original, funda a Sociedade Central de Arquitetos. Dois anos mais tarde, no entanto, notado o enfraquecimento da categoria: “[...] as duas entidades fundiram-se dando origem ao Instituto Central de Arquitetos [...]” (IAB).

A iminência da celebração do IV Congresso Pan-americano de Arquitetos em 1930, no Rio de Janeiro, proporcionou inquietação entre os profissionais da classe, motivados pelo: “[...] embate entre as duas correntes da arquitetura: o neocolonial e o modernismo. [...] No IV Congresso prevalece a corrente modernista, oficialmente assumida pelo Instituto... em agosto de 1931.” (IAB).

O IAB assume o engajamento pela arquitetura moderna, se opondo à corrente que defendia o estilo neocolonial. Alguns anos mais tarde, em 1935-36, o Instituto lança sua primeira publicação oficial - *Arquitetura e Urbanismo* -, que perdura até o ano de 1938.

Em 1944, o Instituto se posiciona contrário à ditadura do governo Vargas, e a favor da anistia e pela convocação de uma Assembléia Constituinte.

O IAB expande suas fronteiras territoriais a partir da primeira metade da década de 1940, ao instituir departamentos estaduais pelo Brasil, descentralizando a esfera administrativa da representação do Rio de Janeiro. Os primeiros departamentos criados foram o de Minas Gerais (IAB-MG) e o de São Paulo: “A esta altura, a entidade estava perfeitamente consolidada e era preciso avançar”.(IAB)

A proliferação dos departamentos estaduais e a preocupação em manter os propósitos políticos e a união da organização levaram à criação, em 1957:

[...] do Conselho Superior do Instituto de Arquitetos - COSU, integrado por representantes de todos os departamentos estaduais e ex-presidentes eleitos a cada dois anos (pondo fim aos mandatos anuais). Passa a ser atribuição do COSU traçar a política do Instituto e eleger a Diretoria Nacional. Estava assim definida a estrutura federativa do IAB. (IAB).

Concomitantemente, a manutenção de uma publicação - a revista *Arquitetura* (1961-68) -, congregava o pensamento da categoria. Em 1963, a entidade adquire representação frente à UIA - União Internacional de Arquitetos.

Em 1964 os militares assumem o poder do país. No entanto isso não representou impedimento para que o IAB se opusesse publicamente à criação e operação do BNH - Banco Nacional de Habitação – e aos demais: “[...] problemas urbanos decorrentes do desenvolvimento na década anterior... luta contra invasão do capital multinacional com reflexos diretos no exercício profissional”. (IAB).

Nos anos subseqüentes da década de 1960 tem-se a: “[...] transição do poder central para a estrutura federativa da entidade”, o que resultaria nas reformas estatutárias segundo as quais se conformam o IAB na atualidade. Em 1972, a sede nacional da entidade é transferida para Brasília e consolida-se: “[...] o processo de implantação da estrutura federativa e democrática da entidade.” (IAB).

As reuniões semestrais do COSU, organizadas de forma a permitir a ampla participação dos associados, seriam as responsáveis por fortalecer o Instituto e sua atuação em todas as esferas administrativas.

Na primeira metade da década de 1970 é criada a ABEA - Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura - e em fins de 1976 acontece o IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, em São Paulo, evento que reúne seis mil arquitetos e estudantes; que protestam contra a repressão imposta pela ditadura: “[...] O IAB havia estado por um largo período voltado para si mesmo em busca de sobrevivência, da reorganização nacional, do repensar a formação e prática profissionais.” (IAB).

Em 1977 a Diretoria Nacional do Instituto é transferida para Porto Alegre e passa a assumir um papel de liderança social:

É o IAB propondo-se a exercer um papel de esclarecimento, apoio e orientação. Buscando conquistar posição de liderança cultural nos assuntos a que lhe são pertinentes, preservando absoluta independência, tentando uma ação conjunta com a comunidade e outras organizações profissionais e culturais. (IAB).

O IAB se vê envolvido com: “[...] uma atuação mais política da entidade” (IAB). Neste sentido, evoca o debate de temas como: “[...] a degradação da vida urbana, da herança cultural do povo, da devastação do ambiente natural e da contaminação ambiental” (IAB).

A Direção Nacional retorna para o Rio de Janeiro em 1980 sustentando a premissa de: “[...] contribuir para a construção de uma sociedade mais democrática e uma nação independente” (IAB). Fruto disso foi à realização do: “[...] XI Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado em Salvador, debate o tema - O Arquiteto e Gestão Democrática da Cidade - antecipando-se à essa questão que passaria a ter repercussão nacional ao longo de toda essa década.” (IAB).

Durante a década de 1980, o IAB debate incessantemente temas relacionados à questão urbana, à política habitacional, à legislação profissional, a fim de definir posições. Esta

postura influencia no futuro político de vários representantes das diretorias do IAB, que vendo-se envolvidos com o processo de abertura política do país, tornam-se referências para a implantação e consolidação de gestões de natureza democrática.

[...] Com o início da abertura democrática do país, inúmeros arquitetos, defendendo posições da categoria, foram chamados a assumir funções em novos governos, eleitos democraticamente. Telmo Magadan assume a presidência do EBTU - Empresa Brasileira de Transportes Urbanos [...]. (IAB).

Em 1987 o IAB lança outra publicação oficial, denominada ARQ, com distribuição no âmbito nacional, de modo a informar sobre os trabalhos empreendidos pela entidade. Neste mesmo ano o país retoma sua representação no Conselho da UIA - União Internacional de Arquitetos, e traz para o Brasil a sede do Grupo de Trabalho - Patrimônio da Arquitetura das Américas - da UIA; que aborda a questão da preservação do patrimônio na América Latina sob o prisma da: “... conquista de espaço para a fala dos povos colonizados, cujo patrimônio foi quase inteiramente depredado pelo colonizador.” (IAB).

Em 1988, às vésperas de se promulgar a nova Constituição Federal, o:

[...] Conselho Superior do Instituto conclama os departamentos estaduais a uma manifestação forte e conjunta, encaminhando emendas ao Congresso Nacional exaustivamente debatidas pela categoria, referentes à Reforma Urbana. [...] Manifesta-se em conjunto com outras entidades nas questões relativas à Defesa da Tecnologia Nacional e pelas eleições diretas em 1988 (IAB).

Desta forma o IAB expunha suas convicções participativas e democráticas na história política do país, configurando-se como ator ativo nas lutas sociais pelas reformas urbanas, imbuído de responsabilidade social perante os rumos da nova realidade democrática que se abre para o futuro do Brasil.

**- A história do Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil – (IAB-MG)**

O Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG) foi fundado a partir da filiação da Sociedade Mineira de Arquitetos ao IAB Nacional, em 2 de outubro de 1943.

A Sociedade Mineira de Arquitetos (SMA) é fundada em 04 de julho de 1940 por vários arquitetos, ex-fundadores da Escola de Arquitetura, fato este que estabelece forte vinculação entre as duas entidades. A razão de ser da SMA baseia-se na: “[...] necessidade de união dos arquitetos, sugerindo a criação de um órgão para a defesa de seus interesses” (IAB-MG)<sup>17</sup>. No entanto a entidade sobrevive por pouco tempo, sendo desativada em 24 de outubro do mesmo ano. Três anos mais tarde a SMA é reaberta e sua direção conclama os arquitetos a trabalharem para o bem comum e pelo prestígio da Escola de Arquitetura: “[...] O Arquiteto Sylvio de Vasconcellos foi designado Secretário Executivo da Sociedade que congregava também os estudantes de arquitetura” (REVISTA MÓDULO/ ARQUITETURA E ARTE, 1983, p. 56).

Com a filiação, elege-se o primeiro presidente do IAB-MG: o arquiteto Luiz Pinto Coelho. Entre os assuntos tratados por sua diretoria estava a legitimação dos diplomas da Escola de Arquitetura. Um ano mais tarde, em novembro de 1944, o arquiteto Sylvio de Vasconcellos apela à direção da entidade no sentido de que esta agisse para elevar a moral da classe. Assim sendo, o Instituto deveria fazer-se: “[...] representar e salientar social e oficialmente em

---

<sup>17</sup> <http://www.iabmg.org.br>

reuniões, conferências e nos meios artísticos da capital [...]”, como modo de alavancar sua representatividade junto à sociedade civil (IAB-MG).

A posse da segunda diretoria do Instituto, em 1945, conta com a presença de representantes de entidades de prestígio na época, como a: “[...] Sociedade Mineira de Engenheiros, Associação Comercial, Partido Comunista... todos os sócios do Instituto de Arquitetos, professores, alunos do Instituto de Belas Artes [...]” (IAB-MG).

O IAB-MG lança a revista “Arquitetura e Engenharia” em 1946 e dois anos mais tarde, a preocupação no preenchimento de vagas de professores na Escola de Arquitetura destaca-se como tema patente das reuniões de diretoria.

Em 1951, um ano antes de assumir a presidência da entidade: “... o arquiteto Sylvio de Vasconcellos propunha reformas dos Estatutos da entidade...”, que são aprovadas, vindo a estabelecer-se uma nova configuração para a representação de classe. (IAB-MG)

Sylvio de Vasconcellos assume a presidência do IAB em junho de 1952 e demite-se em dezembro do mesmo ano, fato este responsável por instaurar uma crise na entidade; da qual só emergiria em 1953, na iminência da organização do II Congresso Brasileiro de Arquitetos. Na pauta de discussões do congresso figura a denúncia à: “[...] constante ameaça de outros profissionais trabalhando no campo da arquitetura, que realmente deveria ser exclusivo dos arquitetos [...]” (IAB-MG).

Desde este período almejava-se construir uma estrutura física que comportasse a sede da entidade, fato consumado somente em meados da década de 1970. O IAB-MG prospera e

adquire respeitabilidade junto aos órgãos de governo, sendo convidado a participar das discussões pela reformulação do código de obras de Belo Horizonte; em 1957.

Em 1959, a arquiteta Suzy Pimenta de Mello desponta como a primeira mulher a ocupar um cargo na Diretoria do IAB-MG, como suplente do Conselho Superior. Nesse momento torna-se imprescindível organizar a entidade em comissões, responsáveis por assuntos de interesse da entidade; figurando-se entre estas a de patrimônio.

Um ano mais tarde o Instituto manifesta-se contra a prerrogativa do governo do Estado de construir a Câmara Municipal de Vereadores no interior do Parque Municipal; adotando postura em consonância com os interesses da sociedade belo-horizontina.

O arquiteto Alípio Pires Castelo Branco formula, em 1961, os novos paradigmas a serem adotados pela entidade: “o problema essencial da profissão do arquiteto é deficiência do mercado de trabalho, e que todos os outros problemas do IAB, do arquiteto da classe e da Escola, dependem da solução do primeiro” (IAB-MG).

Nos dois anos seguintes a 1964 o IAB-MG ficaria relegado ao ostracismo devido à repressão do governo Militar às entidades da sociedade civil organizada.

Em 1966, o arquiteto Jessé Guimarães de Brito retoma as atividades do Instituto rogando pela prosperidade e união da classe. Por conseguinte desenvolve-se a 1ª Premiação Anual de Arquitetura do IAB-MG, seguida do VII Congresso Brasileiro de Arquitetos, ambos organizado em 1968, em Belo Horizonte. Os temas debatidos no Congresso estavam

intimamente ligados à realidade da sociedade brasileira de fins dos anos 1960: renovação de área urbana, exercício da profissão do arquiteto, legislação profissional e mercado de trabalho. Nessa época nota-se: “[...] a falta de participação da Diretoria [...]” do IAB-MG em meio à crise na relação com a Escola de Arquitetura da UFMG, que se pronunciaria publicamente depreciando o Congresso ao denominá-lo: “[...] ‘Congresso de Comunistas’”<sup>18</sup> (IAB-MG).

Em 1974, na gestão do arquiteto István Farkasvolgyi, as demandas da entidade junto à Prefeitura Municipal são atendidas na forma de doação: o Instituto recebe um lote no bairro Mangabeiras para a construção do edifício sede do IAB-MG. Assim sendo: “[...] Em novembro de 1975, abria-se o Concurso de Anteprojetos para o edifício sede do IAB-MG, que previa espaço exclusivo para o IAB, espaço sócio-cultural de finalidade múltipla, e espaço destinado à exploração comercial.” (IAB-MG). A proposta de Éolo Maia saiu vencedora do Concurso, mas, no entanto, devido à não disposição em concretizar um projeto provisório, coube ao arquiteto Fernando Pimentel, 2º colocado, ser nomeado para materializá-lo.

Um período de crise se instala no IAB em meados da década de 1970, resultado, entre outras coisas, da: “[...] falta de chapas a concorrerem às eleições, o que poderia levar ao encerramento das atividades do Departamento” (IAB-MG).

---

<sup>18</sup> A Escola de Arquitetura foi alvo de retaliações por parte do Governo Militar, que responsabilizou alguns professores do corpo docente por atos subversivos. Assim sendo, o Diário Oficial de 24 jun. 1966 condenava ao exílio o Professor Sylvio de Vasconcellos, que segundo o Diário da Justiça:

“facilitou, acompanhou, permitiu, tomou parte, consciente e deliberadamente, em todas as atividades comunizantes ou cubanizantes, dentro e fora da Escola que dirigia, tentando mudar a ordem política e social estabelecida na Constituição e a tomada de poder; [...] cartazes que ofereciam aulas de marxismo, também ostensivamente; duas vezes por semana, pelo menos, os favelados de Belo Horizonte iam para a sua Escola, para se doutrinar com a pregação revolucionária, de origem espúria e estrangeira; tocavam-se discos cubanos, com hinos e discursos de Fidel Castro” (PINTO; PERPÉTUO, 2005)

A insatisfação popular com a destruição da Serra do Curral<sup>19</sup>, um dos símbolos naturais de Belo Horizonte, motiva o IAB a pronunciar-se em 1977: “[...] o IAB enviava ao então Governador Aureliano Chaves, um manifesto cobrando ações no sentido de neutralizar os impactos ambientais negativos devido à mineração da MBR na Serra do Curral em Belo Horizonte” (IAB-MG). Outra luta travada neste período foi a participação nas manifestações pela anistia.

Uma campanha organizada em finais dos anos 1970 em parceria com a comunidade da UFMG e que marcou a história do IAB-MG foram os protestos contra a construção do Aeroporto de Confins; obra com fundamentos técnicos questionáveis de estudo geológico e de grande impacto para o patrimônio espeleológico da região de Lagoa Santa. O sucesso da campanha resulta na revisão do local de implantação da pista do aeroporto, que é deslocada aproximadamente um quilômetro do sítio original que constava na proposta do governo militar.

Em Belo Horizonte, as inundações freqüentes do Rio Arrudas causam um elevado número de desabrigados, resultando em um grave problema habitacional e de calamidade pública, que perdura até início da década de 1980. Em agosto de 1981, realiza-se o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, evento no qual o Instituto conclama a sociedade e órgãos do governo a debaterem sobre a importância simbólica do espaço público enquanto suporte da identidade da capital. O IAB-MG manifesta-se contrário à concepção centralizadora do governo federal em exercer um modelo de planejamento urbano alheio à esfera local.

---

<sup>19</sup> Vide maiores detalhes no subitem **1.6.2** - Movimentos sociais que antecederam o I Encontro pela Preservação da Praça da Estação.

Estas situações são encampadas pelo IAB-MG no sentido de questionar o Poder Público a respeito das premissas do desenvolvimento urbano da capital. O Instituto também iria manifestar-se publicamente mediante o suplemento técnico arquitetônico VÃO LIVRE, parte integrante da revista “Informador das Construções”.

Em sintonia com o processo de abertura política do país, o IAB-MG engaja-se com mais afinco nas causas que afligem a coletividade, promovendo:

[...] discussões e debates sobre a nova cidade que se construía junto a Açominas nos município de Ouro Branco; a luta pela preservação das grutas e abrigos que contém pinturas rupestres junto a área onde se constrói o novo aeroporto de Belo Horizonte; a fundação da Associação Profissional dos Arquitetos, como embrião do futuro Sindicato; a denúncia sobre a questão habitacional especialmente dos favelados removidos das áreas mais atingidas por inundações; a luta pela preservação da Praça da Estação em Belo Horizonte, um dos marcos históricos da cidade; a articulação crescente com outras entidades da Sociedade Civil, especialmente as dos engenheiros, economistas, sociólogos e os movimentos conservacionistas.” (IAB-MG, grifos meus)

Esta postura para com a sociedade motiva a entidade a consolidar-se como um ator importante nas discussões por uma melhor qualidade de vida urbana, valendo-se de: “[...] princípios ou diretrizes que poderiam orientar a ação do IAB-MG, no sentido de representar cada vez mais e melhor os interesses e aspirações dos profissionais, além do interesses e aspirações da comunidade na qual aqueles se inserem.” (IAB-MG).

Como resultado, a forma de atuação da entidade é ditada a partir de então pela:

[...] prática de discussões amplas reunindo órgãos do governo, entidades de classe e movimentos civis para discutir numa das tônicas a atuação do IAB-MG,... [...] Tomando a iniciativa ou participando de iniciativas de outras entidades,... assuntos tais como a legislação do uso do solo, o patrimônio cultural, a habitação, os transportes, as enchentes que vêm assolando as áreas urbanas, entre outros (IAB-MG).

O canal de divulgação dos trabalhos do IAB-MG vai ser a mídia escrita, representada pelas revistas especializadas de arquitetura de circulação regional ou nacional como a revista “Arquitetura e Engenharia”, o encarte “Vão Livre”, a revista “Informador das Construções” e a revista “Pampulha”.

Na comemoração dos cinquenta anos da Escola de Arquitetura da UFMG, em 1980, o IAB-MG é convidado a realizar uma exposição panorâmica de seus trabalhos. O prestígio que o Instituto adquire junto à Universidade decorre do fato de que: “[...] grande parte dos associados ao Departamento constituía-se de ex-alunos da Escola.” (IAB-MG).

Como conseqüência das ebulições sociais motivadas pela abertura política do país, o IAB-MG assume papel de representante da sociedade civil na luta pela construção de uma nação mais democrática, ideal este que seria expresso no programa de trabalho da Diretoria eleita para o biênio 82/83:

- Articular-se aos demais setores da sociedade representados por suas entidades, cuja atuação esteja dentro das perspectivas por nós definidas;
- Acolher e incentivar todas as atividades e iniciativas que contribuam para uma atuação mais consciente do arquiteto e para uma melhor conceituação de seu papel real e potencial;
- Prestar apoio efetivo aos grupos que atuam junto ao IAB, dando-lhes o suporte necessário para que a discussão de seus temas seja ampliada até os demais arquitetos e levadas à população, as posições daí decorrentes; (IAB-MG).

Em 1983 o IAB-MG também participa da manifestação contra a derrubada do Cine Metrópole, importante referência cultural situado na Rua da Bahia, no centro da Capital.

Anos mais tarde, em 1985, a capital sedia o Congresso Brasileiro de Arquitetos, evento organizado pelo IAB-MG que reúne 4.500 arquitetos para discutirem a profissão.

Assim sendo, a proteção e preservação do patrimônio cultural da cidade figuram entre os deveres atribuídos à entidade, da mesma forma que a manutenção de propósitos participativos em suas deliberações. Tal atitude é expressão da consciência de sua responsabilidade social perante a comunidade e meio pelo qual o IAB-MG constrói uma nação mais democrática.

Por fim, o compromisso sócio-cultural do IAB-MG para com a sociedade civil é o responsável por levar a entidade a adotar a preservação do patrimônio cultural como uma das bandeiras na luta urbana.

### 1.3 – A História da Praça da Estação

A seguir apresenta-se a cronologia da Praça da Estação, onde considerou-se como Praça da Estação o conjunto urbano formado pela Praça Rui Barbosa, a edificação da Serraria Souza Pinto, a edificação que comporta o Centro Cultural da UFMG e a casa do Marquês de Santa Marinha. Assim sendo elaborou-se a legenda a seguir de modo a identificar a história destes bens enquanto conjunto e paralelamente, enquanto exemplar arquitetônico isolado; que com o passar dos anos conforma um conjunto paisagístico heterogêneo e interligado:

Legenda:

Praça da Estação - normal

Serraria Souza Pinto - itálico

Centro Cultural UFMG – sublinhado

Casa Marquês de Santa Marinha – negrito

Estudos sobre a praça e seu entorno mostram que ali se deu o primeiro surto de industrialização de BH. Exemplos disso são a Serraria Souza Pinto e a Companhia Industrial de Belo Horizonte (atual 104 Tecidos). A região é marcada pelo que se pode chamar de arquitetura ferroviária, incluindo os armazéns da RFFSA e as casas para os funcionários. É a única esplanada localizada no centro da cidade.<sup>20</sup>

1894 – Instalação da Comissão construtora da Nova Capital de Minas Gerais, no antigo Arraial de Curral Del Rei, iniciando os trabalhos com a cravação da estaca zero do ramal

---

<sup>20</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 30 out. 1994. p. C-04.

férreo de ligação com a Estrada de Ferro Central do Brasil, a partir do entroncamento da Estação de General Carneiro, em Sabará.<sup>21</sup>

- Lançamento da pedra fundamental do prédio da Estação de Minas, projetado sob a orientação do arquiteto José de Magalhães e previsto para ser erguido às margens do Ribeirão Arrudas, no ponto mais baixo da malha urbana da nova capital.<sup>22</sup>

1895 – Aprovação da Planta Geral da Cidade de Minas, futura capital do Estado, elaborada pela Comissão Construtora, sob a chefia do engenheiro Aarão Reis, determinando-se a demolição de todo o antigo Arraial de Curral Del Rei para a implantação da nova cidade.<sup>23</sup>

- A região já tinha movimento, pois estavam assentados os trilhos de um ramal ferroviário trazendo todo o material necessário para a construção da capital mineira. Essa pequena ferrovia ligava a Praça da Estação até a localidade de General Carneiro onde havia o entroncamento com as linhas da Central do Brasil.<sup>24</sup>
- Inauguração do ramal ferroviário da nova capital e BH ganha sua primeira ponte, a Davi Campista, sobre o Arrudas, em plena Praça da Estação.

---

<sup>21</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>22</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>23</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>24</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

- Maio/ 1895 – O engenheiro Aarão Reis, responsável pela planta de Belo Horizonte, previa a construção da estação ferroviária como um pórtico de entrada da cidade<sup>25</sup> (portanto, a área merecia destaque especial, por se constituir a “porta de entrada” da cidade, através do transporte ferroviário.<sup>26</sup> O projeto da estação, de autoria do arquiteto José de Magalhães teve também a colaboração de Edgard Nascentes Coelho e José Verdussem.<sup>27</sup>

1896 – Construção junto à Praça da Estação, dos galpões e do casarão do industrial e construtor português Antônio Teixeira Rodrigues, o conde de Santa Marinha.<sup>28</sup>

**- 1896: Construção da edificação, construída por Antônio Teixeira Rodrigues, o conde de Santa Marinha, um dinâmico industrial português, cujas oficinas funcionavam ali perto.<sup>29</sup> Foi construído próximo à rede ferroviária por ser esse o local que ligava as pedreiras situadas nos arredores ao centro da cidade.<sup>30</sup>**

1897 – Chegada à Estação de Minas do comboio de inauguração da nova capital, então denominada Cidade de Minas, com a presença do presidente do estado, Bias Fortes.<sup>31</sup>

---

<sup>25</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>26</sup> NOSSA MAIS IMPORTANTE PRAÇA ESTÁ SENDO AMEAÇADA, Belo Horizonte, 02 a 08 jan. 1983, p. 4 (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>27</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 30 out. 1994, p. C-04.

<sup>28</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>29</sup> Para maiores informações vide SME NOTÍCIAS, Belo Horizonte, jun. 1995.

<sup>30</sup> Para maiores informações vide JORNAL O TEMPO, Caderno Magazine, 29 mar. 2001, p. 03.

<sup>31</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

- 1897: Construído o primeiro prédio da praça, na época da inauguração de Belo Horizonte. O projeto, bastante eclético, foi assinado pelo arquiteto José de Magalhães, com a participação dos arquitetos e desenhistas Edgard Nascentes Coelho e José Verdusem.<sup>32</sup>

1898 – Início do funcionamento do primeiro mostrador (relógio) público da cidade, instalado na torre do prédio da Estação de Minas.<sup>33</sup>

- 1898: A estação ferroviária ganhou um relógio público instalado em sua torre dominante. Apesar de sua beleza e características mostrou-se a estação insuficiente ou inadequada para as novas necessidades surgidas. Posteriormente houve o calçamento com paralelepípedos da área da Praça da Estação.<sup>34</sup>

1899 – Incorporação oficial do ramal férreo da nova capital, construído pela Comissão Construtora, à Estrada de Ferro Central do Brasil, após ser adquirido pela União.<sup>35</sup>

- 1899: Construção da edificação em estilo neoclássico, que originalmente tinha o uso de hotel, onde se alojavam os técnicos e engenheiros trazidos para construir a nova capital.

**1900 – Morre o Conde de Santa Marinha.<sup>36</sup> (SME Notícias, 06/1995) Ele morreu aos 50 anos.<sup>37</sup>**

---

<sup>32</sup> Para maiores informações vide JORNAL HOJE EM DIA, Caderno Minas, 11 nov. 1997. p. 07.

<sup>33</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>34</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>35</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

1901 – Mudança do nome da capital mineira, de Cidade de Minas para Belo Horizonte.<sup>38</sup>

**1903 – O casarão passa a abrigar o Colégio Santa Maria. Sua estrutura arquitetônica foi modificada para abrigar, em 1906, o Colégio Santa Maria.**<sup>39</sup>

1904 – Os jardins datam de 1904 e, mais tarde, a construção de um coreto foi necessária para a realização de retretas muito prestigiadas por toda a população local.<sup>40</sup>

1906 – Conclusão dos trabalhos de embelezamento, iniciados em 1904, com a arborização e o ajardinamento da Praça da Estação, considerada o cartão de visitas da cidade.<sup>41</sup>

- Os jardins da praça foram entregues à população. Abrigavam um coreto. Logo surgiu um aglomerado de hotéis e pensões na região, com opções para todos os bolsos, que abrigavam desde presidente até operários.<sup>42</sup>
  
- Construção, na praça, da grande fábrica de tecidos da Companhia Industrial de Belo Horizonte.<sup>43</sup>

---

<sup>36</sup> Para maiores informações vide SME NOTÍCIAS, Belo Horizonte, jun. 1995.

<sup>37</sup> Para maiores informações vide JORNAL O TEMPO, Caderno Magazine/ Crônica, 17 jun. 2000. p. 10.

<sup>38</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>39</sup> Para maiores informações vide JORNAL O TEMPO, Caderno Magazine/ Crônica, 17 jun. 2000. p. 10.

<sup>40</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>41</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>42</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 30 out. 1994. p. C-04.

<sup>43</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

1911 – Espaço é cedido para a instalação da Escola Livre de Engenharia de Belo Horizonte.

**- O casarão é comprado pela RFFSA, que a transforma em escritório da Seção do Café.<sup>44</sup>**

1913 – Implantação do primeiro desvio ligando a via férrea da Central a um estabelecimento industrial, A Serraria, de Garcia de Paiva e Pinto, junto à Praça da Estação.<sup>45</sup>

- Instalação, na Praça, do busto em bronze homenageando a heroína brasileira Anita Garibaldi.<sup>46</sup>

- *Inauguração do prédio da Serraria Souza Pinto, com estruturas de ferro importadas da Bélgica e fachada em estilo eclético. Um construtor português, Augusto de Souza Pinto, decide fundar um estabelecimento que cedesse materiais para a construção e reforma de prédios públicos e particulares.*<sup>47</sup>

1914 – Nova denominação para a Praça da Estação, - Praça Cristiano Ottoni -, em homenagem às atividades deste político mineiro no setor ferroviário.<sup>48</sup>

1916 – Instalação de gradil para que somente pudesse entrar no prédio quem fosse viajar.<sup>49</sup>

---

<sup>44</sup> Para maiores informações vide SME NOTÍCIAS, Belo Horizonte, jun. 1995.

<sup>45</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>46</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>47</sup> JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno 2ª Seção, 27 jul. 1995. p. 06.

<sup>48</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>49</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 30 out. 1994. p. C-04.

1919 – Inauguração do tráfego de bitola larga ligando Joaquim Murtinho a Belo Horizonte, com a construção das estações da Gameleira, Jatobá, Barreiro e Calafate.<sup>50</sup>

1920 – Demolição do edifício da Estação de Minas, na praça, e a construção do prédio da Estação da Oeste de Minas, na rua Sapucaí.<sup>51</sup>

- Lançamento da pedra fundamental do novo prédio da Estação Central, com a presença do presidente do estado, Arthur Bernardes.<sup>52</sup>
  
- Inauguração do prédio da Estação da Oeste de Minas, na rua Sapucaí. Projeto elaborado sob a responsabilidade de Caetano Lopes e construído pelo engenheiro Antônio Gonçalves Gravatá.<sup>53</sup>
  
- Visita do rei Alberto e da Rainha Elizabeth, da Bélgica, recebidos apoteoticamente por uma grande multidão espalhada pela Praça da Estação. Os soberanos belgas chegaram em companhia do presidente da República, Epitácio Pessoa, em vagões projetados especialmente para a ocasião.<sup>54</sup>
  
- 1920 – Iniciou-se a demolição da estação da Central do Brasil, pois a consideravam antiquada e não condizente com o progresso da cidade. Nesse mesmo ano foi inaugurada, no lado oposto, a estação da Estrada de Ferro Oeste de Minas, na Rua

---

<sup>50</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>51</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>52</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>53</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>54</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

Sapucaí. O acontecimento se deu por ocasião da visita dos reis da Bélgica, com grandes festejos populares e ampla cobertura da imprensa da capital. Também neste ano começamos trabalhos para se projetar uma nova estação ferroviária para a Central do Brasil. O arquiteto Luiz Olivière optou por um prédio de linhas neoclássicas dominando a praça, mas sem abafá-la. Essa estação foi construída pelo empreiteiro Antônio Gonçalves Gravatá.<sup>55</sup>

- *Década de 20 – Apogeu da Serraria Souza Pinto.*<sup>56</sup>
- **1920 – Quando começaram as obras de construção do novo prédio da estação, o escritório da seção de construção da Central do Brasil mudou-se para lá.**<sup>57</sup>

1922 – Inauguração do novo prédio da Estação Central, com a presença do presidente do estado, Raul Soares. Edificado no mesmo local do anterior, teve projeto do engenheiro Caetano Lopes, com desenho do arquiteto Luiz Olivieri, e construção do engenheiro Antônio Gravatá.<sup>58</sup>

- Inauguração da estação a 11 de novembro de 1922 pelo Presidente do Estado, Raul Soares. Foi considerado, então, o mais belo edifício ferroviário da

---

<sup>55</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>56</sup> Para maiores informações vide JORNAL DIÁRIO DA TARDE, Caderno 02, 20 maio 1994. p. 18.; JORNAL DE CASA, Caderno 01, 20 maio 1994. p. 09; JORNAL HOJE EM DIA, Caderno Cultura, 26 abr. 1997. p.01.

<sup>57</sup> Para maiores informações vide JORNAL O TEMPO, Caderno Magazine/ Crônica, 17 jun. 2000. p. 10.

<sup>58</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

América do Sul.<sup>59</sup> Tinha 15 linhas e 3 plataformas.<sup>60</sup> Foi projetado por Luís Olivieri, sob orientação de Caetano Lopes Júnior.<sup>61</sup>

1923 – Nova denominação para a Praça da Estação – Praça Rui Barbosa - , em homenagem ao grande jurista brasileiro, recém-falecido. <sup>62</sup>

Abril/1923 – a praça recebe a denominação de Praça Rui Barbosa<sup>63</sup>

1924 – Implantação do projeto de reforma paisagística da Praça da Estação, elaborado pelo arquiteto Magno de Carvalho; construção de canteiros ajardinados, dois lagos, dois caramanchões, escadas, sarjetas e arruamentos; instalação de quatro esculturas representativas das estações do ano, além de dois tigres e dois leões; calçamento dos passeios ao redor dos jardins em mosaico português.<sup>64</sup>

- A praça foi reformada pelo arquiteto e desenhista Magno de Carvalho. Posteriormente recebeu pavimentação em macadame e caçadas em mosaico português.<sup>65</sup> Reforma muda o estilo do projeto paisagístico da Praça da Estação do inglês para o francês, sob o comando do arquiteto Magno de Carvalho.<sup>66</sup>

---

<sup>59</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>60</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 30 out. 1994. p. C-04.

<sup>61</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Gerais, 12 ago.2004. p. 24.

<sup>62</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>63</sup> Para maiores informações vide NOSSA MAIS IMPORTANTE PRAÇA ESTÁ SENDO AMEAÇADA, Belo Horizonte, 02 a 08 jan. 1983, p. 4 (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>64</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>65</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>66</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Gerais, 30 nov. 2005. p. 28.

1925 – Edificação de novos armazéns da Central junto ao Casarão do Conde de Santa Marinha.<sup>67</sup>

1926 – Lançamento da pedra fundamental do Viaduto Arthur Bernardes (Viaduto Santa Tereza), construído para facilitar o acesso aos bairros Floresta e Santa Tereza. Projeto do engenheiro Emílio Baumgart, executado sob a supervisão técnica da Estrada de Ferro Central do Brasil.<sup>68</sup>

- Inauguração das obras de reforma paisagística da Praça da Estação, com a transferência do busto de Anita Garibaldi para o Parque Municipal.<sup>69</sup>
- Ficam prontos os novos jardins da praça, depois de reformas radicais. O estilo adotado é o francês: jardins geométricos, alamedas realçando as cercas vivas, as estátuas das quatro estações, dois leões e dois tigres.<sup>70</sup>
- “Em 05 de agosto de 1926 é lançada a pedra fundamental para a construção do Viaduto de Santa Tereza, [...]”<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>68</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>69</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>70</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 30 out. 1994. p. C-04.

<sup>71</sup> Para maiores informações vide ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004 236 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 94.

1927 – Fundação da UFMG e prédio passa a fazer parte do acervo patrimonial da entidade. A escola de engenharia funcionaria no edifício até 1989, quando a faculdade é transferida para suas novas instalações.

1930 – Inauguração do *Monumento à Terra Mineira*, com a presença do presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Obra do escultor italiano Júlio Staracce, homenageando bandeirantes e inconfidentes.<sup>72</sup>

- Em 15 de julho inaugura-se o Monumento da Terra Mineira, criado pelo escultor Júlio Staracce, com a presença do Presidente do Estado, Antônio Carlos, e milhares de pessoas que enchiam toda a praça e ruas vizinhas.<sup>73</sup>

1931 – Os jardins apresentavam magníficos contornos valorizados pelas roseiras e hortênsias em todo o seu esplendor. As estátuas em mármore de Carrara, os prédios circunvizinhos em estilo neoclássico e os postes de iluminação faziam Belo Horizonte parecer uma autêntica cópia de Paris.<sup>74</sup>

1935 – *Inauguração do Viaduto de Santa Tereza, projetado pelo engenheiro catarinense Emílio Baumgart.*<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>73</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>74</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>75</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 30 out. 1994. p. C-04.

1936 – Construção do Viaduto da Floresta, sob a fiscalização do arquiteto e engenheiro Otávio Goulart Pena.<sup>76</sup>

- Inauguração, na praça, da fonte luminosa Independência, projeto de Antônio Corrêa Beraldo.<sup>77</sup>
- Entrega da fonte luminosa “Independência” que funcionava regularmente aos domingos.<sup>78</sup>
- Inauguração do Viaduto de Santa Tereza.<sup>79</sup>
- Construção do Edifício Chagas Dória pela Rede Ferroviária, na confluência da Rua Sapucaí com a Avenida Paraopeba.<sup>80</sup>

1938 - Inauguração do Viaduto da Floresta.<sup>81</sup>

1940/ 1950 – Acelerada expansão urbana, horizontal e vertical de Belo Horizonte. Grande desenvolvimento do transporte rodoviário, provocando a mudança no uso da Estação Central,

---

<sup>76</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>77</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>78</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>79</sup> Para maiores informações vide ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004 236 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 94.

<sup>80</sup> Para maiores informações vide ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004 236 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 98.

<sup>81</sup> Para maiores informações vide ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004 236 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 94.

restringindo-a ao transporte de cargas e a alguns trens suburbanos, intermunicipais e interestaduais. Perda da importância do trem como meio de transporte para o ônibus, o automóvel e o avião.<sup>82</sup>

- “Na Praça da Estação ocorrem intervenções de grande porte para compatibilizar sua centralidade em relação ao transporte ferroviário e circulação do transporte coletivo e particular que ali se entrecruzavam de forma cada vez mais intensa”.<sup>83</sup>

- “Com o objetivo de resolver o problema de cruzamento entre vias públicas e linha férrea, foram projetados para a extremidade da Praça dois viadutos: o dos Viajantes, conhecido como viaduto da Floresta, e o viaduto de Santa Tereza”.<sup>84</sup>

- *Década de 40 – Início da desativação da Serraria Souza Pinto com a interrupção do fornecimento (transporte) de madeira e ao avanço das edificações que utilizavam o concreto armado.*<sup>85</sup>

Década de 50 – Com a introdução de outros meios de transporte, a ferrovia vai perdendo seu espaço paulatinamente.<sup>86</sup>

---

<sup>82</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>83</sup> ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004 236 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 93.

<sup>84</sup> ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004 236 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 93.

<sup>85</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Segunda Seção, 21 mar. 1993; JORNAL DE CASA, Caderno 01, 20 maio 1994. p. 09

<sup>86</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

- A Praça de Estação forma, com uma série de edificações antigas, um notável conjunto arquitetônico à espera de sua revitalização e melhor aproveitamento de seus espaços. Projetos não faltam e sucessivas administrações públicas prometeram tornar realidade a transformação da área em centros de lazer e cultura. Infelizmente, a burocracia e a alegada falta de verbas paralisaram todas as iniciativas como a da transformação do antigo Instituto de Eletrotécnica da UFMG em Centro Cultural. Hoje, esse prédio localizado nas esquinas da Rua da Bahia com Avenida Santos Dumont está em completa decadência, pedindo socorro.<sup>87</sup>

*Década de 60 - Serraria Souza Pinto transforma-se em estacionamento de automóveis.*<sup>88</sup>

1963 – Duplicação da Avenida dos Andradas, entre as ruas Caetés e Guaicurus, com abertura de nova pista junto ao Ribeirão Arrudas acarretando grande perda de área ajardinada da praça.<sup>89</sup>

- Retirada dos caramanchões e de um dos lagos e transferência das esculturas representativas das estações *Inverno e Outono* para a Praça Afonso Arinos, e dos dois leões para o Jardim Zoológico.<sup>90</sup>
- 04/1963 – Duplicação da Avenida dos Andradas e redução de parte dos jardins da praça obrigou a retirada das esculturas que conformavam o projeto paisagístico.<sup>91</sup> A

<sup>87</sup> Para maiores informações vide ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>88</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno 2ª Seção, 27 jul. 1995. p. 06.

<sup>89</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>90</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>91</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Gerais, 30 nov. 2005. p. 28.

obra reduziu 15 metros nos dois módulos dos jardins da Praça da Estação. A redução deixou a Praça sem dois de seus caramanchões e levou para o Zoológico de Belo Horizonte as duas esculturas dos *Leões* em mármore deixando os dois *Tigres* para trás. Deve ser provavelmente da época a retirada da *Banhista*, que chegou em 1943 ao Museu Histórico Abílio Barreto, onde está até hoje.<sup>92</sup>

- Transferência da escultura *Inverno* da Praça da Estação para a Praça Afonso Arinos, quando da duplicação da Avenida dos Andradas. A escultura *Outono* também foi transferida nesta data e foi roubada em 2001.<sup>93</sup>

*1966 – Prédio é completamente desativado.*<sup>94</sup>

1969 – Retirada dos jardins da Praça Rui Barbosa das outras duas estátuas em mármore, representativas das estações *Primavera e Verão*, transferidas para o Palácio da Liberdade, devido à má conservação.<sup>95</sup>

- A escultura *Primavera* deixa a Praça da Estação para ser instalada nos jardins do Palácio da Liberdade. Da mesma forma, a escultura *Verão* foi transferida para a Praça da Liberdade.<sup>96</sup>

*Década de 70/ 80 – Em estado de semi-ruína, serviu como oficina mecânica, estacionamento e abrigo de mendigos.*<sup>97</sup>

---

<sup>92</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cultura, 24 mar. 2004. p. 06.

<sup>93</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cultura, 24 mar. 2004. p. 06.

<sup>94</sup> Para maiores informações vide MINAS GERAIS, 14 fev. 1990. p. 8 e 9.

<sup>95</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>96</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cultura, 24 mar. 2004. p. 06.

1972 – Criação da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com os bairros periféricos da cidade, em exagerada expansão, determinando a implantação de um sistema viário dinâmico para atender à demanda crescente pelo transporte coletivo.<sup>98</sup>

1975 – Criação da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), impulsionadora da implantação das Empresas Metropolitanas de Transportes Urbanos.<sup>99</sup>

1978 – *Prédio passa a pertencer o Banco de Crédito de Minas Gerais, ficando fechado até 1987, quando foi alugado.*<sup>100</sup>

1980 – Retorno de manifestações políticas, comícios e passeatas à Praça da Estação, que volta a ser um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o governo, apesar de maltratada.<sup>101</sup>

- Início da campanha liderada pelo IAB/MG, pela preservação do acervo urbanístico da Praça Rui Barbosa, ameaçado de descaracterização pela implantação de uma estação do trem metropolitano. A proposta GEIPOT/ METROBEL/ EBTU ameaça demolir o conjunto arquitetônico da praça, com a instalação de vários terminais de ônibus para a integração com o metrô. Grupos de defesa do patrimônio cultural se mobilizam e lançam um movimento pioneiro em Belo Horizonte, de proteção e recuperação de um espaço urbano historicamente significativo.<sup>102</sup>

---

<sup>97</sup> Para maiores informações vide JORNAL HOJE EM DIA, Caderno Cultura, 26 abr. 1997. p.01

<sup>98</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>99</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>100</sup> Para maiores informações vide JORNAL DE CASA, Caderno 01, 20 maio 1994. p. 09

<sup>101</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>102</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

- 1980 – Governo do Estado adquire o prédio da Serraria Souza Pinto<sup>103</sup>.

1981 – Realização do I Encontro pela Revitalização da Praça Rui Barbosa, com debates sobre a importância da preservação de seu conjunto urbano, contando com a participação dos técnicos dos poderes públicos que propunham a instalação do metrô e representantes políticos e de entidades civis de proteção do patrimônio cultural.<sup>104</sup>

- Criação da Divisão Especial do Metropolitano de Belo Horizonte, denominada DEMETRÔ.<sup>105</sup>

- 1981 - Prédio da Serraria Souza Pinto é tombado pelo IEPHA/MG, dentro de todo o conjunto da Praça da Estação. O IAB promove um seminário sobre a revitalização da Praça da Estação.<sup>106</sup>

- Agosto/1981 – IAB elabora documento final do seminário “Praça da estação: Origem e Destino”, do qual participaram órgãos municipais e estaduais de Planejamento, representantes da Rede Ferroviária Federal, de entidades preservacionistas do patrimônio histórico de Belo Horizonte, UFMG e os órgãos envolvidos na execução de projetos na área, como Metrobel, Sudecap, Copasa e Geipot. O seminário teve por objetivo discutir e traçar uma política que defina diretrizes para a conservação da área da Praça da estação e a compatibilização dos projetos ali executados, como o de alargamento do canal do Rio arrudas, PACE e Trem Metropolitano, para que fossem implantados sem interferência no

---

<sup>103</sup> JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 03 jul. 1994. p. 32.

<sup>104</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>105</sup> Para maiores informações vide Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003).

<sup>106</sup> Para maiores informações vide JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 15 abr. 1995. p. 15; JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno 2ª Seção, 27 jul. 1995. p. 06.

Patrimônio Histórico. Moções foram propostas no sentido de montar uma Comissão que funcionaria como uma Câmara Consultiva, que acompanhasse todos os processos de intervenção em áreas de interesse para preservação. Esta comissão seria integrada por órgãos públicos, de planejamento e execução de obras, pela Escola de Arquitetura, IAB e outras entidades civis. No caso da Praça da estação, foi sugerido que os prédios a serem preservados, na medida do possível, fossem transformados em centros de atividades culturais; que o paisagismo da Praça da estação, já alterado, fosse feito apenas com espécies nativas e, principalmente fosse constituída a Comissão Municipal de Tombamento, sob a presidência do Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, além da criação da Fundação Municipal de Cultura.<sup>107</sup>

- Apesar do compromisso de todos os órgãos em acatar as decisões do seminário, pouco ou quase nada foi feito. Na administração do prefeito Júlio Laender, sob a Coordenação do Departamento de Cultura, da Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, foi formada uma comissão, com participação de instituições como IAB, Plambel, Iepha, Museu Abílio Barreto, UFMG e as Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e de Obras, entre outras. E, segundo o diretor do Departamento de Cultura, o artista plástico José Alberto Nemer, a principal tarefa dessa Comissão foi apresentar um projeto a ser aprovado pela Câmara, criando a Lei Municipal de Tombamento. Sem esta lei, o município não dispõe de nenhum mecanismo para proteger as edificações de interesse histórico da cidade.<sup>108</sup>

---

<sup>107</sup> Para maiores informações vide NOSSA MAIS IMPORTANTE PRAÇA ESTÁ SENDO AMEAÇADA, Belo Horizonte, 02 a 08 jan. 1983, p. 4 (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

<sup>108</sup> Para maiores informações vide NOSSA MAIS IMPORTANTE PRAÇA ESTÁ SENDO AMEAÇADA, Belo Horizonte, 02 a 08 jan. 1983, p. 4 (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

## **1.4 - MOVIMENTOS SOCIAIS**

### **– Movimentos Sociais em Belo Horizonte**

Trataremos neste capítulo dos movimentos sociais em Belo Horizonte da década 1970/ 1980. Eles se dividem basicamente em: movimentos estudantil, ambiental e de preservação do patrimônio; sendo que estes dois últimos estão muito interligados. Outra manifestação social recorrente é a atuação da mídia escrita e televisiva em prol da preservação do patrimônio da cidade, com especial destaque para a coluna do cronista Carlos Drummond de Andrade nos jornais da época (Estado de Minas e o Jornal do Brasil).

As décadas de 1970 e 1980 representam o momento de abertura política do Brasil, que favoreceu o afloramento de movimentos sociais urbanos de diversas naturezas e índoles, dedicados a lutar em prol da liberdade de expressão e da construção de um estado de direito democrático. No âmbito municipal esta ebulição social se refletiu na organização de um movimento de preservação do patrimônio de Belo Horizonte, voltado a preservar os espaços marcadamente atrelados à identidade e memória dos belo-horizontinos. Assim sendo, o movimento era contrário às conseqüências que a especulação imobiliária desenfreada acarretava para o tecido urbano da cidade e para a história da metrópole.

A causa preservacionista no patrimônio cultural tem como expoentes os movimentos estudantis oriundos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG), que até a década de 1980 sustentava a condição de única instituição voltada para

o ensino de arquitetura em Belo Horizonte. Dentre as diversas faculdades, a Escola de Arquitetura congregava parcela significativa das discussões e ebulições sociais em prol da preservação do patrimônio, fato este comprovado também por alojar, em suas dependências, a sede do Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG), durante os anos 1970 e início dos 1980. Este comprometimento com os rumos que tomava a Capital era motivo da preocupação também por parte de professores da Escola, sobretudo aqueles ligados às disciplinas de História da Arquitetura, Arquitetura Brasileira e Planejamento Urbano; destacando-se a atuação da professora Suzy de Mello, Sylvio de Vasconcellos, Radamés Teixeira, Ivo Porto de Menezes e Luciano Peret.

Uma interessante relação se estabelece entre o movimento ambientalista, que demonstra um certo grau de organização e consolidação por parte da sociedade no cenário estadual, e o de preservação do patrimônio, em vias de despontar na Capital. Assim sendo, estes movimentos confluem no episódio da destruição da Serra do Curral e nos acontecimentos ligados à construção do Aeroporto de Confins. Paralelamente aos episódios de repercussão municipal, tem-se testemunho do surgimento de movimentos de bairros, que dão parte da dimensão que as esferas relacionadas à construção de consciência pela liberdade de expressão e identidade atingem na Capital e que tão bem marcam a sociedade dos anos 1970 e 1980 no Brasil.

O IAB-MG surge neste contexto como uma representação de classe ativa nas lutas urbanas que mobilizam o país unindo-se a outras instituições e representações e contando com o apoio de técnicos ligados a órgãos de governo (funcionários na Fundação João Pinheiro (FJP), Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (PLAMBEL), Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (METROBEL), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) para, juntos,

despontarem como um movimento representativo e identificado com os anseios populares de reforma urbana; – e configurando-se desde cedo como ator imbuído de parcela significativa de responsabilidade social na busca pela construção de uma nação democrática. Assim sendo, atua no intuito de zelar pela preservação e valorização dos espaços públicos urbanos significativos para a coletividade e na sustentação e difusão do debate das demandas sociais em curso (com destaque para a discussão sobre a preservação do patrimônio na esfera municipal).

O Instituto adere ao movimento de preservação do patrimônio como fruto da ebulição social pelas transformações urbanas que sacudiam o país. A partir de então a entidade ganharia prestígio junto à sociedade, fato este que garantiria: “[...] uma repercussão muito grande o posicionamento do IAB” (MARQUES<sup>109</sup>, 2007). Um dos frutos deste comprometimento pelas causas que moviam o país foi a consolidação de: “[...] um grupo de arquitetos muito comprometidos em torno das direções do IAB e eram pessoas que vinham dessa área de patrimônio, de meio ambiente, de planejamento principalmente. Então havia essa questão muito presente” (MARQUES, 2007).

Na época era escasso o número de entidades civis organizadas presentes na cidade. Além do mais, a causa urbana mobilizava os mais diversos interesses, de estudantes a ambientalistas. Tão logo as mobilizações sociais tomariam uma dimensão tal que: “[...] As entidades que existiam ou elas estavam juntas ou elas estavam em oposição. Então não tinha muita alternativa não” (MARQUES, 2007). Por conseguinte, o IAB-MG passaria a concentrar parte

---

<sup>109</sup> MARQUES, Yara Landre. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 18 de jun. 2007. 1 fita cassete (90 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

destas entidades, cedendo seu espaço físico para reuniões e garantindo sua estrutura física; como por exemplo, o Sindicato dos Jornalistas.

#### 1.4.2 - A evolução da preservação do patrimônio na década 1970/ 80: uma história de resistência e conscientização

Até início da década de 1980, a concepção de preservação de patrimônio difundida entre os diferentes segmentos sociais estava muito atrelada aos cânones defendidos pelos órgãos oficiais de preservação – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) -, tendendo o primeiro a priorizar a preservação dos grandes núcleos coloniais e ao segundo voltar suas atenções para a esfera dos povoados; como afirma a depoente:

Acho que até mais ou menos nessa época a visão era de que dentro do IPHAN, por exemplo, que era um órgão federal, o que que era importante em termos de preservação eram as cidades históricas do ciclo do ouro. Essa é uma coisa bem patente. Principalmente porque a política de preservação estava voltada para essas cidades. E o IEPHA reflete isso também. Que aí o IEPHA entra com uma política estadual,... mas ele tem um trabalho muito mais: em núcleos menores ou em povoados. [...]... Porque existia aí uma superposição também. O IPHAN acho que tem algumas cidades que ele elege como sendo importantes, tipo Ouro Preto, Diamantina, etc. O IEPHA também trabalha nessas cidades também. Mas trabalhou às vezes mais em Sabará, trabalhou em outros núcleos tipo Serro, em outros núcleos menores que tem uma importância menor em relação à essas cidades de maior peso, digamos assim, em relação ao patrimônio histórico. E a questão desse período mais do ciclo do ouro, da época colonial, é que tinha o foco da política de preservação de patrimônio (SCHMIDT<sup>110</sup>, 2007, grifos meus)

Assim sendo, a missão do IEPHA-MG nos primeiros anos da década de 1970 consistia em:

“... proteger e evitar a destruição iminente da herança histórica mineira...”, entendida como aqueles: “... bens da época colonial mineira não contemplados com a ação do IPHAN, embora de grande valor”. Desta forma, o IEPHA-MG complementava a atuação do IPHAN ao buscar

---

<sup>110</sup> SCHMIDT, Ana Maria. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 18 maio 2007. 1 fita cassete (90min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

compreender a formação da sociedade mineira; cuja origem associava-se com a cultura e os valores barrocos: “[...] a ponto de se representar o estado e sua gente pelos ícones e imagens ligadas ao Barroco”. (CARSALADE, 2003)

Os antecedentes históricos da preservação em Minas Gerais, se deparam que a proteção do patrimônio tinha, até princípios da década de 1980, uma natureza exclusivamente institucional, sendo delegada e exercida pelo órgão competente: o IEPHA-MG.

[...] Fora isso, sinceramente, eu não encontro nada anterior a não ser do ponto de vista institucional, alguma iniciativa que o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA – tenha tomado através de seu Conselho Consultivo; aí voltado para Minas Gerais como um todo. O IEPHA ele é criado como órgão de colaboração do IPHAN. Está inclusive na lei. E ele está muito mais preocupado com o século XVIII, com o patrimônio barroco das chamadas ‘cidades históricas’ (MATA-MACHADO<sup>111</sup>, 2007)

Assim sendo, verifica-se que a proteção do patrimônio histórico brasileiro na década de 1980 estava organizada a partir dos órgãos oficiais do governo, sendo o IPHAN no âmbito federal e o IEPHA-MG no estadual, que agiam de forma a privilegiarem a proteção aos bens excepcionais. Alguns Estados brasileiros também possuíam órgãos estaduais de proteção nesta época, como a Bahia. No entanto, não havia a praxe de se proteger bens mediante tombamentos municipais, uma vez que não estava organizada uma instância de proteção nesta esfera. Este fato acarretava alguns percalços “[...] porque a questão passava pela discussão não do patrimônio de referência local. O excepcional que era patrimônio. Então ficava mais distante da discussão da cidade em si” (GRZYBOWSKI<sup>112</sup>, 2007)

---

<sup>111</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 26 jun. 2007. 1 fita cassete (90min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

<sup>112</sup> GRZYBOWSKI, Zenóbia Vanda. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 19 de jun. 2007. 1 fita cassete (90 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

O órgão nacional de preservação mostrava-se seletivo e daí desatento pela valorização do patrimônio cultural local (como por exemplo, o de Belo Horizonte), uma vez que direcionava todos os seus esforços à preservação da identidade nacional; entendida como o conjunto de bens da arquitetura colonial. A rubrica do “nacional”<sup>113</sup> destacava para a sociedade uma seleção do que era ou deixava de ser patrimônio, relegando então, da esfera de relevância nacional, a manifestação pública baseada em laços afetivos, culturais, identitários, estéticos, históricos e artísticos de representatividade local. A preservação do patrimônio ficava restrita àquilo que era de interesse do IPHAN, único “juiz do tempo”, detentor do poder de distinguir o grau de abrangência e importância dos bens culturais para a identidade e memória coletiva.

A partir da década de 1970/ 1980, com a eclosão em nível federal da discussão sobre identidade nacional, o conceito de patrimônio coletivo admite duas concepções baseado na abrangência do termo: a primeira, centrada naquele conjunto de bens culturais relevantes ou discriminados pelo IPHAN como sendo patrimônio nacional, fato este que enfatizava o caráter do Instituto como patrono responsável pela preservação dos bens relativos à identidade nacional – imbuído aí o apelo e efígie de “soberania nacional”, que tanto enalteciam a forma de governo centralizador que, todavia era praticada nos anos 1980. A segunda dimensão relaciona-se aos símbolos e referências locais que faziam parte de uma memória coletiva que, pelo simples fato da sociedade civil entendê-los como **patrimônio cultural** de direito (seja por sua relevância na história da cidade; por representar a expressão artística de uma época ou mesmo por se associar intimamente às expressões culturais de um grupo social), tornavam-se

---

<sup>113</sup> Sobre este respeito, as obras remetentes ao século XVIII constam como as mais preservadas pelo IPHAN no Brasil. Assim sendo, enquanto as obras do século XVIII perfazem 54,7% dos bens tombados em nível nacional, os bens referentes ao século XX atingem apenas o percentual de 0,9%; e destes, deu-se prioridade para a preservação de bens do modernismo da escola carioca e de exemplares da arquitetura de pós-1937 (RUBINO, 1996).

passíveis de apropriação pública pela singular manifestação social que representavam ou abrigavam; configurando a identidade de um grupo social.

Nasce daí um confronto ideológico amparado pelas divergências políticas entre Governo e sociedade civil baseado em última instância no direito à participação na cidade. O direito de expressão da manifestação pública no tempo e no espaço era relegado à segundo plano, uma vez que não se enquadrava nos instrumentos técnicos de análise do órgão (gestor) nacional; ou não constavam do foco do mesmo. O patrimônio passava a ser classificável pelo IPHAN, seguindo uma hierarquia própria, que reduzia seu conceito a uma esfera de análise (bem nacional), a uma esfera de interesse (estilo colonial), a uma esfera política (soberania nacional) – que deviam fazer frente às incômodas incursões públicas democráticas; empenhando-se em impor a imagem e ideologia de um sistema político centralizador, de caráter e natureza incontestáveis e direito irrevogável. Direito este que lhe era outorgado politicamente, mas que lhe era sonogado socialmente e pelos quais as entidades representativas da sociedade civil organizada se mobilizavam para lutar pelos seus direitos. Aí se inclui o IAB-MG.

[...] Muita coisa já tinha sido perdida em termos de patrimônio no centro da cidade. E ainda restavam na época vários edifícios importantes e tal. Então como essa política de patrimônio histórico focava na questão do colonial, o que é importante pra história do Brasil e tudo. Era uma forma também de mostrar que assim, ela era uma cidade nova (Belo Horizonte tava nos seus 80 e poucos anos), mas que tinha uma história que devia ser respeitada, considerada e preservada. (SCHMIDT, 2007, grifos meus)

Por outro lado, Belo Horizonte vivenciava o dilema de ser e conservar-se moderna. Destruir e construir como forma de não se expor à classificação do passado e seus estilos, seus tempos,

seus costumes. Em conseqüência, o patrimônio eclético era encarado como referência de passadismo frente às inovações apresentadas pela Arquitetura Moderna.<sup>114</sup>

[...] Eu acho que é um pouco nesse sentido que essa coisa meio autofágica (demolindo e construindo o novo) fazia com que a cidade perdesse essa referência, essa história. Então, por exemplo, o Bar do Ponto que tinha na Afonso Pena com Bahia e tal. Onde se construiu o Othon. Aí você tem outros exemplos de demolição. O Centro hoje ele está, mais ou menos, em alguns trechos, ainda com edificações preservadas porque em determinado momento ele passa a não ser interessante como espaço central para atividades mais “nobres” - vamos dizer assim. De atividades economicamente mais interessantes. O centro se desloca pra Savassi. Ali é que acontece uma modificação grande desse conjunto da área dos funcionários. Então ali que se dá também essa renovação mais intensa de verticalização e tal. Então o eixo de crescimento do centro passa pela Savassi, depois. (SCHMIDT, 2007)

Ainda explica outro entrevistado:

[...] Por exemplo: na Rua Pernambuco esquina de Rua Tomé de Souza, onde tem uma galeria comercial hoje, um predinho pequeno de três andares, ali tinha uma casa muito, muito bonita. Seguramente hoje ela seria tombada. Descendo a Rua Pernambuco, onde hoje tem uma edificação do Colégio Santo Antônio, tinha uma outra casa que era a ‘Detalhe Decorações’ que era belíssima a casa, com um jardim incrível também. Ecléticas todas as duas. Foram todas derrubadas, na maior. (AFFONSECA<sup>115</sup>, 2007, grifos meus)

A insatisfação especialmente de arquitetos com a situação precária em que se encontrava o patrimônio histórico da cidade frente à expressiva transformação urbana (proporcionada pela massiva verticalização do centro da cidade iniciada na década de 1950), que dilacerava o tecido urbano possivelmente se configura como um dos motivos da eclosão do movimento preservacionista em Belo Horizonte nos idos anos 1970/ 1980. Este ideal de progresso não

<sup>114</sup> PINTO, Cléo Alves; PERPÉTUO, Maini de Oliveira identificam o conflito de concepções entre as duas gerações de arquitetos que formavam o corpo docente da Escola de Arquitetura de Minas Gerais (instituição que posteriormente daria origem a EAUFMG) – fundadores e ex-alunos – nos idos anos 1950. Assim sendo, havia aqueles partidários dos estilos arquitetônicos consolidados, como o Art Déco, e outros simpatizantes da Arquitetura Moderna. (PINTO; PERPÉTUO, 2005)

<sup>115</sup> AFFONSECA, Carlos Henrique. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 20 jun. 2007. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

considerava a preservação do centro histórico da cidade como depoimento da época de sua fundação, ligado ao planejamento e desenvolvimento urbano.

[...] Então o movimento que levou isso foram assim, arquitetos que foram se aglutinando em volta de uma idéia de segurar alguma coisa para que a cidade de Belo Horizonte não acabasse. Porque tudo em Belo Horizonte poderia ser demolido. Várias coisas absurdas foram feitas: no prédio onde foi os Correios, hoje é o Sulamérica Sulacap [...] Então assim, a cidade está acabando (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

A tese de desatenção com o patrimônio é reforçada pela lembrança do conjunto arquitetônico demolido na cidade nesta época, fato este que impelia os arquitetos a tecer um espírito crítico frente à completa apatia com que a sociedade e os órgãos públicos encaravam o cenário belo horizontino:

[...] Os pouquíssimos exemplares de arquitetura art-nouveau aqui em Belo Horizonte não tem mais nada, foi tudo embora. Tinha uma casa na Avenida João Pinheiro que tem um prédio de apartamentos imenso no lugar hoje. Então foi indo! ...A cidade foi sendo descaracterizada violentamente, principalmente nesta época porque foi uma época de logo depois dos anos 70 que teve aquele “Milagre Econômico” e a cidade começou a verticalizar, no centro, derrubando ela - a autofagia, ela se devorando. E no lugar construindo edifícios novos de inclusive, qualidade estética bastante questionável, em vez de, por exemplo, manter esta parte central da cidade intacta e ela crescer pra outros vetores (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

No entanto, a destruição do patrimônio não era causada exclusivamente pela especulação imobiliária deflagrada na cidade, mas também era contemporânea com outras ondas de progresso e a carência de uma política pública municipal de preservação do patrimônio local, além de uma instância de governo a quem recorrer.

[...] Outra coisa que acontece também foi quando eles arrancaram a vegetação do canteiro central da Avenida Bernardo Monteiro entre o Colégio Arnaldo e a Afonso Pena. Aqueles quarteirões ali, que eram cobertos pelos mesmos ficus e na Afonso Pena também, que foi em 1962-63; que eles arrancaram. O prefeito era o Jorge Carone. Arrancou toda a vegetação da Afonso Pena que tinha no centro dela. Os

ficus igual têm na Avenida Bernardo Monteiro. Isso aí teve muito grito da sociedade. [...] A sociedade ficou indignada porque era muito bonito aquilo. E em função de que? De passar carro. E isso as pessoas que moravam na região e apreciavam aquilo. Eu era novo naquela época. [...]... Desse trecho da Avenida Bernardo Monteiro foi em 1974. Eu imagino que se houvesse esse órgão de preservação do patrimônio municipal na época, isso não teria acontecido. Que é tombado, por exemplo, os ficus da Avenida Bernardo Monteiro, não podem ser removidos. As mangueiras na frente do Colégio Arnaldo não podem ser removidas, são imunes de corte. Tem várias coisas que não são só patrimônio físico, arquitetônico, que são protegidos em Belo Horizonte. Então eu imagino que se nessa época esse órgão de patrimônio de Belo Horizonte já existisse, várias dessas coisas não teriam sido feitas. (AFFONSECA, 2007, grifo meu)

Essas mesmas premissas são lembradas e ressentidas enquanto perda irreparável da memória e dos laços afetivos com o espaço:

[...] Outra questão que a gente pode considerar relevante foi o “Milagre Brasileiro”, na década de 1970, que levou a uma grande dinamização da área da construção civil. Com isso, boa parte da cidade eclética (que dizem que era um dos maiores conjuntos ecléticos do mundo), o de Belo Horizonte, foi por “água abaixo”. Essa região da Savassi, Funcionários, Santa Efigênia. E é uma coisa que eu não tive uma relação afetiva com isso, mas certamente muitas pessoas devem ter tido. Devem ter visto isto com muita tristeza. Isso foi uma coisa que aconteceu em um período de poucos anos, menos de dez anos talvez. Que destruiu o principal patrimônio que a cidade tinha: o conjunto, a malha urbana. (GAZZINELLI<sup>116</sup>, 2007)

A índole e conseqüências das intervenções urbanas realizadas no Brasil nesta época, não somente trazem prejuízos para a preservação do patrimônio histórico, mas também são responsáveis por mobilizar outras lutas sociais, como o movimento pela moradia: “[...] Houve várias intervenções em cidades brasileiras, essas intervenções estetizantes e maquiadoras, com expulsão de população. Isso teve também uma repercussão muito grande em movimentos sociais pela moradia” (MARQUES, 2007). A insatisfação popular também relacionava-se, no âmbito local de Belo Horizonte, à degradação da referência simbólica natural da Capital, uma

---

<sup>116</sup> GAZZINELLI, Gustavo T. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 05 jul. 2007. 1 fita cassete (120 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

vez que “[...] Na questão ambiental, Serra do Curral, esse buraco aí. Não tinha derrota maior que a paisagem que envolvia Belo Horizonte ter sido detonada.” (MARQUES, 2007)

Diante desta situação, o movimento social de preservação do patrimônio em Belo Horizonte tem suas origens relacionadas com a causa ambiental, com “o espírito de sentimento de insatisfação...” (GAZZINELLI, 2007) pela destruição da Serra do Curral.

Posteriormente, um dos fatos que mais comoveu a capital foi o desmatamento das árvores nos fundos da Igreja São José para a construção de um edifício, motivada pelos próprios párocos no final da década de 1970<sup>117</sup>. Esse atentado contra o patrimônio da cidade sofreu protestos por parte da Escola de Arquitetura e da crônica jornalística, atuante na pessoa do poeta Carlos Drummond de Andrade, que publica o poema “*Triste Horizonte*”; pelo qual toda a nação brasileira toma conhecimento dos acontecimentos na cidade. Apesar de todos os esforços, não se logrou evitar a construção do edifício, que descaracterizou a paisagem urbana da Igreja São José. Esse evento é considerado um marco das discussões travadas em Belo Horizonte pela implantação da concepção de ‘patrimônio urbano’<sup>118</sup> em substituição à terminologia ‘patrimônio monumental’<sup>119</sup> tão em voga entre a população leiga e os órgãos públicos oficiais de preservação. Assim sendo foi a primeira vez que se envolveu a população em uma campanha em prol da preservação de uma referência cultural e simbólica dos belo-horizontinos e que se contestou as conseqüências da especulação imobiliária para o futuro da

---

<sup>117</sup> O protesto originou-se da decisão dos padres redentoristas de vender parte do terreno da Igreja, em 1976, fato que propiciou uma série de protestos, fosse na forma de verso, prosa e manifestação popular. (JORNAL ESTADO DE MINAS, 1997, pág. 2).

<sup>118</sup> Optou-se neste trabalho por adotar a definição de patrimônio contida na Constituição Federal brasileira de 1988 – Seção II – Da Cultura – artigo 216, inciso 1º. Neste caso entende-se patrimônio urbano como aquele ligado à discussão dos conceitos de paisagem e memória.

<sup>119</sup> Considera-se a concepção de “patrimônio monumental” difundida pelo IPHAN até princípios da década de 1980, baseada na excepcionalidade histórica ou artística dos bens culturais e sua relevância para a identidade nacional.

cidade, de modo que os alunos da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG) participaram ativamente dos protestos em prol do patrimônio da cidade.

[...] o que foi que houve, que pra mim é realmente um marco de uma atitude diante de um desmando, de uma violência contra a cidade foi à questão da Igreja de São José; que aconteceu logo no início dos anos 70. Quando os padres cortaram as árvores, nos fundos da Igreja São José, tiraram todas as árvores para fazerem aquela coisa hedionda, aquele prédio que dá pra Rua Rio de Janeiro. Houve uma reação, a Escola de Arquitetura se manifestou, houve protesto, tentou-se impedir de toda a forma que o prédio fosse construído, houve uma campanha enorme e culminou com o “Triste Horizonte” de Carlos Drummond de Andrade, que é uma maravilha. Ele fez por conta daquilo ali. E aí ele mexeu em um monte de coisa. ... E o poema do Drummond virou um trem assim: caiu, o Brasil inteiro tomou conhecimento disso! E já ficou essa questão assim... E inclusive a Igreja São José é um desses conjuntos que estava no trabalho do PLAMBEL, que tinha sido também focado dentro disso aí. (LANA<sup>120</sup>, 2007)

Segundo consta: “[...] Carlos Drummond de Andrade foi o primeiro a dar o seu grito de revolta, rompendo com a cidade onde passou boa parte de sua juventude”<sup>121</sup>. O poema expressava a indignação do escritor com a mudança radical na paisagem urbana, propiciada pela especulação imobiliária que assolava a cidade:

“Não voltarei para ver o que não merece ser visto o que merece ser esquecido se revogado não pode ser [...] Sossega, minha saudade. Não me cicies outra vez o impróprio convite. Não quero mais, não quero ver-te. Meu Triste Horizonte e destroçado amor”<sup>122</sup>

Concomitantemente, o PLAMBEL destaca-se no cenário do planejamento urbano municipal pelo pioneirismo da instituição em abordar a preservação do patrimônio local:

<sup>120</sup> LANA, Ricardo Samuel de. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 22 jun. de 2007. 1 fita cassete (120 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

<sup>121</sup> (JORNAL ESTADO DE MINAS, 08/08/1997, p. 2).

<sup>122</sup> (JORNAL ESTADO DE MINAS, 08/08/1997, p. 2).

[...] Isso você pode olhar que você não vai achar nada antes disso. Quer dizer, tinha. Quando se fez o PLAMBEL, quando se criou o PLAMBEL - teve isso realmente -, na série de documentos que foram produzidos sobre a Região Metropolitana, se abordou muito a questão do patrimônio arquitetônico de Belo Horizonte. É até um documento muito bonito, com muita foto de coisa que já foi tudo demolido, tudo. E que seriam documentos que deveriam ter subsidiado a Lei de Uso do Solo... Esse documento do PLAMBEL já falava em conjuntos urbanos. Já fala do Conjunto da Avenida João Pinheiro, do Conjunto da Praça da Estação, do Conjunto da Praça da Liberdade. Mas ele não surtiu nenhuma consequência. [...] No sentido da Lei ter instrumento de preservação da arquitetura. (LANA, 2007)

No âmbito municipal, a prefeitura não atendia pela concepção mais sintonizada das discussões sobre patrimônio, liberando a cidade para a influência perversa da especulação imobiliária.

O patrimônio histórico de Belo Horizonte era destruído uma vez que não se considerava que a cidade possuía bens notáveis dignos de serem preservados. Neste sentido, o IAB-MG é considerado como uma entidade relacionada à preservação do patrimônio (espaços públicos), desde suas origens em 1943.

[...] Eu, por exemplo, há pouco tempo, eu tenho trabalhado com jornais antigos, o IAB em diferentes épocas da cidade de Belo Horizonte. O IAB participou de outros tipos de manifestação relacionados ao espaço público da cidade. Por exemplo: eu fiz uma pesquisa num jornal antigo, deve ser da década de 1950, que mostra, por exemplo, o IAB se rebelando contra uma alteração que eles queriam fazer no Parque Municipal. (GAZZINELLI, 2007)

Por certo, na década de 1960 o IAB-MG manifestou-se contra a construção da Câmara Municipal de Vereadores no interior do Parque Municipal.

No entanto, o Instituto adotou com maior veemência a bandeira preservacionista a partir dos anos 1978/79, na diretoria presidida pelo arquiteto Reinaldo Guedes Machado, no intuito de sensibilizar a população de que a cidade detinha um patrimônio cultural a ser protegido; e que, independentemente de ser notável ou não, este fazia parte da memória social urbana.

[...] Bom, eu acho que uma certa forma sempre houve esta idéia de preservação em Belo Horizonte por ser ela uma cidade muito nova e já ter a sua memória, a sua jovem memória (risos), sendo destruída desde muito cedo. Quer dizer. Então havia aquela noção que só se preservava aquela, o patrimônio notável, e também havia uma outra noção de que não havia patrimônio notável aqui e portanto tava tudo pra ser destruído. Essa preocupação então em manter, primeiro – em manter o que fosse a memória da cidade, não importando se fosse notável ou não. E até desmistificando esse conceito de notável foi uma preocupação que desde o início o IAB teve. Porque (no meio dos movimentos sociais) porque o que eu chamo dessa nova fase do IAB ela começa exatamente com a eleição do Reinaldo Guedes pra presidente do IAB. E o Reinaldo era ... um arquiteto muito expressivo na área de patrimônio ...Então ele foi apoiado por todo mundo que era recém-formado naquela época e foi uma virada no IAB. E o Reinaldo era um arquiteto, ele é um arquiteto, que trabalha na área de patrimônio e que na época morava em Belo Horizonte. [...] 81 (1981). [...] Antes disso o IAB [...] tinha interesses mais corporativos do que sociais. (MARQUES, 2007, grifo meu)

A luta pela preservação também se associa nessa época a: “[...] um grupo do IAB ativo nesse tema e que contribuiu para impulsionar ações” (RIBEIRO<sup>123</sup>, 2007) Esse grupo é formado por personalidades que exerciam a liderança sobre o movimento, constando de nomes tais como “[...] Ricardo Lana, Olavo Pereira da Silva, Maria Celeste, Zica [Zenóbia Vanda Grzybowski]”. (RIBEIRO, 2007) Esse movimento social tinha por características: situar-se em Belo Horizonte; ser organizado pelo IAB-MG e pelos alunos da Escola de Arquitetura da UFMG; reunir-se na sede do IAB-MG; contar com uma limitada participação da sociedade civil não organizada e ter como antecedentes históricos da causa arquitetos como Sylvio de Vasconcellos e Suzy de Mello. O grupo se mobiliza por meio de: “[...] reuniões, escolha de temas a serem defendidos, seminários, grupos de estudos” (RIBEIRO, 2007)

A origem da discussão sobre preservação de patrimônio também é atribuída ao nome de Radamés Teixeira, então professor de Urbanismo da EAUFMG e que exerce um papel de destaque na defesa da cidade: “[...] eu me lembro sempre dele brigando, xingando. Depondo

<sup>123</sup> RIBEIRO, Maurício Andrés. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 18 maio 2007. 1 e-mail. Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

no jornal, denunciando as coisas erradas. [...] Mais vinculada a urbanismo. Mas ele sempre falou de preservação também.” (COSTA<sup>124</sup>, 2007).

Outras evidências nos levam a supor também que a preservação do patrimônio local em Belo Horizonte emerge na década de 1980 dentro do clima de euforia pela retomada dos valores associados à identidade nacional, que permeava o cenário brasileiro desde início do século XX. Assim sendo, o arquiteto José Abílio Belo Pereira recorre à história moderna para nos explicar o surgimento deste movimento como um advento intrinsecamente ligado à realidade político/social brasileira do século XX:

Desde o Movimento Modernista de São Paulo, antropofagia, a gente já está falando de resgate do patrimônio. [...] depois do período do JK, a gente teve um grande período de progresso, de modernismo, de inovação, e depois também no período da revolução continuou este clima de “Brasil Grande”, de grande potência. Então assim, a valorização social foi daquilo que era mais novo, daquilo que era moderno, contemporâneo, que era vanguarda. Então... aí houve um período em que a história do patrimônio fica mais ou menos latente. [...] Mas o período da Ditadura eu acho que amorteceu essas forças todas de identidade nacional. Então esse momento que eu estou falando, década de 1980, não é o nascimento destes processos. Não é o momento que isso se constitui. Isso é antigo, é muito antigo, é lá no começo do século [XX]. É um momento de retomada do assunto agora dentro de uma ótica de valorização da identidade de um país saindo de um regime autoritário; e buscando uma nova forma de construir democracia. Dentro de um contexto de grandes movimentos sociais como foi à década de 1980: movimento de habitação, movimento de transportes. Era movimentos assim, uma luta pelos serviços urbanos, de saúde. Eram movimentos muito fortes. Então tinha um contexto, uma ebulição muito grande na sociedade de busca dos valores, dos direitos e busca da identidade. E nisso daí retoma, vamos chamar assim. Não é que nasce: nasceu já nasceu há muito tempo. Retoma a valorização destes termos (PEREIRA<sup>125</sup>, 2007, grifos meus).

---

<sup>124</sup> COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 18 jul. 2007. 1 fita cassete (75 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

<sup>125</sup> PEREIRA, José Abílio Belo. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 20 jun. 2007. 1 fita cassete (80 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

A temática da preservação do patrimônio como parte da discussão pela busca de uma identidade nacional influenciava todo o País, desde os grandes centros metropolitanos até pequenas cidades do interior; e ganhava repercussão e ampla cobertura pelos meios de comunicação de massa:

[...] eu lia muito “Jornal do Brasil” [...] em Mar de Espanha, o pessoal fez uma campanha contra o prefeito para que fosse mantido o calçamento em paralelepípedo e não fosse coberto de asfalto. Isso uma manifestação que eu vi no interior. [...] Tinham jornalistas muito simpáticos que davam muita cobertura. A imprensa deu muita cobertura. O Estado de Minas. Todos os órgãos. A Rede Globo. A Leila Ferreira (esta repórter hoje muito conhecida). O pessoal da Globo, o pessoal do Estado de Minas, da imprensa em geral. Deu muita ênfase a esta questão. (CAETANO<sup>126</sup>, 2007)

Nota-se uma dimensão holística ao relacionar-se a eclosão do movimento social de preservação do patrimônio em Belo Horizonte à consciência crítica de arquitetos especialistas na área de patrimônio e/ou filiados do IAB-MG; por ocasião das discussões que antecederam o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*. Neste momento destaca-se a figura do arquiteto Ricardo Lana como ator que congrega as inquietações da época.

[...] A partir da consciência das pessoas que estavam lá dentro. O Ricardo sempre foi consciente disso. A Regina Xavier, o Flávio Grillo, que era casado com ela nessa época, eu, já éramos restauradores formados. Eles dois na Europa e eu no México. Então isso tudo incomodava a gente. Zé Ozório, que tem uma sensibilidade muito grande pras coisas também. A gente se motivou e ao saber que isso ia acontecer nós, uai, o que a gente pode fazer pra poder segurar? E fizemos esse movimento todo, essa bagunça toda, liderados pelo Ricardo Lana. Fizemos essa bagunça toda que deu no que deu. Belo Horizonte hoje taí, segurou-se grande parte das edificações em função desse movimento que começou em 1981. Tem 26 anos atrás. [...]... A grande personalidade que congregou tudo em volta disso foi Ricardo Samuel de Lana. Com a força que ele tinha, chamou as pessoas, aglutinou essas pessoas e tudo foi em volta da Praça da Estação (AFFONSECA, 2007, grifos meus).

---

<sup>126</sup> CAETANO, José Ozório. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 05 jul. 2007. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

Outros relatos consideram que o movimento social de preservação do patrimônio em Belo Horizonte tem por antecedentes históricos a atuação de pessoas afiliadas ao IAB-MG e que trabalhavam no IEPHA-MG na década de 1970, quando no IEPHA-MG: “[...] começou a se discutir seriamente a preservação... por interesse do Luciano Peret... de montar esta coisa, que ele ficou anos como diretor do IEPHA.” (GRZYBOWSKI, 2007) Neste mesmo período a Fundação João Pinheiro (FJP) foi responsável pela elaboração de vários Planos Diretores para cidades históricas mineiras e que contribuíram para a reestruturação do IEPHA-MG; resultando na contratação de recursos humanos para o quadro de pessoal do órgão. Aparentemente uma pessoa chave neste momento foi o arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho, funcionário da FJP que mais tarde: “[...] foi pro IEPHA trabalhar no setor de pesquisa e tombamento [...]”. (GRZYBOWSKI, 2007) Concomitantemente a estes eventos, é ministrado em Belo Horizonte o Curso de Especialização em Patrimônio Edificado e de Centros Históricos, que contaria com a participação de dois funcionários do IEPHA-MG (uma pessoa de nome Rosélia e Selma Melo Miranda) e que seria responsável por desencadear um movimento de discussão do conceito de patrimônio dentro do órgão oficial do governo. Este debate se daria com a colaboração de profissionais da FJP, que possuíam tradição em pesquisas sobre o tema patrimônio e na elaboração dos Projetos Cidades Históricas; como por exemplo, o pesquisador Olavo Pereira da Silva Filho e funcionários que dividiam seu cargo na FJP com a docência na EAUFMG. A partir daí a questão toma novas dimensões, como narra a entrevistada:

[...] A partir de 1978 começou-se a trabalhar patrimônio de uma forma mais abrangente, com mais discussões. Daí teve esse Encontro da Praça da Estação. Como a discussão passou a ser mais ampla, começou a se fazer a revitalização do centro de Belo Horizonte. Daí a questão começa a ser muito ampla nisso. Porque daí na década de 1980 começam a surgir os cursos que já tinham começado – aquele que era o de Salvador, aqui, que era ligado ao IPHAN, IEPHA. Daí as pessoas do IEPHA vão fazer o curso fora, na Bahia. Eu fui pra Itália. Começou a ter uma importância [...] (GRZYBOWSKI, 2007)

A especialização do servidor público na área de preservação do patrimônio passa a ser foco de interesse do IEPHA-MG nessa época, sendo a tônica da política interna da instituição, que oferece a seus funcionários a oportunidade de licenciarem-se e de terem a pós-graduação bancada financeiramente pelo Instituto. Esse corpo técnico de especialistas então se enveredaria por outros níveis de discussão, abrangendo a discussão do conceito de patrimônio cultural.

[...] Então foi um período em que os órgãos começaram a ter um interesse de aprimorar a sua mão de obra. Porque a política de patrimônio começou realmente a ser instituída. Daí começa a discussão do patrimônio cultural. Porque até então se discutia patrimônio histórico. A gente começa a discutir patrimônio cultural. (GRZYBOWSKI, 2007)

Este momento coincide com o auge das discussões sobre preservação e patrimônio travadas no IAB-MG, que resultam na instalação de um grupo de trabalho sobre o tema:

“[...] E daí começou: tudo era discutido. O IAB vivia no jornal nesse período. O IAB era ouvido. Também a gente tinha muita garra, era um grupo muito coeso, todo mundo queria, achava que ‘o mundo era patrimônio’.” (GRZYBOWSKI, 2007)

A política ao qual se refere a entrevistada é a implantada por Aloísio Magalhães quando de sua presidência à frente do Ministério da Cultura a partir de 1979, com a instauração de uma concepção de patrimônio centrada na diversidade cultural do País e a criação de uma série de eventos para se discutir o tema em âmbito nacional. Os encontros realizados seriam o: “[...]”

*Arquimemória*<sup>127</sup>, em 1986/87, e o *Arquiamérica*<sup>128</sup>, que foi uma consequência do *Arquimemória*.” (GRZYBOWSKI, 2007)

Os encontros serviram para ampliar a discussão sobre a preservação do patrimônio, como, por exemplo, o *Arquimemória*, que tinha por objetivo: “[...] discutir a questão do patrimônio a nível nacional. Porque a gente tava aqui em nível [...] Daí foi em nível nacional. Foi um congresso enorme no Minascentro e já com outras discussões.” (GRZYBOWSKI, 2007)

A discussão travada nestes congressos seria tema de muitas pesquisas por parte da arquiteta Yara Landre Marques, que então trabalhava com a questão do meio ambiente e que vai sugerir novas formas de abordagem para o patrimônio cultural:

[...] Porque daí o patrimônio cultural deixa de ser somente o patrimônio histórico edificado, ele entra na questão do patrimônio cultural. O que que é patrimônio cultural? Você entra com as políticas de patrimônio natural ai junto, o que que é preservação? O que que é importante para uma comunidade? (GRZYBOWSKI, 2007)

O debate posteriormente passa a abranger a esfera da política urbana, sendo discutido por técnicos do PLAMBEL e do IEPHA-MG, tais como: “[...] Selma,... Rosélia, Cristina Cairo, Celeste, Jorge Askar, Ricardo Lana (que era do PLAMBEL). [...] Que também era política urbana.” (GRZYBOWSKI, 2007).

Resgatando o envolvimento do PLAMBEL com as questões relativas à preservação do patrimônio, afirma-se que:

---

<sup>127</sup> II *Arquimemória*, congresso sobre preservação do patrimônio realizado na cidade de Belo Horizonte (MG), em 1987.

<sup>128</sup> I *Arquiamérica* - Congresso Pan-americano de Patrimônio da Arquitetura da Região III (América) da União Internacional dos Arquitetos; realizado na cidade de Ouro Preto (MG), em 1992.

[...] O PLAMBEL já tinha feito um trabalho bem anterior, década de 1970, do mapeamento de patrimônio daqui de Belo Horizonte. O PLAMBEL tinha isso por causa de política urbana. Eu acho que a partir da década de 1970 que a coisa começou realmente a abrir o leque com uma discussão maior das políticas. (GRZYBOWSKI, 2007).

Além dos arquitetos, a sociedade civil era representada por “[...] Historiadores como o Bernardo Mata Machado. Jornalistas como o Gustavo Gazzinelli. A Lúcia Estanislau era socióloga.” (GRZYBOWSKI, 2007). No entanto, a discussão sobre patrimônio cultural passa a compartilhar laços de identidade com diversas outras áreas profissionais, ampliando as esferas de debate do tema e sua representatividade nas lutas urbanas: “[...] Como que a discussão sobre patrimônio cultural começou a ser mais ampla, a discussão passou a ser mais ampla”.(GRZYBOWSKI, 2007) Este debate se estendeu até finais da década de 1980 e princípios de 1990, quando os arquitetos e historiadores deixam de ter a primazia da discussão sobre patrimônio histórico para compartilharem o tema do patrimônio cultural com a sociedade como um todo; uma vez que esta começa a apropriar-se da temática:

[...] Eu lembro que uma vez na discussão da Assembléia, que uma discussão que a gente teve muito que, eu e Lúcia falamos assim: ‘Gente, precisa de um sociólogo pra vir discutir, apresentar alguma coisa, falar pra gente. Porque senão a gente vai cair sempre na mesma coisa, que é o arquiteto e historiador’. E a gente insistiu muito. [...] meu irmão veio falar, que é um sociólogo de renome, que mora no Rio de Janeiro, que é o coordenador do IBASE, que é Cândido Grzybowski; ele que veio falar sobre a questão do patrimônio. Até eu achei interessante porque ele nunca tinha ido por este enfoque [...] [...] então o que a gente tava sentindo é que tinha que abrir a discussão com outros segmentos. Daí começa: historiador, poucos engenheiros, arqueólogos. O interessante a partir daí é que o leque abriu para outros segmentos: sociólogos, historiador (porque o historiador fazia história e pronto, não entrava na discussão). Quem entrevistava no patrimônio era o arquiteto. (GRZYBOWSKI, 2007).

Este período coincidiu com os anos anteriores à promulgação da Constituição Federal de 1988 e que absorveu as inquietações sociais ao promulgar, em forma de Lei Magna, a preservação do patrimônio cultural brasileiro. A partir de então se iniciou uma nova vertente da discussão,

direcionada para se repensar o patrimônio cultural enquanto valores e referências locais, que melhor retratassem a identidade dos grupos sociais organizados e o espaço desta identidade para a sociedade brasileira:

[...] Daí quando discute lá na Constituição a questão do patrimônio, o conceito de patrimônio cultural, daí a coisa fica mais ampla, a sociedade toda sente necessidade. Ela passa a repensar e ela quer o seu patrimônio. Cada um quer ter o seu patrimônio cultural. Eu não quero ter o patrimônio do outro. Eu quero ter o que é bom pra mim. O que é minha referência cultural. Não desmerecendo os outros. Mas eu quero uma coisa que seja aqui, que eu estou enxergando no dia a dia. Não aquela coisa que você vê de livro ou de revista. Você quer uma coisa, àquela minha referência (GRZYBOWSKI, 2007).

Neste âmbito cabe ressaltar a relevância das discussões travadas no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, evento fundamental para a compreensão do processo de sensibilização, democratização da discussão e ampliação do conceito de preservação do patrimônio municipal de Belo Horizonte. Esta prerrogativa sugere um marco municipal, que antecedente o conceito antropológico de patrimônio cultural adotada pela Constituição Federal de 1988.

## 1.5 - MOVIMENTO ESTUDANTIL

### 1.5.1 - O movimento estudantil em Belo Horizonte e a preservação do patrimônio municipal: década de 1960/ 1970.

A classe dos estudantes secundaristas e universitários de 1960/ 1970 era muito organizada e mobilizada, promovendo a formação de entidades e grêmios de estudantes secundaristas que desde então se vinculavam às ebulições sociais pela liberdade de expressão, com uma forte tendência para a vertente cultural. Estes movimentos secundaristas serviram de base para a formação de muitas lideranças do movimento estudantil ligados às universidades:

É que eu tinha sido antes secundarista. Eu fui do movimento secundarista: União Municipal dos Estudantes Secundários. E eu estudei no Colégio Santo Antônio, que a gente também fez um movimento bacana lá. [...]... O nosso, por exemplo, no Colégio Santo Antônio, era cultural. Era muito cultural, especialmente cultural. [...]... Tentamos ganhar o grêmio e fomos expulsos do Colégio. [...]...Porque o grêmio do Colégio, assim como a maioria dos grêmios da maioria dos colégios, era um grêmio muito voltado para esporte. Campeonato de futebol, essas coisas. Nós queríamos outra agenda. Queríamos uma agenda cultural [risos]. Tanto que a nossa chapa no Colégio Santo Antônio era “Prosopopéia”, aquela figura de linguagem. A gente chamava Prosopopéia e em baixo vinha escrito: ‘Que dá vida aos seres inanimados’ [risos]. Era a nossa chapa no Colégio pra ganhar o DCE, o grêmio. Mas aí saímos e nos incorporamos a movimentos secundaristas, que também já tinha. Aí já tinha o apoio do DCE, de grupos de esquerda. A minha entrada nessa história era assim: teve outras pessoas que me articularam, me puseram lá dentro. Mas eu tinha uma trajetória anterior de mobilização. [...]... Depois fomos para o Colégio Arnaldo. Então teve uma história aí no meio do movimento secundarista em Belo Horizonte que foi interessante também na década de 1970. [...]... Na época que eu estudei no Colégio Arnaldo eles fizeram um movimento para tirar o padre que era tido como um diretor muito liberal. A ordem religiosa tirou esse cara, que era um padre muito liberal. Chamava Padre Otávio. Então houve uma revolução no Colégio Arnaldo contra a retirada do Padre Otávio, que partiu dos estudantes do Colégio. A coisa foi violenta lá, foi uma pequena revolução mesmo. [...]... Então isso também foi uma coisa que o pessoal protestava (GAZZINELLI, 2007).

Partindo deste pressuposto, resgata-se a origem do movimento estudantil nos anos 1960:

O movimento estudantil, durante os anos 1960, a partir da Ditadura Militar, vamos dizer assim, o movimento estudantil foi praticamente a única coisa que sobrou de protesto no Brasil. As universidades públicas conseguiram manter um certo status de autonomia perante as demais instituições públicas, você tinha uma relativa liberdade de organização desses movimentos. Eles conseguiam sobreviver apesar da Ditadura. E boa parte das organizações de esquerda praticamente só tinham nesses movimentos alguma voz para protestar contra alguma coisa (GAZZINELLI, 2007)

Esse movimento é reflexo da política federal:

[...] Por sua vez, final da década de 1970 é o início do processo de democratização. Segunda metade da década de 1970, de 1977, da Anistia, do Geisel. Eu considero muito ligado ao governo Geisel que foi o cara que fez a distensão política, que iniciou este processo. Então foi o início do processo de redemocratização do Brasil.” (GAZZINELLI, 2007)

Os protestos estudantis se resumiam praticamente a: “certas bandeiras: contra a privatização da universidade pública, ensino público gratuito” (GAZZINELLI, 2007). Ou seja, em um primeiro momento, eram movimentos voltados para a satisfação dos interesses dos estudantes universitários.

Os movimentos sociais urbanos e a vertente cultural vinculam-se a partir da afinidade pessoal individual, associando-se naturalmente. Desta forma, estes movimentos tendem a confluir e a compor um grande protesto pela preservação da cidade e pelo direito à cidade:

[...] Então eu acho que esses grupos de interesse cultural ligados a essas entidades eles tinham também um campo de articulação que era a vida social. E a identidade com essa questão cultural foi muito importante. Aí de repente você topava com o cara no bar, mas de dia ele era presidente do IAB, ou diretor do IAB, sei lá. “Ah, vamos juntar aqui”. Então nessa época, como a democracia ainda não estava instalada, o poder de mobilização dessas entidades articuladas era muito forte. Porque elas não disputavam a agenda política com N tipos de movimentos que a gente tem hoje. Que acontece e você nem fica sabendo (GAZZINELLI, 2007)

Simultaneamente, na década de 1960 e na década de 1970 surgiu um movimento de membros do DCE da UFMG, que se considerava independente e que tinha como tema central de sua chapa a questão **cultural**. Neste sentido inovava ao englobar diretrizes afeitas à preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico (causas que na década de 1970 estariam muito associadas, fosse no episódio da destruição da Serra do Curral ou no apoio da AMDA ao movimento de preservação do patrimônio urbano):

[...] pessoas ligadas à cultura (ao cinema, artes plásticas e a literatura), elas estavam muito mais nesta outra onda mais libertária, no sentido fundamental da palavra [...]. Essa é uma visão. Então essas pessoas elas de certa forma se freqüentavam. Se conhecia os arquitetos mais de vanguarda, os artistas plásticos, os músicos. Você tinha uma outra identidade neste período. Então eu acho que isso pode ter facilitado esta articulação maior [...] Então eu acho que isso pode ter favorecido muito essa defesa e era também a mudança de um discurso de [...]. “Defender o patrimônio...” ninguém fazia isso. Defender Serra do Curral, grutas, acervo espeleológico [...] Então eu acho que esse tema do patrimônio foi um tema que mexeu com muitas cabeças pensantes (GAZZINELLI, 2007, grifos meus).

Estas discussões permeiam a década de 1970, caracterizada por uma forte repressão, mas que paralelamente sugere uma época de muita criatividade e explosão de comportamento juvenil, sobretudo relacionado ao movimento *hippie*. Neste contexto a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG) representava um potencial ‘centro de rebeldia’, congregando alunos das seguintes faculdades da UFMG: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH), da Escola de Medicina e da Escola de Engenharia; que iam almoçar no refeitório da EAUFMG uma vez que muitos dos restaurantes universitários encontravam-se fechados. Esse fato propiciou a reunião de um grande e variado elenco de estudantes na Escola, favorecendo um panorama de efervescência cultural e política, que refletia a insatisfação da sociedade com a realidade do país.

Pode-se notar que o tema da preservação em Minas Gerais relacionava-se a um contexto de exaltação dos bens do século XVIII e depreciação do estilo Eclético tão característico da Capital. Esta visão era difundida pelos órgãos oficiais de preservação do governo e pela academia, que promoviam a exaltação do Barroco como legítimo estilo atrelado às tradições mineiras. No entanto este ideal não era compartilhado por alguns grupos de estudantes, afeitos que eram à conservação das características arquitetônicas da fundação da cidade. Assim sendo, alguns fatos motivaram a eclosão do movimento social (de cunho estudantil), de preservação do patrimônio em Belo Horizonte:

[...] Eu lembro que quando eu era estudante ainda no início dos anos 70 (1971) , uma casa situada na esquina de Pernambuco com Tomé de Souza (hoje é um mini-shopping lá)[...] Estava começando a demolição da casa...[...] ...nós estudantes participamos de uma manifestação lá em frente da casa, e esta manifestação foi puxada por um estudante chamado Manfredo Souzanetto. ...convocou todo mundo... [...] Não tinha nem palavra de ordem.<sup>129</sup> ...puxou alguns alunos, nós levamos cartazes e tudo; porque era uma casa muito bonita e ela ia ser demolida, como foi. Era uma casa estilo eclético. Não era nada colonial. Belo Horizonte não tem esta arquitetura barroca que Minas ficou conhecida, não restou nada da fundação. Então aconteceu esta manifestação lá. Aquilo me marcou, você entende?! Eu como aluno. (CAETANO, 2007, grifos meus)

A destruição em massa do casario da cidade não respeitava estilo nem o valor histórico e cultural do bem, sendo todos eles alvos do progresso que tomava a capital. O deslocamento da referência comercial do centro para a região da Savassi também contribuiu para este processo ao esvaziar o local de sua referência simbólica. A insatisfação estudantil com esta realidade sensibilizou a Escola de Arquitetura a interessar-se pelo debate sobre os rumos da Arquitetura e do Urbanismo em Belo Horizonte, que recebia influência até mesmo de séries televisivas (como demonstrado a seguir). O passo seguinte foi acionar o IAB-MG para os acontecimentos

---

<sup>129</sup> O artigo 477 imposto no período da Ditadura Militar punia autores de atos lesivos ou subversivos manifestados contra a ordem social.

de modo que, tendo este como parceiro, os estudantes pudessem consolidar a causa da preservação do patrimônio.

[...] Quando eu entrei pra Escola de Arquitetura (1969), se demolia tudo.... Já tinha um processo de demolição grande na cidade. Evidentemente que acentuou a partir daí. Quando o centro comercial deslocou pra Savassi houve muita perda. E também começou o processo de degradação do centro. Então é toda uma coisa, as coisas se inter, é um acontecimento em cadeia, vai acontecendo tudo assim. [...] ... Eu lembro assim, que uma coisa que causou comoção realmente, foi uma casa na Rua Pernambuco – onde tem aquela Galeria Salsalito hoje, um predinho acho que da Henris Friedlander, uma galeria pequena. Ali tinha uma casa tão fabulosa, ela era recuada, no meio de um jardim, mas eu acho que era assim uma coisa de sonho. E pela primeira vez dentro da Escola de Arquitetura houve um murmúrio entre alunos inclusive da minha turma. Que eu lembro que uma menina levantou esta questão: “Poxa, vão demolir aquela casa ali pra fazer mais um ‘espigão.’ Porque tinha uma novela da Rede Globo na época, eu não sei em que circunstância, tinha uma história de ‘espigão’, que era um prédio grande e não sei quê, começou a se chamar de espigão essas coisas e foi por causa daquela demolição. Nós até chegamos a fazer um protesto contra a demolição da casa da Rua Pernambuco mas essa eu acho que nem foto ficou. Era uma maravilha, era uma coisa assim chocante. Levamos isso pra dentro do IAB, continuamos neste trabalho (LANA, 2007).

O protesto foi, em princípio, essencialmente liderado por estudantes da EAUFMG, não tendo a participação de qualquer outra entidade ou representação. No entanto o entrevistado não considera este ato como um movimento, encarando-o isoladamente como: “[...] uma manifestação contra a demolição de um exemplar de arquitetura eclética.” (CAETANO, 2007); apesar de insinuar que quem participou do protesto eram simpatizantes da causa e que: “[...] O jardim da Escola nessa época era um ponto de convergência de tudo” (CAETANO, 2007). De certo, todavia fosse prematuro classificá-lo como um movimento, mas não deixa de ser uma evidência das ebulições sociais que passavam a fazer parte da realidade estudantil dos anos 1970.

A organização da luta urbana acontecia de maneira incipiente, pois era muito influenciada ainda pelo trauma da repressão. Assim sendo, a mobilização destes grupos nos é descrita (com muito bom-humor), como: ‘*um* agito’; que de tão arraigado à crença de uma revolução social:

“[...] sai fazendo as coisas sem medir muito as conseqüências” (PEREIRA, 2007). Por outro lado, o entrevistado considera as manifestações como oriundas de um movimento social por ocasião de que:

[...] Nem sempre a eficácia estava presente nessas ações. A gente estava mais era retomando mesmo a posse dos temas nacionais. Posse da gente mesmo, da capacidade de brigar pelas coisas. Era uma coisa meio desconexa, meio bagunçada, mas era um movimento; sem dúvida (PEREIRA, 2007, grifos meus).

No entanto, a partir da década de 1970, os protestos pela preservação do patrimônio de Belo Horizonte junto ao meio estudantil tomam novas feições ao expandir e englobar outras representações da sociedade civil. Este processo teria nos nomes dos estudantes de arquitetura Ricardo Samuel de Lana e Manfredo Alves de Souza Netto seus principais difusores.

### 1.5.2 - Novas tendências de mobilização: década de 1970

As mobilizações preservacionistas adotaram diversas concepções como resultado da ampliação da noção de patrimônio e de quão permeadas estavam as discussões em curso; como as que relacionavam o movimento ambientalista com o de preservação do patrimônio urbano:

[...] a discussão não ficava só na discussão do patrimônio cultural; ficava muito também na discussão do patrimônio ambiental, do meio ambiente. Você está vindo aí dos anos 70, que o mundo começa a apontar a questão ambiental. Então essa questão de conservar, preservar, aquilo que é valor, aquilo que é identidade, aquilo que deve ser valorizado, tanto do ponto de vista da natureza (do meio ambiente natural), quanto de vista da cultura (meio ambiente dos seres humanos). Então estas discussões são muito paralelas neste período e continuam. O movimento ambientalista deu um salto enorme. Acho que como o movimento é mais específico, o movimento de preservação e conservação do patrimônio, mas essas duas discussões eram paralelas; não eram muito distantes não (PEREIRA, 2007)

Neste contexto o nome de Manfredo Alves de Souza Netto, (estudante de arquitetura que se destacava nas artes plásticas), desponta como o autor de um adesivo que ficou conhecido por toda a cidade e que posteriormente seria referência da luta pela preservação ambiental. O material instigava à reflexão por uma consciência preservacionista pioneira em Belo Horizonte, que correlacionava meio ambiente e patrimônio:

[...] O Manfredo, uma vez ele apresentou um trabalho num salão de arte, que a vernissage aconteceu lá na reitoria. A reitoria era o ponto onde acontecia grandes manifestações artísticas, no saguão da reitoria. E o Manfredo, você já deve ter ouvido falar nessa frase: 'Olhe bem as montanhas'. Virou um adesivo. O Manfredo é que criou aquilo. Foi uma época que esta montanha aqui estava sendo destruída pela atual MBR, na época eu não lembro o nome. Então o Manfredo apresentou um trabalho, um desenho das montanhas, as montanhas dilaceradas e tudo, e lançou esta frase: "Olhe bem as montanhas"; e distribuiu entre todo mundo. O adesivo eu acho que até hoje ele é encontrado à venda. E isso tem mais de 30 anos. Então quer dizer, esta questão preservacionista, e no caso meio ambiente e patrimônio, o Manfredo tinha já estas preocupações (CAETANO, 2007).

Na contramão destes processos, os professores ligados às disciplinas de história da arquitetura e do urbanismo da EAUFMG eram reconhecidos como referências teóricas da arquitetura barroca de nossas cidades coloniais, mas que, no entanto, não compartilhavam deste interesse quando o assunto era a arquitetura eclética. Assim sendo, cabe a um aluno da EAUFMG, Ricardo Samuel de Lana, interessado pelo tema da preservação do patrimônio, sensibilizar a comunidade docente para a perspectiva de ampliação da noção de manifestação cultural para além dos limites do período Barroco. Tal ímpeto era defendido pelos graduandos a partir da valorização do Ecletismo; estilo predominante no casario da Capital.

[...] Ricardo procurou a Suzy pra ela fazer um parecer acho que sobre uma edificação de estilo Eclético. Uma casa que estava para ser demolida ou alguma coisa. E ele conta que ela falou: “Oh Ricardo, arquitetura eclética [...]”. Isso, não deu a importância devida à coisa. Então eu acho que essa diversificação dos nossos olhares para a questão de preservação de arquitetura foi Ricardo. Com Ricardo que surgiu. Que ele que apontou pra isso (CAETANO, 2007, grifos meus).

Em 1981, no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, o então arquiteto Ricardo Lana desponta novamente ao convidar a professora Suzy de Mello para ministrar uma palestra sobre a Praça, espaço reconhecidamente composto por bens arquitetônicos de influência neoclássica (uma das variantes de Ecletismo); com que a professora surpreende com um de seus mais belos discursos:

[...] Eu me lembro que eu fui lá convidar a professora Suzy pra fazer a conferência de abertura. Ela falou: ‘Ah, Ricardo. Mas puxa vida: Praça da Estação! Se fosse Conjunto da Pampulha. Mas olha, eu te confesso que eu não tenho assim [...] nunca debrucei sobre aquilo e realmente é uma coisa que pra mim é completamente desinteressante.’ Mas, no entanto eu falei: ‘Oh Suzy, eu vou te municiar com todo material que eu tiver’. Levei pra ela um monte de coisa. Ela fez uma conferência brilhante que está neste documento [livro intitulado: ‘Praça da Estação: origem e destino’]. Que foi uma conferência brilhante e pela primeira vez se discutiu esta questão da preservação de memória, do patrimônio histórico da cidade. Já num contexto que tinha se perdido muito (LANA, 2007).

A atuação de Manfredo Alves de Souza Netto e Ricardo Samuel de Lana instigava uma mudança na maneira de se interpretar a história e de se lutar pela preservação do patrimônio e tinha como perfil, no caso de LANA, contar com o conhecimento de técnicas de restauro de imagens, uma personalidade muito politizada (tendo pertencido a organizações de esquerda armada de 1968), e muito fôlego para enfrentar “[...] forças muito fortes. Forças do capital, que querem colocar tudo abaixo visando o lucro” (CAETANO, 2007, grifo meu). Esses são alguns dos pressupostos que teriam possibilitado sua atuação na ampliação dos conceitos relacionados a patrimônio.

O interesse de Ricardo Samuel de Lana pela arquitetura da cidade surgiu ainda nos tempos de estudante da EAUFMG de princípios da década de 1970; como algo não apenas memorialístico, mas fotográfico. Assim sendo, foi tecendo por Belo Horizonte uma relação afetiva e crítica ao constatar que o progresso significava não somente a perda da arquitetura, mas, sobretudo, dos valores e identidades a ela atribuídos.

[...] Comecei a me impressionar muito com a destruição da cidade. Ninguém tava nem aí pra isso. Comecei a me interessar por esta arquitetura de Belo Horizonte. Conhecer a cidade [...] me levou a adquirir um conhecimento, não um conhecimento intelectual [...] Eu me lembro de conhecer a cidade nos mínimos detalhes. Eu tenho um acervo fotográfico da cidade que eu acho que é um acervo bastante importante [...] Pessoal. (LANA, 2007).

O interesse pelo patrimônio arquitetônico toma, concomitantemente, outras feições, aproximando-o da causa ambiental mediante o contato com a AMDA - Associação Mineira de Defesa do Ambiente. Essa proximidade resultou em um ímpeto de reflexões acerca da

necessidade de se criar uma consciência e meios de proteção para a paisagem urbana, ou melhor dizendo, para o **patrimônio ambiental urbano**:

[...] ‘ Tinha que haver uma instância de se cuidar, diferenciar esta questão de meio ambiente de meio ambiente urbano. Porque ninguém está nem aí pra meio ambiente urbano. Ficava aquela idéia. ’ Quando era meio ambiente era uma coisa do quadro natural: uma mata, uma cachoeira, uma coisa assim. Dentro da cidade esta questão levou mais tempo ainda pra ser discutida (LANA, 2007, grifos meus).

As elucubrações de LANA são adotadas como pauta de trabalho com a eleição do arquiteto Reinaldo Guedes Machado para a presidência do IAB-MG (gestão 1978/ 1979) e a instauração desse tema de discussão no meio dos arquitetos.

[...] Na gestão do Reinaldo nós tínhamos iniciado este movimento dentro do IAB. Eu não era do IAB. Comecei a freqüentar o IAB, comecei a ir às reuniões, [...] comecei a conhecer e fui ficando envolvido com aquilo e vi que tinha um campo bastante interessante pra se explorar (LANA, 2007).

A partir do mandato do arquiteto Reinaldo Guedes Machado, o IAB-MG retoma uma era de liderança das lutas urbanas que teria por consequência a atribuição de um reconhecimento político e social à entidade; atingindo repercussões estaduais. A preservação do patrimônio ambiental urbano é uma bandeira empunhada pelo Instituto desde então como reflexo da necessidade de participação nos assuntos relativos à cidade e expressão de cidadania.

[...] Porque é o que eu estou te falando: o marco foi à chegada do Reinaldo. Porque não foi Reinaldo sozinho, mas Reinaldo apareceu um grupo de arquitetos. Eu acho que tudo é uma questão de momento. Era uma necessidade de participar na construção de uma sociedade que tava muito. A questão toda do governo militar, da repressão, da violência urbana, da violência: você vê as filas de lotação eram patrulhadas por cavalaria. Era uma coisa horrível. A cidade era realmente uma coisa muito violenta. E eu acho que era realmente uma necessidade imensa mesmo de começar a participar da vida da cidade. E por quem de direito, poderia opinar. Era uma área da nossa atuação profissional, né?! Então a gente, acho que havia realmente essa necessidade de participação, principalmente de cidadania, de ser

cidadão, de dar o seu testemunho, de dar a sua colaboração. Tinha essa coisa de época (LANA, 2007).

Concomitantemente a estes acontecimentos, o IAB-MG em parceria com a UFMG se enfrontava na luta pelo Aeroporto Metropolitano de Confins<sup>130</sup>, tida como “[...] a campanha mais bonita que o IAB fez” (LANA, 2007). A dimensão social que o movimento preservacionista atinge influencia a comunidade docente da Escola de Arquitetura da UFMG, que adota o patrimônio como tema de discussão em suas disciplinas.

---

<sup>130</sup> Vide subitem **1.6.2** – Movimentos Sociais que antecederam o I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação.

### 1.5.3 - A preservação do patrimônio entra para a academia (EAUFMG): década de 1980.

A implantação da temática do Patrimônio na pauta docente da EAUFMG acontece, segundo relatos, no segundo semestre de 1980 ligado, desde início, à cadeira de Planejamento Urbano (Planejamento Final). A discussão sobre esse tema tem origem quando da oportunidade de enviar trabalhos de graduandos da Escola a um Concurso Internacional de Arquitetura, organizado em Varsóvia (Polônia), sobre “Revitalização em um espaço degradado em centros de cidade”. O espaço definido pelos professores era a Praça da Estação e Zenóbia Vanda Grzybowski participa deste evento (como aluna e interessada que era no tema, conciliando a graduação com o estágio no IEPHA-MG), para nos relatar que, entre os alunos:

[...] não tinha ninguém que mexia com patrimônio [...] Então já teve esta discussão [...] foi a primeira vez que se levou pra dentro da Escola um trabalho de restauro, de revitalização no espaço, porque senão antes era tudo projeto [...] de ‘arquitetura nova’. Foi a primeira vez que se abriu a opção disso (GRZYBOWSKI, 2007).

O trabalho final de graduação realizado pela arquiteta Zenóbia Vanda Grzybowski seria apresentado à posteriori no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* para enfatizar a relevância que o tema e o espaço da Praça conquistavam dentro da academia. Assim sendo, o projeto de graduação mostrava-se providencial enquanto proposta de recuperação da região da Praça da Estação e figurava como uma alternativa economicamente viável para o debate travado sobre o destino da Praça da Estação; não resultando em intervenções descaracterizantes: “[...] Porque a discussão era o que fazer, quais eram as intervenções que o metrô de superfície ia ter dentro dos prédios da Estação. Então era um exemplo do que se estava se fazendo ainda. Que tinha milhões de opções” (GRZYBOWSKI, 2007).

O desprestígio notado com o estudo do estilo eclético também se aplicava à não inclusão, na grade curricular da Universidade, do ensino de temas relacionados à preservação; uma vez que no conteúdo da disciplina de Arquitetura Brasileira da UFMG não se contemplava o assunto. Essa concepção dos docentes da Escola também poderia ser explicada pelo fato de que:

[...] os arquitetos mais velhos, que eram professores da Escola, diretores da Escola, era um pessoal muito conservador. E todos eles trabalhavam para as grandes empreiteiras. Isso é uma coisa que a gente pode deduzir. As empreiteiras tinham interesse nos terrenos centrais da cidade, bem localizados. A empreiteira, o capital aí, não interessa por história, por isso. Ela interessa por lucro. [...] Geralmente esses movimentos preservacionistas são sempre movimentos de esquerda (CAETANO, 2007, grifo meu).

A discussão da preservação do patrimônio no meio dos estudantes universitários revela-se importante formador de opinião e conseqüentemente é adotada por entidades ligadas à Universidade, como o DCE-UFMG e o Sindicato dos Arquitetos; que adotam a bandeira preservacionista.

#### 1.5.4 - O Diretório Central dos Estudantes da UFMG (DCE-UFMG): década de 1980

Na década de 1980, a chapa vencedora do Diretório Central dos Estudantes da UFMG (DCE-UFMG) era formada por integrantes com uma concepção ampla e plural de movimento social e de cultura, abarcando desde ideais de transgressão política até a arte. A liberdade de expressão era a tônica que unia e regia os interesses dos estudantes desta época, sendo utilizada como instrumento de sublevação política e cultural aos tempos de repressão militar. Outro parceiro de causa do movimento estudantil oriundo da EAUFMG era o Sindicato dos Arquitetos, integrado por funcionários da UFMG.

[...] A gente tinha um grupo de pessoas que comungava com uma idéia. Então nós fomos eleitos com uma proposta cultural, essencialmente. No nosso caso a nossa chapa chamava ONDA [...] A nossa carta programa eram os irmãos Marx. Que era o Marcelo Dolabela, que é um poeta bacana aqui de Belo Horizonte, que era da Universidade na época e ele gostava muito de fazer arte gráfica [...] e ele pôs assim o texto: ele gostava muito de mexer com xérox. Sabe aquelas letrazinhas que vem nuns quadradinhos de madeira. Então ele fez assim: "Cultura meu bem". Era o título da nossa carta programa. "Cultura meu bem". Nós ganhamos o DCE com esse lema: "cultura meu bem". Então nós tínhamos esse tema como um tema central pra nós. Então nós éramos pessoas sensíveis à isso. E o Marcelo é que era o cara assim, digamos assim, era o muso inspirador desse grupo. Era o cara que dava boa parte das idéias e tal [...] Então ele é que era o cara que fazia essa parte cultural. Quem comandava era mais ele. [...] Que ele era um artista e ao mesmo tempo um militante. Mas ele não tinha talvez esse empenho maior da mobilização política. Era um cara mais assim de bastidor, fazia as artes gráficas, contestava." (GAZZINELLI, 2007, grifos meus).

Essa mobilização tinha suas raízes numa realidade mais ampla que era a luta pela liberdade de expressão, que se dava através de vários veículos como, por exemplo, a música pop e o rock, dentre outros. Em Belo Horizonte, especificamente, o protesto era pela preservação dos espaços propícios para a participação popular (espaço público); afirma o entrevistado:

[...] Muita gente queria se expressar e Belo Horizonte era uma cidade carente de espaços: de teatros, principalmente teatros. Não tinha quase nada. Então eu acho que as pessoas viam qualquer espaço que podia existir uma coisa que tinha que ser preservada, não podia ser destruída (GAZZINELLI, 2007).

O movimento estudantil espelhava uma concepção política que nascia do diretório nacional. Tinha um grande poder de mobilização, utilizando a imprensa escrita e televisiva e distribuindo material nas ruas. Mais tarde houve a adesão do DCE da PUC:

[...] A gente tinha capacidade de mobilização. Quando a gente fosse falar com a imprensa ou qualquer coisa a gente era o DCE [...] Botaram a imprensa, articularam a imprensa, fizeram (eu não me lembro mais se nós fizemos panfletos, devemos ter feito). Porque no caso, do Cine Metrópole, juntaram dois movimentos bacanas: que era o DCE da UFMG e o DCE da Católica.<sup>131</sup> [...] Então eles entraram na briga com a gente (GAZZINELLI, 2007).

Os dois DCEs sensibilizavam a população pela causa preservacionista mediante os programas de televisão com forte apelo popular, que aderiam ao movimento cedendo espaço em suas redes e prestigiando o tema:

[...] Na época tinha um programa na televisão, na TV Alterosa, que chamava [...] “O Povo na TV”[...] era um programa de auditório que tinha em Belo Horizonte e ele chamava o pessoal para ir, pra entrevistar. Então volta e meia ele nos chamava. Ia eu e o coordenador da Católica e os dois lá. A gente fazia aqueles discursos exaltados. Ai vinha aqueles caras animando o público pra bater palma. O público batia palma (risos). Era um negócio legal. Tinha repercussão (GAZZINELLI, 2007).

O discurso proferido era adaptado ao linguajar popular, adequando-se aos mais diversos níveis de instrução. “A gente fazia o discurso assim, pra atingir o povo mesmo. E eu acho que o tema a gente tinha argumentos que eram bem aceitos, que sensibilizavam” (GAZZINELLI, 2007). A defesa da bandeira cultural fazia com que a mobilização estudantil fosse acolhida

---

<sup>131</sup> Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG.

sob uma perspectiva visionária e de certa comoção social, proporcionando o interesse pela adesão à causa tendo como pressuposto uma possível revolução cultural:

[...] Cultura: é difícil alguém ser contra ter acesso à cultura! Ter oportunidade de crescimento cultural. Cada vez mais. Isso é um tema que dificilmente alguém vai ser contra. Pelo contrário: cada vez mais é um tema emergente e vai continuar sendo. Daqui a pouco vai ser o principal (GAZZINELLI, 2007).

Por outro lado, a mobilização entre os alunos da Escola de Arquitetura da UFMG possuía características ideológicas que a distinguiam no cenário estudantil, como uma divisão no Diretório Acadêmico (DA): parte das pessoas eram ligadas aos integrantes do DCE e da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG (FACE-UFMG), que por sua vez tinham envolvimento com uma facção política do movimento estudantil (que deu origem ao Partido dos Trabalhadores (PT)), denominada **Centelha**. A outra ala, cuja turma de graduação da entrevistada participava:

[...] não brigava nas mesmas políticas, mas era de uma [...] área mais anárquica. Politizada. A gente brigava à nossa maneira. Mas a gente não tinha muita paciência com essa coisa da Centelha, esse troço muito rígido não. Isso não colava na Escola. A gente era libertário. Sempre foi a coisa dos artistas com a qual a Escola de Arquitetura sempre foi muito vinculada. Muito artista lá dentro também, né?! (VALLE<sup>132</sup>, 2007, grifos meus)

Esse segundo grupo reunia-se geralmente no Diretório Acadêmico (DA) da EAUFMG ou mesmo no IAB-MG, quando da vinculação dos estudantes à entidade. No entanto, as reuniões se davam também no jardim da Escola e até mesmo em bares. Apesar da mobilização envolver grande parcela dos estudantes da Universidade, o movimento não era considerado

---

<sup>132</sup> VALLE, Liana. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 20 jul. 2007. 1 fita cassete (90min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

organizado pois “Organizado não. As coisas não pode falar nisso organizado dentro da Escola de Arquitetura nunca! Que arquiteto é avesso a essas coisas, né?! As coisas acontecem do nosso jeito. Através de encontros, de festas, de coisas. As coisas vão armando.” (VALLE, 2007).

O movimento estudantil também buscava cercar-se de informações estratégicas que amparassem a mobilização através do apoio dos docentes da Universidade e de órgãos públicos ligados à preservação, como forma de conseguir respeitabilidade e importância junto à sociedade.

[...] Eu falo assim: uma figura como o Afonso Ávila foi um cara importante tanto na questão do Cine MetrÓpole [...] depois no Cine Brasil também. No caso do Cine MetrÓpole ele era do Conselho Curador do IEPHA e ele foi uma voz firme a favor do MetrÓpole [...] sempre tem pessoas importantes, muitas vezes nos lugares certos, na hora certa. Então tudo isso vai juntando aqui e ali e você cria um movimento social. E se o tema é um tema que tem repercussão [...] (GAZZINELLI, 2007, grifos meus)

Outro interesse comum dos estudantes universitários dos dois DCE's (UFMG e o da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG) e que viria a ser um mote impulsionador para um movimento de peso na defesa dos direitos estudantis foi a luta pela carteirinha de estudante (na iminência de ser extinta na época); como explica o entrevistado:

[...] Então coincidiu a coisa do fim da carteirinha e de cinemas fecharem. Então no caso dos dois DCE's viram nisso uma razão de brigar. Então nossa briga era pela carteirinha, continuar a ter a carteirinha de estudante [risos], (eu não lembro mais se eles queriam acabar com a carteirinha ou com o monopÓlio da UNE de ter carteirinha) (GAZZINELLI, 2007)

A luta pela manutenção da carteirinha justificava-se da seguinte forma:

[...] A carteirinha, além de ser um privilégio dos estudantes, de poder entrar em cinema e teatro pagando meia entrada, era uma fonte de renda pras entidades. Então essa coisa da carteirinha de estudante com essa coisa do cinema de certa forma aproximou essas entidades (GAZZINELLI, 2007, grifo meu).

Concomitantemente a estes fatos, outras mobilizações sociais tinham passo no Brasil: “E coincidiu nessa época também uma época de grande ebulição social. Teve o movimento dos metalúrgicos em São Paulo [...] Então já tinha uma ebulição democrática acontecendo e as pessoas tinham bandeiras” (GAZZINELLI, 2007).

Neste contexto, o IAB-MG desponta como entidade historicamente envolvida com a causa preservacionista em Belo Horizonte, relacionado diretamente com a participação de professores da EAUFMG na diretoria do Instituto, tais como Sylvio de Vasconcellos e Suzy de Mello. Alguns alunos de arquitetura pertencentes ao movimento estudantil da EAUFMG também figuram entre as principais personalidades vinculadas ao Instituto, que congrega assim várias noções de patrimônio durante sua história.

## 1.6 - MOVIMENTO ESTUDANTIL/ IAB-MG

### 1.6.1 – Movimento estudantil e IAB/MG em Belo Horizonte.

Em Belo Horizonte o IAB-MG exerceu uma certa liderança nos movimentos sociais pela preservação do patrimônio, o que não lhe impedia de congregar outras representações da sociedade civil de modo a fortalecer a luta urbana. O interesse dos órgãos oficiais do governo pela causa preservacionista encontrava-se distante das discussões mais sintonizadas dos conceitos de patrimônio urbano, contrastando com o envolvimento cada dia mais íntimo de alguns setores da sociedade civil organizada; como por exemplo os estudantes universitários.

[...] O IAB na verdade ia na frente. A AMDA participou em vários momentos e dependendo... O DCE da [Universidade] Federal e em alguns momentos, o DCE da PUC também. Esses dois DCEs participavam. E no mais eram na verdade associações locais que tinham o interesse por este ou por aquele imóvel, ou praça, ou festa, uma coisa assim. [...] Não tinha ninguém, não tinha nada oficial. Oficial que eu digo: [Poder] Executivo, Legislativo. Era só sociedade civil. Se era organizada, aí sim talvez não fosse inteiramente organizada [...] (MARQUES, 2007)

O IAB-MG congregava voluntários da sociedade civil não organizada interessados em apoiar a causa preservacionista, que não necessariamente possuíam formação em arquitetura:

[...] o IAB na verdade, em torno do IAB, se reuniam pessoas que não eram arquitetos, mas eram interessados pela preservação da arquitetura. Que eu acho muito interessante você considerar que a arquitetura não seja um patrimônio dos arquitetos, mas um patrimônio da sociedade. E em muitos momentos surgiram pessoas, não arquitetos, envolvidos com as questões da preservação. [...] Batia gente no IAB pra falar sobre isso, ou aparecia alguém lá e dizia “Ah, aposentei, posso ficar postando cartas.” Coisas assim. E tinha o pessoal que era ligado ao ICOMOS<sup>133</sup> que

---

<sup>133</sup> ICOMOS: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

era mais institucionalizado, mais formal, mais chique. Na verdade o IAB congregava mais do que arquitetos. (MARQUES, 2007, grifo meu)

A sociedade civil não organizada, no entanto, não tinha uma participação significativa nos eventos promovidos pelo IAB. Assim sendo, uma questão pontuada é a falta de interesse da categoria dos historiadores, geralmente pouco envolvidos com a discussão da preservação do patrimônio.

O IAB-MG funcionou nas dependências da EAUFMG na década de 1970, durante o mandato do arquiteto José Carlos Laender. Segundo a entrevistada, o IAB-MG ocupava uma sala “[...] na entrada ali da Escola, no saguão, tem uma sala logo à direita, do lado de um busto, ali era o IAB [...] No térreo [...] Você entrava à direita, primeira sala a direita era o IAB. Fica do lado da escada monumental.” (VALLE, 2007)

A partir deste fato se percebe que o IAB-MG mantinha uma boa relação com a Escola e os estudantes, a ponto da então graduanda afirmar que: “Então era tudo ali. Uma escola de arquitetura só. As coisas rolavam muito juntas ali. Então era tudo ali, em família, né?! (VALLE, 2007).

O idealismo dos estudantes era muito associado ao espírito de mudança que envolvia a época, estando este à sombra da Ditadura. Desta forma, os ideais que regiam o IAB-MG eram encarados pelos estudantes como uma possibilidade de reforma social, servindo de canal aberto para a discussão da implementação destas mudanças no espaço urbano.

[...] A gente vinha daquela coisa da ditadura, a gente tinha uma herança das pessoas mais velhas que a gente conversava na Escola ainda de tradição política mesmo! De briga. Ainda era uma coisa muito presente. A gente pegou ditadura na Escola. Então

isso era uma coisa muito presente. Dentro da Escola de Arquitetura nos grupos de estudantes [...] a gente discutia essas coisas. Era do nosso interesse a briga pela cidade (VALLE, 2007, grifos meus).

A proximidade da Escola com o Instituto nesta época foi responsável por aflorar as ebulições sociais dos estudantes, à medida que a participação destes como sócios honorários do IAB-MG lhes graduava na discussão da questão urbana e era responsável pelo aprimoramento do lado político da profissão.

[...] A gente freqüentava o IAB porque a gente pegou o rescaldo da ditadura. Pelas brigas políticas. Prendia estudante. Sumia gente. A gente quebrava o pau, né?! Então a gente brigava por essas coisas. (VALLE, 2007) Conclui dizendo que os arquitetos: “São muito politizados porque a questão urbana ela é muito política” (VALLE, 2007, grifo meu).

Assim sendo, estabelecia-se um laço de parceria entre o movimento estudantil e as lutas urbanas capitaneadas pelo Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil, a ponto de alguns estudantes filiarem-se à instituição uma vez formados e embrenharem-se política e academicamente nos temas então suscitados; como o da preservação do patrimônio.

[...] acho que essa luta ela foi bacana, vitoriosa, porque ela transcendeu a esfera muito acadêmica. Como o pessoal era muito aberto, o Ricardo [Lana] e esse pessoal, eles têm outra visão das coisas [...] Essa briga agregou muito os estudantes na época e os recém-formados. Era todo mundo recém-formado, eles eram novinhos: o Ricardo, a Stael. A Stael estava fazendo mestrado. Então eu acho que agregou muito (VALLE, 2007).

A causa da preservação do patrimônio é adotada pelo IAB-MG tendo por pressuposto as discussões sobre as mudanças no cenário urbano da Capital – construída sob o signo do progresso -, mas que sucumbia sob a égide da modernidade. A destruição urbana provocada

pelo iminente progresso destituía a cidade de seus belos exemplares de arquitetura eclética e a povoava com seus arranha-céus de concreto, que não guardavam nenhuma relação identitária com a concepção original da cidade. O tecido urbano dava passo à verticalização desenfreada da moradia, em edificações muitas vezes de qualidade estética e arquitetônica questionáveis e que ignoravam por completo a relação com seu entorno; erguendo-se e descaracterizando, sobretudo, a paisagem urbana do centro da cidade. Neste contexto de fragilidade, o tema da preservação do patrimônio municipal era ignorado pela legislação em vigor e estava muito distante da política de proteção efetivada pelos órgãos afins; que só viria a consolidar-se em um passado recente; ao delegar importância administrativa aos municípios. É neste contexto que a temática da preservação do patrimônio associa-se às bandeiras empenhadas pelo IAB-MG, reflexo direto também das causas associadas à identidade nacional que mobilizavam o país:

[...] Eu acho que foi muito em cima de algumas questões assim: de Belo Horizonte ser uma cidade que originariamente tem um projeto que meio que nega toda essa história colonial e que também nasce sobre o signo desse positivismo e de ser uma cidade que se reconstrói o tempo todo (que se destrói e se constrói). Que substitui, né?! Se você pegar a área da rodoviária que tinha uma Feira de Amostras, que teve mercado, que teve a rodoviária que agora eles estão falando que vão demolir a rodoviária (risos). Então assim, mesmo ... Onde está o Sulacap, também teve o Correio, que foi para outro lugar, que depois virou um arte decó. Era um eclético e depois passou a ser um edifício arte decó. Enfim, acho que tem na história de Belo Horizonte uma visão de que a cidade era uma cidade moderna. E ela se modernizou. Então eu acho que a própria Lei de Uso do Solo não ter contemplado questões de patrimônio histórico quando ela foi feita na época. A própria política de patrimônio também está voltada mais para o interior que para a cidade. Um tempo depois é que o IEPHA começa a ter ações de tombamento ou de proteção do patrimônio de Belo Horizonte. Então se a gente for pensar: quando é que foi tombada a Praça da Liberdade? Quando é que foi tombado um trecho da Afonso Pena que ainda tem o Conservatório, o Tribunal, né?! E os outros, por exemplo, essas edificações do arte decó, nem sei quais são tombadas ... Acho que são tombadas pelo município. Acho que não foram nem nunca tombadas pelo IEPHA. Eu lembro bem que um marco importante foi o Cine Metrópole, por conta de [...] (SCHMIDT, 2007).

A motivação política demonstrada pelo IAB-MG desde os tempos em que se encontrava alojado na EAUFMG favoreceu a criação de um grupo<sup>134</sup> empenhado na preservação do patrimônio, dentro do IAB-MG, e formado majoritariamente por arquitetos recém-formados, graduandos e estudantes de arquitetura.

[...] a gente era novinho. Em 1981[...] a gente era tudo estudante. E já trabalhava. Recém formados a gente começou a botar [...] o pessoal era muito politizado. O grupo que tinha no IAB nesta época, que era o Ricardo [Samuel de Lana]; a Stael [Alvarenga Pereira Costa] [...] e Fonfon [Carlos Henrique Affonseca]; Jorge Abdo Askar; Marieta Vitorino; Flávio Grillo; David Peterson; eu; Regina Xavier; Celeste; pessoal do patrimônio; Tarcísio Guadalupe do IEPHA. [...] Jorge Askar... Stael [Alvarenga Pereira Costa]... Esse povo é mais velho que a gente quando muito cinco anos. Fonfon [Carlos Henrique Affonseca], o José Ozório [Caetano],...Ricardo [Samuel de Lana]. Já eram formados (VALLE, 2007).

Entre as pessoas que exerceram um papel destacado nas lutas urbanas estariam:

“[...] O Reinaldo, eu mesma, o Bernardo Mata Machado, Gustavo Gazzinelli, o Jorge Askar, o Zé Ozório, o Ricardo Lana. É... nessa época eram esses os mais atuantes” (MARQUES, 2007).

A essa liderança manifestada pelo IAB-MG estavam associadas pessoas que trabalhavam no IEPHA. Os membros do IAB que faziam parte do IEPHA eram “[...] a Selma [Melo Miranda],... o José Ozório [Caetano], que acho que nessa época estava ligado ao IEPHA.” (SCHMIDT, 2007) Outros estavam vinculados a órgãos estaduais de pesquisa, como a Fundação João Pinheiro “[...] o Jorginho [Jorge Askar] é da Fundação João Pinheiro. E o Eduardo Tagliaferri,... também da Fundação João Pinheiro. Que tinha um pouco essa visão, não só urbanística, mas tinha um pouco também a visão do patrimônio e tal.” (SCHMIDT, 2007)

---

<sup>134</sup> Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural do IAB-MG. Vide subitem 1.6.2.

O arquiteto Ricardo Samuel de Lana tinha um histórico de destacada atuação nas lutas urbanas desde a década de 1970, quando se graduou na Escola de Arquitetura e era “indissolavelmente ligado a essa fase destes movimentos em Belo Horizonte [...] a presença dele nesta época foi cabal. Ele é um cara que tem esse potencial de guerra mesmo, um cara culto, munitíssimo bem informado, e o cara tem respeitabilidade” (VALLE, 2007). Seu nome é aclamado como forte liderança desse grupo de arquitetos e tamanha era a aceitação e admiração pela figura e atuação do arquiteto Ricardo Samuel de Lana que: “não existia opiniões em contrário... do Ricardo” (CAETANO, 2007). Este período do IAB-MG é caracterizado como “[...] O IAB era atuante, era de vanguarda nestas brigas” (VALLE, 2007)

O IAB-MG tinha como estratégia de luta urbana estabelecer parceria com outras entidades, de modo a trabalhar em conjunto. A UFMG apoiava fornecendo colaboração técnica: “[...] A gente solicita um laudo das condições geológicas da Serra do Curral. A Universidade Federal de Minas Gerais fez este laudo pra gente. Sempre a gente tentava envolver muito a universidade” (LANA, 2007). A mobilização se dava mediante os mais diversos meios: reuniões, festas e distribuição de boletins feitos à mão e xerocopiados.

A vinculação do IAB-MG com os estudantes de arquitetura acontecia de maneira tão intensa que alguns deles, como Liana Valle, foram contratados para elaborarem trabalhos para a representação de classe, uma vez graduados na universidade. Sobre a elaboração do cartaz do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*: “Foi meu primeiro trabalho como arquiteta. Me contrataram pra fazer um cartaz. Ai que eu fui pra Praça da Estação. Foi meu primeiro trabalho. Eu formei em julho de 1981 e foi a primeira coisa que eu fiz.” (VALLE, 2007)



FIGURA 1 – Cartaz do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*  
Fonte: Acervo particular de Ricardo Samuel de Lana

Um dos desdobramentos desse trabalho foi a criação de uma camiseta, que permitiu a mobilização pela preservação da Praça da Estação ganhar novas frentes de participação:



FIGURA 2 – Camisa de mangas compridas do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*  
Fonte: Acervo particular de Liana Valle

Essa coisa da camiseta é uma vertente muito pop do movimento. Isso uniu todo mundo. [...] À medida que as pessoas usavam camisetas elas já se sentiam brigando. Tinha isso também. E tinha gente que comprava porque achava a camiseta bonita, só. Mas o pessoal na época era muito politizado. Então assim: comprava a camiseta e achavam legal que estavam brigando por alguma coisa, que estavam ajudando. (VALLE, 2007, grifos meus)



FIGURA 3 – Detalhe da camisa de mangas compridas do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*  
 Fonte: Acervo particular de Liana Valle

A participação estudantil no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* repercutiu em: “[...] uma exposição na Praça Sete que a gente usou cartazes desta coisa pra colar, fazer um estande bacana lá, todo mundo trabalhou nisso [...] devia ser coisa desse tal desse grupo [...]” (VALLE, 2007).

Por certo, a Escola de Arquitetura teve uma participação ímpar no *I Encontro* uma vez que abrigou o movimento em suas instalações, servindo de verdadeiro “*quartel general*” (LANA, 2007) para o grupo, uma vez que o IAB-MG possuía sede improvisada. Até mesmo o trabalho fotográfico (que mais tarde configurariam as fotos ilustrativas do livro “*Praça da Estação: origem e destino*”) seria realizado por integrantes do Instituto, responsáveis por toda a

organização do seminário: “[...] Então assim, a gente fazia tudo. Fazia textos, dava entrevistas, fotografava, denunciava, levava não sei aonde lá” (LANA, 2007). A participação estudantil de alunos da EAUFMG foi significativa, conscientizando-os e englobando-os na discussão a respeito da preservação do patrimônio local: “[...] Os alunos da Escola foram. Foi legal porque se colocou isso pra quem não tinha esse tipo de informação. Porque a Escola não tinha nenhuma disciplina voltada para esta questão. Nada”. (LANA, 2007, grifo meu)

Posteriormente, um desentendimento entre a direção da Escola e do Instituto resultou na separação física dos dois órgãos.

Entre os eventos promovidos pelo IAB-MG na década de 1980 que suscitaram um maior interesse e comparecimento da classe dos arquitetos figura o Arquimemória, congresso realizado em 1985 em Belo Horizonte e que abordava o tema do patrimônio histórico “[...] voltado essencialmente para a questão da preservação e [...] para o público de arquitetura” (CAETANO, 2007). O Congresso Brasileiro de Arquitetos, evento itinerante com periodicidade bianual, reuniu aproximadamente 4.500 pessoas em Minas Gerais, entre profissionais e estudantes de arquitetura; e contou com destacadas personalidades da América Latina. Fizeram parte da pauta de discussões do congresso “[...] A questão da educação, mais didática, a discussão sobre o ensino de arquitetura, uma discussão sobre a questão de patrimônio histórico, sobre intervenções urbanas [...]” (SCHMIDT, 2007).

Os presidentes que estiveram à frente das diretorias do IAB-MG na década de 1980 caracterizam-se por gestões marcadas pelas lutas urbanas, que geralmente abarcavam causas ligadas a patrimônio cultural e meio ambiente, estas duas sempre muito associadas. Esta proximidade dos assuntos seria motivada, entre outras coisas, pela vinculação do arquiteto

Maurício Andrés Ribeiro, presidente da entidade entre os anos de 1982/83, com a área de Meio Ambiente nos órgãos de governo. Assim sendo, RIBEIRO ocuparia cargos oficiais de muito prestígio na Secretaria Estadual e Municipal de Meio Ambiente. Por sua vez, a arquiteta Yara Landre Marques, que estaria à frente do IAB-MG durante os anos de 1984/85, também se destacaria por ser “[...] uma pessoa ouvida” (GRZYBOWSKI, 2007). Já o arquiteto Ricardo Samuel de Lana, que ocupa o cargo mais alto do Instituto entre os anos de 1988 a 1991 distinguir-se-ia por “[...] brigar bastante [...]” (GRZYBOWSKI, 2007) pelas causas urbanas.

Em 06 de Julho de 1984, a Lei Nº 3.802 (que surgiu em decorrência da criação da Lei Orgânica Municipal), organizou a proteção do patrimônio cultural do Município de Belo Horizonte e mediante seu Artigo nº 28, criou-se o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município; subjugado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Conseqüentemente, “[...] órgãos começaram a trabalhar mais em conjunto, porque antigamente era muito assim [...] Aí passou a ter um trabalho mais conjunto.” (GRZYBOWSKI, 2007) Assim sendo, o Poder Público Municipal adotou oficialmente a causa da preservação do patrimônio em sua estrutura administrativa.

Em suma, existia um movimento social pela mudança de um estado de direito que se rejeitava e do qual não se queria guardar lembranças, nem ao menos laços de identidade. Desta forma visava-se retomar o espaço para a discussão e o debate suprimido nos anos 1970, resgatando o direito tão fundamental de PARTICIPAÇÃO, em todas as esferas de poder; como instrumento motivador da revolução social em pauta. Neste contexto, alguns movimentos sociais antecedem a luta urbana do IAB-MG pela preservação da Praça da Estação.

### **1.6.2 - Movimentos sociais que antecederam o *I Encontro pela Preservação da Praça da Estação***

Um movimento social de forte repercussão na década de 1970 é o ambiental. Existia uma associação do movimento estudantil com o movimento ambiental uma vez que a Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) estava alojada dentro do espaço reservado ao IAB na EAUFMG. A luta ambiental fazia parte da pauta de mudanças sociais pretendidas pela sociedade da época e desenvolvia-se concomitantemente às lutas urbanas, sendo do interesse de muitos alunos de arquitetura: “[...] as brigas ambientais elas estavam dentro da Escola também. Eu lembro do Paulo Dimas que era ligado à AMDA. A Edwiges. Eles eram estudantes de arquitetura e essas brigas elas eram misturadas. Elas eram nossas também.” (VALLE, 2007).

A AMDA por sua vez era tida como “[...] a esquerda do movimento ambientalista em Minas Gerais” (GAZZINELLI, 2007) e reunia em sua maioria, jovens não-universitários; que se incorporaram à entidade ao final dos anos 1970 e início dos 1980. A associação sustentava um “[...] aspecto um pouco rebelde, oposicionista, mais político” (GAZZINELLI, 2007).

Uma causa que fez parte da mobilização estudantil no que se refere as lutas pela preservação do meio ambiente foram os protestos em prol da preservação da Serra do Curral, realizada no ano de 1975 e vinculada principalmente ao meio artístico da cidade e à Escola Guignard. Este movimento teve como fruto a divulgação de um adesivo criado por um aluno de arquitetura da UFMG, chamado Manfredo Alves de Souza Netto, com o slogan ‘Olhe bem as montanhas’.

Também se tem registro de uma passeata encampada pelos estudantes da Escola, insatisfeitos com a construção da cerca metálica que delimita o Parque Municipal, construída na década de 1970.

O protesto pela Serra do Curral é adotado pelo escritor e cronista Carlos Drummond de Andrade, que associa indignação ambiental e cultural para protestar contra a destruição de um símbolo afetivo da cidade e que marcaria decisivamente a vida do escritor, atribuindo-se-lhe em vistas disso a publicação do poema “Triste Horizonte”; segundo ao qual confessa não mais reconhecer a cidade, abandonando-a em definitivo. Este fato foi “[...] o ponto de ruptura entre o que vinha acontecendo e o que passou a acontecer depois. [...]... um marco importante do imaginário, do pensamento ambientalista e em defesa do patrimônio cultural em Belo Horizonte” (GAZZINELLI, 2007).

O movimento contra a construção do Aeroporto de Confins foi um marco na história de lutas sociais promovidas pelo IAB-MG. Se nos é explicado da seguinte maneira:

[...] o IAB teve uma participação muito importante,... foi o do Aeroporto de Confins. O Aeroporto de Confins foi construído sobre uma área que havia várias grutas com pinturas rupestres e tal. Então houve uma grande mobilização na época em protesto contra a construção do Aeroporto em Confins. Houve uma grande mobilização pública neste sentido. [...] Para que não se construísse o aeroporto (GAZZINELLI, 2007).

E situa:

[...] Então você vê que tanto a Serra do Curral, que já era um bem tombado pelo patrimônio, pelo IPHAN, como Confins, que é um bem paleontológico e arqueológico importante, eles já tinham esse gancho natureza/ meio ambiente. São dois movimentos que eu acho que ajudaram a juntar estes dois focos, meio ambiente e cultura, aqui em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. [...]... eram ameaça mesmo ao patrimônio arqueológico, paisagístico, natural e cultural (GAZZINELLI, 2007)

Atribui-se à campanha do Aeroporto de Confins o surgimento do Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural do IAB-MG, grupo este que também atuaria mais tarde na mobilização pelo *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*.

[...] E nessa época a gente foi informado da construção do Aeroporto Metropolitano de Confins. E que seria numa região de grutas. Não se tinha informação nenhuma de absolutamente nada a respeito. Aquela época ainda era o governo militar. O aeroporto era considerado uma questão de estratégia. [...] Foi uma campanha extremamente bem estruturada. E o que que a gente fez? Nós não tínhamos informação de nada. Tentava obter informação e não se conseguia. A gente formou um grupo dentro do IAB que chamava Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural. Onde tinha: Fonfon, Jorge Askar, Marieta Vitorino, Maria Imaculada Leão, Stael, Deusdedit, Eu, e a gente começou a trabalhar dentro do IAB como um grupo mesmo dentro da diretoria – não fazia parte da diretoria [...] (LANA, 2007, grifos meus)

A comunidade da UFMG participou assiduamente do evento e exerceu o papel de levantar dados técnicos imprescindíveis para a compreensão das diversas variáveis geológicas que envolviam o projeto do aeroporto. Desta forma auxiliava-o na conscientização da gravidade da situação a tempo de tomar as providências necessárias para a convocação de uma mobilização social. O comparecimento de estudantes, no entanto, ficou limitado a participações eventuais. Contando com uma rede de informações e com o apoio da população, sensibilizada pela causa, tornava-se questão de tempo demandar explicações do governo acerca de uma possível reforma de conduta frente à deliberação. A construção do aeroporto traria conseqüências devastadoras para a preservação do patrimônio espeleológico (grutas) de Lagoa Santa e riscos iminentes para o projeto; este último de ordem técnica.

[...] diversos departamentos da Universidade participaram junto com a gente. Ia nos debates públicos que tinha. A gente fez encontros públicos pra divulgar a questão do aeroporto. O auditório lotado de gente. Os professores da Universidade iam junto com o IAB [...]. e aí nós solicitamos da Universidade Federal de Minas Gerais diversos laudos técnicos a respeito da geomorfologia do local, da espeleologia, e se produziu uma série de documentos técnicos e que deu muita sustentação pra campanha. Que nós tivemos que ser ouvidos. Eles não queriam ouvir ninguém, mas a gente começou a divulgar esta questão do impacto sobre a região lá das grutas, daquele acervo espeleológico todo. E foi uma campanha belíssima. Aconteceu que chegou um momento que eles admitiram que realmente a localização era inadequada, que ia ser reestudada, mas na realidade eles tinham definido que seria ali mesmo. Mas o que que aconteceu? O Charles Cooler, que era o geólogo da Universidade que fez o relatório do ponto de vista da geomorfologia da região, ele, quando a coisa se definiu realmente; eles deram um golpe tremendo porque falaram que fariam o aeroporto naquele lugar, mas criariam o parque do Sumidouro<sup>135</sup> - [...] Até hoje nunca foi implantado. (LANA, 2007, grifos meus)

Por fim o aeroporto foi construído, mas não sem que fossem revistas as recomendações técnicas para sua execução e que o patrimônio espeleológico de Lagoa Santa ganhasse repercussão nacional:

[...] pelo menos uma conseqüência isso aí teve: a pista de pouso foi desviada mil metros pra tirar de cima do calcário e colocar em cima do filito. Por causa do nosso trabalho. Que ia ser feita uma pista de pouso em cima do calcário [denota espanto], que é uma rocha que se dissolve com água e que você pode ter grutas lá de baixo e que só o impacto do avião, pode ser um abismo de repente. Então você vê que as coisas eram feitas de forma tão aleatória que esse trabalho do IAB levou a essa alteração de ordem técnica. De mudar esta pista de lugar. Ficou o aeroporto, mas pela primeira vez se divulgou o acervo espeleológico da região norte de Lagoa Santa (LANA, 2007)

Assim como mais tarde aconteceria com a Praça da Estação no *I Encontro*, a mídia jornalística, mais precisamente empenhada na pessoa do escritor Carlos Drummond de

---

<sup>135</sup> O Parque Estadual do Sumidouro é um monumento paisagístico, arqueológico, paleológico, espeleológico, biológico e histórico. Além disso, trata-se de importante manancial de recarga das águas subterrâneas do Rio das Velhas. Criado em 1980, como medida de compensação pela construção do Aeroporto Internacional Tancredo Neves em Confins, o espaço busca preservar o patrimônio cultural e natural da região, como as grutas e as pinturas rupestres, a fauna e a vegetação do cerrado. Com 1.300 hectares, o Parque se situa nos municípios de Lagoa Santa e Pedro Leopoldo e está em processo de implantação. Falta adquirir as propriedades dentro dos limites definidos por seu decreto de criação, construir infra-estrutura para visitação, pesquisa e fiscalização, além de contratar os guarda-parques (CEDECOM, 2006).

Andrade, acompanharia e apoiaria o movimento, tecendo críticas a favor da preservação do patrimônio da Praça da Estação e abrindo caminho para o apoio de outros canais de comunicação de massa ao movimento. O IAB-MG iniciava assim uma longa campanha que associaria o nome da entidade com os ideais promulgados pela construção de uma sociedade democrática; que teria como marco o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, realizado em 1981.

[...] Foi uma grande divulgação. Nós escrevemos pra Carlos Drummond de Andrade. Ele fez uma, ele tinha uma coluna no Estado de Minas e no JB, a mesma coluna saiu nos dois jornais, onde ele fez um artigo chamado: "Deus nos livre deste aeroporto em Confins". Então deu muita força quando entrou. Nós escrevemos pra diversas revistas. Tem toda uma série de publicações aí. E por outro lado o IAB começou a despontar como entidade também voltada pra estas questões de interesse mais amplo da sociedade como um todo. E aí a gente partiu pra frente. Aí veio a questão da Praça da Estação (LANA, 2007, grifos meus)

Por fim, os protestos contra a construção do Aeroporto de Confins evidenciam a organização do movimento social pela preservação do patrimônio ambiental na região metropolitana de Belo Horizonte; onde se destaca a participação de dois atores fundamentais e que estariam intimamente ligados a partir de então: a EAUFMG e o IAB-MG. As estratégias de luta urbana foram criadas. A partir disso, caberia exercitá-las, ampliá-las e diversificá-las na atuação do IAB-MG no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, em 1981.

## CAPÍTULO II

### 2.1 – IDENTIDADE E TERRITÓRIO

O movimento preservacionista em Belo Horizonte, em um primeiro momento, restringia-se aos técnicos que trabalhavam diretamente com a organização e planejamento do espaço urbano nos órgãos públicos estaduais, sendo a maioria deles arquitetos. Todos estavam envolvidos com a discussão sobre a “identidade”.

[...] o que é identidade? O que é identidade nacional? Identidade dos lugares? Identidade dos pedaços?... um resgate mesmo da identidade dos povos, dos lugares, dos pedaços, dos territórios. [...] O conceito de território começa a aparecer de uma forma bem recheada deste conteúdo de identidade mesmo. Um tema bastante presente nas discussões nacionais. [...] naquele momento é nacional e local nascendo tudo junto. (PEREIRA, 2007, grifo meu).

Abria-se aí um grande campo de pesquisa para arquitetos e antropólogos, como os Magnanis<sup>136</sup> e Carlos Nelson Ferreira dos Santos<sup>137</sup>, com o despontar de temas como ‘planejamento de bairros’ e do ‘resgate da história dos lugares’, que se instalavam como temas locais com repercussões nacionais e vice-versa (caso do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* em Belo Horizonte), como nos relata o entrevistado:

---

<sup>136</sup> Refere-se aqui aos trabalhos realizados pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani sobre antropologia urbana na cidade de São Paulo, como a obra intitulada “Pedaços e Trajetos: formas de lazer e sociabilidade na metrópole”, Caxambú – MG, 1989.

<sup>137</sup> Um dos primeiros arquitetos que discute a questão do Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano, na obra: SANTOS, Carlos Nelson F. Preservar não é tomar; renovar não é por abaixo. Projeto design. Nº. 86, abr. de 1986. p. 59-63.

[...] Essa questão da identidade permeava a sociedade como um todo. Então vai em todos os níveis de governo: federal, estadual, municipal. Nos níveis dos movimentos sociais. De nível e nos seus locais. Eu trabalhava no final dos anos 1980 em Santo André e o que a gente fazia: íamos pros bairros da periferia de Santo André e colocava os idosos pra contar a história do bairro, os pedaços da cidade - (levantamento de informações). Daquilo ali fazíamos pequenos livros chamados “cadernos de bairro” e distribuíamos na comunidade; para que conhecessem a história do bairro. Tinha um jornalista que pedia emprestado foto das pessoas, copiava e tinha um cadastro enorme de fotos das pessoas. Fazia exposições no bairro. Enchia de gente. Todo mundo resgatando a história dos lugares. Tinha festas que a rua virava um bolão enorme. Cada casa fazia um pedacinho do bolo. Aí no domingo, quando tinha festa, juntava aquele bolo todo e fazia a festa. São Paulo tem umas coisas assim. Tem uma festa no Bexiga, Nossa Senhora de Aquiopita, nessa festa o povo do Bexiga todo faz um bolo enorme com trezentos metros de comprimento e a festa começa comendo o bolo. O povo todo avança sobre o bolo, que é feito em pedacinho pelas famílias. Então é todo um movimento de buscar a identidade. Então assim: como é que é a formação dos lugares? Como é que era a formação dos pedaços da cidade? O que que realmente é valor? Que é fundamental de ser mantido? O que a gente deve ter orgulho da nossa formação enquanto sociedade e enquanto território? Enquanto cidade? Enquanto espaço? Isso passa o tempo inteiro no pensamento e na discussão da gente (PEREIRA, 2007, grifo meu).

No âmbito Municipal, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL) teve papel decisivo ao resgatar a relevância de se trabalhar a temática do patrimônio arquitetônico nas discussões urbanas relativas à Belo Horizonte, difundindo não só para a sociedade, mas em meio ao poder público estadual, a consciência “de que havia patrimônio a ser protegido, ações de proteção do patrimônio, de valorização do patrimônio cultural”. (PEREIRA, 2007) Novamente aparece a figura do arquiteto Ricardo Samuel de Lana como símbolo de liderança desse movimento, muito ligado também ao IAB-MG.

SCHMIDT descreve o papel do sistema público de planejamento urbano estadual, no qual figuravam instituições de grande prestígio, como a Fundação João Pinheiro e o PLAMBEL, para explicitar uma concepção de planejamento urbano ligado diretamente à esfera local, à Capital:

O PLAMBEL [...] era vinculado à Secretaria de Planejamento do Estado, assim como a Fundação João Pinheiro também era vinculada. [...] Fundação João Pinheiro era um órgão de planejamento do Estado, que trabalhava com planejamento urbano e regional, mas que tinha uma visão interdisciplinar; porque você tinha economistas, demógrafos, sociólogos,... arquitetos, engenheiros etc., administradores, pra poder dar assessoria. [...] Ela é um órgão de pesquisa que faz vários estudos sobre questão econômica, desenvolvimento regional de determinada área do Estado, enfim, era um órgão que trabalhava a questão do planejamento de uma forma mais ampla e dentro dele juntou um núcleo que foi quando criou-se regiões metropolitanas. Quando criaram as regiões metropolitanas no Brasil nas várias capitais, criou-se a região metropolitana de Belo Horizonte e aí criou-se um órgão que foi o PLAMBEL, que é uma superintendência. Ele não é uma secretaria. Ele era uma Superintendência de Desenvolvimento Metropolitano. É vinculado, quer dizer, ele nasce da Fundação mas ele é um órgão – uma autarquia – um órgão vinculado ao governo do Estado, à Secretaria de Planejamento do Estado. Que começa a trabalhar com a região metropolitana, e a Fundação com o resto do Estado. E o PLAMBEL com a região metropolitana (SCHMIDT, 2007).

A entrevistada se refere a uma metodologia de trabalho baseada na multidisciplinaridade e transdisciplinaridade da diversidade de profissionais que compunham o PLAMBEL, que congregava

[...] equipe de engenheiros, sanitaristas, pessoal da área de trânsito, sistema viário, sociólogo, economista, pessoal da área ambiental. [...] tinha uma equipe enorme que ia pra campo e fazia uma leitura coletiva... [...] depois fazia um diagnóstico (SCHMIDT, 2007, grifo meu).

No entanto, cabia ao arquiteto confluír (trazer) para o espaço todos os dados levantados pelos diversos profissionais,

[...] espacializando [...] Enfim, setorizando este uso do solo”. [O arquiteto] fazia um pouco este papel de uma leitura mais integrada das coisas... cruzando algumas informações sobre sistema viário, transporte... numa discussão com as outras áreas (SCHMIDT, 2007).

A questão ambiental era compartilhada fundamentalmente pelos geógrafos e arquitetos do órgão.

Entre os anos de 1981-1982 foi elaborado um trabalho dentro da Coordenação de Estudos Básicos do PLAMBEL, denominado 'Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte', realizado com o objetivo de estabelecer diretrizes de desenvolvimento para a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Dentre estas diretrizes, cabe destaque para o capítulo de preservação ambiental e de preservação do patrimônio cultural. O trabalho teve a participação de personalidades como Ricardo Samuel de Lana, Jurema Souza Machado, Liana Valle, José Abílio Belo Pereira, entre outros, que além de funcionários públicos eram membros do IAB-MG e integrantes do grupo de preservação do patrimônio. A relevância deste trabalho encontrava-se no fato de ter, segundo PEREIRA, desencadeado o movimento social de preservação do patrimônio em Belo Horizonte, constituindo em:

[...] um levantamento na Região Metropolitana de Belo Horizonte do que a gente achava que eram coisas de interesse de preservação, do ponto de vista de patrimônio cultural. Um levantamento... embrionário, inicial, mas era um levantamento que a gente já pontuava quais eram as edificações ou os conjuntos urbanos que mereciam tratamento especial no planejamento metropolitano visando uma valorização. Não só preservação, mas valorização, com duplo objetivo: não só pra valorização da identidade social dos lugares, mas também como elemento que pudesse gerar um fluxo de turismo ou coisa assim (PEREIRA, 2007, grifo meu).

E o entrevistado vai além ao constatar:

[...] Falam que a década de 1980 foi a 'década perdida' mas do ponto de vista urbanístico, social, de transporte, saneamento, foi uma época de muitas conquistas. [...] é dentro deste clima [...] que vão nascer os primeiros movimentos entorno da Praça da Estação (PEREIRA, 2007, grifos meus).

Assim sendo, o Macro-zoneamento da Região Metropolitana utilizou uma metodologia de trabalho diferenciada ao adotar a leitura coletiva do espaço em detrimento da análise textual individualizada. Esta ação permitia analisar uma área da cidade sob a ótica de sua "manifestação coletiva, de como é que acontece esta apropriação do espaço pelas pessoas." no intuito de se valorizar as estruturas culturalmente consolidadas do espaço urbano,

denominadas tecnicamente de “Unidade Básica de Planejamento”. As Unidades distinguiam-se por critérios relacionados à “[...] questão de identidade, de coerência, de articulação, de convergência” (SCHMIDT, 2007) tornando-se assim um instrumento que refletia não só uma postura profissional, mas também o quão envolvida estava a sociedade na discussão da identidade nacional. Os conceitos como ‘pedaços’ e ‘identidade local’ podiam ser traduzidos na abordagem de uma

[...] cidade dividida em núcleos. Às vezes são bairros ou às vezes são áreas maiores que são desarticuladas por topografia, por uma linha férrea, por barreiras. Ou simplesmente pelo prisma das ‘coisas que ligam e das coisas que separam dentro da cidade’ (SCHMIDT, 2007, grifo meu).

As Unidades Básicas de Planejamento adotavam uma escala urbana que dividia a cidade em ‘centro’ e ‘hipercentro’ e considerava desde características de concentração de atividades (comércio e serviços) até os espaços de referência coletiva, entre os quais a Praça da Estação figurava como um dos elementos do centro.

Segundo LANA (2007), estes documentos abordavam a questão da preservação do patrimônio e eram ilustrados por um levantamento fotográfico dos exemplares arquitetônicos, ainda preservados no ano de 1985. Estas premissas, em princípio, deveriam auxiliar a criação da Lei de Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte de 1985 (LUOS), incluindo a proposta de preservação de grandes conjuntos urbanos como os da “... Avenida João Pinheiro, do conjunto da Praça da Estação, do conjunto da Praça da Liberdade.” (LANA, 2007) No entanto, o projeto não foi concretizado, desconsiderando a relevância da anexação de instrumentos de preservação na Lei. Esta fatalidade iria marcar toda a história da preservação do patrimônio a partir de então, pois:

[...] A Lei, pelo contrário, ela incentivava a demolição em massa. Porque era extremamente concessiva também. À medida que você demolia uma casa, você fazia um prédio vertical no lugar, com um coeficiente de aproveitamento exorbitante. Quer dizer, ela levou realmente a essa perversidade com a paisagem urbana. Porque os modelos... Não tinham um componente de humanismo, de respeito pela escala urbana, de diferenciar os lugares. Porque você tem os mesmos modelos se aplicando em regiões distintas (LANA, 2007, grifos meus).

A discussão da LUOS é lembrada na ocasião da participação da arquiteta Ana Maria Schmidt, representante do IAB-MG durante os anos de 1986 e 1987, no conselho urbano que discutiu a respectiva lei. Esta instância do debate democrático, que reunia representantes de classe na busca de uma solução eficaz para os problemas urbanos da capital, fora criado pelo IAB-MG no intuito de formular diretrizes urbanísticas especiais para aqueles casos que extrapolavam o corpo de aplicabilidade comum da legislação.

Ao fim e a cabo, nem mesmo diretrizes de preservação e conservação dos espaços públicos coletivos foram abordados pela LUOS, liberando a cidade para os interesses da especulação imobiliária:

[...] na primeira versão da Lei de Uso e Ocupação do Solo a única coisa relacionada com preservação é o SE-1, Setor Especial 1, setor onde ficavam caracterizados as praças, os parques urbanos etc. Mas ele não foi caracterizado como um setor de preservação. Você podia edificar lá dentro, podia demolir o que quisesse fazer. Demolia, não tinha restrição nenhuma (LANA, 2007).

Assim sendo, restavam aos poucos funcionários do PLAMBEL, militantes da preservação do patrimônio, envolver-se na luta, insistindo com a discussão desse tema dentro do órgão, pelo qual muitos demonstravam preconceito e indiferença.

[...] Eles não gostavam não. [...] Achavam que isso era uma perda de tempo. Que era uma disfunção, um desvio das atribuições no PLAMBEL. [...] Eles falavam: ‘ - Você fica mexendo com essa história de patrimônio, isso não tem nada a ver com o PLAMBEL. PLAMBEL é o planejamento da Região Metropolitana. ’ Eu falava: ‘ - Tem sim! Quem planeja tem que levar em conta esta variável do patrimônio sim! Dentro do PLAMBEL eu era a única pessoa que mexia com isso.’ Tanto assim: toda

representação que tinha externa, que era coisa que eu ia ver, por exemplo um grupo, prefeitura ia montar um grupo pra olhar coisa de área central; eu ia representando o PLAMBEL. O PLAMBEL mesmo não tinha este tipo de preocupação não (LANA, 2007, grifos meus).

Por outro lado faz-se uma alusão da atuação dos funcionários do PLAMBEL que aderiam à causa da preservação do patrimônio com a figura do personagem Zorro:

[...] Era comum o povo falar que a gente era Zorro. Todas as pessoas que trabalhavam na época se julgavam um pouco Zorro. Que trabalhava de dia como uma pessoa e de noite virava o defensor do patrimônio. [...] Era época de ditadura, então tinha que ser escondido. [...] Eu tenho amigos do Rio de Janeiro que se julgavam Zorro. Maurício Andrés se falava que era um Zorro. Todo mundo (COSTA, 2007).

Pelo até então exposto, percebe-se a indignação de alguns funcionários do PLAMBEL com a prática administrativa do órgão:

[...] Quer dizer, no PLAMBEL a gente tinha as informações e no IAB a gente fazia as propostas ou as contrapropostas, entendeu?! [...] De lutar contra os projetos que a gente tinha conhecimento. Como técnico. E não podia atuar porque era tudo pacote. (COSTA, 2007, grifos meus)

A prática administrativa a que a entrevistada se refere consistia no fato dos órgãos federais de planejamento considerarem: “... as regiões metropolitanas... prioritárias para ação. E elas recebiam forma do governo. A maior parte dos financiamentos chegavam. Mas eram pacotes, eles vinham prontos de Brasília” (COSTA, 2007). Exemplo disso foi a elaboração do projeto do Trem Metropolitano que o GEIPOT pretendia implantar na Praça da Estação: “A Praça da Estação veio pronto, do GEIPOT de Brasília, pra ser implantado aqui. [...] Sem conhecer a realidade, sem saber de potencialidade” (COSTA, 2007). Tal autoritarismo era desenvolvido com o total desconhecimento da realidade da cidade, fato este que contrariava os técnicos ligados aos órgãos de planejamento local e incitava a mobilizações em prol da formulação de instrumentos mais democráticos de gestão urbana: “[...] Vinha pronto. E se implantava. Não

tinha nenhuma preocupação com o usuário, que a pessoa. Mínima preocupação. Era simplesmente um projeto técnico.” (COSTA, 2007)

O tema da Praça da Estação mobilizou de tal forma o PLAMBEL, que se chegou a propor uma Lei de Uso e Ocupação do Solo para a região do entorno da Praça, com o auxílio da arquiteta Stael de Alvarenga Pereira Costa e a assessoria jurídica de José Rubens Costa; funcionário do órgão.

[...] José Rubens Costa nos ajudou muito, que era o assessor jurídico. Ele tentou várias vezes lançar a lei específica – inclusive me pediu. Eu acho que eu cheguei até a fazer uma Lei de Uso do Solo para essa região toda do entorno. (COSTA, 2007).

Alguns funcionários do PLAMBEL eram ligados ao IAB-MG e ao IEPHA-MG, entre os quais os arquitetos Ricardo Samuel de Lana, Patrício Dutra Monteiro e Yara Landre Marques. O IAB-MG concentrava grande parte das reuniões de trabalho. No entanto, a discussão também era pauta freqüente das conversas nos bares da cidade, retomando uma tradição banida pela Ditadura com o iminente risco do indivíduo ser delatado pelos garçons.

[...] Boa parcela das pessoas que estavam no IAB e das pessoas que militavam com as questões urbanas era dentro do PLAMBEL. PLAMBEL que formava este pessoal. Pode dizer que o PLAMBEL estava na linha de frente deste assunto. O conjunto do PLAMBEL como um todo (PEREIRA, 2007).

A Praça da Estação também teria repercussão nas pesquisas empreendidas pela figura do arquiteto Ricardo Samuel de Lana, personagem que se consolida de maneira mais significativa na luta pela preservação do patrimônio ao ingressar no PLAMBEL ao final de sua graduação, por volta do ano de 1975. O PLAMBEL lhe possibilitou pesquisar e trabalhar mais intimamente os aspectos históricos da Capital, fotografando e adquirindo um acervo

memorialístico sobre o qual teceria valiosas análises críticas sobre o rumo urbanístico e arquitetônico que a cidade tomava desde as proximidades da década de 1970.

Assim sendo, o arquiteto Ricardo Samuel Lana empreende um estudo, seguindo motivações pessoais, sobre a Praça da Estação e a necessidade de sua preservação. Esse trabalho rompia com os paradigmas imperantes nos órgãos de preservação oficiais do governo, como o IEPHA-MG; que “só fazia tombamentos e dedicava uma atenção maior para a arquitetura do século XVIII. Das cidades coloniais. [...] Era tudo muito centrado em Ouro Preto, Mariana, Diamantina e pronto, acabou. Belo Horizonte nem se falava.” (CAETANO, 2007)

Dessa forma, a relevância dos estudos de Ricardo Samuel de Lana estava no caráter propositivo de extensão do termo preservação para o patrimônio edificado após o século XVIII; entendido como sucessão fundamental do testemunho histórico documental que perfazia não só a identidade belo-horizontina, como também a mineira.

O arquiteto Ricardo Samuel de Lana trabalhava no PLAMBEL em um departamento ligado à questão do Patrimônio e Marieta Vitorino, com o meio ambiente, pois coordenava um projeto de parques. No entanto, a relação do órgão de planejamento com a preservação do patrimônio teve suas origens entre os anos de 1975/76 associadas à figura do arquiteto Olavo Pereira da Silva Filho, precursor dos trabalhos de inventário - um levantamento sobre a situação do patrimônio na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Posteriormente o arquiteto Ricardo Samuel de Lana daria continuidade à atividade, porém com “[...] uma visão muito direcionada pra o edifício. E muito detalhista!” (COSTA, 2007).

Os arquitetos Ricardo Samuel de Lana e Stael de Alvarenga Pereira Costa seriam colegas de trabalho no PLAMBEL, onde o primeiro seria responsável por influenciar a segunda quanto a aderir à causa preservacionista em associação com o IAB. A Ricardo Lana se atribui uma visão de vanguarda quanto a uma possível destinação cultural da região da Praça da Estação, englobando-a numa proposta de parque linear:

[...] Ninguém enxergava e ele já propunha que o parque continuasse num parque linear. Impressionante! Era a visão dele, vivência dele e esta capacidade de análise dele. Então ele nos impulsionou a todos (COSTA, 2007).

Por certo, a influência exercida por Ricardo Samuel de Lana era oriunda de um trabalho de sensibilização que se sustentava na educação patrimonial. Assim sendo, não media esforços para conscientizar e despertar o interesse pela preservação da Praça da Estação entre os que estavam à sua volta.

Ele tinha conhecimento [...] mas ele também sacou o espaço sim, das potencialidades [...] e ele começou a conversar com as pessoas. [...] Foi incansável em cima da preservação e revitalização disso. E aí ele nos encantou, todo mundo se deixava influenciar. E ele ia, dava aula, mostrava a beleza da Praça da Estação. Mostrava por exemplo a Serraria, mostrava detalhe. Eu nunca soube muito detalhe disso, porque eu sou urbanista. ... eu mexo com revitalização, mas ele é bom nisso. Então ele mostrava detalhe das cantarias, que eu nem sabia o que que era. Ia lá e dava aula pra gente (COSTA, 2007, grifo meu).

A proposta de Parque Linear viria ao encontro dos anseios de revitalização da região da Praça, que na época encontrava-se degradada; e se tornaria posteriormente um projeto encabeçado pelo IAB-MG na luta urbana<sup>138</sup>.

[...] transposição do Parque [Municipal]. Que era um espaço inteiramente perdido, horroroso, e a gente vendo aquela possibilidade numa cidade caótica, árida do jeito que é. Então essa possibilidade era fantástica. ... propunha transpor, aqui onde hoje é o bulevar, transpor e continuar isso aqui tudo [sinalando para a área lindeira ao Parque Municipal, do outro lado da Avenida Andradas] como um parque linear. [...] Que

<sup>138</sup> Em setembro de 2000 o IAB-MG, em conjunto com o IEPHA-MG e outras entidades da sociedade civil, apresentou uma proposta para a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a criação do “Corredor Cultural da Praça da Estação”. Esta proposta foi fruto da elaboração de um projeto de soluções para a área da Praça e do entorno do Rio Arrudas e visava o desenvolvimento urbano integrado de amplas áreas existentes ao longo do Rio Arrudas e a revitalização da região da Praça da Estação, promovendo as atividades de esporte e lazer na área.

depois virou uma proposta do IAB. Mas quem começou ela mesmo foi o Ricardo. (COSTA, 2007).

O afloramento e a problematização da discussão sobre preservação em meio ao funcionalismo público também motivou o desejo de buscar aprimoramento na área acadêmica. Assim sendo ocorreu que, em finais dos anos 1970 e início dos 1980, a arquiteta Stael Alvarenga Pereira Costa, então funcionária do PLAMBEL, viaja para a Inglaterra para a elaboração de sua dissertação de mestrado. Esta dissertação tinha como tema a análise de cenários urbanos potencialmente suscetíveis a processos de transformações, devido à deterioração ou especulação imobiliária. Entre os estudos de caso, a Praça Rui Barbosa (Praça da Estação) era protagonista de profundas pesquisas subsidiadas em parte por material enviado pelo arquiteto Ricardo Samuel de Lana, com quem a arquiteta Stael Costa mantinha vínculo de grande amizade:

[...] Dentro da análise como o mercado imobiliário se apropria dos espaços ou para especular ou para deteriorar, eu avaliei nesta dissertação que esta área estava sendo preparada para ser deteriorada. Quer dizer, ela estava em franco processo de deterioração. E como que isto acontecia? Primeiro eu fiz uma análise relacionada aos usos existentes e depois como que a legislação estava apropriando disso. Então a primeira coisa: eu comecei a analisar dentro de um espaço determinado, que eu começava desde a Casa do Conde até um pouco além do Viaduto de Santa Tereza e a Rua Sapucaí e um pouco lá na Rua Espírito Santo. Mais ou menos o recorte era este. Então eu comecei a analisar quais eram os usos mais predominantes. Vi que tinha um uso único que era o da Universidade. Isso em termos de urbanismo moderno isso não é uma coisa interessante em termos de você ter edifícios inteiros só com um uso. [...] as oficinas abandonadas da Rede Ferroviária. E aí é muito engraçado a gente ver que a Casa do Conde era inteiramente abandonada. Ela era citada como um exemplo fantástico. Isso aqui tudo foi me dado pelo Ricardo que eu também não conhecia direito a área; mas o Ricardo Lana me passou isso tudo” [referindo-se as informações sobre a Praça contidas na dissertação]. “Então acho que aqui a gente já mostrava então porque que aquilo que eu to te falando também: galpões já um pouco abandonados, que tiveram uma importância enorme na época do auge da ferrovia, mas que nessa época já estava um pouco abandonada. [...] Então isso já estava uma coisa abandonada, sem uso (COSTA, 2007).

Neste período houve uma inundação do Rio Arrudas que ocasionou dezenas de desabrigados e chamou a atenção da população, do IAB-MG e do poder público estadual, (sobretudo os

técnicos do PLAMBEL), para a necessidade de se tomar medidas para solucionar as inundações que degradavam, entre outros espaços, a Praça da Estação; além da questão habitacional ligada à população ribeirinha.

[...] tava mexendo no IAB e, acho que foi em 80? 80 ou 81 que teve aquela inundação horrorosa que, teve muita gente desabrigada em Belo Horizonte e na região também do São Francisco, toda aquela região ribeirinha, e uma inundação enorme em Belo Horizonte. E muita gente desabrigada. ... E aí a gente fez uma mobilização e tudo e viu como é que tava sendo feito a solução para os desabrigados – eles fizeram meio que um acampamento de casinha de tapume pras pessoas. Pra depois construir uma casa de alvenaria. Mas na realidade isso ficou durante muito tempo essa casa de tapume. E aí eu conheci, uma arquiteta que chama Maria Laudelina [...] do PLAMBEL. E na época a gente discutiu essas soluções, fizemos eventos, junto com associações, com os representantes sem casa e tudo. Fizemos eventos pra discutir mesmo uma política habitacional do município e questionar as soluções que estavam sendo dadas pros desabrigados da enchente que teve aqui. Então isso a gente teve uma participação boa nessa mobilização, sabe?! Foi bastante interessante. Chamamos gente pra apresentar trabalhos, propostas, discutir o assunto, e gente também da comunidade, do pessoal representante dos movimentos pró-moradia da época (SCHMIDT, 2007).

A desativação do PLAMBEL e demais órgãos ligados a ele pelo governo Newton Cardoso é encarado como a desarticulação de todo um aparato metodológico centrado em uma concepção de planejamento urbano para o Estado e um retrocesso no que diz respeito à condução das políticas públicas metropolitanas em Minas Gerais, que readquirem na pessoa do chefe do Poder Executivo a centralidade administrativa tão rechaçada dos tempos de Ditadura. Essa atitude atingia diretamente não só a Capital, mas os treze municípios que então faziam parte da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH):

[...] O próprio PLAMBEL, dentro de um governo que foi o do Newton Cardoso, - que foi de começar com listas de demissão em todos os órgãos, reduzir pessoal e tudo -, ele meio que desarticulou todo esse processo de planejamento e foi um pouco assim, uma destruição mesmo de um sistema de planejamento que existia no Estado. Porque a prática dele era muito mais de tratar os municípios de uma forma mais política, que ele tivesse essa coordenação, que ele tivesse essa postura, essa negociação mais direta... Então houve demissão no PLAMBEL, no CETEC, na METROBEL<sup>139</sup> (SCHMIDT, 2007).

<sup>139</sup> Companhia de Transportes da Região Metropolitana de Belo Horizonte (METROBEL) era um órgão estadual ligado ao PLAMBEL responsável pelo gerenciamento do sistema viário e de transporte da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Um dos grandes projetos de intervenção urbana desenvolvido pelo PLAMBEL foi o Projeto da Área Central (PACE). Essa proposta previa implantar uma hierarquia no sistema viário da Capital de modo a favorecer a circulação do trânsito no sentido bairro/ centro e não incluía a proposta do metrô de superfície. Além disso, tinha como meta realizar:

[...] um tratamento das áreas remanescentes que eram esses alargamentos de passeio, essas praças que foram fechadas, (por exemplo, os quarteirões fechados da Praça 7, os quarteirões fechados da Praça ABC, por exemplo – ali na Getúlio Vargas com Afonso Pena, a própria Praça Tiradentes). Foi uma grande reformulação dentro da Avenida do Contorno. [...] Um projeto que incorporou o arquiteto. Porque tinha uma série de áreas remanescentes que foi feito um trabalho de humanização, de espaço pra pedestre, de trabalhar a questão do pedestre junto. [...] Mas assim, o foco principal era a questão da circulação, do trânsito (SCHMIDT, 2007).

O projeto surge como uma medida emergencial do Poder Público para solucionar os problemas viários decorrentes da falta de planejamento municipal para com o transporte de massa na Região Metropolitana de Belo Horizonte:

[...] Mas é que Belo Horizonte era um caos. É ainda muito caótica porque não tinha planejamento, a cidade nunca teve planejamento. Depois que ela foi criada não teve um órgão que foi planejando o crescimento da cidade e preservando aquilo que precisava. Então o centro de Belo Horizonte ficou caótico. O traçado de Belo Horizonte é muito bonito, é maravilhoso, mas ele não é extremamente favorável à circulação de carro, porque a cada 100 metros você tem um cruzamento. E isso gera um estresse no trânsito. O trânsito não flui. Como não existe um planejamento de transporte de massa eficiente em Belo Horizonte. [...] A METROBEL veio pra resolver a cidade, que estava muito caótica. E então junta dentro dessa METROBEL junta uma elite de pessoas pra poder pensar isso. [...] E era a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Então isso englobava Contagem, Sabará e todas as outras. Então o transporte e o deslocamento das pessoas foi pensado como um todo. (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

Fazia parte da proposta de intervenção viária a reformulação do itinerário dos ônibus coletivos, de modo a otimizar os percursos percorridos e desobstruir a malha viária:

---

[...] Teve grandes melhorias, mas teve, por exemplo, nessa época, teve a grande mudança de itinerários dos ônibus. Houve uma mudança completa: os ônibus, todos saíam dos bairros e iam pro centro. Aí você chegava no centro, andava um bocado, pegava outro ônibus e ia pro outro lado. Então a partir de um dia, teve esta grande mudança, que os ônibus azuis iam de bairro a bairro; os vermelhos iam de bairro a centro; e os amarelos eram circulares. [...] isso foi a salvação de Belo Horizonte também. Isso melhorou tremendamente o trânsito de Belo Horizonte. Fechamento dos canteiros centrais de avenidas. Porque a cada cem metros você podia fazer retorno. Ai o trânsito começou a fluir muito melhor e as pessoas pagavam uma única passagem no deslocamento bairro a bairro, por exemplo. Foi feita pesquisa origem-destino<sup>140</sup>. Melhorou muito. A METROBEL foi um órgão que deu um novo fôlego pra cidade,... (AFFONSECA, 2007, grifos meus).

O impacto iminente das obras do Projeto PACE incentivou a intervenção do IAB-MG no sentido de preservar o patrimônio cultural da Praça da Estação, organizando-se assim o *Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*. Cabe, no entanto, analisar a relevância da Praça na pauta de discussões travadas no IAB-MG e a concepção que a entidade tinha a respeito do território, para então discutir o que o movimento defendia enquanto Praça da Estação e as conseqüências desse evento para a estrutura organizacional e política do IAB-MG.

---

<sup>140</sup> Remete se a publicação do livro de atas do IAB-MG, intitulado “*Praça da Estação: origem e destino*”, não teria sido influenciada pela conotação da pesquisa realizada pela METROBEL à época, do tipo origem-destino.

## 2.2 – A PRAÇA DA ESTAÇÃO EM BELO HORIZONTE

### 2.2.1 – A Praça da Estação segundo o IAB-MG

Alguns profissionais, como o arquiteto Maurício Andrés Ribeiro, afirmam que a Praça da Estação esteve constantemente associada aos temas debatidos pelas diretorias do IAB-MG - muito vinculada à restauração e requalificação do espaço físico, no intuito de dotar-lhe de um novo uso:

[...] Acho que sim, sempre foi. Ela volta e meia voltava: o que que faz na Praça da Estação? Tapa o Arrudas? Restaura ou não restaura? Que tipo de uso deve ter? Usa pra museu ou não? Acho que ela sempre esteve girando nas conversas do IAB. Sempre foi tema de reflexão (PEREIRA, 2007).

Outro entrevistado remete a este tempo:

[...] Nossa mãe! [...] Durante mais de vinte anos a Praça da Estação continuou em pauta no IAB. Que qualquer coisa que se propunha, qualquer coisa que ia acontecer, qualquer intervenção desses órgãos setoriais – época da METROBEL ainda. [...] Aí depois que se conquistou, que ela ficou fora de perigo, aí virou outra coisa (LANA, 2007, grifos meus).

No entanto, algumas personalidades consideram que a Praça da Estação somente veio a figurar entre os assuntos tratados pelo IAB-MG na iminência da descaracterização pelas obras do metrô de superfície:

[...] A Praça se tornou pauta de discussão do IAB a partir do momento em que ela foi ameaçada. Enquanto ela estava quieta lá e funcionava como Estação de trem, não tinha problema nenhum; ela estava lá quietinha funcionando. A partir do momento que ela foi ameaçada, aí ela passou a ser pauta pra gente. Porque aí nós ficamos preocupados e começamos a mexer com isso. (AFFONSECA, 2007)

O assunto permaneceu em pauta nas gestões das diretorias presididas pela arquiteta Yara Landre Marques, entre os anos de 1984/85, e pelo arquiteto Ricardo Samuel de Lana, entre os anos 1988/ 91:

[...] A Praça da Estação é uma coisa até muito engraçado. Inclusive na minha gestão eu tinha isso. Em todas as reuniões a gente tinha um quadro negro onde a gente escrevia a pauta. E o número 1 era a Praça da Estação. E a gente nunca apagava o número 1. Então ele era sempre o primeiro ponto de pauta. Então a pauta se fazia a partir do dois pra frente. O 1 tava sempre escrito lá que era a Praça da Estação. Tava sempre na pauta, em todas as reuniões. [...] A Praça ficou uns dez anos. Havia sempre uma mobilização para alguma coisa, uma visita a uma autoridade, um artigo. (MARQUES, 2007)

O mesmo discurso, endossado pelo outro entrevistado:

[...] Quando eu fui presidente era difícil uma reunião que a Praça da Estação não estivesse. [...] Se você pegar as pautas de reunião do IAB, até o fim da minha gestão tem. Eu lembro que o José Ozório foi o meu secretário da diretoria e ele sempre falava: ‘O IAB está com a Praça da Estação, não sai de pauta definitivamente.’ (LANA, 2007, grifo meu)

Fato que é comprovado por outro depoimento:

[...] O Ricardo punha: inclusive a gente ria muito e falava ‘Não senhor! Você vai pôr isso em último lugar’. Porque rendia muito. Durante as duas gestões do Ricardo, quase que inteiras, a questão Praça da Estação esteve presente toda discussão, teve na pauta, em todas as reuniões do IAB. (CAETANO, 2007)

Por outro lado, profissionais não arquitetos admitem que o tema da Praça da Estação era um fato isolado que se resumia à esfera de preocupações relacionadas com a representação dos arquitetos: “[...] Eu acho que a discussão da Praça da Estação, [...]... é uma coisa muito técnica dos arquitetos com a companhia de metrô, de trens urbanos.” (GAZZINELLI, 2007)

O tema também ganhou repercussão entre os órgãos oficiais de preservação ligados ao governo estadual, vindo a constar dos trabalhos elaborados pelo IEPHA-MG, na época da realização do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, em 1981:

[...] Era. Num primeiro momento era. Mas depois o negócio extrapolou pra discussão mais geral. Eu lembro mais de discutir Praça da Estação dentro do IEPHA. Por conta de trabalhos que eu fazia lá dentro do IEPHA. Participei de tombamento. Discussões de intervenções. (GRZYBOWSKI, 2007)

A Praça da Estação era considerada em 1980 a grande referência de **vazio urbano** da área central da cidade, que comportava múltiplos usos e que estava intimamente relacionada às manifestações culturais imateriais e à memória do lugar da partida e chegada de trens de passageiros. Estes valores eram características essenciais para a associação de uma identidade ao lugar enquanto espaço funcional na malha urbana da cidade, sendo ocupado majoritariamente por atividades culturais ocasionais:

[...] grande vazio. De ser um grande vazio no centro, que você pode aglomerar pessoas. Fazer comércio, fazer festa. E lá era um enorme estacionamento. [...]... o lugar de pegar trem pra ir pra Vitória. [...] Quando acontecia um circo, um espetáculo, arraial de festa junina, se fazia lá porque era o único espaço grande e aberto que não era ocupado em Belo Horizonte, no centro. E inclusive foi por causa disso que se manteve aquela praça toda aberta também, que é importante que isso aconteça. (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

O espaço simbolizava, pois, o primeiro contato dos visitantes e viajantes com a cidade:

[...] A porta de entrada da cidade. A gente hoje, para você fazer uma comparação: o aeroporto é importante? Então, aquilo quando nasceu era nosso aeroporto. Então depois veio o ônibus, que ficou ali na Afonso Pena. E agora nós temos o aeroporto. A

Estação era tudo isso num elemento só. É por onde eu entro, por onde eu chego, por onde eu acesso. Então é o primeiro contato que eu tenho. É o lugar que me acolhe. É o lugar onde eu desço. É a minha referência. É o ponto onde eu paro. É a porta – a porta é o marco mesmo. ... Era a porta de entrada da cidade, esse era o grande motivo. O marco inicial da cidade. O ponto simbólico. Um patrimônio arquitetônico interessante. É um lugar, pode-se dizer, de onde eu chego e saio da cidade: a porta. (PEREIRA, 2007, grifos meus)

A relevância do local enquanto porta de entrada da cidade marca a memória de alguns entrevistados até a atualidade:

[...] E evidentemente que ela teve, desde os primórdios da cidade, que ela era chamada de porta de entrada, era uma praça extremamente bem urbanizada, era muito bonita. Eu lembro que eu cheguei em Belo Horizonte pela primeira vez em 1960, nó! Sair de dentro da Estação e ver aquela praça era uma coisa assim de você ficar fascinado de ver. A beleza que era. Limpíssima. (LANA, 2007, grifos meus)

Outras considerações associavam uma concepção urbanística à Praça da Estação, como sendo “... um local estratégico, central, com prédios públicos significativos, um dos poucos conjuntos que resistiram á demolição da especulação imobiliária.” (RIBEIRO, 2007)

Desta forma, a Praça da Estação simbolizava uma referência urbana de espaço público, que reunia características favoráveis para comportar mobilizações sociais e as mais diversas formas de expressão cultural:

[...] Representava um super espaço pra concentração de população. Pra ato público pra todos. Você não tinha outro com essa característica. A Praça da Liberdade cheia de jardim. Praça Raul Soares? Você não tem. Então como espaço aberto, urbano, articulado com todo sistema de transporte, com tudo, era ali. Com aquele céu na cabeça, de todo tamanho. Era aquilo ali. Por isso que então chamou atenção isso: é pelo espaço físico mesmo da Praça. (LANA, 2007, grifos meus)

A manifestação das expressões imateriais e a dinâmica social eram as maiores riquezas do espaço da Praça, tanto em quantidade quanto em diversidade de serviços oferecidos em um único lugar:

[...] Tinha manifestações que eu acho muito importante como dos Lambe-Lambe, que lutavam pra ficar ali. Tinha um sindicato de ambulantes que vendia pipoca naquela região ali. Brigava muito por esses espaços, pela presença deles nesses espaços, e havia uma certa má vontade porque o pessoal falava que quem vendia pipoca jogava gordura no bueiro. Queriam tabelar o preço da pipoca. Então havia uma luta também da associação comercial, de grandes empresários, de limpar a cidade dessa escória. Havia também uma luta de classe aí no meio da coisa. Esse sindicato dos vendedores ambulantes era muito interessante. Eram combatidos principalmente pela Associação Comercial e os fiscais da Prefeitura que batiam neles todo dia, quebravam carrinhos. [...] Não havia muita distinção entre um ambulante licenciado... sindicalizado, uniformizado, um interlocutor da cidade... e um camelô. (MARQUES, 2007)

A praça também se relacionava à lembrança de um espaço de lazer que outrora teve grande prestígio na cidade: “[...] a praça era um ponto de lazer para o pessoal de Belo Horizonte. Vê trem chegando. Você pode ver fotos lá, com o outro prédio, muita gente passeando a época da inauguração da Praça..” (CAETANO, 2007)

A Praça da Estação era para alguns o lugar que despertava impressões sensoriais únicas em meio à malha urbana da cidade:

[...] quando estou na Praça da Estação eu acho muito legal aquele negócio muito aberto. E você ter de um lado a Estação, a Floresta de trás, e você vê pro lado da cidade. A prumada que você vê a cidade. Você vê a cidade num outro ângulo. Porque a Praça da Liberdade era aquele conjunto muito oficial. Da construção oficial. E a Praça da Estação, com aquele conjunto seu, ele tinha a parte oficial sim, mas tinha o seu assentamento, a sua ocupação daquela coisa de outra forma. Que era a coisa particular, tinham os hotéis, tinha comércio. A ocupação é diferente disso. Aqui você tem uma coisa muito rígida, o conjunto, aquela coisa bem formal – [referindo-se à Praça da Liberdade]. Lá ela é mais aberta – [referindo-se à Praça da Estação]. (GRZYBOWSKI, 2007)

No entanto, a Praça da Estação representava, concomitantemente, a imagem de degradação do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade; por alojar: “[...] um estacionamento de carroças, e de carro, de caminhão. [...]” (VALLE, 2007)

O espaço degradado motivava o abandono das classes mais abonadas da sociedade: “... nos anos 1980, [...] aquela região se degradou muito e ela se transformou em um local muito degradado, que todo mundo inclusive evitava passar.” (CAETANO, 2007)

Esta premissa também é enfatizada por outros personagens: “[...] Porque durante muito tempo ficou tudo abandonado aquilo.” (GRZYBOWSKI, 2007)

O abandono também se associava às características estilísticas do local: “[...] Por outro lado, por não ser nem barroca nem moderna, ela ficava num limbo que ninguém reconhecia. Porque o eclético não era reconhecido como bacana.” (MARQUES, 2007).

Ademais, a população de Belo Horizonte associava a região da Praça da Estação com a zona de prostituição da cidade, o que suscitava aversão ao local:

[...] E pior de tudo é que a população tinha um horror com aquele lugar que era o lugar da prostituição. [...] E eu lembro na época quando se tentava tirar a feira de artesanato da Praça da Liberdade e se tentou levar e ninguém aceitou. Porque também pra eles era o lugar de prostituição. [...] Ninguém aceitou a mudança. (COSTA, 2007, grifo meu)

O principal motivo da Praça encontrar-se abandonada era, no entanto, a vinculação social do lugar com a noção de “funcionalmente ultrapassada”, uma vez que o país tinha optado pelo sistema de transporte por meio rodoviário em detrimento do sucateamento do transporte ferroviário de passageiros. Sob este ponto de vista, o conjunto ferroviário que envolvia a Praça da Estação passava a vincular-se, no campo da memória coletiva, a um modelo econômico falido, “deixando de existir” para a economia do país; – não sendo mais útil à sociedade, esvaziando-se de sentido para a sociedade capitalista.

O IAB-MG então desponta na luta para resgatar um espaço simbólico da cidade do ostracismo que o sistema econômico e de transporte escolhidos pelo país se lhe impôs:

[...] então ela era aquela coisa assim: “Bom, era legal quando ela existia” – como se ela não existisse mais. [...] Ela tava ligada a uma coisa que estava desaparecendo: o transporte de massa. Ela era uma estação ferroviária. No momento em que se resolve que a indústria automobilística pra sobreviver precisa eliminar todas as outras formas de transporte, o sucateamento do transporte de passageiros por trilhos, ela fazia parte de uma recordação da gente: “Ah, eu fui à Bahia de trem.”, “Ah, eu fui ao Espírito Santo de trem.”, “Eu fui à Uberaba, Uberlândia de trem.”. E não ia mais porque isso tinha acabado. Então ela era do ponto de vista cultural, do ponto de vista de investimentos da sociedade um dos pontos onde a sociedade tinha investido muito até então. E depois ela tava sendo, por mudanças na economia, na estrutura econômica nacional, que era o privilegiamento da indústria automobilística, ela tava sendo esvaziada. (MARQUES, 2007, grifo meu)

Também se deve levar em consideração que o transporte ferroviário foi responsável (principalmente em se tratando de Minas Gerais), por favorecer o contato das vilas e povoados com a noção de urbanização e progresso; incluindo-se entre estes o antigo Curral Del Rey. Daí o motivo da estação de trem (Praça da Estação) associar-se à memória da construção da cidade de Belo Horizonte e que, uma vez notada a degradação e perda desta memória, grupos sociais mobilizarem-se com o objetivo de recuperá-la (revitalizá-la):

[...] Eu acho que representa até hoje. É a referência. É o ponto de chegada, de saída. Foi isso durante muito tempo. Eu acho que a Rede Ferroviária teve uma importância muito grande no Brasil, nas primeiras décadas. Isso não só em Belo Horizonte, mas em qualquer cidade que você vai que teve estrada de ferro, a importância é muito grande. Com o passar dos anos, passou a ter uma importância muito de, num primeiro momento nostálgica, hoje já é uma revitalização. (GRZYBOWSKI, 2007, grifo meu)

Neste contexto, a Praça da Estação era descrita como a área definida pelas seguintes vias:

“[...] Rua da Bahia, Aarão Reis, seqüência da Caetés e a seqüência da Guaicurus.”

(AFFONSECA, 2007)

O perímetro da Praça da Estação também era concebido sob um prisma histórico, que exalta o vazio urbano em meio ao qual a estação de trens se erigia e considerava a presença do Rio Arrudas como rasgo natural na paisagem da praça:

[...] Edifício Central [...] aquilo ali fazia parte da Praça também. O prédio foi construído em área que era da Praça da Estação. Então aqueles limites digamos: aqui está o prédio da Estação, a praça vai até a Avenida do Contorno; ela vem aqui onde tem os outros prédios da Rede Ferroviária. Eu acredito que ela vinha até em baixo do viaduto de Santa Tereza. Mas aí foi construído o Edifício Central que comeu grande parte da Praça. A Praça hoje é circunscrita aqui [apontando para a esplanada à frente da Praça]. [...] ... acredito que a Praça vinha até no viaduto Santa Tereza. Tinha o Ribeirão Arrudas. O outro limite: tem uma casinha tipicamente com arquitetura ferroviária [apontando para imóvel situado na lateral esquerda da estação ferroviária]. Aqui está o prédio [da Estação], a linha férrea. Os limites seriam estes. (CAETANO, 2007)

Outros entrevistados consideram os limites visuais (espaços emoldurados pelos bens arquitetônicos), na configuração do espaço da Praça: “[...] os limites da Praça da Estação: o prédio da Estação, os outros prédios na Rua da Bahia, e as duas ruas laterais na Praça. [...] naquele espaço que fica contido entre o prédio da Estação, as duas estações, a Rua da Bahia e as outras duas ruas laterais [...]” (PEREIRA, 2007)

A região da Praça da Estação também assumia a seguinte configuração: “[...] Avenida Amazonas, aquele renque de palmeiras, até encostar lá na Sapucaí. Depois daquele prédio lá da Praça (Edifício Central) até o viaduto da Floresta.” (MARQUES, 2007)

Para outros, os limites geográficos perfaziam: “... os anexos da Rede mesmo. A Praça em si. [...] O eixo da Sapucaí.” (GRZYBOWSKI, 2007)

Por fim, a área geográfica da Praça da Estação definida pela EAUFMG para o trabalho final de graduação dos alunos de arquitetura de 1980 compreendia:

[...] Daí eu vou te falar o que eu fiz de trabalho lá em 1980 que era: prédios da UFMG, aquele prédio de tecidos, o casarão do Conde de Santa Marina, o lado de cá até aquele prédio grandão, (um moderno), que fizeram uma coisa nele que ele está até bonito – [referindo-se ao Edifício Central]. O Arrudas. (GRZYBOWSKI, 2007)

Em resumo, ao se verificarem várias delimitações para o perímetro da área da Praça da Estação, sugere-se que o movimento social de preservação defendia uma imagem simbólica da Praça; fruto da confluência dos diferentes laços afetivos individuais com o local. Portanto, para se esclarecer o objetivo comum pelo qual se lutava, faz-se necessário analisar o que o movimento social defendia enquanto Praça da Estação.

O movimento social defendia, em um primeiro momento, a preservação da estação ferroviária, discutindo o impacto das obras do metrô de superfície sobre o patrimônio histórico: “A primeira discussão era especificamente o prédio da Estação. [...] Qual que é a interferência que o metrô de superfície vai trazer? A interferência física mesmo no imóvel.” (GRZYBOWSKI, 2007) Afirmação em concordância com a de outro entrevistado: “Várias pessoas foram se engajando nesse processo pra defender a Praça da Estação. Primeiramente, o edifício da Estação. (AFFONSECA, 2007) Em outras palavras: “[...] Aquele prédio esteve para ser demolido para a construção do metrô. Então o movimento de preservação do prédio, que se estendeu pela praça como um todo, surgiu nessa época em que teve a ameaça de demolição.” (CAETANO, 2007)

Assim sendo, a idéia de perímetro de proteção do patrimônio teve como precedente a preservação do bem material constituído pelo prédio da estação ferroviária. A evolução das discussões a respeito da identidade e do território associados ao local, no entanto, levariam à ampliação da noção de patrimônio que estava em pauta no *I Encontro*; elevando-o ao patamar de conjunto urbano e paisagístico:

[...] Primeiro foi o edifício. E aí, com o passar do tempo a gente foi fazendo um levantamento e aí a gente juntou esta coisa toda: todo este perímetro que foi tombado da Praça da Estação. Que vai até a Rua Stela de Souza, lá na Floresta mesmo; Rua Januária; Casa do Conde até o Souza Pinto; a Rua Sapucaí; o Edifício Chagas Dória. Tudo isso fez parte e na parte de legislação não se pode construir nada dentro desta região que seja mais alto que a torre do edifício da Praça.” (AFFONSECA, 2007)

Outras evidências atestam que se defendia a região da Praça enquanto patrimônio material e imaterial urbano, associado à referência simbólica de:

[...] grande porta de entrada de Belo Horizonte quando da inauguração da cidade. [...] Defendia a não ocupação deste espaço e o não derrubamento dos edifícios que a gente não queria que fossem derrubados. Que é o edifício da Estação da Rede Mineira, o Souza Pinto, galpões antigos, Casa do Conde e adjacências. (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

Daí que se tentava instaurar uma concepção urbanística do conceito de patrimônio a ser preservado: “O movimento do IAB abrangia a praça em si e seu entorno, com os galpões, depósitos etc. [...] A preservação do patrimônio construído e de seu entorno.” (RIBEIRO, 2007)

Por conseguinte, a defesa da Praça não se resumia a seu perímetro, senão que o excedia, abarcando toda a região do entorno da estação ferroviária:

[...] Era mais do que isso. Porque esse perímetro que eu te citei é o perímetro da Praça mesmo. A preservação era, além disso, inclusive. Souza Pinto está pra fora da Praça. Os galpões e a Casa do Conde estão lá na Rua Januária. Já é pra fora disso. Um perímetro é o perímetro da Praça. A região da Praça é um pouco maior do que isso. (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

A concepção ampliada de patrimônio auxiliou na compreensão do espaço da Praça da Estação enquanto conjunto formado pelo bem imóvel e sua paisagem cultural, que também ressaltava a importância do local por ser um vazio urbano:

[...] Depois a gente foi estendendo, muito por conta do patrimônio: Vai até a Souza Pinto. Pega o patrimônio da Universidade. A Praça da Estação é a praça da estação: aquele quadrado vazio com prédios em volta. Vazios entre aspas: não edificado. (PEREIRA, 2007)

Portanto, a luta por se evidenciar a identidade social da Praça foi o principal desafio na preservação do patrimônio cultural local, visto esta que ganhou uma dimensão urbana e que: “... foi sendo aperfeiçoada a partir disso daí. Isso era uma premissa...” (AFFONSECA, 2007).

O IAB-MG defendia a preservação do espaço público fortemente ligado a evocação da memória e da identidade dos belo-horizontinos. Desta forma, o Instituto não se mostrava contrário à instalação do metrô de superfície na Praça da Estação, mas receava intervenções descaracterizadoras em um símbolo da cidade. Assim sendo, o Instituto lutava por preservar a integridade física do conjunto urbano remanescente da origem da cidade:

[...] Eu acho que sempre permanecer valorizado como a porta de entrada da cidade. Como a referência, como marco. Tanto é que o IAB não teve nenhuma briga de ali ser a estação do metrô, a entrada principal. Porque estava dentro da ótica de ser a porta de entrada da cidade, um lugar de grande acessibilidade. Ele nunca teve um movimento contra que ali se transformasse numa das estações principais de metrô. Acho que sempre foi essa batalha por preservar ali esta característica de porta de entrada, de referência, de espaço de encontro, de espaço de manifestações públicas. É o grande espaço na área central de Belo Horizonte de acontecimentos: das festas, dos eventos, dos comícios, das manifestações. (PEREIRA, 2007)

A identidade da Praça da Estação relaciona-se, portanto, a um espaço simbólico, não se restringindo à dimensão do edifício isolado. A partir da compreensão da dimensão cultural que envolvia a Praça, fortalecia-se a compreensão do território enquanto **Conjunto Urbano**<sup>141</sup>, perspectiva similar à proposta defendida pelo PLAMBEL para a região da Praça da Estação no Plano de Estruturação da Região Metropolitana.

---

<sup>141</sup> O conceito de Conjunto Urbano adotado neste trabalho refere-se ao termo Conjunto Histórico ou Tradicional definido na Carta de Nairóbi (26 de Novembro de 1976), que considera conjunto histórico ou tradicional “*todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que constituam*

[...] Era o espaço todo, inclusive o prédio. A defesa sempre foi do espaço urbano, não foi do edifício dentro do lote. Depois foi incorporando outros marcos arquitetônicos. Muito mais tarde incorporou-se a Casa do Conde. A Serraria Souza Pinto foi incorporada quase em seguida. Ai foi até chegar nessa idéia dessa região da Estação que vai do Parque Municipal até na rodoviária; virando um grande conjunto. Mas esse foi um processo de amadurecimento, de evolução do pensamento da área de proteção, de projetos urbanísticos. Mas no começo era a praça em si mesmo e o prédio. Mas sempre na defesa de um espaço urbano, como espaço de manifestações, espaço de encontro. Não era uma coisa só voltada para preservar o prédio não. Nunca foi nesse sentido. (PEREIRA, 2007, grifos meus)

Esta concepção global de patrimônio com um perímetro de extensão foi influenciada por uma mobilização social preservacionista verificada na própria região: “... já existia principalmente na região da Serraria Souza Pinto, naquele pedaço ali. Serraria Souza Pinto já era muito citada como referência”.(PEREIRA, 2007)

Desta forma, o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* era resultado da convergência dos interesses isolados de vários movimentos preservacionistas, que propunham a criação de um conjunto urbano que incorporasse: “... a região do viaduto, da Serraria Souza Pinto. Mais voltado para aquela região ali do Parque. [...], pois já existia um movimento pela preservação da Serraria Souza Pinto também. Aquele pedaço já era entendido como parte da região da Estação”.(PEREIRA, 2007)

O IAB-MG defendia uma proposta urbanística que entrelaçasse todo o conjunto de vias, edificações e vazios sob a égide da natureza cultural:

[...] Todo o entorno dela. Aqueles prédios da Rua Sapucaí. Inclusive a Serraria Souza Pinto. Aquilo ali também o IAB lutou para que fosse preservado. E então: o Hotel Itatiaia, cujo projeto foi feito pelo Berti, que foi professor da Escola; em estilo arte

---

*um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico histórico, estético ou sócio-cultural.” (Fonte: IPHAN - série Caderno de Documentos nº3, “Carta de Nairóbi – Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea”, Brasília, 1995, 344 p.)*

decó. A própria Rua Caetés, a Avenida Santos Dumont, os prédios da Escola de Engenharia. Com o tempo os prédios da Escola de Engenharia foram transformados em Centro Cultural da UFMG. Então tem-se uma proposta, tem-se uma esperança de que aquilo algum dia se transforme em um ponto, num núcleo de cultura; mas até hoje não se conseguiu isso. Apesar dela ter sido toda restaurada. (CAETANO, 2007)

O movimento social lutava por uma proposta integrada de requalificação dos espaços públicos e do conjunto de edifícios históricos que faziam parte do entorno da Praça da Estação, a começar pela estação de trens. No entanto, esta requalificação não se restringia aos aspectos arquitetônicos, mas abarcava uma dimensão urbanística, que relacionava o contexto de edifícios da época da fundação da cidade e que também priorizava a organização do sistema viário da região:

[...] Primeiro, a restauração do próprio prédio da Praça. Da Souza Pinto, que foi restaurada depois. Da Casa do Conde de Santa Marina. A requalificação do espaço da Praça mesmo. Dos prédios da universidade ali próximos, que fossem integrados ao uso comunitário. Que a parte de ônibus e circulação fossem requalificadas. Que os jardins de época fossem mantidos. Que fosse dado conforto ao pedestre que circulasse ali”. (MARQUES, 2007)

Assim sendo, a estratégia do IAB-MG era enfatizar as intervenções na região da Praça da Estação como meio de sensibilizar a sociedade civil e o Poder Público para a preservação do centro histórico da cidade; entendido em um primeiro momento como o conjunto urbano que envolvia também o Parque Municipal e a Praça Sete.

[...] Que isso fosse uma abordagem conjunta porque a Praça da Estação e a Praça Sete dialogam. Então ninguém queria romper isso e tampouco romper a relação dela com o Parque Municipal. [...] Porque a gente achava que um projeto deveria tratar, não destacar a Praça da Estação sozinha, mas devia tratar da relação com a Praça Sete e o Parque Municipal; que a gente considerava que era um triângulo que mais ou menos sobressaía na área central. [...] A gente queria que até o conjunto todo, mas haviam pessoas mais comprometidas com um ou com outro.[...] Institucionalmente a Praça Sete era importante porque estava ali, foi um marco posto pela Comissão Construtora importante. Parque Municipal não tem nem dúvida porque seria o Parque Municipal. Esse era um Conjunto Urbano e não tem sentido você fragmentar conjuntos urbanos. Acontece que também se sabia que ninguém iria fazer os três de uma vez. Então a gente conduzia o projeto da Praça da Estação, o do Parque Municipal e o da Praça Sete em terceiro lugar. Mas na verdade o da Praça Sete, Rua da Bahia também, eram questões que o IAB estava envolvido. (MARQUES, 2007)

Por fim, o movimento defendeu a manutenção da **esplanada de Belo Horizonte em todo o seu contexto histórico, cultural e urbano:**

[...] O movimento defendia que era o espaço mais generoso dentro da cidade. Um espaço que comportava grandes manifestações, grande afluência de população. Neste sentido ele era um espaço essencial dentro da cidade. Nós não temos outro espaço com essas características dentro da cidade. Era ele. Era o dos comícios, das grandes manifestações. Sempre ocorreram ali. Depois virou Praça Sete porque ali foi ficando em um estado de degradação que ninguém podia chegar perto. Mas, em questão de espaço para grandes eventos era lá. Não tinha outro lugar. (LANA, 2007, grifos meus)

Neste sentido, considerou-se no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, o perímetro da Praça delimitado pelos:

[...] dois viadutos e a Rua da Bahia; e Sapucaí lá atrás, em cima. [...] Pegava a praça com todos os edifícios de interesse, pegava dentro do limite dos dois viadutos. E a esplanada, que é a parte da frente da Estação, e a Praça propriamente dita que está na Rua da Bahia. Pegava o prédio da Estação [...] Entrou a Rua Célio de Castro. (LANA, 2007)

A Rua Célio de Castro entrou no perímetro da Praça uma vez que possuía um significativo conjunto de casas ecléticas, ainda preservando características originais de princípios do século XX.

Resumindo, verifica-se que até mesmo o objeto que o IAB-MG defendia (a Praça da Estação), foi sendo construído ao longo do tempo e ampliado conforme se compreendia a dimensão social do espaço para a cidade de Belo Horizonte.

A escolha da Praça da Estação enquanto patrimônio a ser protegido surgiu da necessidade de se impedir o Poder Público de descaracterizar a referência simbólica ligada à origem da cidade:

[...] Nós não escolhemos a Praça da Estação. Foi o poder público que quis detoná-la. A METROBEL queria derrubar o prédio. Não era uma outra casa.[...] Foram derrubadas. Mas isso ai não era um patrimônio que as pessoas. Quer dizer, era uma coisa muito maior a Praça da Estação. E ia virar um caos urbano naquela região toda ali. Ia derrubar um prédio maravilhoso. E é um prédio público. Não era uma coisa particular. Aquilo era de todo mundo, não era só seu ou só meu. [...] Ela queria derrubar o prédio da Praça da Estação. Se fosse a Igreja São José que ela quisesse derrubar, nós iríamos em cima também. (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

A Praça da Estação, portanto, era considerada um símbolo de Belo Horizonte enquanto identidade e memória urbana. Era atribuição do IAB-MG defendê-la enquanto representante da sociedade civil interessado na preservação do patrimônio cultural:

[...] Acho que a Praça da Estação foi um evento importante aqui em Belo Horizonte. Foi um momento importante e carregado. Por isso que tem determinadas coisas que parece que na gênese delas elas carregam aquela potencialidade de se transformar em símbolos. E a Praça da Estação carrega esta potencialidade o tempo inteiro. Foi lá que se deu os primeiros desembarques. Foi lá que as pessoas chegavam na cidade. Ali que tinha um prédio bonito e fizeram outro muito interessante também. É a grande praça. O grande lugar de encontro. O *Monumento à Terra Mineira*. Quer dizer: é um dos lugares que vão ficando preenchido de significados. Eu diria que a Praça da Estação tem mais significado simbólico para Belo Horizonte que a Praça Sete. Praça Sete tenha talvez como elemento geométrico, como referência geométrica, simbólica. De centro, de lugar central. Mas enquanto vida da cidade de Belo Horizonte, Praça da Estação tem mais importância. Ela é mais preenchida de conteúdo e acontecimentos. (PEREIRA, 2007, grifos meus)

A memória urbana era compreendida como resgate e preservação do caráter simbólico da cidade, aquilo que atrela e enraíza os habitantes ao lugar onde vivem mediante laços sentimentais e/ou afetivos que os orientam no espaço e os identifica como parceiros; cúmplices de uma mesma realidade:

[...] Mas num certo sentido a Praça da Estação veio trazendo esse elemento de resgate do ponto de vista simbólico. E a Praça da Estação tinha tido, antes do período da ditadura, ela tinha tido um valor muito importante como um lugar de permanentes manifestações sociais: de greves (teve greves históricas na Praça da Estação de operários, pedreiros), teve grandes movimentos sociais na Praça da Estação. Então além de ser a estação, a porta de entrada da cidade, o marco referencial (portal da cidade quando inaugurada), ela estava preenchida de história social. (PEREIRA, 2007, grifos meus)

A Praça da Estação representou um ícone da luta e inserção do IAB-MG no processo de abertura democrática do país, uma vez que se organizava um evento público, que congregava instâncias representativas da sociedade, para discutir o futuro do espaço público culturalmente associado às manifestações populares de cunho democrático:

[...] É o lugar que tem espaço pra fazer manifestações, encontros, celebrações, movimentos reivindicatórios, comícios, onde se celebra a democracia, a festa. Tem tudo este lugar. Tem tudo que a cidade tem como espaço urbano. Então acho que não teve grandes discussões: qual vai ser o nosso espaço simbólico? Ele estava lá. Tão na cara que não teve muita discussão. Ele era muito unânime. (PEREIRA, 2007, grifos meus)

O IAB-MG defendeu a Praça da Estação porque: “... era um local significativo, central, com prédios públicos significativos, um dos poucos conjuntos que resistiram á demolição da especulação imobiliária.” (RIBEIRO, 2007) Desta forma, guiou-se pela iminência de destruição a que a Praça estava exposta:

[...] É o que estava mais em risco, na época. Teve esta coisa: ia ser demolido então se arregaçou as mangas. O Ricardo já tinha feito este trabalho anterior e “botou a boca no trombone” devido ao risco que ela estava correndo. Que o prédio da Praça da Estação estava correndo. (CAETANO, 2007, grifos meus)

Outra hipótese relaciona o interesse do IAB-MG em minimizar o sentimento de preconceito social que se tinha com o local (ocupado majoritariamente por classes menos favorecidas), apostando no potencial cultural do espaço como forma de inclusão social e de cobrar maior reconhecimento do governo para com investimentos na defesa dos direitos à cidadania.

[...] A luta nossa foi sempre de mostrar que era um lugar de centralidade importante, de centralidade cultural; mas não só de centralidade cultural, mas também porque ali as pessoas mais pobres estavam nas calçadas esperando para pegar um ônibus; pra essa coisa toda em condições muito precárias. Então essa foi uma briga pra que a Praça fosse reconhecida. [...] Então a Praça é um símbolo desses, dessa centralidade cultural. E também um símbolo da exclusão, porque na medida em que ela não era olhada porque aquelas pessoas que freqüentavam a Praça eram pessoas excluídas. Então ela era um patrimônio, tinha uma carga cultural importante, mas que tinha uma carga de preconceito social que desvalorizava. Que era o fato de que todo mundo ali em volta era muito pobre. (MARQUES, 2007)

No entanto, o resgate do potencial da região passava pela sensibilização da sociedade civil a respeito dos valores associados ao território da Praça da Estação – valores estes não somente arquitetônicos e urbanísticos, mas, sobretudo humanos:

[...] Então embora eles tenham conseguido produzir documentos muito importantes, fazer seminários muito importantes, eu não me lembro de ter esse apelo popular maior pra ter, buscar uma repercussão maior. E eu acredito que a dificuldade disso tenha decorrido do fato de na época ela ser uma praça muito isolada; ela deixou de ter uma função nobre na cidade. Então era um conjunto dos mais expressivos da cidade. E até por ser numa região que estava um pouco à margem, ela tinha que ter uma prioridade. (GAZZINELLI, 2007, grifos meus)

Neste contexto, a Praça da Estação destacava-se por sua relevância histórica e política:

[...] Histórica e política também. Pelo aquilo que eu te disse dela ser um lugar de classe, freqüentado de classes menos favorecidas. [...] a Praça da Estação tinha perdido a importância enquanto local de poder. Ela era na verdade um local de exclusão. Isso era importante pra gente. Porque era um patrimônio histórico, mas era também um patrimônio que era vivenciado por excluídos; e pra nós importava um movimento de inclusão social na vida urbana. (MARQUES, 2007)

A Praça da Estação representava a origem, o berço, o que a cidade tinha de mais antigo, a memória viva do início de Belo Horizonte: “[...] por ser ali que a cidade nasceu. Todo o material de construção que vem pra cidade, a porta de entrada da cidade é a Praça da Estação.” (MARQUES, 2007)

Outros profissionais apontam a discussão da implantação do metrô de superfície como uma questão central no interesse do IAB-MG em defender a Praça da Estação; garantindo a preservação de um conjunto urbano significativo para a cidade:

[...] Uma das coisas que começou a se discutir Praça da Estação foi o transporte. Com a história da instalação do metrô, de fazer aquela coisa com o transporte. Que é um ponto que liga muita coisa. Então foi muito mais como transporte, pra resolver o problema. Tinha que ser resolvido um problema de transporte da cidade e a discussão era em uma área de interesse de preservação. Daí que começou essa discussão e o despertar pra o que tinha lá. Daí depois começou a fazer a discussão em si. (GRZYBOWSKI, 2007)

O governo federal impôs o projeto do metrô para aquela área da cidade e o IAB-MG interviu no sentido de discutir o impacto para a preservação do patrimônio:

[...] Eu acho que ela não foi escolhida. Eu acho que foi por conta de que ia ter o metrô de superfície e então tinha que ser discutido isso. O GEIPOT é um órgão de gerenciamento de transporte. Ele era federal e eu acho que já existia daí uma política de intervenção nos outros Estados,... mas aí veio de cima pra baixo. (GRZYBOWSKI, 2007, grifos meus)

O IAB-MG defende a Praça da Estação no âmbito da defesa de um estado de direito democrático, uma vez que avalia as intervenções dos órgãos governamentais no espaço da Praça como um ato de repressão ao modelo de sociedade que o Instituto lutava para implantar no país.

O arquiteto Maurício Andrés Ribeiro avalia criticamente as conseqüências do *I Encontro* tecendo uma análise retrospectiva que abarca até a atualidade, apontando que:

[...] Os resultados positivos da mobilização incentivaram a motivação de proprietários de prédios na área, como a UFMG para criar o Centro Cultural e da RFFSA, o que culminou, anos depois, com o Museu de Artes e Ofícios e a reforma da praça. (RIBEIRO, 2007)

No entanto, outros atores consideram resultados mais humildes, sem deixar de ressaltar o prestígio logrado pelo IAB-MG junto à sociedade com a promoção do evento: “Não sei se mudou alguma coisa não. Mudaram as pessoas lá dentro e mudou o enfoque que as pessoas têm em relação a este tipo de atuação do IAB. A organização do IAB não mudou em nada. Continua tendo Conselho, diretor, presidente.” (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

Depois desta etapa de participação a organização interna do IAB-MG sofre algumas transformações que originam a Diretoria de Cidades<sup>142</sup>, uma comissão envolvida com os rumos do urbanismo em Minas Gerais. A discussão da cidade passou a ser o tema norteador oficial da pauta de trabalho do IAB-MG enquanto organização envolvida com a democratização do país:

[...] Cria a Diretoria de Cidades. [...] um grupo que está sempre freqüente, discutindo, que é CIDADES. [...] Com essa visão mais centrada nas questões urbanas, menos na questão dos edifícios, dentro do lote, mas nas questões da vida urbana; como fato urbanístico. A incorporação do urbanismo no pensamento arquitetônico definitivamente. Não é só mais o edifício, mas a cidade também. (PEREIRA, 2007, grifos meus)

Resumindo, o IAB-MG defende a Praça da Estação enquanto espaço ligado à identidade e memória coletiva do belo-horizontino, zelando pela preservação de uma forte referência simbólica culturalmente associada ao espaço das manifestações populares de cunho democrático. Da mesma forma, o Instituto apostava na mobilização social como meio de pressionar o governo para investir na inclusão social e no reconhecimento dos direitos à cidadania. A luta urbana assume um caráter político de enfrentamento entre uma ideologia que pregava a defesa de um estado de direito democrático, difundida por representantes da sociedade civil organizada, e a política centralizadora e autoritária expressadas pelos órgãos de governo.

A luta urbana do IAB-MG também motivou a elaboração de uma pesquisa científica sobre a região da Praça da Estação, o que possibilitou uma maior compreensão dos diversos fatores que influenciavam no seu contexto de abandono e degradação.

---

<sup>142</sup> A Diretoria de Cidades passaria a existir efetivamente somente no mandato do arquiteto Flávio de Lemos Carsalade, no biênio 1996/ 1997, sendo ocupada por Manoel Teixeira de Azevedo Júnior. (Fonte: Livro de Atas do IAB-MG)

### 2.2.2 – A Praça da Estação sob o enfoque acadêmico - 1980:

A dissertação de mestrado da arquiteta Stael de Alvarenga Pereira Costa, no que se refere às ilustrações com mapas da região da Praça da Estação, foi exposta no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*. A tese realizada na área de Desenho Urbano intitulava-se “*Urban Renewal – Urban Revolution?*” e analisava os impactos da especulação imobiliária em duas regiões da cidade de Belo Horizonte, mediante estudos de caso: a região da Savassi e da Praça da Estação. Assim sendo, este trabalho desperta interesse por ser um testemunho do contexto sócio-cultural e econômico em que se encontrava a região da Praça da Estação no ano de 1980.

A exposição da dissertação de mestrado da arquiteta Stael de Alvarenga Pereira Costa foi motivada por um convite do IAB-MG, que queria mostrar a dimensão que a discussão sobre preservação possuía no cenário internacional:

[...] eu cheguei e me chamaram. Eu lembro que chamaram e pediram pra levar essa minha dissertação pra mostrar e depois pediram pra que na exposição, eu apresentasse também nas pranchas e tudo; pro pessoal ver que já tinha um trabalho já fora do Brasil sobre isso. [...] Foi uma exposição enorme feita na Praça Sete e depois esta exposição correu vários lugares. (COSTA, 2007, grifos meus)

O interesse por expor o conteúdo da dissertação de mestrado encontrava-se no fato dela analisar a série de fatores que contribuíam para o processo de degradação urbana presente na região da Praça da Estação em 1980; encontrando-se nesta dissertação um testemunho do descaso com o patrimônio local:

[...] Dentro da análise como o mercado imobiliário se apropria dos espaços ou para especular ou para deteriorar, eu avalei nesta dissertação que esta área estava ...em franco processo de deterioração. E como que isto acontecia? Primeiro eu fiz uma análise relacionada aos usos existentes e depois como que a legislação estava apropriando disso. Então a primeira coisa: eu comecei a analisar dentro de um espaço

que começava desde a Casa do Conde até um pouco além do Viaduto de Santa Tereza e a Rua Sapucaí e um pouco lá na Rua Espírito Santo. Mais ou menos o recorte era este. Então eu comecei a analisar quais eram os usos mais predominantes. Vi que tinha um uso único que era o da Universidade. Isso em termos de urbanismo moderno isso não é uma coisa interessante em termos de você ter edifícios inteiros só com um uso. [...] Por que ... um simples uso não provoca ou não estimula a vivacidade e a variedade, que é uma coisa interessante de se ocorrer porque tão mais vivo o lugar e mais variado o uso, mais bem usado ele é. Então ele se mantém melhor. [...] O segundo uso que eu mostrava... Eu estava analisando um processo. Aqui a gente tinha oficinas. Então que seriam as oficinas abandonadas da Rede Ferroviária. E aí é muito engraçado a gente ver que a Casa do Conde era inteiramente abandonada. [...] galpões já um pouco abandonados, que tiveram uma importância enorme na época do auge da ferrovia, mas que nessa época já estava um pouco abandonada. (COSTA, 2007)

A transformação urbana da área era motivada pela abertura da via expressa, mais tarde denominada Avenida dos Andradas, e pela oportunidade de estender o caráter de obra pública para as imediações, abarcando a Praça.

[...] A gente já tinha uma via expressa proposta pra aqui, que não tinha sido implantada. Já existia proposta. [abrindo a tese de mestrado e mostrando desenhos de uma via expressa desenhada em mapa, na região da Praça da Estação] Ou tava sendo implantada. [...] E aqui já estava tudo acontecendo para se mudar tudo. De um uso, de um órgão, que podia modificar à vontade. Que tudo era da Estação. Da Rede Ferroviária. (COSTA, 2007)

Tal situação alarmava os arquitetos urbanistas, receosos dos impactos sobre um contexto social tão rico simbolicamente, mas ao mesmo tempo tão frágil e degradado, disposto às vontades políticas imperativas do governo:

[...] Aqui tinha a Universidade e tinha pouca coisa privada. Então o que que a gente falava? Que isso podia ser facilmente manipulado pelo governo. Que já que pertencia a poucos grupos era muito fácil você comprar e mudar. Aqui eu mostro uma coisa que eles nem nunca preocuparam: que existiam rotas de pedestres específicas que deviam ser preservadas, né?! [mostra desenho específico em meio a tese de mestrado de sua autoria]. (COSTA, 2007)

O estudo acadêmico aprofundado possibilitou à autora sugerir como alternativa de revitalização urbanística a consolidação de um conjunto urbano/ paisagístico que integrasse

esta região com a malha urbana e com os espaços públicos lindeiros; como forma de garantir a continuidade das manifestações simbólicas atreladas ao lugar e minimizar os impactos negativos do surto empreendedor governamental.

[...] Mostrava a proporção, mostrava então a qualidade do espaço, que deveria ser preservado. E aí eu proponho, olha que loucura, que a via expressa fosse subterrânea... [...] a proposta do parque. Toda seria continuar como parque e aí a gente teria algumas áreas que iriam virar terminal de ônibus. Propunha [...] que tudo fosse reunido pra continuar com este tipo de espaço (COSTA, 2007)

No entanto, a proposta urbanística de sua dissertação era influenciada pela concepção de urbanismo inglês:

[...] Agora uma coisa que se fazia na Inglaterra, na época, era que pra revitalizar centro eles propunham um shopping center. Eu estava propondo um shopping center aqui [apontando para o local onde hoje ergue-se o Edifício Central]. Pra trazer vitalidade pro lugar. (COSTA, 2007)

A relação da arquiteta com o PLAMBEL<sup>143</sup> e com o Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural do IAB-MG era tão íntima que estes exerceram papel fundamental na concretização da dissertação: estimulando-a, assessorando-a tecnicamente, realizando levantamentos de campo e busca de referências bibliográficas sobre a Praça. Por conseguinte,

[...] O presidente do PLAMBEL me mandou tudo: mapa, tudo que eu precisava... [Também demonstra]... gratidão à arquiteta Marieta e Ricardo, que fizeram pesquisa na área e mandaram informações e fotografias. [...] o mesmo agradecimento ao grupo de estudo do IAB no qual todas as preocupações da Praça começaram a aparecer. (COSTA, 2007).

Interessante analisarmos a divulgação restrita que teve a dissertação da arquiteta Stael Alvarenga Pereira Costa, limitando-se sua exposição às pranchas mostradas no evento. Um

---

<sup>143</sup> Vide maiores informações sobre a atuação do corpo técnico do PLAMBEL em Belo Horizonte no subitem: 2.1 Identidade e Território.

dos empecilhos para sua popularização talvez resida no fato do trabalho ser escrito em inglês, não contando com tradução até os dias atuais; e de não ter sido realizadas maiores divulgações no meio acadêmico brasileiro.

Cabe destacar também os motivos que levaram a entrevistada a estudar a Praça da Estação. Além de sua vinculação ao grupo de preservação do IAB-MG, (uma motivação para pesquisar o assunto), queria-se comprovar também a pertinência da relação entre os processos que afligiam o local com as teorias publicadas pelo arquiteto professor Aldo Rossi. Segundo este autor, “... a cidade tem processos de deterioração ou de especulação.” (COSTA, 2007), premissas que acalentavam a idéia de que se “... aquele era o típico exemplo de deterioração?” (COSTA, 2007).

No entanto, curioso foi a pesquisadora comprovar a pertinência teórica de suas hipóteses e de fato elas não se cumprirem na prática: “... mas o engraçado é isso: que a Praça da Estação só melhorou. Ela tinha tudo para ser destruída. [...] Então eu achava, e era. Só que não aconteceu! O mais interessante é isso. Provavelmente seja por isso: uma quantidade de pessoas se interessaram.” (COSTA, 2007, grifos meus).

## 2.3 – O I ENCONTRO PELA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO

### 2.3.1 – O I Encontro: versão dos entrevistados do IAB-MG:

O arquiteto Ricardo Samuel de Lana localiza Belo Horizonte em um contexto histórico peculiar, recordando os preceitos modernos com que a capital de Minas foi construída, tendo por características principais romper com a tradição colonial e abarcar uma nova concepção de urbanismo centrada no ideal de república.<sup>144</sup> A arquitetura desta cidade também refletiu a filosofia desse novo modo de vida, que prontamente é associada a obsolescência por não evoluir tal como o panorama de progresso que regia a urbe. Desta forma, em princípio não haveria motivos para se preservar um espaço que não contasse com a qualidade de vida requerida pela modernidade. Por fim associa o despontar do interesse pela preservação do patrimônio municipal ao IAB-MG, que surge como organização precursora de uma ideologia centrada na valorização dos exemplares arquitetônicos que fizeram parte da fundação da cidade.

[...] a questão do patrimônio até então era muito centrada na questão do nosso passado colonial. Patrimônio era entendido como esse passado remoto. Apesar de Belo Horizonte ter sido fundada... não com essa missão, mas com esse mister mesmo de negar aquela arquitetura colonial, porque queria-se pra república um novo tipo de vida, uma vida nova. Apesar de nesse sentido a arquitetura de Belo Horizonte ter sido extremamente revolucionária pra aquela época, ela foi logo, logo, sendo colocada como arquitetura de pastiche, de péssima qualidade, que não merecia sequer ser mencionada como passível de preservação. Havia um certo prurido de pedir pra se preservar um tipo de arquitetura que muitas vezes com a... [pausa pra reflexão]... a casa na testada do lote. A janela dando direto pro passeio. Que você vê: seria insistir num tipo de solução que era sob todos os aspectos lamentável, não era boa, não oferecia qualidade de vida nenhuma, que era uma arquitetura que deveria ser substituída por algo mais condizente com a evolução dos tempos etc. Então essa questão realmente ela nasceu dentro do IAB. Foi lá e foi conosco. (LANA, 2007, grifos meus)

---

<sup>144</sup> Sobre esse tema, vide MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. “**Belo Horizonte, um espaço para a república**”, Belo Horizonte, UFMG, 1989. 216 p.

O conceito de preservação segundo os moldes institucionais, no entanto, seriam contrariados pelas discussões travadas no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, quando a classe dos arquitetos (que contava inclusive com funcionários ligados ao IEPHA-MG), mostra-se disposta a avaliar, entre outras variáveis, a relevância de se preservar o patrimônio pela natureza local e simbólica:

[...] Eu acho que a primeira discussão sobre Belo Horizonte provavelmente é a Praça da Estação, não tenho certeza. [...] Agora enquanto movimento social e político realmente eu acho que é a Praça da Estação porque envolve um movimento de arquitetos e urbanistas, preocupados com preservação do patrimônio, focando na Praça da Estação como lugar simbólico da maior importância para a cidade. (MATA-MACHADO, 2007).

O Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil associa-se a causa da preservação em 1978, quando o arquiteto Reinaldo Guedes Machado assume a presidência da instituição. A idéia de se realizar o *I Encontro* emerge em meio às discussões da implantação do metrô de superfície em Belo Horizonte, “[...] De discutir isso porque ia ter interferências, ia ter o metrô de superfície, ia ter a revitalização da própria Praça, essas coisas todas. Então começou este Encontro”. (GRZYBOWSKI, 2007)

A iniciativa do IAB-MG em realizar o evento na Praça da Estação surgiu em um clima de total informalidade, motivado por uma conversa de bar, que sugere a praça como referência de descaso com o patrimônio municipal; mas que ao mesmo tempo constituía um espaço de grande apelo social:

[...] Essa história, a gente tava tomando cerveja uma noite, ali no Bar Panorama, conversando sobre a história da cidade, as coisas que precisava de fazer, de tomar uma atitude, se organizar. [...] Eu lembro que estava o David Peterson e o Flávio Grillo. [...] Aí, conversa vai conversa vem: vamos pegar uma coisa dentro da cidade que está muito desprotegida, que tem um, que a gente fosse criar um apelo muito forte. E que que era isso: a Praça da Estação. Ai resolvemos: então vamos fazer uma coisa, vamos começar pela Praça da Estação, vamos fazer um encontro a respeito da Praça da Estação; de preservação da Praça da Estação. Começamos, daí já formamos uma

comissão, começamos a desenvolver e levamos à frente. [...] Aí surgiu e não teve jeito. A Prefeitura teve que se fazer representar. Ia ficar muito mal se não fosse. Foi.”(LANA, 2007)

Em um segundo momento Marieta Vitorino alia-se ao grupo, responsabilizando-se pela organização do *Encontro*; uma vez que era uma pessoa de grande influência no meio político e ideológico: “[...] Ela que era a pessoa mais articulada pra poder dar uma forma pra essa coisa”.(LANA, 2007, grifos meus)

O IAB-MG exerce um papel fundamental neste ponto ao proporcionar a interação entre pessoas e a confluência de interesses comuns mediante a arte do encontro: estava semeada a gênese da discussão crítica sobre a cidade.

[...] Nos conhecemos no IAB. Porque o IAB também tinha uma parte social legal. A gente fazia muito evento, muita coisa assim. E as pessoas se conheciam muito em torno disso aí. E quando estes temas eram levados para a reunião de diretoria, evidentemente que se divulgava e as pessoas que tinham interesse começavam a chegar. (LANA, 2007, grifo meu)

Desta forma, o principal fator motivacional de se implementar a discussão da preservação do patrimônio no seio da sociedade civil foi o interesse comum despertado pelo tema:

[...] Eu acho que o que aconteceu foi o seguinte: tinha pessoas que tinham esse tipo de preocupação, estava cada uma no seu canto, e de repente estas pessoas se conheceram e viram que tinham esta coisa em comum, que tinham um trabalho que precisava ser feito e então estavam criadas todas as condições subjetivas. (LANA, 2007)

O espaço urbano em evidência dentro da pauta de discussões do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* foi o seguinte:

[...] Pegava a praça com todos os edifícios de interesse, pegava dentro do limite dos dois viadutos. E a esplanada, que é a parte da frente da Estação, e a Praça propriamente dita que está na Rua da Bahia. Pegava o prédio da Estação - [neste momento o entrevistado folheia o livro “Praça da Estação: origem e destino” recorrendo ao mapa com os bens rasurados, sendo estes os bens que discutia-se para

serem preservados]. Entrou a Rua Célio de Castro aqui. [...] Pra você ter uma idéia de como é que ela era: todas essas casas rachuradas eram autênticas. Era uma rua...ficou um pedaço de rua dentro de Belo Horizonte toda eclética. Eu acho que tinha uma perda só. (LANA, 2007, grifos meus)

A iniciativa do IAB-MG relativa aos protestos pela Praça da Estação contou com a liberação da Prefeitura para uma exposição de painéis, realizada na Praça Sete e voltada para a conscientização da população leiga. Assim sendo, a manifestação se deu no quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro, entre Tamoios e Praça Sete de forma precária e inusitada, com os membros do Instituto passando os dias “[...] segurando pra não ser depredado nem nada”. (AFFONSECA, 2007, grifo meu)

O intuito da METROBEL era construir o terminal do trem metropolitano, nem que para isso fosse necessário descaracterizar o conjunto da Praça da Estação, a despeito das demais intervenções realizadas por eles na cidade. A arrogância com que tratava o assunto originava-se do fato de ser um órgão inter-setorial de grande relevância política e dotada de um orçamento nada modesto para os padrões da época.

[...] um órgão afeto às três instâncias, ou seja, ele era municipal, estadual e federal, e ele veio com força total e junto com ele o trem metropolitano; a CBTU. A METROBEL tinha dinheiro do Ministério dos Transportes, da Prefeitura e do DETRAN. ... Então assim, a força, o poder deles era enorme. ... E iriam destruir mesmo, como eles fizeram as estações pra tudo quanto é lado. E rasgou-se a cidade: foi mais uma linha pra separar as metades de Belo Horizonte. Teve que criar ponte pra tudo quanto é lado pra passar por cima de metrô. (AFFONSECA, 2007)

A iminente transformação urbana pela qual a Praça estava exposta também influenciaria o cronista Carlos Drummond de Andrade a fazer um poema, uma rima, em que a METROBEL era alvo de suas críticas.

## A Praça da Estação de Belo Horizonte<sup>145</sup>

*Carlos Drummond de Andrade*

Duas vezes a conheci: antes e depois das rosas.  
 Era a mesma praça, com a mesma dignidade,  
 O mesmo recado para os forasteiros: esta cidade é uma  
 promessa de conhecimento, talvez de amor.  
 A segunda Estação, inaugurada por Epitácio,  
 O monumento de Starace, encomendado por Antônio Carlos  
 São feios? São belos?  
 São linhas de um rosto, marcas da vida.  
 A praça da entrada de Belo Horizonte,  
 Mesmo esquecida, mesmo abandonada pelos poderes públicos,  
 Conta pra gente uma história pioneira.  
 De homens antigos criando realidades novas.  
 É uma praça - forma de permanência no tempo.  
 E merece respeito.  
 Agora querem levar para lá o metrô de superfície.  
 Querem mascarar a memória urbana, alma da cidade  
 Num de seus pontos sensíveis e visíveis.  
 Esvoaça crocitante sobre a praça da Estação  
 O Metrobel decibel a granel sem quartel  
 Planejadores oficiais insistem em fazer de Belo Horizonte  
 Linda, linda, linda de embalar saudade  
 Mais uma triste anticidade.

Outras evidências apontam a DEMETRÔ como a responsável pela implantação do metrô de superfície na capital, sendo-lhe atribuída a obra na Praça da Estação. Desta forma o IAB-MG teria iniciado a discussão pela preservação da Praça em vista das intervenções descaracterizadoras previstas para o local, com a construção da edificação na frente do prédio da estação ferroviária: “[...] o DEMETRÔ estava com aquela história de fazer as passarelas do metrô, implantação do metrô em Belo Horizonte, e eles cismaram de fazer aquela estação... passar na frente do prédio da Estação. [...] Aí o IAB encampou esta batalha”. (VALLE, 2007, grifos meus)

O papel do IAB-MG é enaltecido a partir do momento em que se percebe a audácia e coragem da ação movida pelo Instituto, com nuances de enfrentamento político-ideológico: “... E iriam derrubar caso a gente não tivesse se interposto nessa história e interrompido esse processo.” (AFFONSECA, 2007, grifos meus)

<sup>145</sup> [www.mao.org.br/port/cronologia3.asp](http://www.mao.org.br/port/cronologia3.asp)

Nesta época é criado o Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural do IAB-MG, formado por arquitetos recém-formados da EAUFMG e por algumas personalidades especialistas na área de preservação do patrimônio como:

[...] Ricardo [Lana]; a Stael [Alvarenga Pereira Costa] que tinha chegado de Londres com um estudo de recuperação de áreas urbanas antigas; e Fonfom [Carlos Henrique Affonseca]; Jorginho Abdo Askar; Marieta Vitorino; Flávio Grillo; David Peterson; eu; Regina Xavier; Celeste; pessoal do patrimônio; Tarcísio Guadalupe do IEPHA. (VALLE, 2007)

Outros afirmam que o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* foi o grande responsável pela vinculação do IAB-MG com a causa da preservação e da formação do grupo de patrimônio. As pessoas ligadas a esse grupo são promovidas e pouco tempo depois passam a ocupar cargos da diretoria do Instituto; e a empenhar-se na luta pela causa.

[...] A partir desse Encontro o que aconteceu: as pessoas acharam – as pessoas que eram vinculadas ao IAB, os arquitetos -, a montar seu grupo de patrimônio. E a gente montou o grupo de patrimônio. Que até então não se discutia muito a questão de patrimônio no IAB. [...] Depois do Encontro, montou-se o grupo e foi pra dentro do IAB discutir. ... num segundo momento ... gente que era desse grupo, ... começou a ser da diretoria do IAB. Porque aí o IAB passa a ter um papel mais atuante na questão do patrimônio. (GRZYBOWSKI, 2007)

A partir da mobilização desse grupo de preservação do IAB-MG, a representação dos arquitetos começa a destacar-se como referência na discussão pela preservação do patrimônio, sendo convidada a ocupar cargos políticos de destaque neste âmbito:

[...] Eu acho que se não tivesse tido esse grupo de patrimônio a gente não teria participado de diretoria do IAB não. Porque a gente começou a entrar no IAB por conta do grupo, de discutir questão de patrimônio. Frequentar o IAB. De ter um espaço pra discutir essa coisa toda. Então daí nesse primeiro momento foi desse jeito. Daí depois o IAB passou a ter assento em milhões de Conselhos. Ser voz. A ser escutado sobre a questão do patrimônio. (GRZYBOWSKI, 2007, grifo meu)

Por certo, o movimento pela preservação da Praça da Estação contou iminentemente com a participação do IAB-MG, que realizava reuniões semanais com o grupo de preservação do

Instituto. Estas reuniões aconteciam na sede improvisada do Instituto, no “[...] barracão do IAB [...]”. (AFFONSECA, 2007) O local não dispunha das condições mínimas para abrigar os trabalhos do Instituto, pois “[...] a gente se reunia num barracão de obra onde todo mundo morria de frio”.(GRZYBOWSKI, 2007) Os assuntos tratados sempre eram reportados nas reuniões de diretoria. “[...] A princípio, se tinha uma reunião, até fazer o Encontro, foi uma coisa mais formal” (COSTA, 2007). No entanto, a austeridade e precariedade do barracão fizeram com que o grupo migrasse para os, então, raros escritórios de colegas; como por exemplo, a sala comercial na Av. Cristóvão Colombo compartilhada por Regina Xavier, Jurema Marteleto Rugani, Beatriz Magalhães e Demetrius Leonel da Mata. Outro reduto freqüentemente utilizado foi o imóvel particular do arquiteto Ricardo Lana, no Santo Agostinho, assim como a EAUFMG, que abrigou a maior parte das discussões a respeito da praça. A Universidade deu a sua contribuição com a publicação do livro “Praça da Estação: origem e destino”, que transcreve a ata do *I Encontro*.

[...] Era no IAB. Foi muitas vezes na minha casa. O Grupo se reunia na minha casa, no Santo Agostinho. Esta exposição, até que foi montada, a gente fez o nosso quartel general lá na Escola de arquitetura, porque o IAB não tinha nem instalações adequadas: era um barracão de obra. (LANA, 2007)

Nestes encontros se discutiam estratégias de ações junto à sociedade, até o momento em que uma arquiteta recém-formada pela EAUFMG, Liana Valle (que participava do IAB-MG desde os tempos de graduação), desenvolveu um cartaz para o evento; que por fim resultou também em camisetas, produtos estes que foram vendidos pelo Instituto para alavancar ideológica e financeiramente a campanha do *Encontro* e que prontamente foi aceito e cobiçado pela população; seja pela aceitabilidade estética da camiseta, seja pelo apelo social que impunha.



FIG. 4 – Detalhe do cartaz do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* (Fonte: acervo particular de Ricardo Samuel de Lana)

... Começou a vender. Começamos a vender essas camisetas e estourou. Tudo quanto era estudante tinha essas camisetas. O pessoal viajava pra fora do Brasil levava essas camisetas. Rodou o mundo. Tanto é que teve essa história do Arrigo aí. Essa camiseta ficou célebre! Foi muito legal isso. Então essas coisas pop mesmo deste movimento é que são interessantes. (VALLE, 2007, grifos meus)



FIG. 5 – Camiseta do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* (Fonte: acervo particular de Liana Valle)

E finaliza dizendo que:

Era muito estudante que comprava. Ou quem achava bonito. Como a camiseta ficou bonita (na época o pessoal achava), então todo mundo queria. E depois que as pessoas, quem não era arquiteto ficava sabendo da briga, aí é que queria mesmo a camiseta. (VALLE, 2007)



FIG. 6 – Detalhe da camiseta do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* (Fonte: acervo particular de Liana Valle)

O comércio de camisetas foi fundamental para reerguer o órgão, que passava por uma grave crise financeira:

[...] A gente vendia aquela camiseta. Porque o IAB tinha muita dificuldade financeira. Então ele era um camelô cultural. E vendia camiseta e esse tipo de coisa. Não tinha lei de incentivo cultural nem nada disso. Era na marra. Camiseta debaixo do braço. Ia fazer um pronunciamento, vendia dez camisetas, voltava e pagava o salário da secretária (risos). (MARQUES, 2007)

Os membros do IAB-MG venderam um número expressivo de camisetas e espalharam os cartazes por diversos locais de Belo Horizonte, sensibilizando a população a prestigiar e promover a causa da preservação – uma publicidade estampada na vestimenta, no modo de vestir, que ganharia as páginas das revistas<sup>146</sup>.

Com que outro entrevistado completa, enfocando o sucesso do produto:

[...] Eu trabalhava na Secretaria do Trabalho onde a maioria das pessoas eram de esquerda e eu levei os cartazes pra lá. Preguei pra tudo quanto é lado. Vendi muita

<sup>146</sup> Vide Anexo IV – “**Revista Pipoca Moderna**”.

camiseta lá. Todo mundo vendeu camiseta. Então foi uma coisa: sempre você encontrava alguém na rua com a camiseta, que tinha um desenho do prédio da Estação ferroviária, e escrito embaixo: PRESERVAR É PRECISO.” (CAETANO, 2007)

Os desenhos da Praça da Estação foram realizados *in loco*, uma vez que a precariedade de recursos do Instituto era tamanha que não possuía nem mesmo uma máquina fotográfica para auxiliar no serviço. No entanto, este fato foi responsável pela interação da artista com o local, que até hoje possui lembranças deste peculiar espaço urbano, seu primeiro trabalho profissional: “[...] E fiquei desenhando esse troço lá. [...] Isso tudo foi feito à mão [...] No meio dos carroceiros. Aquilo era um estacionamento de carroças, e de carro, de caminhão. Foi meu primeiro trabalho. Eu formei em julho de 1981 e foi a primeira coisa que eu fiz”. (VALLE, 2007)

A diagramação do cartaz foi realizada no escritório de Flávio Grillo e David Allen Peterson, que na época eram parceiros em um escritório, e contou com o auxílio do primeiro. A camiseta, porém surge da iniciativa da arquiteta de contribuir com os cofres da instituição, que passava por um delicado momento financeiro:

[...] Ai depois dessa história do cartaz, a briga continuou. Veio a idéia de fazer uma camiseta. Eu sempre mexi com camiseta. Eu sempre gostei de mexer com isso, pintar camiseta. O IAB numa penúria de dinheiro total! Ai a gente fez a camiseta e rodava essas camisetas Hering mesmo, que é o que tinha na época (VALLE, 2007, grifos meus)

O sucesso do desenho da Praça da Estação repercutiu de maneira tão positiva que foi adotado como ilustração do convite para o seminário do *I Encontro* e posteriormente estampou a capa dos anais, publicado pela Universidade em forma de livro. A venda das camisetas reergueu financeiramente o IAB-MG e uniu a classe dos arquitetos, uma vez que a estratégia de venda baseava-se no empenho pessoal de divulgação:

[...] Mas todo mundo tinha essa camiseta. Esse troço varou o mundo. Todo mundo. Isso ai vendia! O IAB, a receita dele foi recomposta graças à camiseta! Foi um alívio pros cofres! A gente pegava e ajudava a vender. Dava o dinheiro pro IAB. Eu vendi camiseta demais. Todo mundo vendia. [...] Mano a mano. (VALLE, 2007, grifos meus)

A publicidade via camisetas é vista também sob nova perspectiva ao associá-la ao movimento *pop*, compreendendo uma forma de expressão que se identificava com os movimentos sociais de luta urbana tal como o relativo aos estudantes universitários: “[...] Essa coisa da camiseta é uma vertente muito pop do movimento. Isso uniu todo mundo. Foi o grande negócio. Não ficou aquela coisa acadêmica de ficar discutindo lá em cima, aquela chatura. A gente não tinha esse perfil”. (VALLE, 2007, grifos meus)

O resultado disso foi uma conscientização da população leiga e dos próprios arquitetos a diversificarem seus olhares para a arquitetura da cidade, valorizando-a como testemunho histórico ou, em outras palavras: que toda cidade é histórica<sup>147</sup>:

[...] Então isso fez com que nós arquitetos, que não éramos muito antenados para esta questão assim, a gente botar bons olhos em outro tipo de arquitetura. E ver que toda cidade tem a sua história e que toda cidade merece ter esta história preservada. Especialmente o patrimônio edificado é um documento dos mais visíveis da história de uma cidade. (CAETANO, 2007)

A preservação do patrimônio torna-se então o assunto em voga na Capital: “... Então esse momento das discussões da Praça da Estação talvez seja o grande marco de colocar no centro da pauta a questão do patrimônio nesse período”. (PEREIRA, 2007)

---

<sup>147</sup> Em 1986 a Carta de Washington – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas – promulgaria que: “*Resultantes de um desenvolvimento mais ou menos espontâneo ou de um projeto deliberado, todas as cidades do mundo são as expressões materiais da diversidade das sociedades através da história e são todas, por esta razão, históricas.*” (IPHAN, “**Cartas Patrimoniais**”, **Cadernos de Documentos nº. 3, Brasília, 1995, pág. 321**)

Como parte dos eventos que antecederam o *I Encontro*, o IAB-MG organizou uma exposição na Praça Sete, que contava com fotografias, mapas e trabalhos acadêmicos relativos à Praça da Estação. Assim sendo, o protesto dos arquitetos contou com fotos do acervo do Museu Abílio Barreto e fotografias do arquiteto Ricardo Lana, ilustrações estas que chamaram a atenção do público, que fazia fila para ver a exposição. No entanto um incidente com a participação da Prefeitura marcou a exposição:

[...] Aconteceu um incidente que foi uma coisa lamentável porque a Prefeitura mandou recolher aquela exposição e jogou dentro de um caminhão. Fotos assim raras sabe e tudo, no mesmo caminhão que reprimia comércio ambulante. Passou e levou. Deu uma confusão. Que a Prefeitura também era, participava também do evento. [...] Tiveram que voltar e montar a exposição toda de novo. No mesmo lugar. Tiveram que voltar com os painéis e colocar lá, naquele quarteirão fechado ali da Praça Sete com Tamoios. (LANA, 2007)

O debate público parecia ser a solução democrática patente e inexorável, de modo que o *Encontro* foi organizado em curto prazo de tempo. A preocupação em identificar o evento com o contexto de discussões democráticas travadas no âmbito nacional incitou ao convite de representantes de diversas organizações e de autoridades de outros estados, dotando-lhe de repercussão e representatividade política. A preservação do patrimônio é instituída então como tema presente na dimensão nacional do debate pela construção de políticas urbanas locais. “... E depois teve essa semana, esses dias que a gente se encontrou e chamou gente. Aí sim: veio gente de fora e tal. Pra poder falar pra dar suporte pra gente”.(AFFONSECA, 2007, grifos meus)

No intuito de prestigiar o seminário, a organização do evento convida a professora da EAUFMG, Suzy de Mello, uma das maiores autoridades em Barroco Mineiro, para proferir a conferência de abertura:

[...] Eu me lembro que eu fui lá convidar a professora Suzy pra fazer a conferência de abertura. Ela falou: “Ah, Ricardo. Mas puxa vida: Praça da Estação! Se fosse Conjunto da Pampulha. Mas olha, eu te confesso que eu não tenho assim... nunca debrucei sobre aquilo e realmente é uma coisa que pra mim é completamente desinteressante. (LANA, 2007, grifo meu)

No entanto, a insistência e determinação do grupo de preservação do IAB-MG em contar com a participação da professora, auxiliando-a no que fosse necessário para a sua palestra, foi fundamental para reverter seu ponto de vista sobre o assunto: “... Mas, no entanto eu falei: ‘Oh Suzy, eu vou te municiar com todo material que eu tiver’. Levei pra ela um monte de coisa. Ela fez uma conferência brilhante que está neste documento”. (LANA, 2007)

A professora proferiu uma palestra em que exaltava o caráter histórico e identitário da Praça da Estação, associando-lhe um enfoque diferenciado: **o espaço enquanto memória**. “[...] foi uma conferência brilhante e pela primeira vez se discutiu esta questão da preservação de memória, do patrimônio histórico da cidade. Já num contexto que tinha se perdido muito”. (LANA, 2007)

Despertava aí a consciência crítica da relevância de se organizar uma instância de natureza municipal de preservação do patrimônio como a forma mais autêntica e legítima de se proteger e manter os laços identitários da sociedade com o espaço urbano em que vive. A carência de políticas públicas para o setor tornava-se patente enquanto traço sintomático da iminente perda de identidade resultante do modelo de desenvolvimento urbano instaurado na cidade.

[...] E eu me lembro que a advogada, uma advogada que falou, uma das debatedoras, a Íris Araújo, e ela levantou esta questão: que a instância mais legítima pra cuidar do patrimônio local é o município. E que neste sentido tinha que se cobrar do município uma atitude, uma política de preservação. Porque nada seria possível de consolidar sem a participação do município nesta questão (LANA, 2007, grifos meus)

O sucesso do movimento preservacionista também é apontado como resultante da criação de uma **rede de contatos**, que garantia a constante atualização das informações e o contato direto com os meios de comunicação de massa. A participação da professora da EAUFG, Suzy de Mello, no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* é avaliada como um dos elos dessa cadeia de contatos do movimento. Destaca-se por outro lado a mídia periódica, propriamente os jornais *Estado de Minas* e *Jornal do Brasil*, onde o escritor Carlos Drummond de Andrade escrevia suas crônicas: “[...] A gente tinha os canais. O (jornal) Estado de Minas sempre nos abriu os espaços. [...] foi uma corrente. Uma onda assim que as pessoas chegavam e te ajudavam. [...] a gente juntava três, quatro e fazia uma coisa. Fazia um movimento.”. (COSTA, 2007) Outro adepto da causa preservacionista no jornal *Estado de Minas* era o jornalista Iran Firmino.

A essa **rede de informações** se lhe atribui um idealismo compartilhado por todos os companheiros de movimento: “[...] A gente sonhava em mudar o mundo, [...] A gente era muito envolvido com a questão social, com a questão ambiental; preservação”.(COSTA, 2007).

A formação dessa rede tinha suas origens nos vínculos de amizade entre os colaboradores: “[...] Acho que mais foi isso. Mais do que tudo. Essa primeira do grupo do IAB [...] eu fui por causa do Ricardo e da Marieta Vitorino. Foram eles que me levaram. [...] Trabalhávamos juntos no PLAMBEL”. (COSTA, 2007).

Outros motivos da ligação da sociedade civil ao grupo de preservação do IAB-MG eram o interesse em conhecer novas áreas na arquitetura, a contextualização com a área de

planejamento urbano e urbanismo etc. Partindo deste pressuposto, o vínculo do poeta Carlos Drummond de Andrade com a causa da preservação em Belo Horizonte seria estabelecido mediante a arquiteta Stael de Alvarenga Pereira Costa, prima do escritor:

[...] Ai eu escrevi pra ele. Tudo que estava errado. E ele escrevia e metia o pau no jornal. Ele nos ajudou muito nisso tudo, nesse processo também. [...] Assim: falava da Praça da Estação, fala de Confins (na época também foi uma grita do IAB porque o IAB tinha dúvidas sobre ...se o aeroporto poderia ser implantado ali.) O Drummond nos ajudou muito nisso. Tem muitas crônicas dele falando disso tudo e era a gente que alimentava também, com essas informações. E aí eu escrevia e ele escrevia nos jornais todos. Então a gente teve uma força enorme dele nisso. (COSTA, 2007)

Já no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* a recepção de Drummond não foi diferente:

[...] Escrevi literalmente pedindo ajuda. Falando [...] que a gente ficou conhecendo o projeto do GEIPOT. ... que eles iam construir uma estação do lado da Estação, que é hoje o Museu. [...] Ai ele falou que era um absurdo [...] E aí escrevia. E eu pedindo ajuda ele falou assim: ‘Eu não estou sendo muito bem visto pelas autoridades não. Mas o que precisar eu vou escrever.’ [...] Depois eu fui pra Inglaterra e eu perdi o contato. Mas o Ricardo eu acho que continuou escrevendo pra ele. (COSTA, 2007)

Anos mais tarde, uma epígrafe de autoria de Drummond inaugura a dissertação de mestrado de Stael Alvarenga Pereira Costa, na qual ele demonstra toda a preocupação que o movimento despertara em seu espírito; sobretudo no relativo a manutenção do patrimônio para as gerações futuras: “[...] Falando da importância da gente lutar, da minha geração lutar – aí você imagina [risos]. [...] Ele falava assim: “a minha geração já não consegue e é a sua vez. Como que dizendo: ‘agora é a sua vez de lutar’?”. (COSTA, 2007)

Drummond também foi autor de uma carta dirigida à prima, na qual falava de suas lembranças sobre a Praça da Estação, nos anos em que morou em uma pensão nas proximidades da mesma.

Esses associados traziam consigo novas perspectivas de mobilização social ao possibilitar a ampliação da rede de contatos do grupo:

[...] Eu acho que eu nunca trabalhei nisso porque eu nem entendia disso não. Eu sempre trabalhei na área rural, área mais de urbanismo mesmo, desenho urbano. [...] Eu sei que eu fui levada. Eu fui influenciada e entrei. [...] Eu só fui por ligação com ele, porque a gente trabalhava junto. Não tinha a mínima possibilidade de ter ido se não fosse por ele. Nunca mexi com patrimônio. Só ai. E eu me interessei por isso. Mas não na questão do edifício, que nunca me interessou. É sempre num contexto maior. Então meu trabalho sempre foi assim, analisar os processos e tal. Minha contribuição foi sempre isso e nas ligações que eu tinha. Amigos e pessoas que eu conhecia e que eu podia trazer. (COSTA, 2007, grifos meus)

O envolvimento do IAB-MG no movimento pela preservação da Praça da Estação não era relacionado, a princípio, a nenhum interesse político ou ideológico, tratando-se de uma questão de cidadania:

[...] Era meramente uma questão de cidadania mesmo. De defesa da cidade. [...] Intervir no lugar que você mora, no lugar que você vive. Que você quer uma cidade mais agradável pra todo mundo. Então é uma coisa mesmo destituída de qualquer interesse. Muito antes pelo contrário: só trazia dissabor. Porque era muito complicado. Tinha que estar contestando eles constantemente. Autoridades, né?! Denunciando e isso não era nada fácil.” (LANA, 2007, grifos meus)

*O I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* foi o responsável por conscientizar o corpo técnico de arquitetos vinculados a órgãos públicos de governo sobre a existência e a necessidade de se preservar o patrimônio histórico de Belo Horizonte como parte do patrimônio cultural brasileiro. Por conseguinte, este seminário constituiu-se em um marco da inclusão da participação dos técnicos ligados à área de planejamento urbano nas ações preservacionistas e da imposição do ideal cultural sobre o conceito de monumentalidade; que guardava relação direta com o caráter de excepcionalidade do patrimônio e que era difundido

pelos órgãos oficiais de preservação. Assim sendo, erguia-se a arquitetura local (formado por um primoroso conjunto em estilo eclético) ao status de patrimônio cultural, e, por conseguinte, à categoria de bem passível de preservação; por constituir esta uma referência simbólica e memorial fundamentalmente ligada a identidade de um grupo social. A tônica de Conjunto Urbano ditava a natureza cultural e identitária que se queria dar à Praça da Estação, amparada no ideal de diversidade cultural e na consideração do espaço como algo mutante, próprio dos usos e das manifestações culturais que nele se expressavam.

[...] Esta questão começou a pegar dentro da cidade. Começou porque, por exemplo: os canais de televisão viam demolição de uma casa, iam atrás do IAB. Começou a se falar muito nesta questão da memória arquitetônica, do patrimônio histórico de Belo Horizonte. Que Belo Horizonte tinha sim! Que tinha gente que tinha o desplante de dizer que Belo Horizonte não tinha patrimônio histórico coisa nenhuma. Essa idéia de que o patrimônio cultural brasileiro é o período colonial. São as cidades históricas e acabou.” (LANA, 2007, grifos meus)

Que é endossado por outro entrevistado:

[...] Então eu acho que a história da preservação passa por isso. Sair desse círculo da arquitetura barroca foi a Praça da Estação que fez com que a gente olhasse, desse mais atenção pra esse outro tipo de arquitetura. Pra outros estilos e tudo. E eu acho que se consolidou. Hoje é perfeitamente consolidado. Hoje se tomba um prédio arte-decô, prédios modernistas, prédios [...] então isso se espalhou para o Estado inteiro.” (CAETANO, 2007)

Desta forma, o evento é inovador ao marcar oficialmente uma etapa de discussões e negociações democráticas pela instauração de medidas de proteção do patrimônio público no âmbito local. Por conseguinte, a reunião entre representações da sociedade civil e Poder Público envolta com a discussão sobre o espaço público, de interesse comum, restabelece valores de identidade e pertencimento; dantes suprimidos pela repressão e centralização do poder, característicos da Ditadura Militar. Ademais, a iniciativa figura como forma de se rebelar contra a apatia da sociedade civil não organizada, ao conclamar para o exercício de

responsabilidade social as várias entidades e atores sociais. O patrimônio torna-se então um conceito iminentemente atrelado às lutas urbanas, que se ampara na discussão democrática para resgatar o direito à liberdade de expressão e participação social no desenvolvimento da cidade e na construção da cidadania.

[...] A própria composição da mesa, os perfis profissionais aqui, eles trouxeram uma série de contribuições que hoje quando eu vou ler eu fico impressionado de ver. Isso foi avançadíssimo pra época. Isso daqui foi [...] um acontecimento. Pela primeira vez se reuniu um monte de gente de área técnica pra discutir a questão da preservação na cidade. Que não tinha havido até então. [...] A importância do *I Encontro* foi exatamente essa: deflagrar uma idéia, uma postura, de chamar a atenção para essa cidade se mobilizar para proteger a cidade, que estava completamente desprotegida. (LANA, 2007, grifos meus)

Ademais, o *Encontro* emerge da sociedade civil organizada como reflexo da insatisfação de técnicos do funcionalismo público municipal com a ideologia autoritária e centralizadora engendrada nas ações de planejamento urbano em voga no Poder Público Federal. Este foi o pretexto então para a reflexão e discussões acerca do ‘exercício do poder’ no meio urbano, ou em outras palavras, o ‘lugar da cidadania’ na conjuntura de abertura política que marcava o Brasil.

É neste panorama social que a Fundação Roberto Marinho desponta no cenário municipal ao respaldar financeiramente e divulgar o *Encontro da Praça da Estação*. A adesão da emissora aos movimentos sociais preservacionistas estabeleceu-se mediante a relação de parentesco entre um professor da Universidade de Ouro Preto com um dos diretores da emissora. A mídia comercial se tornou mais uma frente de apoio ao movimento pela preservação da Praça e favoreceu a consolidação do mesmo, uma vez que “[...] Mostrava exemplos da Praça da Estação como patrimônio. Acho que tinha umas séries assim, mostrava, aparecia. Isso ajudou muito. [...] Ai virou um movimento, entendeu?! Tivemos várias frentes nos ajudando nisso.” (COSTA, 2007)

O evento também foi o responsável por aprimorar o conceito de patrimônio cultural e despertar para a importância de se definirem políticas para o setor:

[...] Patrimônio cultural existe hoje, né?! Ele não existia. Existe. [...] patrimônio cultural faz parte da sociedade. Não tem volta. Não tem volta mais. [...] E hoje, hoje daí eu vejo que aquele negócio que daí você faz uma coisa de, como um trabalho, uma política de patrimônio. (GRZYBOWSKI, 2007, grifos meus)

A relevância cultural do evento marcou de maneira significativa o imaginário popular relativo à Praça, concebendo-a como **espaço da identidade** do povo belo-horizontino:

[...] E isso aqui adquiriu um caráter simbólico, a Praça da Estação, por causa daquela amplidão toda dela ali. Ficou-se desde essa época, só agora que começaram a implantar as coisas lá, já com muita perda e tudo, mas ela virou realmente um símbolo de Belo Horizonte. Ninguém ousava mais mexer ali. E a partir daí, durante todos estes 30 e tantos anos, ela virou uma referência. Todo mundo fala da Praça da Estação, todo prefeito que passava e que ia mexer, fazer a Praça da Estação, não fazia coisa nenhuma. Mas foi realmente um acontecimento emblemático. Ela virou, tomou, caracterizou a questão de uma mudança de postura com relação à cidade daquele período de passividade, de deixar acontecer, pra um momento de se começar a tomar uma atitude. (LANA, 2007, grifos meus)

Tais preceitos também são verificados ao se sugerir as mudanças propiciadas pelo *I Encontro*:

O que mudou foi de que patrimônio cultural é um direito de todo mundo. Não é o patrimônio excepcional, sabe?! É um direito meu como cidadão. Ter minhas referências: culturais, de onde eu morei, quem fez aquele patrimônio. Eu não preciso ser uma pessoa excepcional, mas eu tenho aquela referência. (GRZYBOWSKI, 2007, grifo meu)

Desta maneira, o *I Encontro pela Praça da Estação* é um marco político da discussão travada em nível municipal sobre o conceito de patrimônio cultural, que se impunha sobre a definição largamente utilizada no meio oficial de governo, que era a de patrimônio monumental.

[...] O marco aqui em Belo Horizonte seria o Encontro da Praça da Estação. Pela primeira vez a gente começou a brigar por causa de um conjunto urbano e que era extremamente diversificado. Você tinha um tipo de arquitetura lá industrial, que é a Serraria, uma arquitetura ferroviária. Era um conjunto bastante heterogêneo, já muito

alterado, já havia tido muita perda. Então a gente ousou considerar conjunto urbano ainda pelos remanescentes, que eram muito relevantes que tinham sobrevivido; subsistido. Nesse sentido foi. (LANA, 2007, grifos meus)

Afirmção endossada por outros profissionais, que consideram o evento o: “[...] marco da questão do patrimônio cultural. Foi a primeira discussão.” (GRZYBOWSKI, 2007)

Outros entrevistados compreendem que as conseqüências deste episódio se deram mais em longo prazo, relacionadas sobretudo à sensibilização da importância de preservação da área central da cidade e do destacado papel exercido pelo IAB nas discussões de política urbana que precederam a implantação da Constituição Federal.

[...] Essa questão foi de uma sensibilização muito longa. Começou, havendo uma consciência da área central, da importância da área central, [...] criou uma consciência que permitiu inclusive, depois, que o IAB tivesse uma participação importante na Constituição de 1988, lá em Brasília mesmo; na questão do patrimônio; na questão da cidade; na questão do meio ambiente; que veio daí. Foi um crescente. [...] Foram muitas ações se somando em cima deste tema até resultar em alguma coisa. (MARQUES, 2007)

O *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* também notabilizou junto à sociedade civil os esforços do IAB-MG enquanto entidade envolvida com a preservação do patrimônio de Belo Horizonte:

[...] O IAB passou a ter visibilidade. [...] Ele passou a ser uma estrutura atuante. Era nosso representante mesmo. [...]... *I Encontro*... foi o pontapé inicial para o IAB se envolver efetivamente na questão do patrimônio cultural. Não quer dizer que não se envolvia. (GRZYBOWSKI, 2007)

No entanto não resultaria, porém, em resultados em curto prazo no espaço da Praça: “[...] Agora: resultou em um melhoramento da Praça no dia seguinte? Não.” (MARQUES, 2007)

A consolidação da necessidade de preservação do patrimônio local e da ampliação desse conceito para a definição de patrimônio ambiental urbano, entretanto, teria outros desdobramentos; intimamente ligados à atuação do IAB como representante da sociedade civil.

[...] Agora houve outros encontros. Muitos encontros nacionais. O IAB participava. Eu mesmo fui representando o IAB em diversos encontros que começou a se discutir esta questão da preservação local. Este outro olhar, o conceito de patrimônio ambiental urbano, foi muito importante. Que não era mais... pra tirar, pra remover essa coisa solidificada que ficou” (LANA, 2007, grifos meus)

Assim sendo, as conseqüências do *I Encontro* foram diversas, podendo-se destacar a sensibilização por se preservar o patrimônio histórico municipal e a valorização de estilos arquitetônicos relegados a segundo plano pela história da arquitetura;

[...] Mudou isso: a visibilidade da questão preservação; nós mudamos o nosso olhar – mudamos não, ampliamos o nosso olhar sobre a arquitetura; e hoje qualquer arquiteto fala em arte decó. A maioria dos arquitetos sabe disso, são sensíveis a essa questão. Hoje você fala em preservar a arquitetura modernista. Tudo isso. (CAETANO, 2007, grifo meu)

Em 2000 a diretoria do IAB-MG voltaria a chamar a atenção para a Praça da Estação no sentido de promover a apropriação da região por outras classes sociais que não as então estabelecidas (população de baixa renda), com iniciativas voltadas a diversificação do uso dos prédios do entorno da Praça. A UFMG também colaboraria com isso mediante investimentos realizados no seu Centro Cultural lindeiro à Praça.

[...] o IAB também que tirou partido da Casa do Conde, que fizeram a Casa Cor. E deu vida ao lugar, porque ela estava abandonada. A própria Universidade, quando ela investe no Centro Cultural ela está estimulando a diversidade do lugar. Acho que são ações, de vários grupos de pessoas (COSTA, 2007)

Como pressuposto dos debates travados no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* e da necessidade de proteção do patrimônio cultural municipal:

[...] o IAB procurou o IEPHA-MG e pediu pra que efetuasse o tombamento da Praça toda. Por que quem iria fazer? E também foi incrível porque levou o IEPHA-MG a tomar uma posição que dificilmente ele teria tomado. O IEPHA naquela postura ortodoxa jamais iria tombar a Praça da Estação. Você não tem um conjunto realmente. Você tem um conjunto, mas muito mesclado com outras manifestações. Teve muita perda. (LANA, 2007, grifos meus)

A tramitação do processo de tombamento do Conjunto Urbano e Paisagístico da Praça da Estação<sup>148</sup> na esfera administrativa dos órgãos oficiais de governo produziu algumas modificações na concepção e limites físicos da proposta original sugerida pelo IAB-MG:

[...] Se você for lá hoje eu acho que sobraram duas casas. Porque quando foi para o IEPHA tombar ele tirou isso daqui [referindo-se aos imóveis rachurados no mapa localizados na rua Célio de Castro]. E quando sumiram com o processo, é tão escandaloso que o processo saiu do IEPHA para ir pro Palácio da Liberdade para o governador Hélio Garcia homologar e o processo sumiu. Passou três anos desaparecido. E olha bem como são as coisas: sabe como o processo apareceu? Eu achei o processo lá no PLAMBEL. Aí comuniquei ao IEPHA: ‘O processo está aqui. Eu só não posso falar. Mas ele está aqui e aí tinha havido muita perda.’ Porque enquanto eles ficaram com o processo eles demoliram. Aí eu fiz outra proposta de tombamento da Praça. Como PLAMBEL. [...] Aí o IEPHA tirou esta parte de cá. [referindo-se ao conjunto de imóveis ecléticos situados na Rua Célio de Castro] Manteve o Viaduto de Santa Tereza que não estava incluído no primeiro tombamento, aí eu incluí no segundo. [...] Tirou a Rua Célio de Castro e detonaram com ela rapidinho. Não ficou nada. Era pra ter ficado uma coisa muito interessante ali. Um pedaço extremamente expressivo, muito bem caracterizado. (LANA, 2007, grifos meus)

A displicência com que foi tratado o tombamento do lugar pelo Poder Público ocasionou uma série de intervenções descaracterizadoras e demolições de imóveis pertencentes ao Conjunto Urbano:

[...] Vieram as demolições. Quando o processo sumiu, demoliram um monte de coisas. E naquela situação que não se tinha a quem recorrer. O IEPHA sempre foi uma instituição muito controlada pelo governo do Estado. Era da administração direta.

<sup>148</sup> IEPHA-MG, “Processo de avaliação para tombamento do Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação)”, Minas Gerais, acervo do IEPHA-MG, 161 páginas, 1984.

Inclusive o IEPHA é vinculado à Secretaria de Cultura. E a gente ficou completamente, quando começaram as demolições, e eles foram fechando, eles foram chegando em cima dos prédios, como o prédio da Estação Central e tudo. (LANA, 2007, grifo meu)

Excluído do processo de transformação urbana e arquitetônica que órgãos de governo imprimiam sobre o local, o IAB-MG se vê obrigado a apelar a instâncias legais da sociedade no intuito de proteger a Praça da Estação. Tal medida resultaria na elaboração, em 1986, de um laudo técnico sobre as intervenções descaracterizadoras empregadas nos imóveis da Praça, realizado pelo arquiteto Ricardo Lana enquanto representante do IAB-MG e perito do Ministério Público<sup>149</sup>:

[...] Aí o IAB entrou com uma ação civil pública no Ministério Público e eu fui o perito do IAB-MG. Que deu esse laudo aqui [mostra o laudo]. Isso aqui foi sério, cara! Nós paralisamos a obra do DEMETRÔ, paralisou tudo. Pela primeira vez na cidade se tomou uma medida drástica! Houve uma pressão violentíssima! Começaram a acusar o IAB de ser responsável pela demissão de centenas de operários que a obra paralisada ia ter de demitir. E paralisou tudo. Agora pra você ter uma idéia de como estavam sendo feitas as coisas, você vai ver aqui [mostra o laudo]. [...] Já estava tombado quando eles atacaram. Ta vendo. Eles estavam fazendo obra pra todo lado, sem projeto, sem nada! Tudo revirado. Sem projeto e sem nada. [mostrando o documento]. Então o IAB cuidou direitinho. Se ficou aquele resto de coisa que tem lá hoje foi o IAB. (LANA, 2007, grifos meus)

As obras de intervenção nos imóveis não contavam com responsável técnico, sendo consideradas clandestinas. Daí nota-se o distanciamento entre as esferas federal e municipal de governo, sendo que um não tomava parte das deliberações promovidas pelo outro, mesmo encontrando-se sob jurisdição federal. Esta postura do Executivo tinha por consequência a insurgência de um sentimento de “des-territorialização”, des-humanização da referência simbólica que era a Praça da Estação:

---

<sup>149</sup> Maiores informações vide: IEPHA-MG, “Laudo de Perícia técnica do inquérito para apurar descaracterização no conjunto arquitetônico e urbanístico da Praça Rui Barbosa – Praça da Estação de Belo Horizonte”, Minas Gerais, acervo particular de Ricardo Samuel de Lana, 148 páginas, 1986.

[...] Clandestina, sem responsável técnico, qualquer coisa. Porque Prefeitura não mexia com área federal. Essas coisas dentro da cidade. Igual este trem metropolitano: isso é intervenção federal dentro da cidade. Passam onde querem passar e faz esta barreira dentro da cidade e ficou por isso mesmo, não teve jeito. Então assim, prefeitura não mexia com isso. Isso aqui era território livre: fazia o que queria. E a gente começou a mexer com essas coisas todas. O que acontece dentro da cidade tem que haver uma posição da cidade com relação, a respeito. Não se pode deixar estas coisas acontecerem como se estivesse em outro território. Está aqui dentro. (LANA, 2007, grifos meus)

Por outro lado o IAB-MG logrou algumas vitórias na acepção da necessidade de proteção da região do entorno do bem tombado, como forma de preservação da paisagem cultural: “[...] Agora hoje o perímetro de tombamento é muito mais amplo do que isso, que é pra poder não ter verticalização em volta e a Praça continue um grande vazio não só de piso, mas um grande vazio aéreo também.” (AFFONSECA, 2007)

O livro “Praça da Estação: origem e destino” oferece a ata oficial do *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, elaborada pelo Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural do IAB-MG, segundo a qual é possível se fazer outra reflexão dos fatos.

### **2.3.2 – O I Encontro: versão oficial do IAB-MG**

Os anos 70 marcam a descentralização das políticas de patrimônio no Brasil, com a criação de vários órgãos estaduais e municipais de preservação<sup>150</sup>. O período pré-constituente também deflagra a ambição dos movimentos sociais de reforma urbana pela consolidação da natureza participativa na gestão municipal, como expressão do espírito democrático que suplantara os preceitos do período ditatorial.

Esta forma de colaboração, mais especificamente a co-responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural, se mostra carente de significado quanto aos meios para sua implementação uma vez que até mesmo seu fruto, a Constituição de 88, não define as possibilidades de ação conjunta entre poder público e sociedade, estando subjugada às mais variadas interpretações. Sua manifestação limita-se, portanto, a um ato heróico de alguns organismos da sociedade civil organizada por expressar seus ideais políticos democráticos na construção de políticas locais.

A representatividade social acontece concomitantemente com a construção de uma identidade local que se espelhasse no momento de abertura política vivida pelo país; interesse que por diversas vezes mostra-se dissidente frente à mentalidade política hegemônica até então em praxe. Tal realidade explicaria o fato de iniciativas federais e estaduais de intervenção no patrimônio público serem empregadas isoladamente (sem a participação de representações municipais), desvinculadas do planejamento urbano e suplantando a gestão municipal. Este

---

<sup>150</sup> CASTRIOTA, Leonardo Barci. 2004.

conflito de interesses origina casos de desvirtuamento das ações preservacionistas, em detrimento do patrimônio e da identidade municipal.

Assim sendo, em 1981, o Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG), promove um encontro entre representantes do poder público, representações de classe, entidades privadas e sociedade civil para se discutir o impacto da implementação de ações federais na área da Praça da Estação; constituindo este em um dos mais contundentes depoimentos de ação participativa de uma representação de classe em prol da preservação do patrimônio público municipal no período pré-constituente (1988).

Portanto, esboçar a atuação do agente e ator IAB no período que antecede a democratização do País é fundamental para que se possa compreender o estado da arte das políticas públicas do patrimônio no período pré-constituente e analisar criticamente um dos mais importantes movimentos de mobilização social em prol da preservação do patrimônio de Belo Horizonte. Tema este que suscita tanta polêmica, pois nele estão envolvidos questões diversas, tais como o poder decisório dos governantes, o confronto entre concepções distintas do poder (democracia X autoritarismo), a ideologia imperante da prevalência de interesses privados sobre interesses coletivos e os anseios de representatividade política da sociedade civil organizada.

A forma de abordagem do tema parte da crítica aos discursos realizados no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* e registrados na forma de atas na obra literária “Praça da Estação: origem e destino”; que constitui verdadeiro testemunho oficial das disputas ideológicas travadas na época.

O evento abrange ao todo três dias, tendo sido realizadas reuniões em 12, 13 e 14 de agosto de 1981. No entanto, dá-se preferência à reunião inaugural de 12 de agosto, que concentra a maior parte das manifestações ideológicas dos representantes do IAB-MG; antes dos diálogos assumirem um caráter predominantemente técnico.

### **O I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação**

Em Agosto de 1981, um encontro promovido pelo Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-MG) concretizava as ações em defesa da Praça da Estação que esta entidade empreendera nos últimos dois anos. A preocupação com a preservação do que outrora seria reconhecido como “Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação)” - segundo o processo de avaliação para tombamento desenvolvido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG, 1984), - teve sua origem no documento lançado em 27 de novembro de 1978 pelo IAB-MG (CONJUNTO... (1981), obra sem paginação). Desde então, esta entidade promovera a discussão periódica sobre este tema, que resultou na promoção, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 1981, “[...] de um *Encontro* com os diversos organismos técnicos envolvidos nas intervenções daquela área”, denominado: “*I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*” (CONJUNTO... (1981), obra sem paginação). A iniciativa teve como premissa:

[...] sensibilizar a opinião pública e os responsáveis pelos planos e projetos a serem executados naquele local, de modo que as intervenções necessárias se fizessem em estrito respeito às características paisagísticas e arquitetônicas do Conjunto, com a conseqüente valorização de suas importantes funções sociais em nosso contexto urbano, principalmente a de ponto de grandes concentrações populares (CONJUNTO... (1981), obra sem paginação, grifo meu).

O *Encontro* reunia além do IAB-MG, representado por sua diretoria e por uma comissão denominada Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural, várias entidades ligadas ao

tema, tais como: Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (PLAMBEL); Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL); Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (EAUFMG - representada então pela professora Suzy Pimenta de Mello); Fundação Roberto Marinho; Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG); Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas de Minas Gerais (FAFICH-MG); Conselho Estadual de Cultura; Companhia de Transportes Urbanos da Região Metropolitana de Belo Horizonte (METROBEL); Secretaria Municipal de Comunicação e Obras; Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP); Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU); Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes (GEIPOT – Brasília) e Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA). Constavam também no evento: deputados, advogados, engenheiros e arquitetos interessados no tema; entre outros.

Cabe ressaltar que o IAB era representado não apenas por seu Departamento de Minas Gerais, nas pessoas de seu presidente, arquiteto José Carlos Laender de Castro, arquiteto Reinaldo Guedes Machado (Titular do Conselho Superior) e arquiteto Ricardo Samuel de Lana (2º vice-presidente), entre demais personalidades; mas também pelo Departamento de São Paulo (IAB-SP), o que dotava o evento de uma dimensão regional na discussão sobre a preservação dos centros urbanos.

O evento teve sua pauta de trabalho publicada através de um relatório, denominado “Praça da Estação: origem e destino”, que relata o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*, constando da transcrição dos debates, a sinopse das exposições e os textos integrais das palestras proferidas pelos expositores convidados pelo evento.

Merece destaque a natureza iminentemente pública, revisionista e propositiva dos eventos culturais que antecederam e sucederam o *Encontro*, de forma a sensibilizar e promover uma postura crítica da apropriação dos espaços públicos da cidade.

O Grupo de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural do IAB-MG mobilizou a comunidade para que esta tomasse conhecimento da história da Praça da Estação mediante uma exposição de fotografias e mapas da área, realizada em um dos maiores corredores de pedestres do centro de Belo Horizonte: o quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro. Esta exposição tinha por objetivo ilustrar as diversas fases da existência da Praça, proporcionando o resgate histórico da memória do lugar assim como dos vínculos que guardara com a população através do tema “Usos e Funções da Praça”<sup>151</sup>.

Concomitantemente a esta exposição, uma série de trabalhos de graduação<sup>152</sup> e uma tese de Mestrado<sup>153</sup> em Desenho Urbano, ambos de autoria de arquitetos vinculados ou originários da EAUFMG e datados de 1980, foram disponibilizados para a apreciação pública. Estas propostas tinham como tema a reabilitação da Praça da Estação, dando a entender à grande massa da população a natureza científica com que eram estudados os espaços públicos da cidade, a importância da temática para a comunidade universitária (em particular, a EAUFMG) e sua vinculação às transformações do tecido urbano.

Todos estes trabalhos e objetos ainda seriam expostos no *hall* da SME e por fim na Praça Rui Barbosa – Praça da Estação -, antes de serem arquivados no Museu Abílio Barreto.

---

<sup>151</sup> ENCONTRO... (1981), p. 5

<sup>152</sup> Vide depoimento de Grzybowski (2007) no subitem 1.5.3 para maiores detalhes sobre o assunto.

<sup>153</sup> Vide subitem 2.2.2 para maiores detalhes sobre o assunto.

Segundo dados oficiais do PLAMBEL, o evento serviu para “[...] subsidiar a definição de uma política que promovesse e valorizasse a integração desse Conjunto ao espaço urbano, assegurando sua identidade dentro do processo de renovação previsto para a área”. (CONJUNTO... (1981), obra sem paginação, grifos meus). Se a documentação emitida pelo órgão encarregado pelo planejamento da região metropolitana salienta que se buscava definir uma política de preservação do patrimônio para o Conjunto urbano, podemos perceber que a política metropolitana de planejamento empregada até então não levava em consideração premissas preservacionistas em se tratando da Praça da Estação.

Este “processo de renovação“ teria início com o projeto do GEIPOT de implantação do trem metropolitano na Praça da Estação, com a criação da Estação Central do metrô, obra julgada pelo IAB-MG como sendo de grande impacto para o patrimônio.

Caberia a um órgão de classe, consciente de seu dever “[...] opinar sobre a transformação, planejada ou não, do ambiente em que vivemos [...]” (ENCONTRO... (1981), p. 10) e do impacto dessa obra sobre o conjunto histórico e paisagístico, e que, ademais, zelava pelo “[...] equacionamento dos problemas da cidade” (ENCONTRO... (1981), p. 10), tomar tal iniciativa; o que sugeria uma mobilização política de órgãos representativos da sociedade pela causa da preservação do patrimônio. Esta ação baseava-se no espírito democrático suscitado em virtude do processo de abertura política do país e no inconformismo do IAB-MG com a atitude, a seu ver, carente de planejamento e de maiores argumentações técnicas relevantes, por parte do poder público, de intervir no tecido urbano de maneira tão impositiva. Não havia sido realizada uma consulta pública preliminar ou qualquer intenção nesse sentido, que convidasse ao diálogo com outras áreas do conhecimento para o possível aprimoramento do projeto.

### **Primeiro dia: Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano**

De forma a esclarecer a importância a que se elevava o tema do patrimônio histórico, o presidente em exercício do IAB-MG, arquiteto José Carlos Laender de Castro, fez questão de, no discurso de abertura do evento, referir-se às palavras do então Ministro dos Transportes, Engenheiro Eliseu Resende. Em pronunciamento público na época, este último salientara a nova conjuntura administrativa da esfera federal, que considerava a conservação do patrimônio como fator primordial na política brasileira de transportes urbanos:

A política brasileira de transportes urbanos passará a ser formulada de acordo com os programas de conservação do Patrimônio Histórico, já que os programas visando à melhoria das condições de circulação e do transporte coletivo operam significantes intervenções no traçado das cidades e, freqüentemente, nos setores onde se localizam as áreas de valor histórico. (ENCONTRO... (1981), p. 10)

Em termos práticos, as palavras do Ministro significavam reconhecer o impacto negativo que a política brasileira de transportes urbanos empregada até então acarretara ao Patrimônio Brasileiro e, reconhecendo ser esta uma prática nociva, fazia um apelo por uma política integrada de planejamento urbano, pela formulação de uma gestão conjunta.

No discurso inaugural do evento, realizado por José Carlos Laender, representante máximo do IAB-MG, esclarece-se a posição do Instituto segundo a qual: não houvera até então, por parte do poder público, a iniciativa de se empreender uma discussão com a sociedade civil sobre as políticas públicas de preservação para a área da Praça da Estação. Assim sendo, o IAB-MG acreditava que a discussão democrática possibilitaria a elaboração de diretrizes que regessem o Conjunto Urbano em questão, resguardando-o de intervenções descaracterizadoras. No obstante, “a discussão e o conhecimento” eram os elementos preliminares que regiam a iniciativa do IAB, creditando a estes o poder de inclusão sócio-cultural a partir do resgate da cidadania; e da memória, na valorização dos espaços urbanos. Por fim, o IAB-MG apresenta

uma alternativa democrática para a discussão da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Desta forma, sugere-se que a preservação de um lugar está atrelada diretamente à postura crítica de seus usuários sobre o bem em questão, fazendo-se necessária à promoção do debate democrático e aberto para a valorização de sua dimensão cultural. Por fim, o Instituto acena para a restrita compreensão dos organismos técnicos sobre o conceito de política pública, centrada até então no ideal paternalista.

Em resumo, para o IAB-MG, a preservação do patrimônio deveria estar incluída na política de planejamento urbano, uma vez que esta gera transformações significativas no ambiente em que vivemos. Reconhece que tal iniciativa, no entanto, só se efetivaria como política pública uma vez que fosse fruto da conscientização e reconhecimento do valor da memória e da manutenção dos laços identitários com a cidade; expressos na forma de postura crítica e anseio de debate democrático. O reconhecimento e a promoção dos diversos atores sociais da necessidade de preservação do patrimônio histórico da discussão democrática sobre as políticas de planejamento dos espaços públicos resultaram, enfim, na manifestação popular por um maior engajamento político na gestão dos centros urbanos, primando por uma maior qualidade de vida.

As estratégias de sensibilização pela causa preservacionista não ficaram excluídas da pauta do *Encontro*, sendo exibidos filmes tais como “*Memória de Belo Horizonte*” e “*O despertar do Horizonte*”.

A seguir, discursou o Dr. George Norman Kutova, representante da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SMCEL). A administração pública se mostrava sensibilizada a valorizar a qualidade de vida da população e para isso, tanto o Poder Público Municipal

quanto o IAB-MG convergiam em defender a importância da participação ativa da “ação popular”<sup>154</sup> (sociedade civil) na manutenção da memória histórica da cidade.

No entanto, os meios pelos quais se atingiria esta qualidade divergiam bastante. A SMCEL destinava à “ação popular”<sup>155</sup> a tarefa de inventariamento dos bens culturais, ao expor que:

A ação popular então, teria como função levantar os bens culturais compreendendo monumentos arquitetônicos, pesquisa de material iconográfico, filmes, pesquisas de memória musical, literária, textos teatrais e local para instalação de um centro permanente de artesanato (ENCONTRO... (1981), p. 11).

O papel da Instituição Pública, de outro lado, seria a “[...] criação de instrumentos legais que permitissem ao poder público concretizar suas diretrizes” (ENCONTRO... (1981), p. 12, grifo meu). Nota-se que a sociedade está isenta do processo de formulação de propostas e de execução das diretrizes, uma vez que a gestão da época contaria com a “BELOTUR e com a Fundação Municipal de Cultura” (ENCONTRO... (1981), p. 12), que monopolizariam a ação deliberativa sobre a área.

Pode-se perceber aí uma série de dissonâncias. Enquanto que para o IAB-MG o tema da preservação era estratégico para a institucionalização de uma política municipal de planejamento urbano de índole democrática, para o Poder Público Municipal o tema não passava de uma polêmica passível de ser absorvida pela máquina administrativa, com a criação de novos órgãos operativos.

Ao poder público interessava o esvaziamento da proposta do IAB-MG (ou seja, a desarticulação da reivindicação popular e das pretensões pelo debate aberto e democrático, que contava com argumentações até mesmo mais articuladas ideologicamente), a fim de

---

<sup>154</sup> ENCONTRO... (1981), p. 11

<sup>155</sup> ENCONTRO... (1981), p. 11

sustentar um *status operandi*: o monopólio das intervenções no tecido da cidade. Prova disso foi o pronunciamento do Secretário que expunha a decisão do prefeito Maurício Campos, sobre a “[...] necessidade de se institucionalizar a preservação da memória arquitetônica [...]” (ENCONTRO... (1981), p. 12); delegando ao Conselho Municipal de Tombamento (a ser criado via projeto de lei) a tutela legal sobre os bens de interesse municipal.

Tal ação assimilava o problema da preservação à dependência da criação de um “[...] mecanismo institucional próprio, a nível municipal, amparado legalmente.” (ENCONTRO... (1981), p. 12); entendido como a ampliação do aparato administrativo do Poder Público de forma a que o Município respondesse aos apelos sociais apropriando-se jurídica e administrativamente da causa. Esta era a forma do governo se legitimar frente às demandas sociais.

A legitimação administrativa do Poder Público frente à sociedade resume-se então, neste caso, na institucionalização de ações em prol do Patrimônio Histórico e Artístico, na criação de um órgão municipal próprio (Conselho Municipal do Tombamento), e na criação de entidades institucionais - BELOTUR e Fundação Municipal de Cultura - para a execução das diretrizes estipuladas pelo Poder Público para a área patrimonial.

Este processo de institucionalização administrativa em nenhum momento mostrava-se inserido na discussão democrática dos assuntos ligados à cidade, mais especificamente ao Patrimônio; tão difundido e defendido pelo IAB-MG. Desta forma, transparece o ensejo de uma política paternalista acobertando pretensões centralizadoras no nível municipal por parte do Poder Público, que impunha e difundia uma ideologia centrada na promoção institucional.

Enquanto que nas ações ministradas pelo IAB-MG o conhecimento e o debate sobre o tema da preservação do patrimônio estavam diretamente associados (sendo este processo considerado política pública, uma vez que era expressão do espírito democrático no intuito de se formular subsídios para a preservação), o Poder Público dissociava o registro documental da etapa de construção de uma política pública; reservando-se o direito de elaboração propositiva e deliberativa sobre o assunto. Cabia ao povo meramente o papel de depoente do Executivo, (estando este à frente do processo decisório). Daí se conclui que a definição de política pública assume significados diferentes dependendo do ator que a utiliza e dos fins a que se propõe, (os interesses envolvidos).

Prosseguindo, o Secretário Dr. George Norman Kutova divagou sobre o tema base: “*Os Aspectos Culturais da Praça da Estação*”, subdividindo-o em três partes.

Na primeira, salientou a preservação do conjunto arquitetônico entendido como a soma dos bens imóveis de valor histórico. Na segunda, analisou a preservação do que denominou as “áreas livres”<sup>156</sup> ou “espaço disponível”<sup>157</sup> para utilização. Esta definição sugere que ao espaço encerrado pelas edificações de valor histórico, (intocáveis do ponto de vista de descaracterização), cabia uma escala de valor diferenciada, uma vez que se caracterizava por área livre e disponível. Então era pertinente subvertê-la de acordo com as demandas e interesses do Poder Público. Assim percebe-se que, na ótica do Planejamento proposto pelos órgãos municipais de política urbana, o espaço delimitado pelo contexto urbano-arquitetônico dissocia-se dos valores contidos neste último (tais como a preservação), sendo encarado como objeto isolado. Desta forma, o espaço público encontra-se à disposição dos critérios de

---

<sup>156</sup> ENCONTRO... (1981), p. 12

<sup>157</sup> ENCONTRO... (1981), p. 12

**valores de uso** promulgados pelo **Poder Público**, não influenciando nisso qualquer apropriação afetiva da sociedade.

Esta última afirmação consubstancia-se no ideal promulgado pelo representante municipal sobre o uso previsto para este espaço, dito “livre”, e do papel destinado à comunidade; naturalmente compreendidos como o lugar da **indução** do uso pelo poder público e da assimilação pela sociedade. O status centralizador do Governo Municipal faz-se sentir novamente, talvez herdado da supervalorização dos direitos universais de garantia que recaem sobre a propriedade privada em nosso país; em detrimento do direito coletivo à cidade. Havia a “tendência a dissimular o excesso de autoridade sob a forma de proteção” (FERREIRA, 1986) – configurando paternalismo - ao patrimônio público. O direito ao usufruto do espaço público acontece mediante a apropriação municipal do local, via direitos constitucionais, que também lhes outorgam sua manutenção. A necessidade de se associar uma função ao espaço é entendida como o dever por zelar por sua integridade física – a conservação se dá pelo uso.

Perante esta questão, o Dr. George Norman Kutova defende que “[...] a ocupação, a utilização é o maior fator preservacionista” (ENCONTRO... (1981), p. 13) do patrimônio histórico, uma destinação que ampliasse o engajamento da população, mas que ao mesmo tempo limitasse sua influência política ao ato de engajar-se à proposta, pois cabia ao povo apenas seguir os preceitos estipulados pelo Executivo; independentemente dos valores coletivos relacionados ao espaço.

Dando seqüência ao debate, passou-se a palavra a uma das personalidades de maior destaque a participar do *Encontro*, Professora Suzy de Mello. Seu papel de representante político extrapolava sua vinculação à sociedade organizada (IAB-MG), do qual fazia parte do Grupo

de Defesa do Patrimônio Natural e Cultural; uma vez que exercia autoridade na representação dos apelos de abertura política associados à comunidade discente e docente da UFMG (mais precisamente, da Escola de Arquitetura).

Seu discurso<sup>158</sup>, portanto, está baseado na inserção da Praça no contexto de fisionomia e desenvolvimento da Capital, centrado na idéia de progresso e de seus impactos na qualidade de vida de seus habitantes. Para elucidar a questão da qualidade de vida, apropria-se da obra de Afonso Arinos de Mello Franco, em seu ensaio “Cultura e Nação”, para, através da fundamentação teórica do significado de cultura deste autor, elucidar (esclarecer para os leigos de forma didática) a importância dos laços identitários sócio-espaciais motivados pela Praça da Estação. Desta forma, associa ao local a natureza bipolar de expressão individual e de fenômeno de apropriação coletiva, sendo este último inclusive motivado pela “vivência social”<sup>159</sup> do espaço e suas diversas formas de apropriação simbólica – responsável inclusive pela duração da obra no tempo. Surge daí o **espaço da memória**, que assume destaque por se configurar como expressão das manifestações imateriais de um povo ao longo do tempo.

Todo este prólogo do discurso da professora Suzy de Mello tem o intuito de discorrer sobre os “valores culturais” que evidenciam a importância da preservação da memória. Nota-se que estes valores são mais influenciados pelas variáveis remissivas que originam a memória que propriamente pela relevância do deslocamento temporal. Aliás, a consciência da noção de tempo é, para a professora, fruto desta apropriação simbólica do espaço – daí sua repercussão coletiva que faz com que este fenômeno perdure até os dias atuais. O passo do tempo associa-se à idéia de memória e não o inverso – o que nos liga inclusive à obra de nossos antepassados uma vez que nos expressamos no tempo.

---

<sup>158</sup> Vide anexo III – Discurso de Suzy de Mello no *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*.

<sup>159</sup> ENCONTRO... (1981), p. 44

A arquitetura do espaço da Praça da Estação é retratada, então, como obra coletiva, em que autoria e autoridade assumem identidade, desde que amparados e baseados na valorização da memória individual, constituindo construção simbólica do espaço para aquele indivíduo que vivencia a obra arquitetônica.

Dando prosseguimento à palestra, Suzy caracteriza a Praça por sua relevância sociológica, referenciando-a na história da arquitetura de Belo Horizonte, justificando assim a necessidade de preservá-la. Os motivos, segundo ela, seriam muitos: pelo fato de conservar parte do desenho urbano original da Capital, por haver uma construção social do espaço, pelo aspecto estilístico de sua arquitetura, pela consagração de um espaço associado às manifestações públicas, e pelo fato da Praça fazer parte de um conjunto de edificações de importância histórica e artística.

Segundo ela, ainda que:

[...] tendo perdido muito do seu equipamento original [...], a Praça da Estação se mantém como ponto de referência à preservação [...] e como exemplo definitivo da cultura sociológica em arquitetura a partir de sua própria denominação, pois é muito mais conhecida como Praça da Estação do que como Praça Rui Barbosa, fato que indica claramente a vinculação do transporte ferroviário e de seu principal edifício com seu espaço físico. (ENCONTRO... (1981), p. 44)

E conclui: “Assim, o prédio da Estação – por si só – corresponde a uma série de dados culturais de caráter sociológicos que estabelecem referências de grande importância na história da arquitetura de Belo Horizonte [...]”.(ENCONTRO... (1981), p. 47).

A Praça, no entanto é vista como centralizadora de um conjunto de imóveis importantes historicamente e que, segundo a Professora, são passíveis de reabilitação e adaptação a novos usos “[...] com facilidade para finalidades comunitárias mais dinâmicas” (ENCONTRO...

(1981), p. 48). Reflete-se afinal sobre a função social do espaço urbano, entendendo-o como uma micro-região com potencial sociológico suficiente e merecedor de ser recuperada (atualizada) “[...] em proveito de uma faixa importante da população que ali poderia reencontrar novas formas de usufruir a cidade [...]” (ENCONTRO... (1981), p. 47) – promovendo a memória cultural como mecanismo potencializador da qualidade de vida das gerações futuras.

A proposta da representante da EAUFMG e do IAB-MG pode ser sintetizada pelo discurso que a sucedeu, de autoria do Deputado Ademir Lucas, ao mencionar que “o que se pretende é dar nova utilização do conjunto Praça da Estação, coerente com o uso social, que é como se entende um Patrimônio Ambiental Urbano” (ENCONTRO... (1981), p. 14). Assim sendo, o IAB-MG busca cercar-se de um embasamento teórico e da postura crítica de profissionais acadêmicos, sobretudo os ligados à UFMG, para conformar seu quadro de associados.

Suzy reconhece, sobretudo, a natureza humana que há por trás das construções, entendendo-as como linguagens, formas de expressão para com as gerações futuras. Desta forma ela acaba por reaver os elos sociológicos que unem a população a este espaço público; mediante um discurso acessível aos leigos no assunto.

Ela domina, com destreza, a experiência e a didática pertinentes à docência para conscientizar os leigos a se manifestarem politicamente pela manutenção de seus laços afetivos com a cidade, entendido como forma de luta pela identidade municipal. Desta forma, valoriza e amplia o ato de ensinar como instrumento de educação patrimonial voltado a toda a sociedade civil, promovendo a inclusão social através da conscientização da história local.

A ideologia democrática permeia as ações em prol do patrimônio movidas pelo IAB-MG, de modo a apresentar-se como uma alternativa ao *status quo* fortemente arraigado e defendido pelo Poder Público. O Poder Executivo não tolera ser ameaçado a dividir o poder, tal como encara o equacionamento dos problemas urbanos. No entanto, a ofensiva democrática é contundente na discussão que estabelece sobre o juízo de valor a partir da definição de progresso, na qual aflora a face obscura do mesmo. Tal debate é influenciado por um conceito que a partir de então passa a reger não só os anseios de construção de uma política de preservação municipal do patrimônio, como também a luta pelo direito de participação ativa da sociedade no processo de gestão da cidade: **qualidade de vida**.

Enfim, o que se pretende e todos os representantes do IAB-MG salientam isso em seus discursos é proteger o espaço sociológico (simbólico) da Praça da Estação de descaracterizações promovidas por uma concepção de “[...] progresso e desenvolvimento econômico e social [...] necessariamente destrutivo e predatório”. (ENCONTRO... (1981), p. 14).

Subentende-se daí que a defesa de uma política pública municipal de preservação do patrimônio (entendido aqui como o **espaço da memória**), deve ser construída pela valorização das expressões individuais sobre o espaço público (ou seja, pela idéia de democracia) e deve também respeitar a apropriação simbólica do espaço como expressão da vontade de manutenção de laços identitários e da natureza coletiva da obra arquitetônica; testemunha viva do tempo.

O papel do IAB-MG, figura como participante e mediador do movimento organizado de protesto contra a carência de valores preservacionistas contidos na política de planejamento urbano (mais especificamente, na gestão dos espaços públicos de relevância histórico-cultural de Belo Horizonte). Os meios para tanto se resumem à educação patrimonial como instrumento de mobilização social e à intermediação junto às representações das esferas de poderes públicos, privados e representantes da sociedade organizada, de forma a garantir a possibilidade do diálogo democrático.

A manifestação organizada expressa a vontade de retomada de um papel na sociedade, entendido como uma maior participação e responsabilidade social nos assuntos relativos à coletividade; outrora abafado pela ditadura militar que dominou o país.

A partir daí, o IAB-MG configura-se como um canal das causas democráticas de luta pelo direito à participação política no gerenciamento da cidade. Assim sendo, é incentivador da criação de um movimento social de luta pelo direito à cidadania visto como direito à cidade.

### **Segundo dia: o Patrimônio entre o técnico e o empírico**

Os trabalhos foram retomados no dia seguinte com o discurso do representante do PLAMBEL, arquiteto Hailton Curi, que também mantinha vínculo com o IAB/MG, no qual ocupava o lugar de segundo suplente do Conselho Superior.

Ele enfatizou dois aspectos primordiais vinculados à preservação do patrimônio: o papel da sociedade, de um lado, e o papel do Poder Público, por outro. Desta forma afirmava que ambos exercem uma função importante na conservação do patrimônio, dando a entender que

o êxito das ações neste sentido associa-se à prática conjunta, participativa. Assim sendo, critica a atuação de cada um, ressaltando por fim a falta de atitude generalizada que imperava nas responsabilidades sociais destes.

Dá sua sugestão de criação de uma “comissão integrada por vários órgãos públicos de planejamento” (ENCONTRO... (1981) p. 17) de modo a ter um diagnóstico mais preciso da Praça da Estação, que fixasse “a solução mais adequada a este Conjunto Urbano” (ENCONTRO... (1981) p. 17). Seu discurso também denuncia a desorganização com que as iniciativas vinculadas ao planejamento urbano são impetradas pelo Poder Público, uma vez que era necessário tratar a preservação do patrimônio de maneira excepcional, à parte dos procedimentos habituais de deliberação do Executivo, para que a questão da preservação fosse debatida; denotando o despreparo do setor de Planejamento em tratar o assunto.

Sua crítica à não consideração da variável patrimonial no processo de planejamento urbano tornava-se latente, quando se verifica que ela é procedente de um diretor da Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana (PLAMBEL). Ao final de seu discurso Curi declara desconhecer o projeto do GEIPOT.

Dando continuidade à palestra, Hailton Curi cedeu a fala a seu colega de PLAMBEL e IAB/MG, arquiteto Ricardo Lana, que então assumia o posto de 2º vice presidente na instituição dos arquitetos mineiros. LANA ministra uma aula expositiva com recurso de imagens para discutir a área da Praça da Estação sob o foco da legislação urbanística municipal (Lei de Uso e Ocupação do Solo – LUOS), de modo que sua argumentação teórica em defesa da preservação da paisagem urbana e seu entorno fosse assimilada pelos leigos no assunto. Ele enfatizava assim a utilização de preceitos da sociologia no campo jurídico,

propondo a reavaliação dos critérios que engendrara a Lei a partir da interpretação do espaço como expressão dos laços de identidade coletiva; como testemunho da consolidação dos valores sociológicos para com a cidade. Desta forma, retoma a discussão iniciada por Suzy de Mello no dia anterior acerca do **espaço da memória** e os amplia, relacionando-os ao “dia a dia” das pessoas.

O representante do IAB/MG propunha um aporte teórico inovador, a paisagem urbana, como critério a ser valorizado na definição de legislações urbanas, como forma de representação dos direitos democráticos nas decisões de âmbito jurídico (acenando para o papel social desempenhado pela Câmara Municipal de Vereadores).

Assim sendo, a consideração da paisagem urbana na jurisprudência municipal significava um “salto qualitativo” na política pública urbana uma vez que elencava novas dimensões ao tecnicismo imperante no planejamento urbano municipal através de uma maior participação da sociedade junto ao Poder Legislativo.

A palavra foi passada aos representantes da METROBEL, que justificaram sua atuação na Praça da Estação a partir do Projeto PACE, resumindo-se a intervenções viárias (tráfego) no quadrilátero formado pelas ruas Tupinambás, Bahia e Avenidas do Contorno e Andradas, ação esta elaborada pela METROBEL de acordo com o Plano Metropolitano de Transportes, este do PLAMBEL.

No discurso dos técnicos da instituição, o problema do transporte nas grandes cidades ganha destaque, associando-o ao bem estar da população. Por este ponto de vista, a intervenção

realizada pela METROBEL se restringia à “área adjacente à Praça da Estação”<sup>160</sup>, e não propriamente ao conjunto da Praça da Estação, de forma a comprovar que a mentalidade expressa no discurso desta representação estava permeada por um juízo de valor que desvinculava as vias urbanas da diretriz de planejamento urbano defendida anteriormente pelo arquiteto Ricardo Lana (paisagem urbana); ademais de serem consideradas de “pequeno vulto”<sup>161</sup>. Tal atitude associava o bem estar da sociedade, ou seja, a qualidade de vida, à satisfação das necessidades de infra-estrutura básica promovida pelo Município; não conjugando nenhuma outra ação senão a satisfação da demanda por ela mesma.

A proposta do órgão ampliava o espaço público em detrimento do tráfego veicular em parte da Rua da Bahia que, segundo a METROBEL, valorizaria a circulação de pedestres na praça.

O Secretário Municipal de Comunicação e Obras, engenheiro Inácio Paulo Fernandes, discursou em seguida e fez considerações das quais se podem concluir o seguinte: cada órgão ligado à Administração Pública Municipal tem seu papel específico e restrito à função que lhe cabe. Não há o que se questionar enquanto a articulação promovida pelo Projeto PACE entre os diversos órgãos nas três esferas de governo, sendo esta iniciativa um “modelo de ação integrada”, – fortalecendo e alto promovendo as iniciativas de planejamento urbano propostas pelo Governo Municipal. O PACE não interfere no patrimônio arquitetônico e paisagístico da Praça. A SUDECAP mantinha ações de infra-estrutura que causavam interferência na Praça.

A seguir o engenheiro Sílvio Bhering, da SUDECAP, discorreu sobre o problema sanitário de Belo Horizonte, “[...] grande prioridade entre as obras a cargo dessa Superintendência. Esse programa compreende a canalização e o capeamento de todos os tributários da bacia do

---

<sup>160</sup> ENCONTRO... (1981) p. 18

<sup>161</sup> ENCONTRO... (1981) p. 18

Arrudas e do Ribeirão do Onça.” (ENCONTRO... (1981) p. 20) Os projetos de canalização do Arrudas significavam, naquele momento, “uma solução definitiva”<sup>162</sup>, viabilizando inclusive o capeamento futuro do Rio.

Da mesma forma que as demais representações, Bhering frisou a ação pontual e restrita empregada pela SUDECAP na área da Praça, que se limitava à canalização e ao futuro capeamento. Nota-se nos discursos das representações do poder público municipal e metropolitano uma tendência em satisfazer veementemente os objetivos primários do órgão, encarado como a manifestação de sua autonomia operacional frente às demais ações empregadas pelo Governo Municipal. Assim sendo, fica difícil imaginar que houvesse lugar para parcerias entre os setores da máquina pública, uma vez que isso obrigaria a que pelo menos uma das partes admitisse novos condicionantes, variáveis e até mesmo limitações no processo deliberativo.

Concluída as explanações, os expositores e debatedores do dia 12 foram convidados a participarem da pauta de discussões prevista para os outros dois dias a fim de sanar possíveis dúvidas pertinentes ao assunto. No entanto, registrou-se a ausência das representações da SPHAN e do IEPHA-MG.

Esta iniciativa de repassar e esclarecer democraticamente os fatos debatidos até o momento, conciliando as representações de classe, acadêmicos, sociedade civil e poder público municipal e metropolitano, visava dar maior transparência à *práxis* empregada nas ações envolvendo o Patrimônio (marcada pela descentralização administrativa com que eram operados os planos urbanos junto ao Executivo); de modo a possibilitar a formação de um

---

<sup>162</sup> ENCONTRO... (1981) p. 20, grifo meu

juízo de valor a respeito da responsabilidade social do indivíduo em ter atendidas demandas relativas à qualidade de vida, bem estar da população e obras públicas. É nessa reflexão que se insinua a representatividade sociológica de proteção do patrimônio histórico em igualdade de condições com o que se concebia como necessidade ou infra-estrutura básica. O debate também servira para se chegar a conclusões prévias, como veremos a seguir.

Dando início aos debates, o arquiteto Reinaldo Guedes Machado (IAB/MG) salientou a inversão de valores presente nas iniciativas de responsabilidade do poder público, que privilegiava o uso<sup>163</sup> em detrimento da preservação do suporte material; acenando para uma perda progressiva dos valores remissivos à memória coletiva e, portanto, a apropriação sociológica (promovendo um desvirtuamento do suporte cultural pela suplantação progressiva de sua imaterialidade). Dessa forma, nem mesmo “[...] o tombamento dos próprios e de sua destinação a museus ou centros de artesanato [...] seria capaz de preservar a relação com o uso tradicional ou a ‘vocação’ do usuário da praça”. (ENCONTRO... (1981) p. 20)

Percebe-se que a filosofia tecnicista insistia em prevalecer sobre a ótica sociológica. Esta postura se caracterizava pelo discurso alienado do “tecnicamente viável”, que resumia à tábua rasa a complexidade sociológica inerente ao espaço. O espaço era concebido como medida de sua adequação às necessidades de uso e não de desfrute ou apropriação comunitária. Diante dessa situação, pode-se supor que o tema do patrimônio constituía um paradigma no processo de implantação de políticas públicas de caráter democrático no município de Belo Horizonte.

Em seqüência, o IAB/MG expõe as mazelas desta conjuntura política ao indagar aos representantes da METROBEL acerca do Projeto PACE ser restrito a uma das pistas da

---

<sup>163</sup> Anos mais tarde, em outubro de 2003, o IAB/MG emite parecer técnico intitulado “Criação de novo Centro Administrativo Estadual em Belo Horizonte e alteração de uso dos prédios públicos da Praça da Liberdade transformando-a em Centro Cultural”, abordando assunto semelhante, associado ao governo do Estado.

Avenida dos Andradas, deflagrando a ideologia hegemônica nos projetos de planejamento urbano impetrados pelo órgão: “a) o projeto PACE não cuida do outro lado do Canal; [...] b) acha que esses projetos deverão preservar e estimular os usos de animação da Praça.” (ENCONTRO... (1981) p. 21, grifos meus). A primeira prerrogativa supunha dissociar a praça da Praça da Estação, ao implementar uma barreira de tráfego arterial entre uma e outra. A segunda afirmação evidencia a associação da preservação com o uso ministrado ao patrimônio – as intervenções se dão segundo projeções tecnicistas que ignoram os valores empíricos intrínsecos ao local.

Ao concluir sua fala, os representantes do IAB-MG vislumbram o território da Praça submetido a uma possível ação do GEIPOT, premissa que sugere a divisão territorial da malha urbana segundo critérios de hierarquia na escala vertical de governo.

O deputado Luiz Otávio Valadares dá seqüência ao debate, questionando o tipo de zoneamento proposto para a região do entorno da Praça da Estação, que permitia a verticalização da área e gerava impacto na paisagem cultural em questão. Assim sendo, propunha a alteração desta caracterização de modo a garantir a preservação da ambiência do conjunto. É interessante observar que o PLAMBEL, representado por Hailton Curi, assume a posição de que se tratava de um equívoco na LUOS e que esta deveria ser corrigida, delegando a modificação como sendo de responsabilidade exclusiva do Município.

A pauta de trabalhos teve continuidade, com a abertura dos debates ao público, o que marcava três momentos bem caracterizados dentro do evento: a explanação do poder público, o debate no âmbito técnico e a abertura para a manifestação da sociedade civil.

A participação ativa da sociedade civil demonstrava o interesse de se propor ações convergentes no âmbito do planejamento urbano municipal, uma vez que se evidenciava para os ali presentes a falta de articulação entre os agentes que interferem na Praça. Uma das sugestões resumia-se à criação de uma “Coordenação de Obras e Projetos para a Praça de modo a articular todos os órgãos envolvidos” (ENCONTRO... (1981) p. 22), que se assemelhava à proposta realizada por Hailton Curi no início do dia. Outra opinião referiu-se ao nível de discussão prévia para a implementação do Projeto PACE, a qual representantes do METROBEL responderam salientando a abertura da iniciativa para com a valorização da contribuição democrática. O argumento utilizado pela METROBEL ia de encontro com as premissas democráticas defendidas pelo IAB/MG para a Praça, de forma que a estratégia deste órgão era conciliar-se politicamente com o Instituto e não apresentar qualquer tipo de impedimento quanto à participação popular no Projeto; – desta forma evitavam-se prerrogativas e um ambiente de insatisfação que pudesse prejudicar o perfeito andamento do mesmo.

Em relação aos trabalhos de implantação do trem metropolitano serem coordenados pelo órgão, a METROBEL esclarecia seu papel de subserviência frente às diretrizes programáticas do GEIPOT e RFFSA, oferecendo suporte à ação dos atores federais – incrementando a hipótese levantada anteriormente a respeito da polarização e centralização das intervenções urbanas segundo a escala vertical de governo.

Ao final das explanações dos representantes dos órgãos municipais e metropolitanos de planejamento urbano, o que se extrai é que cada um defende sua forma de atuação no espaço da Praça como atitudes legítimas e próprias de uma autarquia, o Poder Público Municipal, o que justificaria a carência de enfoque interdisciplinar destes agentes no exercício de suas

atividades; uma vez que estas estão atreladas a uma postura de auto-suficiência administrativa e difusão de um grau de assistencialismo que beirava o planejamento utópico, próprios de uma noção incipiente de Estado.

*Em resumo*, o *Encontro* transcorreu com os discursos das representações municipais e metropolitanas de planejamento urbano, em que todas, sem exceção, manifestaram desconhecimento em relação ao projeto do trem metropolitano proposto pelo GEIPOT. A estratégia de mobilização social promulgada pelo IAB/MG tomava contornos cada vez mais claros à medida que contrapunha os discursos dos órgãos de planejamento urbano à avaliação da sociedade civil enquanto a preservação dos valores essenciais relacionados à idéia de qualidade de vida, identidade e marcos referenciais na metrópole. Dessa forma a entidade atingia os objetivos expostos no primeiro dia do *Encontro*: promover o conhecimento e a discussão crítica sobre o patrimônio.

As **conclusões prévias** ao final do segundo dia, que inclusive motivariam ainda mais o embate do dia 14 de agosto de 1981, foram as seguintes:

I - Os órgãos municipais e metropolitanos não conhecem os projetos elaborados pelos órgãos Federais. Na presente sessão, os representantes do PLAMBRL, da METROBEL, da Secretaria Municipal de Comunicação e Obras e da SUDECAP deixaram claro e público seu completo desconhecimento sobre o projeto do Trem Metropolitano e obras complementares.

II- Não existe articulação entre os agentes de planejamento e execução de obras públicas. Conseqüentemente não podem existir projetos integrados. Uma das metas do encontro deverá ser a exigência de uma Coordenação de Planos e Projetos para a Praça, de que façam parte os órgãos ligados à preservação dos patrimônios culturais, representantes da Sociedade Civil (como o IAB, a SME, as Sociedades conservacionistas e culturais) e os usuários da Praça. (ENCONTRO... (1981) p. 22 e 23).

Dessa segunda premissa têm-se uma proposta de implementação de ações de natureza participativa frente à gestão pública municipal, consolidando os ideais democráticos suscitados pelo IAB/MG na conformação do *Encontro*.

*Em resumo*, a área da Praça da Estação era, em 1981, alvo de iniciativas municipais das mais diversas naturezas, incluindo mudanças no tráfego (Projeto PACE) e projetos de reforma sanitária. Estas ações, no entanto, não previam os impactos gerados sobre o patrimônio, uma vez que o corpo técnico responsável não associava esta variável às intervenções urbanas em andamento no presente ano.

Assim sendo, cada órgão demonstrava possuir autonomia deliberativa na implementação de ações a que se propunha realizar, em detrimento da integração com outras intervenções programadas para o mesmo espaço, desenvolvidas por outros setores do próprio Governo Municipal.

Esta falta de relacionamento inter-setorial na escala de governo local, com a prevalência de diretrizes de ordem técnica (infra-estrutura) sobre os assuntos de caráter sociológico, endossava o apelo do IAB/MG pela inserção de parâmetros humanísticos (patrimônio histórico) nas políticas de planejamento municipal; ao mesmo tempo em que expunha os paradigmas à que a descentralização administrativa estava exposta: ter o planejamento global como meta, tanto no nível horizontal quanto vertical de governo.

A preservação do patrimônio desponta neste contexto como testemunho de uma falta de vontade política das esferas de governo municipal em superar os ideais de administração

pública do período militar e assumir o planejamento municipal como Plano de Governo e principal bandeira da nova concepção de poder que surgia: a democracia.

**Terceiro dia: A Praça da Estação na mesa de negociação:**

A pauta do terceiro dia do seminário foi aberta pelo 2º Vice Presidente do IAB/MG, arquiteto Ricardo Lana, que apresentou o colega e Prof. Benedito Lima Toledo, representante do IAB/SP, para presidir a mesa.

Este iniciou seu discurso congratulando a iniciativa do *Encontro* em reunir arquitetos, engenheiros e responsáveis pela gestão pública para debater as intervenções urbanas que visavam a melhoria da qualidade de vida nas cidades; salientando que o maior beneficiado destas reformas era a comunidade.

Outro ponto que ressaltou foi a "importância da troca de experiências entre diferentes cidades brasileiras para obtenção de bons resultados nestes encontros" (ENCONTRO...(1981) p. 25), sugerindo a ampliação do tema da gestão participativa para a escala da cooperação interestadual entre metrópoles; ademais da importância de se difundir estes momentos de reflexão para usufruto da comunidade.

Prosseguindo, convidou os representantes dos órgãos federais (RFFSA, EBTU e GEIPOT) para comporem a mesa, junto com o presidente do IAB/MG e dois engenheiros. Essa configuração da mesa permite supor, em um primeiro momento, um duelo equilibrado de forças, formado de um lado por órgãos associados à ideologia centralizadora e autoritária, e

de outro, pelo despontar de um movimento social organizado e coeso que tinha na preservação do patrimônio municipal uma de suas bandeiras pela democratização das políticas públicas de planejamento urbano.

O discurso de abertura ministrado pelo Secretário Geral do IAB/MG recordava as conclusões obtidas no dia anterior e solicitava informações sobre as pretensões dos poderes públicos na Praça. Esta atitude advinha da defesa dos interesses municipais frente ao Poder Federal uma vez que a filosofia vinculava a soberania do Governo Municipal à criação e manutenção das políticas de preservação do patrimônio local.

A palavra foi cedida ao engenheiro Gil César Moreira de Abreu, diretor da EBTU, que apresentou uma série de argumentos que desestabilizavam as afirmações levantadas até o momento. Assim, condicionava qualquer implementação de projeto urbano à aprovação da Prefeitura e dizia-se surpreendido com o desconhecimento dos agentes municipais e metropolitanos, uma vez que o projeto do Trem Metropolitano havia sido discutido em reuniões e etapas da implantação do mesmo dependiam da cooperação de órgãos como a SUDECAP.

Da mesma forma, o engenheiro explicou que o papel da EBTU e do GEIPOT é de repassar recursos para as obras, ou seja, financiá-las e que o projeto do terminal, ainda em estudo preliminar, não descaracterizaria o conjunto. Posteriormente, faz a seguinte declaração: “quando se faz qualquer coisa é para ser usada pela cidade” (ENCONTRO...(1981) p. 27) – que nem avalia a qualidade da proposta nem remete à natureza da proposta, tornando-se discurso vago e insinuando um certo grau de autoritarismo na filosofia administrativa do órgão.

No entanto, reconhecia a importância da participação popular, das representações de classe e da sociedade civil organizada na discussão de projetos urbanísticos como o da rodoviária de Belo Horizonte, que fora precedido pelo apoio de um grupo de arquitetos ligado ao IAB na elaboração de um programa de obras.

Sugerindo uma ironia com os agentes municipais e metropolitanos, o diretor da EBTU concluiu sua fala enaltecendo a preocupação do Ministério dos Transportes pela causa do patrimônio histórico e cultural nas cidades e a iniciativa do *Encontro* como “uma forma positiva de despertar o administrador público para vir a debater os problemas da cidade com a comunidade”. (ENCONTRO...(1981) p. 28)

Dando prosseguimento ao debate, foi dada a palavra ao engenheiro Ernani Eduardo Santos, Chefe Geral do Escritório do GEIPOT de Belo Horizonte e Chefe do Projeto do Trem Metropolitano de Belo Horizonte. Deu início a seu discurso afirmando que a filosofia da empresa é a de “manter as características locais e históricas das cidades”<sup>164</sup> – eximindo o projeto de quaisquer descaracterizações da paisagem da Praça – e esclarecendo a existência de parceria com as autoridades locais para a análise de projetos, inclusive em Belo Horizonte – subestimando o depoimento dos órgãos municipais e metropolitanos de planejamento.

Em um segundo momento, colocou o órgão à disposição dos presentes de modo a sanar qualquer atribulação vinculada ao projeto e exaltou as características favoráveis para a implantação do transporte de massa na Região Metropolitana de Belo Horizonte mediante um discurso de ênfase progressista.

---

<sup>164</sup> (ENCONTRO...(1981) p. 29).

Em relação à Estação Central afirmou que esta não sofreria qualquer intervenção, do mesmo modo que a Casa do Conde de Santa Marinha e os viadutos da Floresta e Santa Tereza. Prosseguiu detalhando melhor o projeto do Trem, afirmando que a Estação Central se localizaria entre a antiga Estação e o armazém da Rua Aarão Reis, no pátio da Estação, com 2000 m<sup>2</sup> de área construída, “sem qualquer interferência com a Praça atual”. (ENCONTRO...(1981) p. 31). Percebe-se nesta última declaração, a pretensão de difundir um juízo de valor pessoal, - baseado em elucubrações progressistas - sem qualquer respaldo teórico de instituições estaduais ou federais de preservação do patrimônio (IEPHA ou IPHAN). Nota-se aqui que o conceito de paisagem não é absorvido pelo representante do GEIPOT em seu discurso, de modo a persistir a noção de bem imóvel isolado em detrimento da questão ambiental suscitada anteriormente.

Neste momento o projeto do Trem Metropolitano foi explicado pela representação da RFFSA através de desenhos (VIDE ANEXO), que também salientou a independência, tanto física quanto operacional, entre os sistemas de carga e passageiros de longo percurso e o trem metropolitano.

O Assessor Especial da Presidência do GEIPOT, arquiteto Flávio Gomes, continuou a palestra dizendo que ‘um sistema ferroviário é de custo muito alto’, o que descartava a intenção deste órgão em retomar a operação dos trens ferroviários como meio de transporte municipal ou metropolitano baseado na inviabilidade financeira do projeto. Neste contexto, a operação do trem metropolitano conjugado com o transporte coletivo de ônibus através de terminais intermodais era uma oportunidade tentadora e viável naquele momento, uma vez que se aproveitava da infra-estrutura ferroviária disponível (diminuindo custos de infra-estrutura),

possuía menores custos de implantação e manutenção e apresentava maior rapidez no serviço. Ou seja, o ramal ferroviário apresentava características determinantes para a viabilização de um sistema de transporte de massa que interligasse a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), potencializando a locomoção e desafogando o transporte coletivo rodoviário.

Com relação ao desenho previamente divulgado pelos jornais, mostrando um terminal sobre a estação do trem metropolitano, explicou que neste desenho tratava-se de estudo preliminar e que não refletia a realidade da intenção do GEIPOT. Segundo o Assessor, o terminal não estava até então definido pelo GEIPOT, estando a proposta aberta à participação da população e órgãos locais de forma a se encontrar a melhor solução para a mesma. No entanto, o posicionamento político fundamental contido em seu discurso estava na ênfase dada à filosofia metodológica com que o órgão ministrava o projeto, admitindo não ter a intenção de impor soluções e nem deter conhecimento teórico suficiente que não possa ser ajustado às necessidades e realidades locais. Concluiu fazendo propostas de reformulação do projeto e colocando-se à disposição para novos debates.

O debate figurou como o momento em que as representações do IAB/MG e SME comentaram estar satisfeitos com as explicações dada pelos órgãos federais, e da mesma forma, pelo estabelecimento de um diálogo com a população e técnicos de Belo Horizonte.

Desta prerrogativa conclui-se que o objetivo do seminário havia sido alcançado: propiciar a discussão e o conhecimento dos problemas da Praça da Estação e difundir o debate democrático e aberto entre o poder público e a sociedade civil sobre as formas de preservação deste patrimônio.

Da mesma forma tenta-se incutir mediante o discurso do engenheiro Carlos Alberto Carvalho que a difusão de informações oficiosas, nem sempre verdadeiras, eram as responsáveis pelo clima de insegurança e tensão da população para com o Projeto do Trem Metropolitano. Essa reação supostamente tinha origem na abordagem do tema pela mídia escrita (jornais) da época, na ânsia de difundirem matérias de repercussão social.

No entanto, esta informação se mostrava inconsistente até mesmo na declaração realizada pelo GEIPOT sobre contar com o auxílio da METROBEL nos estudos sobre o acesso dos ônibus à Praça.

A representação do IAB/SP manifestou a satisfação com os resultados do debate remetendo-se aos dizeres do Professor Benévolo, em conferência ministrada na Universidade de São Paulo (USP), relacionada à participação da comunidade: “O sucesso de um empreendimento numa área urbana depende da aceitação ou da rejeição que a comunidade tem destes planos” (ENCONTRO...(1981) p. 35). Dessa forma, incluía a iniciativa do *Encontro* em um processo globalizado de afirmação dos valores coletivos no desenvolvimento das cidades, perpetrado pelo ideal de responsabilidade social. Daí considerar que “a proteção do patrimônio cultural e do patrimônio ambiental urbano é fator de aferição da qualidade de vida” (ENCONTRO...(1981) p. 36).

Ao discorrer sobre o Projeto Vale do Anhangabaú, que considerava exemplo de defesa do Patrimônio Ambiental Urbano, salientou a importância da realização de concursos públicos<sup>165</sup>

---

<sup>165</sup> Na gestão de Leonardo Barci Castriota, entre os anos 2000/ 03, também se defendeu a prática de concursos públicos, sobretudo motivado pela contratação de arquitetos para as obras de alteração de uso dos prédios públicos da Praça da Liberdade, sem a instauração deste recurso. Este tema motivou a publicação de um artigo, de autoria do presidente do IAB/MG, intitulado “Em defesa dos concursos públicos de arquitetura”.

como alternativa para a abertura e promoção dos interesses do poder público para com a sociedade e a manutenção dos espaços públicos.

Desta forma, mostrava-se ciente da dinâmica funcional característica dos órgãos públicos, motivada pelo conceito de praticidade na execução dos trabalhos, em vista do número sempre crescente da demanda. A terceirização das ações via concurso público significava, portanto uma “via de mão tripla”, uma vez que alivia em parte o acúmulo de responsabilidades atribuídas ao poder público (dotando-lhe de maior agilidade e flexibilidade administrativa); incrementa o grau de participação popular na administração municipal, insuflando o espírito democrático; e auxilia a consolidação do papel social de representações de classe como o IAB, uma vez que outorga a este a responsabilidade social de mobilizar os arquitetos para projetos de intervenção urbana. Além do mais, garante-se com o concurso público uma série de valores criativos oriundos da oportunidade de difusão da proposta, muitas vezes cerceados pela centralização administrativa. Daí disponibilizarmos de uma multiplicidade de enfoques e valores que poderiam, entre outras coisas, contribuir na preservação do patrimônio.

A proposição de se realizar um concurso público preliminar, que abordasse a Praça da Estação e o terminal de ônibus, foi prontamente admitida pelo Diretor da Fundação Roberto Marinho (FRM), sugerindo a parceria com o IAB e a Prefeitura Municipal para a realização do mesmo.

A pedido do reitor da UFMG, o arquiteto José Soares relatou a intenção da Instituição recuperar um de seus prédios na Praça, que fazem parte da Escola de Engenharia, e dedicá-lo ao serviço sócio-cultural.

Finalizando, o professor Toledo colocou o IAB/SP à disposição do *Encontro* para auxiliar na realização do concurso, demonstrando a intenção de cooperação e parceria entre representações da Instituição. Fazia-se presente, mais uma vez, o ideal de difusão do conhecimento mediante o intercâmbio de experiências.

O debate democrático entre as diversas representações presentes no *Encontro* teve por finalidade aprovar em plenário as seguintes moções:

- Que seja solicitada ao Prefeito de Belo Horizonte a edição de uma portaria para a institucionalização de uma Comissão, em caráter permanente, integrada por organismos públicos de planejamento e execução de obras, pela Escola de Arquitetura, Instituto de Arquitetos do Brasil e outros representantes da sociedade civil, com o objetivo de definir as linhas básicas de uma política de preservação para o Município, considerando aspectos relativos ao seu patrimônio histórico, cultural e artístico.

Este trabalho conjunto deve se iniciar com debates e propostas sobre as intervenções a serem realizadas na Praça da Estação, e prosseguir definindo outros locais, monumentos, e seus respectivos entornos, onde as intervenções necessárias deverão ser orientadas por esta política. (ENCONTRO...(1981) p. 39, grifos meus)

Desta proposta podemos concluir que o que se solicitava era a criação das bases administrativas, jurídicas e funcionais para a vinculação de um órgão ao poder público municipal responsável por desenvolver a política de preservação municipal. Para tanto, entendia-se que era necessário privilegiar a diversidade dos atores integrantes desta Comissão, como meio de legitimar e valorizar a multitude de interesses intrínsecos ao tema (base para a negociação democrática) e o posicionamento ideológico de cada representação (aproximando-se da noção de paridade).

- Que esta Comissão funcione como uma Câmara Consultiva<sup>166</sup> que deverá acompanhar todos os processos de intervenção em áreas de interesse para preservação, tendo o poder de convocar reuniões por maioria simples. Os trabalhos devem se iniciar com o Conjunto Praça da Estação. A Câmara consultiva será composta por organismos a nível municipal, estadual e federal entre os quais destacam-se o PLAMBEL, METROBEL, Secretaria Municipal de Obras, IEPHA, SPHAN, e por seguimentos da Sociedade Civil como Câmaras de Vereadores, Instituto de Arquitetos do Brasil, Escola de Arquitetura, Associação Comercial,

<sup>166</sup> A idéia de Câmara Consultiva em muito se aproxima do papel exercido por um Conselho Consultivo de Patrimônio, que no caso de Belo Horizonte, optará pela natureza Deliberativa.

Sociedade Mineira de Engenheiros, Clube de Diretores Lojistas e outros que estejam vinculados aos objetivos deste trabalho. (ENCONTRO...(1981) p. 39, grifo meu)

O estatuto dessa comissão também deveria espelhar a responsabilidade por zelar e fiscalizar os trabalhos de intervenção urbana em desenvolvimento na cidade, discutindo-os em reuniões sempre que necessário; a começar pelo caso da Praça da Estação. Estas assembléias teriam a função de mediar e interagir os projetos dos diversos setores da administração pública com os aspectos sociológicos defendidos pelas representações da sociedade civil, a fim de dotá-los de uma perspectiva participativa, integrada e, sobretudo democrática.

Formalizava-se assim a proposta da sociedade civil pela construção de uma política pública de preservação do patrimônio municipal calcada nos aspectos culturais suscitados pelos espaços públicos (fatores históricos, estéticos etc.) e com ênfase marcadamente democrática (representação paritária dos atores).

Sugere-se que o resultado do *Encontro* foi apresentar e promover a assimilação da noção de Patrimônio Cultural pela sociedade e colaborar com uma base argumentativa que resultaria posteriormente na criação da Gerência de Patrimônio Histórico Urbano – GEPH (Secretaria Municipal de Regulação Urbana – SMRU/PBH) e do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte - criado em 1984 pela Lei Municipal nº 3802 e só empossado em março de 1990 (CARTILHA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE - Jornal Diário da Tarde, (28/03/90) p. 9).

- Que sejam realizados os ajustes e acertos necessários à Lei de Ocupação e Uso do Solo de Belo Horizonte para a área definida pelo Conjunto Urbano da Praça da Estação e seu entorno paisagístico, considerando o cadastro das edificações e espaços de interesse histórico para preservação já realizados pelo PLAMBEL. (ENCONTRO...(1981) p. 39).

A necessidade de se reavaliar a LUOS em função da criação de diretrizes para a preservação de um Conjunto Urbano demonstrava o grau de articulação dos movimentos reivindicatórios, que não satisfeitos apenas com a mobilização social criada sobre o tema do patrimônio, investia também na legitimação deste enquanto natureza legislativa. Assim sendo, adequava as demandas de expansão urbana a condicionantes de preservação do patrimônio regidos pelo ideal de paisagem urbana – Conjunto e entorno – como forma de institucionalizar a questão do patrimônio no âmbito administrativo de governo; podendo proporcionar até mesmo mudanças operacionais significativas entre os responsáveis pelas intervenções urbanas municipais.

Outras moções referiam-se à democratização da discussão dos projetos urbanos de modo a consolidar a instância participativa na política de planejamento urbano municipal; assim como do Governo Municipal assumir papel de protagonista no uso do solo urbano de Belo Horizonte, sobretudo no referente à preservação do patrimônio. Quanto ao primeiro ponto mencionado acima, o parecer final do evento propunha a realização de um concurso público nacional responsável por elaborar um “[...] plano de reurbanização para a região da Praça da Estação, e de implantação do terminal intermodal de transportes metropolitano”, que respeitasse os aspectos relativos à paisagem urbana; que desde então se considerava que eram desfigurados pelo projeto do GEIPOT. Da mesma forma, esta iniciativa difundia a insatisfação da sociedade civil organizada pela carência de uma mentalidade de governo que confluísse as intervenções urbanas, de diversas naturezas e aparentemente isoladas, em um plano de ação conjunto.

Um último aspecto levantado é o de fortalecimento do caráter cultural da região, associado à apropriação sociológica do espaço da Praça. Tal iniciativa estava no bojo das solicitações dos

movimentos sociais pela regulamentação da Fundação Municipal de Cultura; órgão que aparentemente desempenharia o papel de intercessora dos apelos sociais junto ao poder público.

É interessante observar que a composição das mesas se diversifica com o passar dos dias. No primeiro dia, nota-se uma configuração majoritariamente formada por representações de classe (IAB/MG, SME), pelo Poder Público Municipal (Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes) e Estadual (IEPHA, Conselho Estadual de Cultura) e pela Academia (UFMG). Esta disposição tinha como preceito dar ênfase ao apelo por uma maior abertura política nos processos de planejamento municipal que resultavam em intervenções urbanas em sítios de valor cultural da cidade. Assim sendo, era o momento em que as organizações em prol da preservação do patrimônio de Belo Horizonte expunham suas argumentações pela conservação da Praça.

No segundo dia, a coordenação da mesa passa a estar a cargo de representantes da Fundação Roberto Marinho e o IAB/MG toma lugar de coadjuvante na discussão travada entre órgãos públicos metropolitanos e municipais (PLAMBEL; METROBEL, SUDECAP e Secretaria Municipal de Comunicação e Obras); que assumem o lugar de protagonistas. Nota-se que a presença destes últimos como destaque no debate faz parte da estratégia do IAB/MG, que assim obtém manifestações públicas sobre o desconhecimento do desejo de instauração de projetos federais de tamanho impacto e repercussão para a metrópole. A estratégia tem o intuito tanto de configurar a ideologia centralizadora hegemônica ainda em vigor da centralidade do poder decisório frente ao processo de descentralização político-administrativo que já transcorria em Minas Gerais, e que culminaria mais tarde na Constituição de 1988; quanto em expor para a sociedade o grau de desarticulação das políticas de planejamento

urbano que esta filosofia de governo significava para o Brasil. Este testemunho, um dia após as explanações em prol da preservação do símbolo maior da criação da Capital, eram motivo para sensibilizar a população leiga no assunto para a questão do patrimônio - além de insuflar os ensejos pela reformulação político-administrativo do País trazido pelo advento da Democracia -; tudo isso a partir do fortalecimento dos laços de identidade local.

Já o terceiro dia é reservado aos representantes do Governo Federal defender o projeto, opinar e expor suas intenções, consolidando a prática do debate como expressão máxima do espírito democrático - que mesmo reunindo interesses divergentes na mesa de negociação, convergia para o diálogo entre as partes.

A intenção do Poder Público Federal era criar uma alternativa para viabilizar o transporte de massa metropolitano, mas o que estava em discussão no *Encontro* promovido pelo IAB/MG era a forma de minimizar a descaracterização do patrimônio coletivo conformado pela área da Praça da Estação. O debate travado a partir do estabelecimento deste canal de interlocução entre sociedade civil organizada e Governo, enfatizava a posição do Instituto pela descentralização administrativa do município (que tão logo mereceria um capítulo na Constituição de 1988, relativo à Municipalização), sugerindo a necessidade da participação popular na política pública de planejamento urbano ligada ao patrimônio cultural da cidade. Tal espírito se fortalecia com as premissas democráticas eclodidas por ocasião da tramitação da constituinte, que sugeria um verdadeiro divisor de águas na política interna brasileira.

Desta forma, interessava ao IAB/MG contrapor os discursos das várias representações de governo presentes ao evento, expondo as seqüelas que o autoritarismo político deixara como herança de gestão administrativa, todavia presentes e imperantes na forma de atuação dos

agentes públicos. Esta exaltação de poder enfatizava a desorientação e desorganização com que a máquina administrativa deliberava sobre a construção das políticas públicas tão almeçadas e fundamentais para a reestruturação política do país; abrindo caminho para a contestação, para a manifestação popular. Daí uma representação de classe como o IAB/MG assumir o papel de precursor de uma nova filosofia de gestão pública, relativo às práticas democráticas de preservação do patrimônio, não nos surpreende. O Instituto aparece como protagonista na luta pela função social da cidade, entendida como o direito à melhor qualidade de vida urbana, no que tange à preservação dos espaços simbólicos da memória, verdadeiras referências sociológicas para a vida na metrópole.

O papel do IAB/MG como ator e representante da sociedade civil se consolida, neste momento, como: polarizador dos anseios de diversas representações da sociedade civil em prol da preservação do patrimônio; coordenador do movimento de sensibilização e mobilização da população por uma postura de responsabilidade social frente à defesa da qualidade de vida urbana; estrategista, articulador e promotor de debates entre os diversos atores responsáveis pela gestão do espaço público tais como administração pública, sociedade civil, representações de classe, comunidade acadêmica e as três instâncias de governo; difusor da implementação de ações de índole participativa no processo de gestão. Neste intuito, defende a democratização da discussão dos projetos de intervenção urbana de modo a consolidar a instância participativa na política de planejamento urbano municipal; defensor da municipalização das políticas públicas de planejamento urbano como forma de fortalecer os interesses e a soberania local em prol da gestão dos espaços públicos municipais e do Governo Municipal assumir papel de protagonista no uso do solo urbano de Belo Horizonte, sobretudo no referente à preservação do patrimônio; defensor da institucionalização municipal

da proteção e preservação do patrimônio como mecanismo de promoção da gestão pública democrática.

É interessante observar a reflexão gerada nas estruturas internas do GEIPOT, uma vez que o IAB/MG manifesta o interesse em discutir as propostas de intervenção federal no Município. A compreensão da relevância dos movimentos e lutas sociais como protagonistas do processo de abertura política vivido pelo País naquele momento faz com que os órgãos federais busquem uma aproximação ideológica com estes sujeitos a fim de não insuflarem manifestações populares contra o Governo Federal.

## CONCLUSÃO

Os componentes das instâncias diretivas e consultivas do IAB-MG, entidade de classe representativa da sociedade civil, participam da preservação da Praça da Estação para conscientizar o corpo técnico de arquitetos vinculados a órgãos públicos de governo sobre a existência e a necessidade de se preservar o patrimônio histórico de Belo Horizonte como parte do patrimônio cultural brasileiro. Por conseguinte, o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* constitui-se em um marco da inclusão da participação social nas ações preservacionistas e da imposição do ideal cultural sobre o conceito de monumentalidade; que guardava relação direta com o caráter de excepcionalidade do patrimônio e que era difundido pelos órgãos oficiais de preservação. Assim sendo, ergue-se a região da Praça da Estação, formada por um primoroso conjunto em estilo eclético, ao status de patrimônio cultural municipal, e por conseguinte, à categoria de bem passível de preservação; por constituir-se em uma referência simbólica fundamentalmente ligada a identidade e memória dos belo-horizontinos. A tônica de Conjunto Urbano expressa a natureza cultural e identitária que o movimento preservacionista atribui à Praça da Estação, de modo que o IAB-MG defende a manutenção da esplanada de Belo Horizonte em todo o seu contexto histórico, cultural e urbano. Preserva-se assim a referência simbólica por excelência de vazio urbano do centro da cidade, com todo o conteúdo sociológico próprio do lugar das manifestações populares e parte significativa do centro histórico de Belo Horizonte – o espaço público enquanto memória coletiva.

A concepção adotada pelo IAB-MG, entidades estudantis e de defesa do Meio Ambiente de preservar Conjuntos Urbanos influenciará a criação de políticas públicas de proteção do

patrimônio municipal de Belo Horizonte baseados na consideração da paisagem urbana, colocando a capital na vanguarda da pauta de discussões sobre preservação do patrimônio.

Concomitantemente, o *I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação* expressa a insatisfação do Instituto e demais representações da sociedade civil organizada para com os ideais centralizadores e autoritários propagados pelos órgãos públicos de governo na esfera do planejamento urbano municipal, instaurando-se daí um confronto político-ideológico baseado na defesa de um estado de direito democrático. Este foi o pretexto então para a reflexão e debate sobre o ‘exercício do poder’ no meio urbano, ou em outras palavras, o ‘lugar da cidadania’ na conjuntura de abertura política que marcava o Brasil. Neste contexto, o IAB-MG defende a Praça da Estação como bandeira para garantir o direito da sociedade civil à cidadania, liberdade de expressão e responsabilidade social, uma vez que avalia as intervenções dos órgãos governamentais no espaço da Praça como um ato de repressão ao modelo de sociedade que o Instituto lutava para implantar no país. Desta forma, o evento é inovador ao marcar oficialmente uma etapa de discussões e negociações democráticas pela instauração de medidas de proteção do patrimônio público no âmbito local, expressando a necessidade de se introduzir a questão do patrimônio no planejamento e gestão das políticas públicas municipais.

A iniciativa do IAB-MG em realizar o *I Encontro* figura como forma de se rebelar contra a apatia da sociedade civil não organizada, ao conclamar para o exercício de responsabilidade social as várias entidades e atores sociais. O patrimônio torna-se então um conceito iminentemente atrelado às lutas urbanas, que se ampara na discussão democrática para resgatar o direito à liberdade de expressão e participação social no desenvolvimento da cidade e na construção da cidadania.

Por fim, as discussões motivadas pelo IAB-MG na Praça da Estação são essenciais para se compreender o cenário político-ideológico segundo o qual o conceito de preservação do patrimônio é construído e adotado pela Constituição Federal brasileira de 1988, que se consubstancia em muitas das questões suscitadas neste evento e propõe o direito à cidade enquanto direito difuso da sociedade civil.

## REFERÊNCIAS

ALBERONI *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004. v. 2.

ARROYO, Michele Abreu. *Reabilitação urbana integrada e a centralidade da Praça da Estação*. 2004 236 p. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, p. 93, 94, 98.

ARTUR VITOR IANNINI, Belo Horizonte, 12 a 18/04 de 1987, (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004. v. 2.

CARSALADE, Flávio. Itinerário dos órgãos estaduais de preservação do patrimônio histórico: o caso do IEPHA-MG. In: CASTRIOTA, L.B. “*Urbanização Brasileira – Redescobertas*”, Belo Horizonte, Editora C/Arte, p. 207-219, 2003.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Inventários urbanos como instrumentos de conservação. In: LIMA, Evelyn F.W.; MALEQUE, Miria R. (Org.). *Espaço e cidade: conceitos e leituras*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2004, p. 69-86. (Coleção Cidade, Arquitetura e Saber, v. I).

[CEDECOM, Centro de Comunicação da UFMG. Projeto Manuelzão realiza navegação preparatória, 05 out. 2006. Disponível em: <www.ufmg.br/online/arquivos/004450.shtml> Acesso em: 02 mar. 2007.](http://www.ufmg.br/online/arquivos/004450.shtml)

CONJUNTO URBANO PRAÇA DA ESTAÇÃO DE BELO HORIZONTE – Acervo Histórico Cultural: 1: 1981. Belo Horizonte. Belo Horizonte ontem, hoje, amanhã, Praça da Estação: origem e destino, Belo Horizonte, 12 a 20 de agosto de 1981. Belo Horizonte: PLAMBEL, 1981. 122 p.

DURKHEIM *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 787, v. 2.

ENCONTRO PELA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA DA ESTAÇÃO, 1, 1981, Belo Horizonte. *Belo Horizonte ontem, hoje, amanhã, Praça da Estação: origem e destino*. Belo Horizonte: IAB, 1981. 122p.

FRIEDMAN, Debra and McADAM, Doug. *Collective identity and activism - networks, choices and the life*. In: MORRIS, Aldon D. and MUELLER, Carol McClure. *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven and London : Yale University Press, 1992, p. 156 - 173. *apud* VAZ DE MELLO, Andreia Akackauskas *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida*. 2007. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 47, 48.

GAMSON, William A. *The social psychology of collective action*. IN: MORRIS, Aldon D. and MUELLER, Carol McClure. *Frontiers in Social Movement Theory*. New Haven and London: Yale University Press, 1992, pp. 53 - 76. *apud* VAZ DE MELLO, Andreia Akackauskas *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida*. 2007. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 41, 42, 45.

GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais - paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997 *apud* VAZ DE MELLO, Andreia Akackauskas *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida*. 2007. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 43, 44, 45.

IAB. Instituto dos Arquitetos do Brasil. Disponível em: <<http://www.iab.org.br/historia>>. Acesso em: 02 ago. 2007.

IAB/MG. *Criação de novo Centro Administrativo Estadual em Belo Horizonte e alteração de uso dos prédios públicos da Praça da Liberdade transformando-a em Centro Cultural*. 2003.

IAB/MG. Departamento de Minas Gerais do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Disponível em: <<http://www.iabmg.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

IEPHA. *Conjunto Paisagístico e Arquitetônico da Praça Rui Barbosa (Praça da Estação) - processo de avaliação para tombamento*. Belo Horizonte: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1984. 185p.

IEPHA-MG. *Laudo de Perícia técnica do inquérito para apurar descaracterização no conjunto arquitetônico e urbanístico da Praça Rui Barbosa – Praça da Estação de Belo Horizonte*, Minas Gerais, 1986. Acervo particular de Ricardo Samuel de Lana, 148 p.

IPHAN. *Carta de Nairóbi – Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea*. Brasília, 1995, 344 p. (série Caderno de Documentos nº3)

JORNAL DE CASA, Caderno 01, 20 maio 1994. p. 09

JORNAL DIÁRIO DA TARDE. *Cartilha do Patrimônio Histórico de Belo Horizonte*. 28 mar. 1990. p. 9.

JORNAL DIÁRIO DA TARDE, Caderno 02, 20 maio 1994. p. 18.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Segunda Seção, 21 mar. 1993.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 03 jul. 1994. p. 32.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 30 out. 1994. p. C-04.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cidades, 15 abr. 1995. p. 15.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno 2ª Seção, 27 jul. 1995. p. 06.

JORNAL ESTADO DE MINAS. Caderno Espetáculo/ Memória, 08 ago. 1997. p. 02.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Cultura, 24 mar. 2004. p. 06.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Gerais, 12 ago.2004. p. 24.

JORNAL ESTADO DE MINAS, Caderno Gerais, 30 nov. 2005. p. 28.

JORNAL HOJE EM DIA, Caderno Cultura, 26 abr. 1997. p.01.

JORNAL HOJE EM DIA, Caderno Minas, 11 nov. 1997. p. 07.

JORNAL O TEMPO, Caderno Magazine/ Crônica, 17 jun. 2000. p. 10.

JORNAL O TEMPO, Caderno Magazine, 29 mar. 2001. p. 03.

LE BON *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 787, v. 2.

MAGALHÃES, Beatriz de Almeida; ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte, um espaço para a república*. Belo Horizonte: UFMG, 1989. 216 p.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; JÚNIOR, Heitor Frúgoli; TORRES, Lílian de Lucca. “*Pedaços e Trajetos: Formas de Lazer e Sociabilidade na Metrópole*” (trabalho apresentado ao XIII Encontro Anual da ANPOPCS), Caxambú, 1989. (trabalho oriundo do projeto de pesquisa “Os Pedacos da Cidade”, desenvolvido pelo Núcleo de Antropologia Urbana (Departamento de Antropologia/ Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/ USP)).

MARX *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 787, v. 2.

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes. Collective action in the information age*. Cambridge : Cambridge University Press, , 2001 *apud* VAZ DE MELLO, Andreia Akackauskas *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida*. 2007. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007. p. 41, 42

MINAS GERAIS, 14 fev. 1990. p. 8 e 9.

NOSSA MAIS IMPORTANTE PRAÇA ESTÁ SENDO AMEAÇADA, Belo Horizonte, 02 a 08 jan. 1983, p. 4 (periódico sem identificação constante no acervo da hemeroteca do Museu Histórico Abílio Barreto, pasta Praça da Estação)

ORTEGA Y GASSET *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 787, v. 2.

PINTO, Cléo Alves; PERPÉTUO, Maini de Oliveira. O ensino na primeira escola de arquitetura do Brasil. *Arquitextos* 66, Texto Especial 336, nov. 2005. Disponível em: <[www.vitruvius.com.br](http://www.vitruvius.com.br)>. Acesso em 10 set. 2007.

REVISTA MÓDULO/ ARQUITETURA E ARTE, Rio de Janeiro, ed. 77, p.56, 1983

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do IPHAN*, nº 24, p. 101 – 105, 1996. Disponível em: <[www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/](http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/)>. Acesso em: 13 set. 2007.

SANTOS, Carlos Nelson F. *Preservar não é tombar; renovar não é por abaixo*. Projeto design. n. 86, abr. de 1986. p. 59-63.

SME NOTÍCIAS, Belo Horizonte, jun. 1995.

SMELSER *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 788. v. 2.

TARDE *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 787, v. 2.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. *Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação*. Belo Horizonte, Autêntica Editora 2005.

TOURAINÉ *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 789, v. 2.

VAZ DE MELLO, Andreia Akackauskas *Burocratização e institucionalização das organizações de movimentos sociais: o caso da organização de prostitutas Davida*. 2007. (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

WEBER *apud* BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 12. ed. Brasília: LGE Editora, 2004, p. 787, v. 2.

Site: [www.mao.org.br](http://www.mao.org.br) - Exposição “Trilhos da Memória”, Museu de Artes e Ofícios, (dez. 2002/ out. 2003)

**LISTAGEM DE ENTREVISTADOS:**

AFFONSECA, Carlos Henrique. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 20 jun. 2007. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

CAETANO, José Ozório. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 05 jul. 2007. 1 fita cassete (60 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

COSTA, Stael de Alvarenga Pereira. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 18 jul. 2007. 1 fita cassete (75 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

GAZZINELLI, Gustavo T. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 05 jul. 2007. 1 fita cassete (120 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

GRZYBOWSKI, Zenóbia Vanda. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 19 de jun. 2007. 1 fita cassete (90 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

LANA, Ricardo Samuel de. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 22 jun. de 2007. 1 fita cassete (120 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

MARQUES, Yara Landre. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 18 de jun. 2007. 1 fita cassete (90 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 26 jun. 2007. 1 fita cassete (90min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

PEREIRA, José Abílio Belo. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 20 jun. 2007. 1 fita cassete (80 min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

RIBEIRO, Maurício Andrés. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 18 maio 2007. 1 e-mail. Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

SCHMIDT, Ana Maria. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 18 maio 2007. 1 fita cassete (90min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

VALLE, Liana. Movimentos Sociais e a preservação do patrimônio em Belo Horizonte: o IAB-MG e a Praça da Estação. Belo Horizonte, 20 jul. 2007. 1 fita cassete (90min.). Entrevista concedida a André de Sousa Miranda.

**ANEXO I**  
**Roteiro de entrevista**

<b>MOVIMENTOS SOCIAIS</b>	
1-	Como surgiu o movimento social de preservação do patrimônio em Belo Horizonte?
2-	Quem participava deste movimento?
3-	Tinha participação da sociedade civil não organizada?
4-	Como ele se organizava? Tinha outras instituições, entidades ou organizações envolvidas?
5-	Onde que o movimento se reunia?
6-	Poderíamos falar de alguma liderança nesse movimento? Quem era a liderança desse movimento?
7-	Como era a mobilização desse grupo?
<b>PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO</b>	
8-	Como o IAB entrou no movimento social de preservação do patrimônio em Belo Horizonte?
9-	Quando foi que isso ocorreu (ano, data)? A partir do quê?
10-	Teve algum fato que marcou esse momento?
11-	Tinha algum interesse (pessoal, político etc) envolvido?
12-	O IAB tinha antecedentes históricos em movimentos desta natureza?
13-	Qual é a forma de participação do IAB (passeata, elaboração de lei, intermediador)?
14-	Quais os principais fatos e eventos que marcam a história do IAB-MG na preservação do patrimônio?
15-	O IAB-MG sempre teve a mesma orientação política?
16-	Tinha algum vínculo partidário?
17-	Teve alguém ou algum grupo que tenha se destacado no IAB na área de preservação do patrimônio?
<b>LEGISLAÇÃO</b>	
18-	Como estava organizada a legislação de proteção do patrimônio no Brasil?
19-	E a legislação municipal de preservação do patrimônio?
20-	Diante disso, o que mudou a partir do <i>I Encontro</i> ?
21-	Qual foi o papel do IAB na legislação de preservação do patrimônio federal e municipal? (Por legislação federal poderíamos entender também a Constituição Federal).
<b>PRAÇA DA ESTAÇÃO</b>	
22-	A Praça da Estação era um assunto que fazia parte da pauta de discussões do IAB?
23-	O que representava a Praça da Estação para a cidade de Belo Horizonte?
24-	Qual era a área geográfica da Praça da Estação (limites geográficos)?
25-	O que o movimento defendia enquanto Praça da Estação?
26-	Porque se escolheu a Praça da Estação? Tinha algum projeto associado à Praça da Estação?
27-	Porque o IAB defendeu a Praça da Estação?
28-	O que mudou na organização do IAB-MG depois dessa etapa de participação? Quais as conseqüências do <i>I Encontro</i> na estrutura organizacional e política do IAB-MG?

## ANEXO II

Discurso de Suzy de Mello no I Encontro pela Revitalização da Praça da Estação<sup>167</sup>

## ASPECTOS CULTURAIS DA PRAÇA DA ESTAÇÃO

Suzy de Mello

Belo Horizonte tem apresentado, nas últimas décadas impressionantes índices de crescimento demográfico, que se refletem, imediatamente, na sua economia e na sua fisionomia urbana. Assim, a capital tem ampliado continuamente sua indústria e seu comércio e recebido elevado contingente (sic) migratório com imediatas conseqüências para a sua configuração como cidade.

Se esse desenvolvimento é natural devido ao progresso e mesmo desejável para sua expansão como a terceira capital do país, por outro lado tem sacrificado significativamente a qualidade e vida dos seus habitantes que se encontram cada vez mais prejudicados pela falta de áreas de lazer, pela premência no atendimento aos fluxos de tráfego e pela perda de sua memória cultural. Se os aspectos de lazer e de trânsito podem ser amenizados com medidas diversas que venham a suprir deficiências e a corrigir (sic) maiores falhas, a destruição do patrimônio cultural é inapelável (sic) e definitiva.

Para definir com maior clareza a importância da Praça da Estação no contexto urbano de Belo Horizonte, é fundamental o estabelecimento de alguns critérios básicos quanto à sua significação cultural. E, para tanto, é essencial esclarecer também alguns conceitos que se impõem para uma discussão mais objetiva do problema e que dizem respeito às acepções da palavra cultura, que abrange dois territórios inconfundíveis, como ensina Afonso Arinos de Mello Franco, em seu ensaio “Cultura e Nação” e que são o espírito humano e a sociedade humana.

A partir desta premissa temos, então, duas opções: em primeiro lugar, a cultura considerada como um conjunto de valores e obras de origem mental ou espiritual, identificável com criações individuais e que constituem a cultura espiritual.

E, em segundo lugar, a cultura abrangendo toda a criatividade da vivência social, sendo – neste sentido – obviamente coletiva e constituindo a cultura sociológica.

Assim, a cultura espiritual de um povo – ou de uma época – compõem-se e exprime-se pelo conjunto de obras literárias, artísticas e científicas desse povo ou dessa época. Tais obras são privilégio do espírito humano, embora refletidoras do meio social e histórico em que surgiram. Assim, a criação cultural espiritual utiliza o meio social mas sobre ele paira. Daí a

<sup>167</sup> Texto transcrito na íntegra do original. Fonte: ANEXO VI, “Aspectos Culturais da Praça da Estação”, Conferência proferida pela diretora da Escolada Arquitetura da UFMG, Suzy de Mello, no 1º Encontro Belo Horizonte: ontem, hoje, amanhã – Praça da Estação: Origem e Destino. 12/ 13/ 14 de agosto/ 81 limitados às páginas 43 à 49, da seguinte referência bibliográfica: *Encontro pela Revitalização da Praça da Estação*: 1: 1981. Belo Horizonte. Belo Horizonte ontem, hoje, amanhã, Praça da Estação: origem e destino, Belo Horizonte, 12 a 20 de agosto de 1981. Belo Horizonte: IAB, 1981. 122p.

chave desse aparente mistério que é a duração da obra cultural, a sua duração ilimitada, enquanto que tudo que representava o meio social do tempo da criação já desapareceu.

Já a cultura sociológica se manifesta através da criação predominantemente coletivas, como cultos religiosos animistas, festas, danças e cerimônias representativas de problemas sociais, espetáculos esportivos e outras manifestações similares nas quais a autoria é um dado de nenhuma importância.

Em arquitetura há a mesma dicotomia para a palavra cultura e nela a cultura sociológica adquire tanta beleza, majestade e duração quanto à cultura espiritual. Assim, para exemplificar, seria necessário citar apenas a imensa obra coletiva que é a arquitetura mineira do século XVIII.

No entanto, é preciso determinar os valores culturais que, embora mais recentes, integram já o repertório de nossa memória devendo, portanto, ser preservados e que é justamente o caso do conjunto da Praça da Estação, cuja leitura se faz através de sua ampla significação sociológica.

Em um rápido retrospecto histórico, cabe lembrar a origem da Praça e de seus importantes componentes.

Com a inauguração de Belo Horizonte como nova capital de Minas Gerais, em 1897, impunha-se o transporte ferroviário tanto como elemento essencial para seu funcionamento efetivo quanto para a garantia de seu almejado progresso pelo que a Praça da Estação passou, ainda em seus primórdios, a receber os melhoramentos que as técnicas da época ensejaram e que incluía, desde 1895, construção da Ponte Davi Campista, a cargo de Manuel Lourenço Laranjeira, sendo a primeira obra de arte no perímetro urbano da cidade e vencendo o ribeirão Arrudas, que cortava longitudinalmente a grande praça de 200 por 100 metros.

Para a estação, o engenheiro Aarão Reis (sic) apresentou ao Dr. Crispim Jaques Bias Fortes, presidente do estado, uma exposição, em maio de 1895, na qual dava as principais características do prédio a ser construído.

“Quanto à Estação Central (Minas) que terá de ser levantada como pórtico, na nova capital, procurei dar-lhe não suntuosidade descabidas nem mesmo luxo artístico dispensável, mas toda a elegância, todo o conforto e todas as comodidades, cujas faltas seriam imperdoáveis na Estação Central de uma cidade do século XX”.

E assim, no mesmo ano, é feito o projeto da estação primitiva sob orientação do arquiteto José de Magalhães e com a participação dos arquitetos e desenhistas Edgar Nascentes Coelho e José Verdussem, cujos nomes se ligariam a outros projetos importantes em Belo Horizonte, como o Palácio da Liberdade e a antiga Delegacia Fiscal.

Esta primeira estação, apesar de se constituir em interessante exemplo de ecletismo, é rapidamente superada e, em agosto de 1920, é colocada a pedra fundamental de uma nova edificação, projetada pelo arquiteto Luiz Olivieri, sob orientação do Dr. Caetano Lopes Jr. E tendo como empreiteiro o Dr. Antônio Gonçalves Gravatá.

Luiz Olivieri diplomara-se em Florença e parece ter seguido as recomendações de Aarão Reis pois seu projeto é de nítida inspiração neoclássica, com exatas proporções para dominar a

praça sem, contudo, fechá-la já que o uso de colunas e arcadas confere ao prédio indiscutível elegância e uma inesperada leveza, características essas nem sempre encontradas neste tipo de edificação como se pode comprovar ao se comparar esta estação com outros exemplos brasileiros como no caso de São Paulo, consideradas as estações de Luz ou da Sorocabana.

A inauguração do novo prédio se deu em 11 de novembro de 1922, em cerimônia que contou com a presença de Raul Soares, então presidente do estado, e que teve como coroamento um chá-dançante nos “luxuosos salões do pavimento superior do novo edifício” conforme contam os jornais da época.

Em 1923, por proposta do prefeito, a Praça da Estação passa a se denominar Rui Barbosa e, em 15 de julho de 1930, é ali solenemente inaugurado, pelo presidente Antonio Carlos, o “Monumento da Terra Mineira”, de autoria do escultor Júlio Staracce.

Nos seus primeiros anos, foi a praça cuidadosamente ajardianda (sic) e enriquecida com mármores artísticos e um quiosque para retretas, sendo o projeto de reforma dos jardins feito em 1924, pelo arquiteto e desenhista Dr. Magno de Carvalho. Entre 1924 e 1925 a praça recebeu revestimento de macadame e de mosaico português nos passeios e, em 1931, há notícias de 250 variedades de roseiras ali existentes sendo que, no dia 3 de setembro de 1936, foi inaugurada a “Fonte Luminosa Independência”, com funcionamento regular aos domingos.

O registro destas datas adquire significação e importância na medida em que indica claramente a posição de destaque que a Praça tem no contexto urbano da cidade. Importância esta que se manteria por quase trinta anos já que somente na década de 50 a indústria automobilística brasileira se desenvolveria e o transporte rodoviário suplantaria o ferroviário. Ainda assim, tendo perdido muito do seu equipamento original – desde os postes de caprichoso desenho até seus cuidados jardins, empobrecidos e maltratados - a Praça da Estação se mantém como ponto de referência essencial à preservação do pouco que nos resta do desenho original da cidade e como exemplo definitivo da cultura sociológica em arquitetura a partir de sua própria denominação pois é muito mais conhecida como Praça da Estação do que como Praça Rui Barbosa, fato que indica claramente a vinculação do transporte ferroviário e de seu principal edifício com seu espaço físico.

Considerando sua leitura arquitetônica, ainda que visualmente poluída por “out-doors” e pelo comércio desorganizado que a circunda, destaca-se – sem sombra de dúvida – o prédio da Estação, com proporções de extrema elegância e linhas de indiscutível leveza.

Negar-lhe valor como obra de arquitetura seria o mesmo que duvidar das construções de Paris, inspiradas pelo talento de Haussmann e também neoclássicas. O neoclassicismo, que se associou à Revolução Industrial em arquitetura, produziu exemplos de importância que justificam sua preservação, como se pode comprovar na Europa, nos Estados Unidos e em, muitos casos, no Brasil. Ainda quanto ao aspecto estilístico, deve ser lembrado que, em Belo Horizonte, o neoclassicismo marcou as primeiras construções da cidade e permaneceu como estilo mais consagrado, salvo alguns modismos, até a década de 30, quando se deu a grande revolução do “pó-de-pedra” e do estilo chamado modernista.

Assim, o prédio da Estação – por si só – corresponde a uma séria (sic) de dados culturais de caráter sociológicos que estabelecem referências de grande importância na história da arquitetura de Belo Horizonte e que se completam com o Palácio da Liberdade, o Tribunal de

Justiça, o Conservatório (atual Escola de Música), o Instituto de Educação e as secretarias, alguns dos últimos exemplos de neoclassicismo na paisagem urbana da cidade.

Além do mais, outro ponto muito válido para a leitura da Praça da Estação é seu próprio espaço – de significativas dimensões – e que, por isso mesmo, foi utilizado para grandes concentrações políticas nas décadas de 40 e 50. Se hoje este espaço está mal aproveitado e com suas funções diluídas ou perdidas, pode de (sic) deve ser recuperado em proveito de uma parte importante da população que ali poderia reencontrar novas formas de usufruir a cidade como ficou provado pelas festas juninas ali realizadas ultimamente. Seria oportuno lembrar que a Grand Central Station, de New York, fecha a Park Avenue e, apesar de conter o gigantesco edifício do Pan-Am, mantém suas características e funções de terminal rodoviário central além de criar espaços de lazer e de serviços para os habitantes da grande metrópole americana assim como as de Saint Lazare, em Paris, e de Paddington ou Victoria em Londres, correspondem, até hoje, às suas finalidades originais, sendo também respeitados os seus entornos.

No entanto, o conjunto da Praça da Estação ainda inclui outros elementos que justificam uma política especial para a sua preservação, destacando-se a Escola de Engenharia da UFMG, fundada (sic) em 1911 e também com elegantes características neoclássicas, e a casa do Conde de Santa Marinha, cujas obras foram iniciadas em 1896 e que foi a primeira construção da zona suburbana, conforme registro de Abílio Barreto. Servindo hoje de armazém para a Central do Brasil, foi uma verdadeira escola industrial, com oficinas de carpintaria, serralheria, ferraria e cantaria além de ter moinhos para cereais e torrefação de café. Este prédio pode ser reabilitado e adaptado para novas e mais adequadas funções como centro de artesanato e pequeno teatro, atendendo a uma parcela pouco lembrada da população urbana. Tal solução é muito viável e os exemplos de São Francisco, da Califórnia, com os conjuntos da “Cannery” e da “Chirardelli Square” antigas fábricas de latas e de chocolate respectivamente, e a atualmente agradáveis centros comerciais com pequenos teatros e outros equipamentos de lazer, comprovam a viabilidade da transformação de velhas e tradicionais estruturas em locais de excelente rendimento em termos de conforto para o grande público e até mesmo em atrações turísticas.

No entanto, o conjunto da Praça da Estação conta também com outras construções importantes como os prédios da União Brasileira de Tecidos – antiga fábrica têxtil e agora atacado de tecidos – e da Souza Pinto, que foi a primeira serraria da cidade e hoje é estacionamento. Apresentando-se ambas as construções com suas principais características arquitetônicas mantidas, podem, igualmente, ser adaptadas com facilidade para finalidades comunitárias mais dinâmicas.

Embora com localização periférica poderiam ainda ser citados os viadutos da Floresta e de Santa Tereza, a Estação da antiga Oeste de Minas (inaugurada em 1920, quando da visita dos reis da Bélgica) e alguns prédios da Rua Sapucaí, entre os quais se destaca o edifício Chagas Dória, excelente exemplo da “art-deco” e, na Avenida Amazonas, o tradicional Hotel Sul-Americano.

Assim, a leitura arquitetônica da Praça da Estação apresenta indiscutível riqueza de elementos cuja significação cultural envolve (sic) importantes aspectos sociológicos que se ligam a diversos períodos da evolução urbana em Belo Horizonte.

E agora que são projetados novos sistemas de transporte de massa para a capital, inclusive com o comprometimento da área da praça, não só se justifica como, principalmente, se impõe um estudo criterioso para que não se perca toda esta memória cultural que pertence à população e para a qual deve reverter todo o conteúdo sociológico ali acumulado pela tradição, devidamente revisto e atualizado.

Pois através da revalorização do conjunto da Praça da Estação, de origem histórica, poderá Belo Horizonte reencontrar seu destino como cidade que, respeitando o passado, planeja o futuro.

**ANEXO III**  
**Revista Pipoca Moderna**

**ANEXO IV**

**Proposta ilustrativa do projeto do GEIPOT para a instalação da estação do metrô de superfície na Praça da Estação de Belo Horizonte, em 1981.**